

TRABALHOS
DE
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
E DO CENTRO DE ESTUDOS DE ETNOLOGIA PENINSULAR

VOL. XII — FASC. 3-4
(NOVA SÉRIE—DA SOCIEDADE E DO CENTRO)



PORTO — 1950

INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA — Faculdade de Ciências



Impressões dermo-papilares de indígenas de Moçambique

I

Sobre os desenhos das cristas das polpas dos dedos das mãos

POR

JOAQUIM NORBERTO DOS SANTOS JÚNIOR

Ajudante da Missão Antropológica de Moçambique

Na 3.^a campanha da Missão Antropológica de Moçambique, efectuada em 1945 na província de Manica e Sofala, foram observadas muitas das tribos que ali vivem.

Além dum grande número de medidas, tiradas em algumas centenas de indígenas, e da observação e registo de caracteres descritivos, procedeu-se também à colheita de impressões dermo-papilares quer dos dedos e palma das mãos quer da planta dos pés.

Tivemos ensejo de obter as referidas impressões em 399 indígenas. Todos estes pretos eram filhos e netos de pais e avós da mesma tribo, o que averiguamos num cuidadoso inquérito preliminar.

Colhemos impressões dermo-papilares num certo número de indígenas mistos ou cujos pais não eram da mesma tribo.

Como é sobejamente conhecido, para se tirar uma boa impressão dermo-papilar é indispensável conjugar um certo número de condições.

Dois factores humanos condicionam o êxito do trabalho: o factor habilidade e paciência de quem faz a colheita e o factor

confiança daquele a quem se colhe a impressão. Este não deve apresentar a menor resistência às manobras necessárias à obtenção da mesma.

Se nos brancos a colheita dum boa impressão dermo-papilar nem sempre é fácil, nos negros as dificuldades são ainda maiores. Por natureza, os pretos, na sua grande maioria, são tímidos. Muitas vezes, por mais que se lhes diga que façam a «mão morta», ou seja, para abandonarem o membro em estado de perfeita flacidez por completo relaxamento muscular, defendem-se em reacções de vária ordem que entram o conveniente manejo, especialmente nas manobras de rolamento das polpas dos dedos e, sobretudo, do anular.

Há várias outras circunstâncias que dificultam a tarefa e sobre as quais não vale a pena insistir.

Todo aquele que um dia tirou impressões dermo-papilares sabe, por exemplo, que a tinta espalhada na chapa não deve ser em quantidade excessiva nem distribuída irregularmente, mas, sim, em camada uniforme.

Há, porém, um facto que, parecendo de somenos importância, influi grandemente na boa qualidade do desenho impresso no papel: é o conveniente asseio da pele ⁽¹⁾. A mão aparentemente limpa mas engordurada pela secreção normal das glândulas sebáceas dá impressões que nem sempre se podem considerar excelentes e que, sobretudo, podem falhar nos pormenores.

Nas condições em que trabalhamos em África, tivemos de simplificar os habituais preceitos de limpeza que, como é sabido, consistem no emprego de dissolventes de gordura, tais como o álcool e o éter.

(1) O ilustre Professor da Universidade do Porto, Doutor Luís de Pina, eminente dactiloscopista no seu livro *Dactiloscopia (Identificação — Polícia Científica)*, Lisboa, 1938, a pág. 251 chama a atenção para este particular.

Muitas vezes nem sequer podíamos dispor de água bastante para as abluções e daí o simplificarmos a lavagem, substituindo-a por um simples esfregar das palmas das mãos e das plantas dos pés num pano molhado, seguido da conveniente secagem.

Os resultados não nos desagradaram.

Na nota presente faremos algumas considerações sobre a natureza dos desenhos das cristas das polpas dos dedos das mãos de pretos de oito tribos moçambicanas.

Tencionamos, em oportunidade futura, apresentar os resultados das nossas observações e estudos quanto aos desenhos dermo-papilares das falanges e falanginhas, das impressões palmares e das impressões plantares.

ACHEUAS ♂

Os 16 homens acheuas em que colhemos impressões dermo-papilares foram por nós examinados no Furancungo, sede da circunscrição da Macanga.

Da observação do quadro anexo, correspondente a esses 16 indivíduos masculinos, verificamos o seguinte:

Na mão direita os arcos aparecem só nos dedos indicador e médio, enquanto que na mão esquerda aparecem nos dedos polegar e médio.

Em ambas as mãos a percentagem dos arcos é mínima e sensivelmente a mesma.

As presilhas aparecem com frequências que, de um modo geral, crescem do polegar para o mínimo.

Olhando para o quadro, nota-se que na mão esquerda as presilhas direitas aparecem em grande percentagem. Com as presilhas esquerdas dá-se precisamente o contrário; aparecem em grande percentagem na mão direita, ao passo que nem um só caso aparece na mão esquerda.

ACHEUAS (16 ♂)

212

JOAQUIM NORBERTO DOS SANTOS JÚNIOR

Dedos	MÃO DIREITA					Total da mão dir.	MÃO ESQUERDA					Total da mão esq.	Total das duas mãos	
	Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.			
Arcos														
N.º de casos	0	1	1	0	0	2	2	0	1	0	0	3	5	
%	—	6,2	6,2	—	—	2,5	12,5	—	6,2	—	—	3,8	3,1	
Presilhas dir.														
			R											
N.º de casos	0	0	0	0	0	0	10	15	13	14	16	68	68	
%	—	—	—	—	—	—	62,5	93,8	81,2	87,5	100	85,0	42,5	
Presilhas esq.														
N.º de casos	9	11	14	12	16	62	0	0	0	0	0	0	62	
%	56,2	68,8	87,5	75,0	100	77,5	—	—	—	—	—	—	38,1	
Verticilos														
N.º de casos	7	4	1	4	0	16	4	1	2	2	0	9	25	
%	43,7	25,0	6,2	25,0	—	20,0	25,0	6,2	12,5	12,5	—	11,3	15,6	

Neste quadro, como em todos os outros, as letras R e C indicam, respectivamente, as presilhas radiais e as cubitais.

Verifica-se que há uma certa relação na distribuição das presilhas pelos dedos das mãos.

Além da relação de sequência crescente das presilhas desde o polegar ao mínimo em cada uma das mãos, a que já acima nos referimos, há também correlação entre as percentagens nos dedos similares das duas mãos.

Esta correlação apareceu com frequência no decorrer do trabalho e em quase todas as tribos.

Assim, quando num dedo de uma das mãos as presilhas surgem numa determinada percentagem, a percentagem em que as presilhas aparecem no dedo similar da outra é igual ou muito próxima daquela.

Examinando o quadro neste particular, verificamos que nos dedos mínimos da mão direita e da mão esquerda a percentagem das presilhas é a mesma. Nos outros dedos há diferenças de 1 só caso nos polegares e nos médios, e, nos restantes, diferenças maiores, mas não muito acentuadas.

Isto resulta de as presilhas direitas da mão direita corresponderem às esquerdas da mão esquerda e as direitas da mão esquerda corresponderem às esquerdas da mão direita.

As primeiras são radiais e as segundas cubitais.

Nota-se, pois, que, quando há uma certa percentagem das presilhas cubitais numa das mãos, na outra há percentagem igual ou muito próxima nas presilhas do mesmo tipo.

O mesmo acontece para as presilhas radiais.

Quanto aos verticilos ou turbilhões, verificamos que aparecem nos 16 homens acheuas com valores decrescentes do polegar para o mínimo.

Na mão esquerda há uma percentagem de 11,3 %, enquanto que na direita essa percentagem vai quase ao dobro, 20 %.

Isto é tanto mais de acentuar quanto é certo que, como veremos no decorrer do trabalho, normalmente as percentagens dos verticilos nas duas mãos são próximamente iguais.

Entre os 16 indivíduos acheuas encontramos as seguintes fórmulas dactiloscópicas simétricas:

$$\begin{array}{ccc} \frac{V\ 3333}{V\ 2222} & \frac{E\ 3333}{I\ 2222} & \frac{V\ 3343}{V\ 2242} \end{array}$$

a primeira duas vezes, a segunda quatro, e a terceira só uma vez; e as fórmulas dactiloscópicas iguais:

$$\begin{array}{ccc} \frac{E\ 3333}{I\ 2222} & \frac{V\ 3333}{V\ 2222} & \frac{E\ 3333}{A\ 2222} \end{array}$$

a primeira quatro vezes e as duas últimas duas vezes cada uma.

Além das impressões dos 16 homens acheuas, ainda colhemos no Furancungo impressões em 9 mulheres da mesma tribo. Como este número é pequeno não merece a pena organizar o respectivo quadro.

Direi apenas que se observam as mesmas variações que na série masculina, sendo a distribuição por dedos sensivelmente equivalente.

Encontrei as seguintes fórmulas dactiloscópicas simétricas:

$$\begin{array}{cc} \frac{E\ 4344}{I\ 4244} & \frac{E\ 3333}{I\ 2222} \end{array}$$

a primeira uma vez, a segunda duas vezes; e a seguinte fórmula dactiloscópica igual apareceu duas vezes:

$$\frac{E\ 3333}{I\ 2222}$$

Os Acheuas constituem uma tribo de costumes bastante primitivos. Vivem no distrito de Tete em contacto com os Zimbás e os Chipetas, na zona da fronteira das circunscrições da Marávia e da Macanga com a Rodésia do Norte.

ANTUMBAS ♂

Os Antumbas constituem um agregado étnico da Angónia. Há pouco mais de 100 anos foram dominados, e em parte absorvidos, pelos Zulos invasores.

ANTUMBAS (19 ♂)

Dedos	MÃO DIREITA					Total da mão dir.	MÃO ESQUERDA					Total da mão esq.	Total das duas mãos
	Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		
Arcos													
N.º de casos 0/0	1 5,3	1 5,3	0 —	0 —	0 —	2 2,1	1 5,3	1 5,3	0 —	0 —	0 —	2 2,1	4 2,1
Presilhas dir.													
	R						C						
N.º de casos 0/0	1 5,3	2 10,5	0 —	0 —	1 5,3	4 4,2	11 57,8	14 73,6	16 84,2	14 73,6	16 84,2	71 74,7	75 39,4
Presilhas esq.													
	C						R						
N.º de casos 0/0	9 17,3	13 68,4	17 89,4	17 89,4	17 89,4	73 76,8	0 —	2 10,5	1 5,3	0 —	1 5,3	4 4,2	77 40,5
Verticilos													
N.º de casos 0/0	8 42,1	3 15,7	2 10,5	2 10,5	1 5,3	16 16,8	7 36,8	2 10,5	2 10,5	5 26,3	2 10,5	18 18,9	34 17,9

Da observação de 19 Antumbas de sexo masculino, chegámos aos seguintes resultados:

Só aparecem arcos nos dedos polegar e indicador de ambas as mãos e com a mesma percentagem, o que mostra nitidamente que há uma relação simétrica na distribuição destes desenhos papilares.

Quanto às presilhas direitas, verificámos a sua presença, na mão direita apenas nos dedos polegar, indicador e mínimo e com uma pequena percentagem, ao passo que na esquerda nos aparecem em todos os dedos com valores crescentes do polegar para o mínimo e em percentagens altas.

Como se pode verificar pelo quadro anexo, as presilhas esquerdas aparecem na mão direita com valores crescentes dos polegares para os mínimos e também com percentagens altas; na mão esquerda só as encontrámos nos dedos indicador, médio e mínimo numa percentagem muito pequena.

Nota-se que há uma relação de simetria na distribuição das presilhas pelos dedos das mãos, o que, de resto, é a norma.

Esta simetria resulta de as presilhas direitas da mão direita serem radiais e corresponderem às esquerdas da mão esquerda, também radiais, e as presilhas direitas da mão esquerda serem cubitais e corresponderem às presilhas esquerdas da mão direita igualmente cubitais, como já atrás dissemos.

Os verticilos aparecem mais ou menos com a mesma percentagem em cada mão e em valores decrescentes do polegar para o mínimo.

Encontramos as seguintes fórmulas dactiloscópicas simétricas:

$$\frac{V\ 3333}{V\ 2222} \quad \frac{E\ 3333}{I\ 2222}$$

a primeira 4 vezes, e a segunda 3 vezes; as seguintes iguais:

$$\frac{V\ 3333}{V\ 2222} \quad \frac{E\ 3333}{I\ 2242} \quad \frac{E\ 3333}{I\ 2222}$$

a primeira 4 vezes, as últimas duas vezes cada uma.

Os Antumbas foram estudados na 1.^a Campanha da Missão Antropológica de Moçambique pelo Prof. Santos Júnior (1). Deles diz que habitavam juntamente com os Ambus (ou Ambôs) a actual Angónia, recanto nordeste do distrito de Tete. Segundo um relatório do Dr. A. Sousa Dias, que foi Delegado de Saúde na Angónia, os Antumbas, a-quando da invasão dos Zulos, ocupavam a região «entre a ribeira de Vilange, perto de M'tengo Balame e a povoação hoje denominada Tumbe».

O Prof. Santos Júnior no trabalho citado escreve: «Fácil foi aos Zulos dominar estes povos indígenas, visto que os Antumbas eram de índole pacífica e os Ambus selvagens de costumes primitivos e sem hábitos guerreiros».

O Dr. Lis Ferreira, que também foi Delegado de Saúde na Angónia, num trabalho (2) sobre o tipo constitucional das diferentes tribos daquela região ocupou-se também dos Antumbas neste particular.

ANTUMBAS ♀

Em 23 mulheres antumbas, algumas já idosas de cerca de 60 anos, verificámos a existência, nas polpas, de vários casos de linhas brancas.

Nas mais velhas as cristas papilares estavam um pouco apagadas, devido talvez ao trabalho do amanho das suas hortas ou «machambas».

(1) Santos Júnior — *Contribuição para o Estudo da Antropologia de Moçambique* — *Algumas tribos do distrito de Tete*, Porto, 1944, págs. 215 a 246.

(2) António Lis Ferreira, *Observações sobre o tipo morfológico constitucional dos indígenas da Angónia* (Distrito de Tete), «Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique», Ano, IX, n.º 42, Abril a Junho de 1940, Lourenço Marques, 1940, págs. 25 a 38.

ANTUMBAS (23 ♀)

Dedos	MÃO DIREITA					Total da mão dir.	MÃO ESQUERDA					Total da mão esq.	Total das duas mãos
	Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		
Arcos													
N.º de casos %	1 4,3	2 8,7	1 4,3	1 4,3	2 8,7	7 6,1	2 8,7	1 4,3	3 13,04	1 4,3	1 4,3	8 6,9	15 6,5
Presilhas dir.													
			R							C			
N.º de casos %	1 4,3	1 4,3	0 —	0 —	0 —	2 1,7	11 47,8	11 47,8	17 73,9	17 73,9	22 95,7	78 67,8	80 34,8
Presilhas esq.													
			C							R			
N.º de casos %	11 47,8	15 65,2	19 82,6	17 73,9	19 82,6	81 70,4	1 4,3	4 17,4	0 —	0 —	0 —	5 4,3	86 37,4
Verticilos													
N.º de casos %	10 43,5	5 21,7	3 13,04	5 21,7	2 8,7	25 21,7	9 39,1	7 30,4	3 13,04	5 21,7	0 —	24 20,9	49 21,3

Analisando o quadro correspondente verifica-se que nas mulheres antumbas a percentagem dos arcos é mínima e distribuídos igualmente pelos dedos das mãos sem predomínio acentuado em qualquer deles.

As presilhas distribuem-se com valores que, de um modo geral, vão crescendo desde o polegar ao mínimo.

Enquanto que na mão direita só aparecem presilhas direitas no polegar e no indicador, na esquerda aparecem em todos os dedos.

Ao verificar a relação das presilhas esquerdas, notámos que na mão direita existem presilhas em todos os dedos, com percentagens sensivelmente iguais às presilhas direitas na mão esquerda.

Na mão esquerda só aparecem presilhas esquerdas nos dedos indicador e polegar, exactamente como na esquerda em relação às presilhas direitas.

Continua a verificar-se correspondência percentual das presilhas cubitais e radiais das duas mãos.

Os verticilos distribuem-se em valores decrescentes do polegar para o mínimo e em percentagens sensivelmente iguais.

Encontramos as seguintes fórmulas dactiloscópicas simétricas:

$$\begin{array}{cccc} \frac{E}{I} \frac{3333}{2222} & \frac{V}{V} \frac{3333}{2222} & \frac{E}{I} \frac{4333}{4222} & \frac{E}{I} \frac{2333}{3222} \\ & \frac{V}{V} \frac{4333}{4222} & \frac{I}{E} \frac{3333}{2222} & \frac{A}{A} \frac{1111}{1111} \end{array}$$

as duas primeiras, duas vezes cada uma, as restantes, uma vez.

Fórmulas dactiloscópicas iguais:

$$\frac{E}{I} \frac{3333}{2232} \quad \frac{V}{V} \frac{3333}{2222}$$

duas vezes cada uma.

Comparando os resultados expressos nos quadros das páginas 215 e 118 verifica-se que há certas diferenças na distribuição dos desenhos papilares pelos dedos, especialmente dos arcos e também das presilhas radiais.

Há também certa diversidade nos valores das percentagens correspondentes aos totais das mãos.

Apesar do número de casos de cada uma das séries ser relativamente pequeno, e o significado estatístico das diferenças apontadas ficar, portanto, sujeito a correção, não quisemos deixar de realçar o facto.

ANTUMBAS mistos ♂

Não quis deixar de traçar o quadro (pág. 221), embora a série seja apenas de 8 indivíduos masculinos, que se diziam Antumbas, mas filhos de pais desta tribo e mães de várias outras tribos.

Encontrei as seguintes fórmulas dactiloscópicas simétricas:

$$\frac{E \ 3333}{I \ 2222} \quad \frac{E \ 2333}{I \ 3222}$$

Embora a pequenez da série não permita que se façam grandes considerações de ordem estatística, não queremos deixar de frisar que apenas nas presilhas cubitais as percentagens têm valores aproximados dos Antumbas puros (quadro da pág. 215) e dos mistos (quadro da pág. 221). A divergência é especialmente acentuada nos arcos e nos verticilos.

BÂNGÜÈS ♂

Da observação dos dactilogramas de 36 indivíduos masculinos bângüès examinados na Beira, tiram-se as seguintes conclusões:

Na mão direita os arcos só nos aparecem nos dedos polegar e indicador; na esquerda aparecem no polegar, indicador e médio. Na mão direita a percentagem é de 3,3 e na esquerda um pouco mais do dobro, 8,3.

As presilhas direitas aparecem na mão direita em todos os dedos e com uma percentagem mais acentuada no indicador.

ANTUMBAS mistos (8 ♂)

Dedos	MÃO DIREITA					Total da mão dir.	MÃO ESQUERDA					Total da mão esq.	Total das duas mãos
	Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		
Arcos													
N.º de casos	1	1	1	0	0	3	0	2	0	0	0	2	5
0/0	12,5	12,5	12,5	—	—	7,5	—	25,0	—	—	—	5	6,3
Presilhas dir.													
	R						C						
N.º de casos	0	3	0	0	0	3	5	3	8	8	8	32	35
0/0	—	37,5	—	—	—	7,5	62,5	37,5	100	100	100	80	43,7
Presilhas esq.													
	C						R						
N.º de casos	5	3	7	8	8	31	1	2	0	0	0	3	34
0/0	62,5	37,5	87,5	100	100	77,5	12,5	25,0	—	—	—	7,5	42,5
Verticilos													
N.º de casos	2	1	0	0	0	3	2	1	0	0	0	3	6
0/0	25,0	12,5	—	—	—	7,5	25,0	12,5	—	—	—	7,5	7,5

BÂNGÜES (36 ♂)

222

JOAQUIM NORBERTO DOS SANTOS JÚNIOR

Dedos	MÃO DIREITA					Total da mão dir.	MÃO ESQUERDA					Total da mão esq.	Total das duas mãos
	Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		
Arcos													
N.º de casos 0/0	4 11,1	2 5,6	0 —	0 —	0 —	6 3,3	7 19,4	6 16,7	2 5,5	0 —	0 —	15 8,3	21 5,8
Presilhas dir.													
	R						C						
N.º de casos 0/0	1 2,8	8 22,2	2 5,6	1 2,8	1 2,8	13 7,2	20 55,5	16 44,4	26 72,2	26 72,2	34 94,4	122 67,8	135 37,5
Presilhas esq.													
	C						R						
N.º de casos 0/0	16 44,4	16 44,4	26 72,2	23 63,8	33 91,6	114 63,3	0 —	5 13,9	1 2,8	1 2,8	1 2,8	8 4,4	122 33,9
Verticilos													
N.º de casos 0/0	15 41,7	10 27,8	8 22,2	12 33,3	2 5,6	47 26,1	9 25	9 25	7 19,4	9 25	1 2,8	35 19,4	82 22,8

Na mão esquerda a sua percentagem cresce a partir do indicador até ao mínimo, onde é bastante elevada, 94,4 %. Quanto às presilhas esquerdas, aparecem na mão direita com percentagens próximas das anteriores.

Observa-se facto semelhante entre as presilhas radiais das duas mãos, cujas percentagens são próximas e com o máximo de frequência nos indicadores.

Os verticilos aparecem distribuídos por todos os dedos das mãos, numa distribuição percentual simétrica em decréscimo do polegar para o mínimo, com uma alta nos anulares.

Encontrei as seguintes fórmulas dactiloscópicas simétricas:

$$\begin{array}{cccc} \frac{E}{I} \frac{3333}{2222} & \frac{A}{A} \frac{3333}{2222} & \frac{V}{V} \frac{4444}{4444} & \frac{A}{A} \frac{1333}{1222} \end{array}$$

duas vezes da primeira e uma vez de cada uma das três últimas; e as seguintes fórmulas dactiloscópicas iguais:

$$\begin{array}{cc} \frac{E}{I} \frac{3333}{2222} & \frac{V}{I} \frac{3333}{2222} \end{array}$$

a primeira uma vez e a segunda duas vezes.

Os Bângüès, que foram estudados na campanha de 1945, constituem uma tribo que vive no concelho da Beira e para o norte, especialmente na metade sul e litoral da circunscrição de Cheringoma.

LUGELAS ♂

O número de homens lugelas observados na Mutarara foi apenas de 11. Os resultados vão expressos no quadro anexo. Dado o pequeno número de casos, não vale a pena fazer considerações sobre as percentagens que nele figuram.

Todos estes homens eram trabalhadores duma fábrica de descaroçamento de algodão; em virtude do trabalho não ser rude, tinham as cristas dermo-papilares bem conservadas, o que

LUGELAS (11 ♂)

224

JOAQUIM NORBERTO DOS SANTOS JÚNIOR

Dedos	MÃO DIREITA.					Total da mão dir.	MÃO ESQUERDA					Total da mão esq.	Total das duas mãos
	Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		
Arcos													
N.º de casos 0/0	1 9,9	2 18,1	2 18,1	1 9,9	0 —	6 10,9	1 9,9	3 27,2	2 18,1	1 9,9	0 —	7 12,7	13 11,8
Presilhas dir.													
	R						C						
N.º de casos 0/0	1 9,9	2 18,1	0 —	0 —	0 —	3 5,5	5 45,4	5 45,4	7 63,6	7 63,6	11 100	35 63,6	38 34,5
Presilhas esq.													
	C						R						
N.º de casos 0/0	4 36,3	6 54,5	8 72,7	9 81,8	11 100	68 69,1	0 —	1 9,9	0 —	1 9,9	0 —	2 3,6	40 36,3
Verticilos													
N.º de casos 0/0	5 45,4	1 9,9	1 9,9	1 9,9	0 —	8 14,5	5 45,4	2 18,1	2 18,1	2 18,1	0 —	11 20	19 17,2

permitted obter esplêndidos dactilogramas. Fórmulas dactiloscópicas simétricas:

$$\begin{array}{r} E 1113 \\ I 1112 \end{array} \quad \begin{array}{r} A 1133 \\ A 1122 \end{array}$$

Lugela, como se sabe, é o nome duma circunscrição da província da Zambézia, sita a norte de Quelimane e estendendo-se quase até à fronteira da Niassalândia. É limitada a norte pelo rio Luo, a sul pelo rio Lugela e a sudeste pelo Licongo; os dois primeiros são afluentes da margem direita do último destes rios.

Os Lugelas constituem uma tribo que vive especialmente na área da sede da circunscrição de Lugela e dos postos de Munhamade e Mugêba, e, mais para o sul, pela circunscrição de Mocuba, além Mudirra até Malei.

Os Lugelas vivem em contacto com os Tacuanes. Os estudos de antropologia física em curso procurarão estabelecer até que ponto os Lugelas são diferenciados dos Tacuanes. Entretanto, consideramos os Lugelas como entidade etnológica distinta.

MACHANGANES ♂

Observamos 32 Machanganes, soldados da 1.^a Companhia de Engenhos aquartelada em Lourenço Marques.

Da observação do quadro respectivo verifica-se que os arcos têm percentagens decrescentes do polegar para o mínimo e com igualdade da percentagem total nas duas mãos.

As presilhas direitas aparecem-nos na mão direita em todos os dedos menos no polegar. A percentagem mais elevada observa-se no indicador. Na mão esquerda aparecem distribuídas por todos os dedos e com percentagens muito mais altas.

As presilhas esquerdas aparecem na mão direita com percentagens que evoluem no mesmo ritmo alterno que se observa nas homólogas (cubitais) da mão esquerda.

MACHANGANES 32 ♂

226

JOAQUIM NORBERTO DOS SANTOS JÚNIOR

Dedos	MÃO DIREITA					Total da mão dir.	MÃO ESQUERDA					Total da mão esq.	Total das duas mãos
	Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		
Arcos													
N.º de casos 0/0	4 12,5	2 6,2	1 3,1	1 3,1	1 3,1	9 5,6	5 15,6	2 6,2	1 3,1	1 3,1	0 —	9 5,6	18 5,6
Presilhas dir.													
	R						C						
N.º de casos 0/0	0 —	7 21,9	2 6,2	2 6,2	3 9,4	14 8,7	16 50	17 53,1	23 71,9	19 59,4	26 81,3	101 63,1	115 35,9
Presilhas esq.													
	C						R						
N.º de casos 0/0	17 53,1	13 40,6	26 81,3	16 50	25 78,1	97 60,7	1 3,1	5 15,6	3 9,4	2 6,2	2 6,2	13 8,1	110 34,4
Verticilos													
N.º de casos 0/0	11 34,4	10 31,3	3 9,4	13 40,6	3 9,4	40 25	10 31,3	8 25	5 15,6	10 31,3	4 12,5	37 23,1	77 24,1

Pelo que respeita às presilhas radiais da mão esquerda, a sua distribuição faz-se por todos os dedos em percentagens próximas das dos dedos homólogos da mão direita.

Os verticilos aparecem nas duas mãos com valores de distribuição simétrica, e, do mesmo modo que vimos suceder nos Bângiês, em decréscimo do polegar para o mínimo, com uma alta acentuada nos anulares.

Encontrei as seguintes fórmulas dactiloscópicas simétricas:

$$\begin{array}{cccc} \frac{E}{I} \frac{3333}{2222} & \frac{A}{A} \frac{2222}{3333} & \frac{E}{I} \frac{3343}{2242} & \frac{V}{V} \frac{4333}{4222} \\ \frac{E}{I} \frac{4343}{4242} & \frac{V}{V} \frac{4343}{4242} & \frac{V}{V} \frac{3333}{2222} & \end{array}$$

sendo quatro da primeira, duas da segunda, e uma de cada uma das restantes, e as seguintes fórmulas dactiloscópicas iguais:

$$\begin{array}{ccc} \frac{E}{I} \frac{3333}{2222} & \frac{A}{A} \frac{2222}{3333} & \frac{E}{I} \frac{4344}{2244} \end{array}$$

três vezes a primeira e duas vezes cada uma das últimas.

MACHANGANES ♂

Na Beira estudamos 100 Machanganes. Os resultados oferecem já um certo valor estatístico.

Os arcos aparecem nas duas mãos com percentagens sensivelmente iguais e com maior frequência nos polegares. Nos outros dedos as percentagens são mínimas e mesmo nulas nos anulares das duas mãos e no mínimo da esquerda.

A distribuição das presilhas direitas na mão direita mostra uma alta acentuada no indicador, facto que se repete nas presilhas esquerdas da mão esquerda.

As presilhas direitas da mão esquerda e as presilhas esquerdas da mão direita, umas e outras cubitais, apresentam-se-nos com valores similares e crescentes dos polegares para os mínimos.

MACHANGANES 100 ♂

228

JOAQUIM NORBERTO DOS SANTOS JÚNIOR

Dedos	MÃO DIREITA					Total da mão dir.	MÃO ESQUERDA					Total da mão esq.	Total das duas mãos
	Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		
Arcos													
N.º de casos	8	3	3	0	1	15	10	4	2	0	0	16	31
0/0	8	3	3	—	1	3	10	4	2	—	—	3,2	3,1
Presilhas dir.													
		R						C					
N.º de casos	6	18	4	2	2	32	54	55	78	81	92	360	392
0/0	6	18	4	2	2	6,4	54	55	78	81	92	72	39,2
Presilhas esq.													
		C						R					
N.º de casos	46	58	79	80	89	352	3	17	6	3	3	32	384
0/0	46	58	79	80	89	70,4	3	17	6	3	3	6,4	38,4
Verticilos													
N.º de casos	40	21	14	18	8	101	33	24	14	16	5	92	193
0/0	40	21	14	18	8	20,2	33	24	14	16	5	18,4	19,3

Os verticilos são, nas duas mãos, em maior percentagem nos dedos polegares e indicadores, seguindo-se-lhe o anular, depois o médio e, por fim, o mínimo.

Encontramos as fórmulas dactiloscópicas iguais:

<u>E 3333</u>	<u>V 3333</u>	<u>V 3333</u>	<u>V 4444</u>	<u>V 3333</u>
<u>I 2222</u>	<u>I 2222</u>	<u>V 4222</u>	<u>V 4444</u>	<u>V 2222</u>
<u>V 4443</u>	<u>V 2333</u>	<u>E 2333</u>	<u>E 3333</u>	<u>E 3333</u>
<u>V 4442</u>	<u>I 3222</u>	<u>I 3222</u>	<u>I 3222</u>	<u>I 2322</u>

a primeira dezanove vezes, a segunda seis, a terceira quatro, a quarta e a quinta três, das restantes duas de cada, e as seguintes fórmulas simétricas:

<u>E 3333</u>	<u>V 4444</u>	<u>V 3333</u>	<u>E 2333</u>	<u>V 4443</u>
<u>I 2222</u>	<u>V 4444</u>	<u>V 2222</u>	<u>I 3222</u>	<u>V 4442</u>
<u>V 4433</u>	<u>I 2333</u>	<u>V 4333</u>	<u>A 3333</u>	<u>E 3133</u>
<u>V 4422</u>	<u>E 3222</u>	<u>V 4222</u>	<u>A 2222</u>	<u>I 2122</u>

sendo dezanove da primeira; da segunda e da terceira três vezes; da quarta e da quinta duas vezes; e uma vez de cada uma das restantes.

Os Machanganes constituem uma tribo que vive no concelho da Beira em contacto estreito com os Bângüês e, como estes, estendendo-se para o norte pela circunscrição de Cheringoma, e ainda para o sul.

Os Machanganes são a tribo dominante da circunscrição do Búzi e contactam a noroeste, para os lados de Vila Machado, com os Macaias, a oeste e a sudoeste com os Manhicas e Matombodjes e a sul com os Vanais, que os separam dos Tongas-Changanes que ficam a sul do rio Save,

Há quem queira considerar Machanganes e Tongas-Changanes como entidades etnológicas próximas parentes.

Como a Missão ainda não trabalhou, senão acidentalmente, na província do Sul-do-Save, ainda não há elementos para apreciar esta questão.

Junod (1), no apêndice III do seu magnífico trabalho, diz que os Machanganas (sic) têm o seu país de origem no Bilene e são Tongas, acrescentando a seguir: «(Machanganas, como os chamam em Joanesburgo)». Parece, pois, que tal nome teve origem na região mineira do Rand.

Comparando os resultados dos Machanganas por nós observados em Lourenço Marques (quadro da pág. 226) e os dos estudados na Beira (quadro da pág. 228) verifica-se proximidade nas percentagens das diferentes figuras papilares, quer nos totais de cada uma das mãos quer no total geral das duas mãos. Há, no entanto, algumas diferenças nas percentagens por dedos.

MACUAS ♂

No grupo de 28 Macuas estudados na Ilha de Moçambique inclui 6 Macás que, segundo parecer de alguns funcionários administrativos, não são senão Macuas do litoral que seguem a religião maometana.

Aparecem arcos em todos os dedos da mão direita; na esquerda, faltam no mínimo. Nesta as maiores percentagens cabem aos dedos polegar e médio, naquela aos dedos indicador e mínimo.

As presilhas direitas na mão direita só aparecem nos dedos polegar, indicador e médio, com a maior percentagem no indicador. Na esquerda há presilhas direitas em todos os dedos com percentagens de valores crescentes do polegar para o mínimo.

As presilhas esquerdas na mão direita não têm a regularidade de distribuição crescente do polegar ao mínimo que, como vimos, se observava nos homólogos da outra mão. Há quebra na alta que se nota no dedo médio.

(1) Henrique A. Junod, *Usos e costumes dos Bantos — A vida duma tribo sul-africana* (versão da edição francesa), Lourenço Marques, 1944. T. 1, pág. 499.

MACUAS (28 ♂)

Dedos	MÃO DIREITA					Total da mão dir.	MÃO ESQUERDA					Total da mão esq.	Total das duas mãos
	Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		
Arcos													
N.º de casos 0/0	1 3,6	2 7,1	1 3,6	1 3,6	2 7,1	7 5	4 14,3	1 3,6	3 10,7	1 3,6	0 —	9 6,4	16 5,7
Presilhas dir.													
	R						C						
N.º de casos 0/0	1 3,6	4 14,3	1 3,6	0 —	0 —	6 4,3	10 35,7	20 71,4	21 75	25 89,3	27 96,4	103 73,6	109 38,9
Presilhas esq.													
	C						R						
N.º de casos 0/0	11 39,2	16 57,1	22 78,6	20 71,4	24 85,7	93 66,4	0 —	2 7,1	0 —	0 —	0 —	2 1,4	95 33,9
Verticilos													
N.º de casos 0/0	15 53,6	6 21,4	4 14,2	7 25	2 7,1	34 24,2	14 50	5 17,9	4 14,3	2 7,1	1 3,6	26 18,6	60 21,4

Na mão esquerda só aparecem presilhas esquerdas no indicador.

Os verticilos na mão esquerda distribuem-se com frequência decrescente do polegar para o mínimo, enquanto que na direita essa evolução, gradualmente decrescente, é interrompida pela alta muito acentuada correspondente ao dedo anular.

Encontrei as seguintes fórmulas dactiloscópicas simétricas:

$$\begin{array}{cccc} \frac{V}{V} 3333 & \frac{E}{I} 3333 & \frac{V}{V} 4333 & \frac{V}{V} 2333 \\ \frac{V}{V} 2222 & \frac{I}{I} 2222 & \frac{V}{V} 4222 & \frac{V}{V} 3222 \end{array}$$

sendo quatro casos da primeira, três da segunda, e um de cada uma das duas últimas.

Os Macuas formam uma das tribos mais importantes da colónia de Moçambique. Constituem o elemento populacional predominante na província do Niassa. Esta província, pelo censo de 1940, tinha 1.913.166 habitantes. Pelo menos duas terças partes são, seguramente, constituídas por Macuas repartidos por mais de uma dúzia de subtribos.

Os Macuas distribuem-se não só pelos distritos de Nampula, Porto Amélia e Vila Cabral, da província do Niassa, mas ainda se estendem para sul, pelo menos na orla norte do distrito de Quelimane, província da Zambézia.

Deve haver mais de 1 milhão e meio de Macuas, talvez mesmo a abeirar os 2 milhões. Lembrando que a população indígena da colónia de Moçambique pelo censo de 1940 era 5.030.179, pode inferir-se da grande importância desta tribo.

A sua língua, o Êmacua, foi estudada pelo distinto missionário secular P.^o Francisco Manuel de Castro, que sobre ela publicou um excelente trabalho (1).

(1) P.^o Francisco Manuel de Castro, *Apontamentos sobre a língua Êmacua — Gramática, vocabulário, contos e dialecto de Angoche*, Imprensa Nacional, Lourenço Marques, 1933, 184 págs.

MACUAS ♀

O número de mulheres macuas observadas foi apenas de 10. Os resultados vão expressos no quadro anexo.

Dado o pequeno número de casos, não vale a pena fazer considerações sobre as percentagens que nele figuram. Não quis, porém, deixar de apresentar esses resultados, nos quais se nota, como sempre, uma relativa simetria de distribuição à direita e à esquerda.

Fórmulas simétricas registadas:

$$\frac{V\ 3333}{V\ 2222} \quad \frac{A\ 1333}{A\ 1222} \quad \frac{E\ 3333}{I\ 2222} \quad \frac{V\ 4333}{V\ 4222}$$

Apesar da pequenez da série feminina e da reserva inerente aos resultados expressos no quadro respectivo, olhemos comparativamente os quadros dos homens e das mulheres Macuas. Notam-se várias diferenças. Atentemos apenas nos resultados do total das duas mãos: verifica-se que nas mulheres os arcos são numa percentagem dobrada da correspondente masculina, dando-se o inverso no que respeita aos verticilos.

MANHICAS ♀

Em 25 mulheres manhicas observadas por nós em Macequece colhemos os resultados constantes do quadro anexo.

Nota-se que os arcos, tanto na mão esquerda como na direita, só se encontram nos dedos polegar, indicador e médio, e com números de casos muito próximos nos dedos correspondentes ou simétricos das duas mãos.

As presilhas esquerdas na mão direita aparecem com frequências muito aproximadas das das presilhas direitas da mão esquerda e até com o mesmo número total de 86 casos para

MACUAS (10 ♀)

Dedos	MÃO DIREITA					Total da mão dir.	MÃO ESQUERDA					Total da mão esq.	Total das duas mãos
	Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		
Arcos													
N.º de casos	2	2	0	0	0	4	4	3	0	0	0	7	11
0/0	20	20	—	—	—	8	40	30	—	—	—	14	11
Presilhas dir.													
			R						C				
N.º de casos	0	0	0	0	0	0	3	6	10	9	10	38	38
0/0	—	—	—	—	—	—	30	60	100	90	100	76	38
Presilhas esq.													
			C						R				
N.º de casos	5	6	10	10	10	41	0	0	0	0	0	0	41
0/0	50	60	100	100	100	82	—	—	—	—	—	—	41
Verticilos													
N.º de casos	3	2	0	0	0	5	3	1	0	1	0	5	10
0/0	30	20	—	—	—	10	30	10	—	10	—	10	10

MANHICAS (25 ♀)

Dedos	MÃO DIREITA					Total da mão dir.	MÃO ESQUERDA					Total da mão esq.	Total das duas mãos
	Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		
Arcos													
N.º de casos 0/0	3 12	1 4	2 8	0 —	0 —	6 4,8	3 12	2 8	3 12	0 —	0 —	8 6,4	14 5,6
Presilhas dir.													
N.º de casos 0/0	R					7 5,6	C					86 68,8	93 37,2
	2 8	5 20	0 —	0 —	0 —		12 48	12 48	17 68	21 84	24 96		
Presilhas esq.													
N.º de casos 0/0	C					86 68,8	R					4 3,2	90 36
	12 48	11 44	19 76	20 80	24 96		1 4	3 12	0 —	0 —	0 —		
Verticilos													
N.º de casos 0/0	8 32	8 32	4 16	5 20	1 4	26 20,8	9 36	8 32	5 20	4 16	1 4	27 21,6	53 21,2

umas e outras. Há uma interessante distribuição simétrica destas presilhas cubitais nas duas mãos. Igual facto se observa quanto às presilhas radiais, como o quadro mostra, pois só aparecem nos dedos polegar e indicador de cada uma das mãos.

Os verticilos na mão esquerda distribuem-se em percentagens de valores decrescentes do polegar para o mínimo. O mesmo facto se observaria na mão direita, se não fora a pequena baixa notada no dedo médio correspondente; no entanto, há apenas 1 caso a menos do que nos dedos que se lhe seguem.

Os verticilos na mão direita aparecem com percentagens de valores decrescentes do polegar para o mínimo, excepto no anular em que se verifica uma pequena alta.

Na mão esquerda os verticilos também se encontram em todos os dedos e com percentagens de valores decrescentes do polegar para o mínimo.

Encontrei as seguintes fórmulas dactiloscópicas iguais:

$$\begin{array}{cc} \underline{V\ 4333} & \underline{E\ 3333} \\ \underline{V\ 4222} & \underline{I\ 2222} \end{array}$$

sendo duas de cada, e as seguintes simétricas:

$$\begin{array}{cccc} \underline{V\ 4333} & \underline{E\ 3333} & \underline{V\ 3333} & \underline{V\ 4444} \\ \underline{V\ 4222} & \underline{I\ 2222} & \underline{V\ 2222} & \underline{V\ 4444} \\ & \underline{E\ 3343} & \underline{A\ 2133} & \underline{E\ 1333} \\ & \underline{I\ 2242} & \underline{A\ 3122} & \underline{I\ 1222} \end{array}$$

das duas primeiras duas vezes de cada, e uma vez de cada uma das restantes.

Os Manhicas constituem uma tribo do distrito da Beira e estão localizadas especialmente na fronteira com a Rodésia do Sul, numa faixa estreita que vai de Vila Gouveia até um pouco ao sul de Macequece.

O grupo de Manhicas que vive na serra Chôa, do Báruè, sobranceira a Vila Gouveia, é tido como o núcleo da tribo de maior pureza étnica, se bem que, na opinião dum branco ali resi-

dente e com quem conversamos em 1945, últimamente se tenham abastardado pelos casamentos, bastante frequentes, com mulheres bárgüès. É que o *lobolo* na serra, em 1945, andava à roda de 20 a 30 libras por cada mulher manhica, enquanto que uma mulher bárgüè da planície não ficava por mais de 5 a 6 libras.

Os Manhicas vivem sobretudo em contacto com os Bárgüès e os Tongas.

NHÚNGÜÈS ♂

Neste grupo de indígenas de Tete só pudemos fazer a colheita de elementos dermo-papilares em 57 indivíduos do sexo masculino e 34 do sexo feminino. Daqueles, 25 eram soldados da 7.^a Companhia Indígena e 32 rapazes da Missão de Boroma. As 34 mulheres foram todas observadas no quartel da polícia de Tete e eram residentes na vila do mesmo nome.

Os dados colhidos nos homens forneceram os resultados que o quadro respectivo bem mostra.

Os arcos na mão direita aparecem em todos os dedos menos no anular. Na mão esquerda há-os em todos os dedos.

As presilhas direitas, encontrámo-las na mão direita com dois casos no polegar e quatro no indicador; no médio não aparece nenhum caso; no anular e mínimo um caso em cada.

Verifica-se, como é de regra, que as presilhas direitas na mão esquerda são em grande número e com valores crescentes do polegar para o mínimo, enquanto que na mão direita o seu número é muito pequeno.

As presilhas esquerdas na mão direita aparecem com percentagens bastante elevadas; verificar-se-ia a sua regularidade crescente, do polegar para o mínimo, se não fosse uma alta no médio. Na mão esquerda só aparecem nos dedos polegar, indicador e médio e num pequeno número de casos.

NHÚNGÜES (57 ♂)

238

JOAQUIM NORBERTO DOS SANTOS JÚNIOR

Dedos	MÃO DIREITA					Total da mão dir.	MÃO ESQUERDA					Total da mão esq.	Total das duas mãos
	Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		
Arcos													
N.º de casos 0/0	4 7,02	6 10,53	1 1,75	0 —	1 1,75	12, 4,21	6 10,52	8 14,03	5 8,77	1 1,75	1 1,75	21 7,37	33 5,79
Presilhas dir.													
	R						C						
N.º de casos 0/0	2 3,51	4 7,02	0 —	1 1,75	1 1,75	8 2,80	27 47,37	29 50,89	43 75,43	52 91,22	54 94,74	205 71,93	213 37,37
Presilhas esq.													
	C						R						
N.º de casos 0/0	28 49,12	36 63,16	53 92,93	45 78,95	51 89,47	213 74,74	3 5,26	9 15,79	3 5,26	0 —	0 —	15 5,25	228 40,00
Verticilos													
N.º de casos 0/0	23 40,35	11 19,29	3 5,26	11 19,29	4 7,02	52 18,25	21 36,84	11 19,29	6 10,53	4 7,02	2 3,51	44 15,44	96 16,84

Os verticilos na mão direita encontram-se em todos os dedos, com a percentagem mais alta no polegar, a seguir no indicador e anular, depois no mínimo, e por fim no médio.

As idades dos 32 rapazes da Missão de Boroma iam dos 6 aos 14 anos. Neles colhemos com facilidade impressões bastante razoáveis. Não ofereceram resistência, não tiveram o menor receio. Havia ainda o facto de as suas mãos não estarem endurecidas pelo trabalho e, por isso, as cristas papilares desenhavam-se muito bem marcadas no papel.

Encontrei as seguintes fórmulas dactiloscópicas iguais:

<u>V 3333</u>	<u>E 3333</u>	<u>V 3333</u>	<u>E 3333</u>
<u>V 2222</u>	<u>I 2222</u>	<u>V 3222</u>	<u>I 1122</u>
	<u>E 3333</u>	<u>E 4333</u>	
	<u>I 1122</u>	<u>I 2222</u>	

sendo quatro vezes a primeira, sete vezes a segunda e duas vezes cada uma das restantes.

E as seguintes fórmulas simétricas:

<u>E 3333</u>	<u>V 3333</u>	<u>E 1133</u>	<u>V 4333</u>
<u>I 2222</u>	<u>V 2222</u>	<u>I 1122</u>	<u>V 4222</u>
	<u>V 4443</u>	<u>V 1333</u>	<u>A 3333</u>
	<u>V 4442</u>	<u>V 1222</u>	<u>A 2222</u>

sendo sete da primeira, quatro da segunda, e uma de cada uma das restantes.

Os Nhúngüès constituem uma tribo do distrito de Tete. Ocupam larga área em redor da Vila de Tete nas duas margens do rio Zambeze, e algumas zonas menores na circunscrição da Mutarara, posto de Ancuaze, quer em algumas ilhas do Zambeze a juzante da Lupata, quer em alguns pontos da margem esquerda deste rio no limite do mencionado posto.

Os Nhúngüès foram estudados pelo Prof. Santos Júnior, em 1936 e 1937, que deles publicou um estudo antropológico circunstanciado, que ocupa nada menos de 100 págs. do

volume: *Contribuição para o estudo da Antropologia de Moçambique — Algumas tribos do distrito de Tete*, «Publicação da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais — Ministério das Colónias», Porto, 1944, 416 págs., 204 figs., XII tab.

Os Nhúngüês vivem em contacto especialmente com Tauàras, Zimbás e Tongas.

NHÚNGÜÉS ♀

O resultado das 34 mulheres nhúngüês de Tete são os seguintes:

Os arcos aparecem na mão direita nos dedos polegar, indicador e médio; na mão esquerda nos mesmos dedos e no mínimo.

As presilhas direitas na mão direita aparecem nos dedos polegar, médio e anular, apenas com 1 caso em cada um deles, e no indicador, com percentagem um pouco mais elevada, mas correspondente apenas a 5 casos. Na mão esquerda aparecem com valores crescentes do polegar para o mínimo.

As presilhas esquerdas não se encontram na mão direita com a mesma regularidade crescente como vimos suceder com as cubitais da mão esquerda. Se não fosse a pequena baixa correspondente ao indicador, verificar-se-ia também a regularidade da frequência, crescente do polegar para o mínimo.

Há verticilos em todos os dedos da mão esquerda com valores decrescentes do polegar para o mínimo, exceptuando a alta percentagem correspondente aos dedos médios. Na mão direita observa-se que, do mesmo modo que na esquerda, é ao polegar que cabe a mais alta percentagem, e que nos outros dedos o decréscimo é regular, havendo ausência de verticilos no dedo mínimo.

NHÚNGÜÈS (34 ♀)

16

Dedos	MÃO DIREITA					Total da mão dir.	MÃO ESQUERDA					Total da mão esq.	Total das duas mãos
	Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		
Arcos													
N.º de casos %	4 11,7	6 17,6	5 14,7	0 —	0 —	15 8,8	7 20,5	8 23,4	5 14,7	0 —	1 2,9	21 12,3	36 10,6
Presilhas dir.													
	R						C						
N.º de casos %	1 2,9	5 14,7	1 2,9	1 2,9	0 —	8 4,7	16 47,1	17 50,0	19 55,8	31 91,1	32 94,1	115 67,6	123 36,2
Presilhas esq.													
	C						R						
N.º de casos %	17 50,0	16 47,1	26 76,4	31 91,1	34 100	124 72,9	1 2,9	4 11,7	3 8,8	1 2,9	0 —	9 5,3	133 39,1
Verticilos													
N.º de casos %	12 35,2	7 20,5	2 5,8	2 5,8	0 —	23 13,5	10 29,4	5 14,7	7 20,5	2 5,8	1 2,9	25 14,7	48 14,1

Encontrei as seguintes fórmulas dactiloscópicas iguais

<u>A 3333</u>	<u>E 3333</u>	<u>E 3333</u>	<u>A 1133</u>
A 2222	I 2222	A 2222	A 1122

duas vezes cada uma, e as seguintes simétricas:

<u>A 3333</u>	<u>E 3333</u>	<u>A 1133</u>	<u>E 1333</u>	<u>V 1333</u>
A 2222	I 2222	A 1122	I 1222	V 1222

sendo duas vezes cada uma das primeiras três, e uma vez cada uma das duas últimas.

Comparando os resultados expressos nos quadros correspondentes aos homens e mulheres Nhúngüès, verifica-se grande aproximação das percentagens respeitantes às presilhas e aos verticilos, quer quanto ao total de cada mão, quer quanto ao total global das duas mãos.

Há, porém, diversidade notória pelo que respeita aos arcos, que nas mulheres aparecem numa percentagem dobrada da dos homens.

Note-se que o mesmo facto foi verificado nas mulheres Macuas, e para ele chamamos a atenção, apesar da pequenez daquela série.

*

* *

A propósito de cada tribo indicámos as fórmulas simétricas encontradas nos respectivos dactilogramas.

Agora agrupamos no quadro da pág. 244 as diversas fórmulas simétricas achadas, indicando, para cada uma delas, o número de vezes que surgiram. Assim ficam objectivados os resultados globais neste particular.

Verifica-se que a fórmula simétrica mais frequente é a $\frac{E 3333}{I 2222}$ que aparece em 52 casos (13 %), seguindo-se-lhe a fórmula $\frac{V 3333}{V 2222}$ em 22 casos (5,5 %).

Para um total de 399 fórmulas dactiloscópicas há 126 simétricas (31,6 %).

O Sr. Prof. Doutor Carlos Lopes, nos dois trabalhos *As impressões digitais nos portugueses* ⁽¹⁾ e *A dactiloscopia nos criminosos portugueses* ⁽²⁾, encontrou também como fórmula simétrica mais frequente a $\frac{E\ 3333}{I\ 2222}$, mas a que imediatamente se lhe segue é $\frac{V\ 4443}{V\ 4442}$,

diferente da que encontramos nos negros de Moçambique.

A percentagem de fórmulas simétricas que verificamos em negros de Moçambique (31,6 %) é superior às percentagens achadas pelo mesmo Professor em portugueses metropolitanos, a qual foi de 20,9 % em não delinquentes (500 ♂ e 590 ♀) e 26 % em criminosos (500 ♂).

Não vale a pena discriminar as simetrias homólogas e heterólogas como fez Óscar Teixeira Bastos no seu trabalho *Simetria das figuras papilares dos dedos*, publicado no esplêndido «Arquivo de Anatomia e Antropologia», fundado e dirigido pelo Sr. Prof. Henrique de Vilhena ⁽³⁾.

Óscar Teixeira Bastos encontrou também, como fórmula mais frequente, a

$$\frac{E\ 3333}{I\ 2222}$$

(1) Carlos Lopes, *As impressões digitais nos portugueses* — (Subsídio para o seu estudo), in «Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto», Fasc. 2, Setembro, 1931, Porto, 1931, 1 fig., págs. 73 a 84.

(2) Carlos Lopes, *A dactiloscopia nos criminosos portugueses*, in, *id.*, *id.*, págs. 85 a 100.

(3) Óscar Teixeira Bastos, *Simetria das figuras papilares dos dedos — Observações no Arquivo Dactiloscópico do I. M. L. de Lisboa*, in «Arquivo de Anatomia e Antropologia», vol. XXIII, 1943-1945, págs. 389 a 400.

Mas a fórmula que no trabalho deste autor ocupa o 2.º lugar na série de frequências é a 1.ª do nosso quadro que, como pode ver-se a seguir, nos apareceu apenas 5 vezes.

Fórmulas	N.º de casos	Fórmulas	N.º de casos	Fórmulas	N.º de casos
$\frac{V 4444}{V 4444}$	5	$\frac{E 4344}{I 4244}$	1	$\frac{E 1113}{I 1112}$	1
$\frac{V 4443}{V 4442}$	3	$\frac{E 4343}{I 4242}$	1	$\frac{I 3333}{E 2222}$	1
$\frac{V 4433}{V 4422}$	1	$\frac{E 4333}{I 4222}$	1	$\frac{I 2333}{E 3222}$	1
$\frac{V 4343}{V 4242}$	1	$\frac{E 3343}{I 2242}$	2	$\frac{A 3333}{A 2222}$	5
$\frac{V 4333}{V 4222}$	8	$\frac{E 3333}{I 2222}$	52	$\frac{A 2133}{A 3122}$	1
$\frac{V 3343}{V 2242}$	1	$\frac{E 3133}{I 2122}$	1	$\frac{A 2222}{A 3333}$	2
$\frac{V 3333}{V 2222}$	22	$\frac{E 2333}{I 3222}$	4	$\frac{A 1333}{A 1222}$	4
$\frac{V 2333}{V 3222}$	1	$\frac{E 1333}{I 1222}$	1	$\frac{A 1133}{A 1122}$	3
$\frac{V 1333}{V 1222}$	1	$\frac{E 1133}{I 1122}$	1	$\frac{A 1111}{A 1111}$	1
	43		64		19
Frequência das diversas fórmulas simétricas em 399 negros moçambicanos de ambos os sexos					64
					43
					126

*

* *

A presente série de dactilogramas de indígenas de Moçambique, dum total de 399 indivíduos, se não constitui um lote cujos resultados possuam indiscutível valor estatístico (para isso reputam-se necessários pelo menos 1.000 indivíduos ou seja um total de 10.000 dedos), forma um grupo cujos resultados, embora condicionados por naturais reservas, não merecem todavia ser desprezados.

O Sr. Prof. Doutor Luís de Pina ⁽¹⁾ colheu e estudou dactilogramas em 152 indígenas de Moçambique que observou na 1.^a Exposição Colonial Portuguesa realizada no Porto em 1934, na qual estudou também 66 indígenas de Angola e 57 da Guiné, constituindo assim um lote de 275 negros das nossas colónias africanas.

Surge naturalmente a comparação dos nossos resultados com os do Prof. Luís de Pina, bem assim com os de outros autores por ele citados que fizeram estudos de dermo-papiloscopia em negros, resultados que este Prof. colheu no trabalho de Henckel ⁽²⁾, e ainda com os do Dr. Alexandre Sarmiento e os citados no trabalho de M.^{me} Dr.^a J. Leschi ⁽³⁾.

(1) Luís de Pina, *A distribuição das figuras papilares dos dedos nos indígenas negros das colónias portuguesas*, in «Trabalhos do 1.^o Congresso Nacional de Antropologia Colonial»; vol. I, Porto, 1934, págs. 350 a 360.

(2) K. O. Henckel, *Contribuciones al Estudio de La Antropologia Chilena — I. La disposicion de las crestas papilares de las falangetas en la poblacion de la provincia de Concepción*, «Boletin de La Sociedad de Biologia de Concepción (Chile)» Tomo V-VI, 1931-31, apud. Luís de Pina, *A distr. das fig. papil. dos dedos nos indíg. negros das colónias portuguesas*, cit.

(3) M.^{me} Dr.^a J. Leschi, *Empreintes digitales chez quelques peuples d'Afrique*

Eis a indicação geográfica dos negros examinados, dos valores achados e dos respectivos autores, figurando na 1.^a coluna a percentagem dos arcos, na 2.^a a das presilhas e na 3.^a a dos verticilos ou turbilhões.

Os números que vão entre parêntesis a seguir a cada uma das indicações geográficas ou étnicas indicam o número de casos.

Os algarismos romanos I a VII indicam as 7 séries de M.^{me} Leschi, da África Ocidental Francesa.

VII — Sarakolé, da margem esq. do Senegal (50)	6,4	53,2	40,2	M. ^{me} Leschi
VI — Toucouleur, da região en- tre o Alto Níger e o Senegal (362)	7,1	54,8	37,7	M. ^{me} Leschi
África Central (25)	7,2	55,6	37,2	Valsik
V — Peul, da região entre o Médio Senegal e a Gâmbia (151)	7	55,9	37,3	M. ^{me} Leschi
Negros franceses (1.000)	5,9	56,8	37,3	Sannié
I — Ouolof, do Baixo Senegal. (1.092)	6,4	57,5	35,6	M. ^{me} Leschi
Libéria e Serra Leoa (58)	3,6	57,3	38,9	Cummins
II — Serere, do Sul de Cabo- -Verde (109)	5,4	58,5	36	M. ^{me} Leschi
III — Socé, Diola, Mandyago e Soussou, da Gâmbia e Guiné francesa (104)	10,4	58,6	30,3	M. ^{me} Leschi

Occidental Française, «Bulletins et mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris», Tome neuvième — IX^e série, Paris, 1948, págs. 143-150.

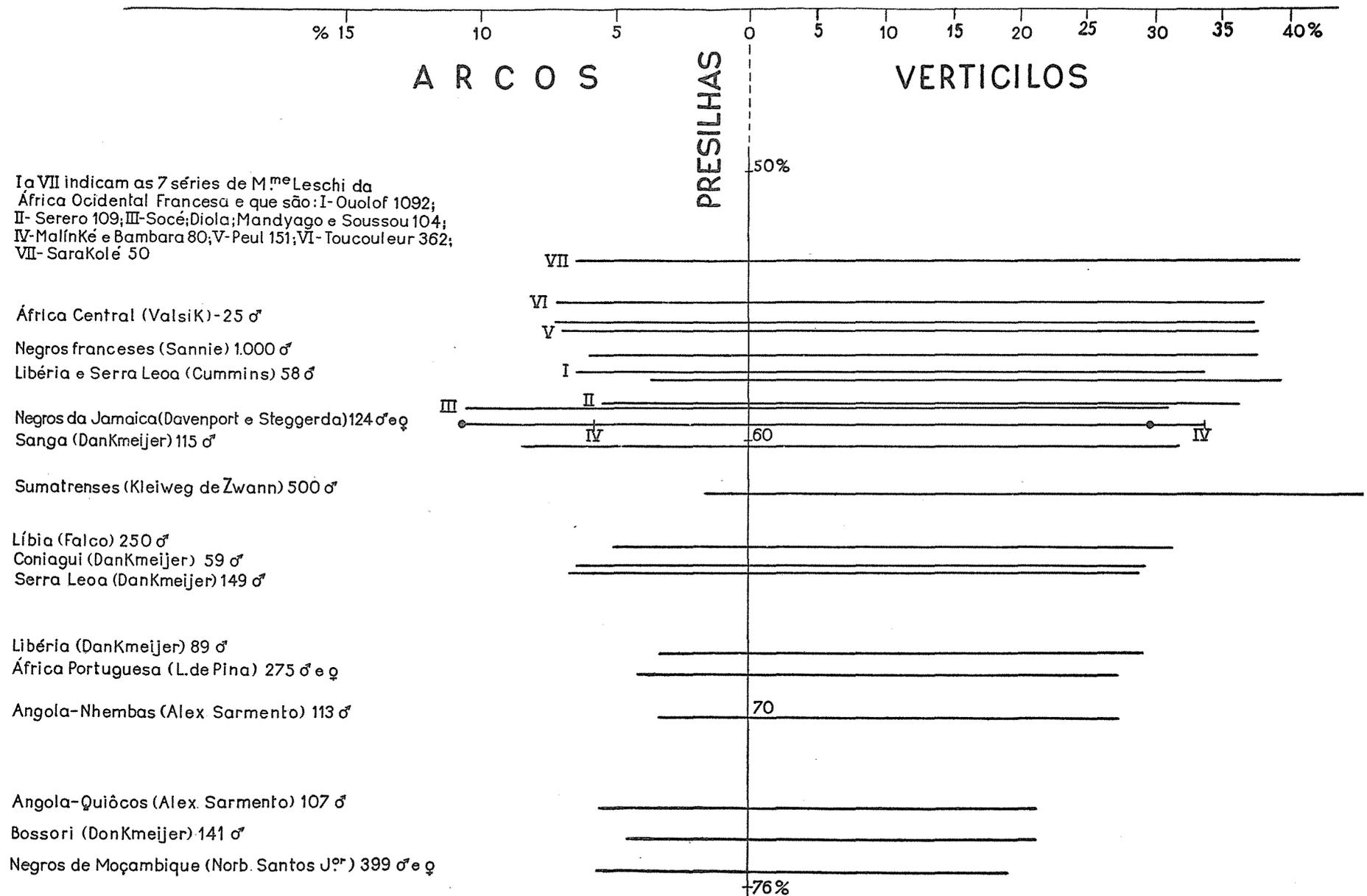


Fig. 1 — Gráfico comparativo dos nossos resultados com os de outros autores sobre negros e nomeadamente negros de África.

IV — Malinké e Bambara, do Sudão Ocidental e margens do Níger	5,8	59,3	33,7	M.me Leschi
(80)				
Negros da Jamaica	10,8	59,3	29,9	Devenport e Steggerda
(124)				
Sanga	8,4	60,1	31,5	Dankmeijer
(115)				
Sumatrenses	1,7	61,9	45,1	Kleiweg de Zwann
(500)				
Líbia	5	63,8	31,2	Falco
(250)				
Coniagui	6,4	64,4	29,2	Dankmeijer
(59)				
Serra Leoa	6,6	64,5	28,9	Dankmeijer
(149)				
Libéria	3,3	67,5	29,1	Dankmeijer
(89)				
África portuguesa	5,1	68,3	26,5	L. de Pina
(275)				
Angola — Nhembas	3,2	70	26,7	Alexandre Sarmento
(113)				
Angola — Quiôcos	5,5	73,3	21,1	Alexandre Sarmento
(107)				
Bassari	4,4	74,4	21,1	Dankmeijer
(141)				
Negros de Moçambique	5,6	75,6	18,9	Norberto Santos Júnior
(399)				

À maneira do índice de *pattern intensity* ocorreu-nos objectivar a comparação dos resultados que constam da lista anterior e, para isso, organizámos o gráfico da figura 1, onde imediatamente ressaltam as afinidades e as diversidades. É interessante verificar que, em linhas gerais, há um bloco em que as presilhas têm percentagens entre 53 e 60, os arcos entre 4 e 10, e os verticilos entre 30 e 40. Este bloco corresponde aos negros da África Central e Ocidental.

Os outros resultados expressos no quadro não têm a homogeneidade, relativa, do bloco anterior.

No entanto há um grupo médio com presilhas entre 64 e 70 %, arcos entre 3 e 8 %, e verticilos entre 20 e 30 %, e um grupo extremo formado por negros de Angola (Quiôcos), de Bassari e de Moçambique, em que as percentagens das 3 figuras dermo-papilares são: presilhas à roda de 75 %, arcos entre 4 e 6 %, e verticilos entre 19 e 21 %.

Verifica-se que, dos diferentes resultados a que chegaram os vários autores, são os de Bassari, de Dankmeijer, e os de Angola (Quiôcos), do Dr. Alexandre Sarmiento (1), os que mais se aproximam dos que achamos em negros de Moçambique, se bem que seja também manifesta a semelhança com os resultados do Sr. Prof. Luís de Pina, nos quais há todavia alta dos verticilos à custa das presilhas que descem abaixo de 70 %.

*

* *

Na 4.^a campanha da Missão Antropológica de Moçambique não nos foi possível prosseguir na colheita de dactilogramas, inteiramente absorvido por outras tarefas.

Na 5.^a campanha realizada em 1948, os serviços puderam ser montados de modo a colher impressões dermo-papilares. Nesta campanha tiraram-se dactilogramas em 1.005 indivíduos, dispondo assim das impressões de 10.050 dedos.

(1) Alexandre Sarmiento, *As figuras papilares digitais nos aborígenes de Angola. (Contribuição para o seu estudo)*, «Trabalhos da Soc. Port. de Antropologia e Etnologia», fascs. 1 e 2, vol. IX, Porto, 1939, págs. 113 a 117; id., *Dactiloscopia Angolana. (Novos subsídios para o seu estudo)*, id., fasc. 3, vol. IX, Porto, 1941, págs. 187 a 194.

Como em cada indivíduo, além das 10 impressões roladas das polpas, tirávamos mais as das 1.^{as} e 2.^{as} falanges dos dedos

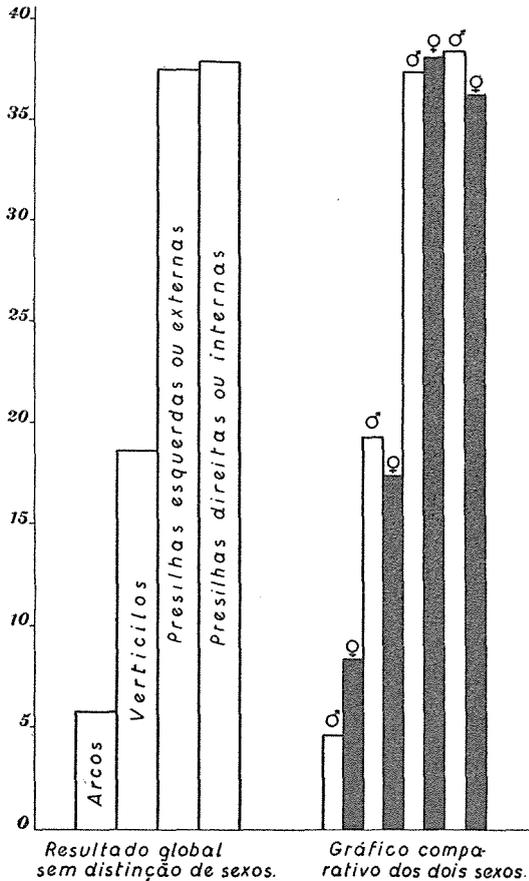


Fig. 2 — Diagrama dos resultados globais de 399 indígenas de Moçambique. Sem distinção de sexos e por sexos.

internos de cada uma das mãos, as palmares, e as plantares, o que totaliza 16 impressões em cada negro, isso dá para os 1.005 observados um lote de 16.080 impressões dermo-papilares.

O estudo de todo este material demanda bastante tempo. Por o trabalho presente, nas suas linhas gerais, ter sido elabo-

rado para levar ao Congresso da Associação Sul-Africana para o Progresso das Ciências, que se realizou em Lourenço Mar-

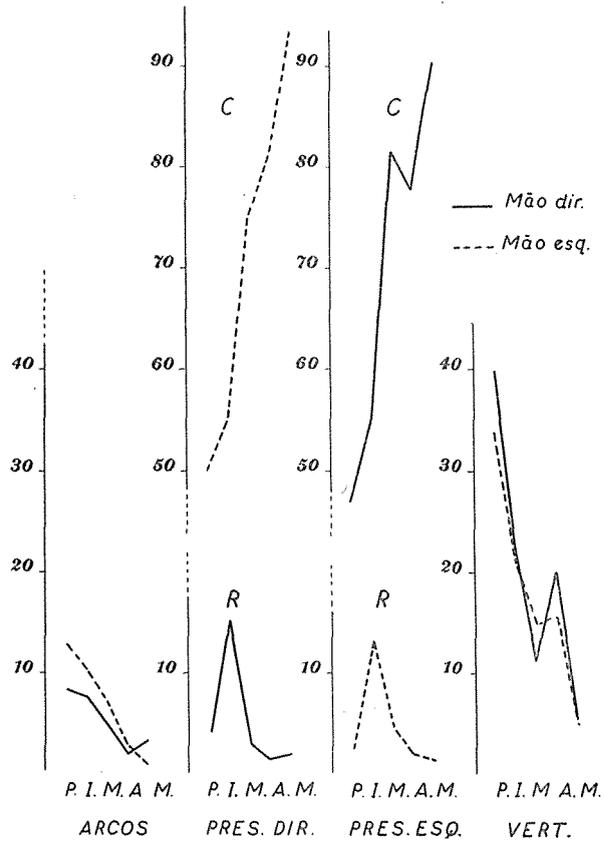


Fig. 3 — Gráfico das percentagens das diferentes figuras papilares por dedos e sem distinção de sexos. As letras C e R indicam respectivamente presilhas cubitais e radiais.

ques em Junho de 1948, onde, apesar de termos chegado nessa altura à colónia, mau grado nosso, não pôde ser apresentado, não quis deixar de trazer a público os resultados nele consignados para não ser maior a demora em dar a conhecer os pri-

meiros resultados das nossas colheitas no campo da dermo-papiloscopia moçambicana.

Esses resultados foram dados em pormenor para cada uma das tribos nas páginas antecedentes.

Em 3 novos quadros damo-los agora em síntese; um para o total dos homens, que é de 307, outro para as 92 mulheres, e o terceiro e último para o total geral que é, conforme já foi dito, em número de 399.

No gráfico da figura 2 procuramos objectivar os resultados que constam dos referidos 3 quadros.

Na figura 3 se patenteiam as percentagens das diferentes figuras papilares na mão direita e na mão esquerda, por dedos e sem distinção de sexos.

Os gráficos desta figura mostram:

1.º, que as percentagens das diferentes figuras nos vários dedos das duas mãos têm uma variação sensivelmente concordante:

2.º, que se afigura vantajoso usar as designações de presilhas radiais e cubitais, pois em vez de termos uma categoria de presilhas direitas onde figuram as cubitais da mão esquerda e as radiais da direita, e uma categoria de presilhas esquerdas englobando as cubitais da mão direita e as radiais da esquerda, categorias associando valores heterólogos, como os gráficos bem patenteiam, passaríamos a ter categorias harmónicas, associando a um lado as cubitais e a outro as radiais:

3.º, verifica-se a observação do Sr. Prof. Mendes Corrêa ⁽¹⁾, confirmada pelo Prof. Carlos Lopes ⁽²⁾, pela qual os dedos polegares dão com enorme frequência as impressões em turbilhão ou verticilo.

⁽¹⁾ Mendes Corrêa, *Os criminosos portugueses*, 2.ª ed., Coimbra, 1914, pág. 149.

⁽²⁾ Carlos Lopes, *A dactiloscopia nos criminosos portugueses*, cit., pág. 38.

Total dos homens=307

Dedos	MÃO DIREITA					Total mão dir.	MÃO ESQUERDA					Total da mão esq.	Total das duas mãos
	Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		
Arcos													
N.º de casos %	24 7,8	20 6,5	10 3,2	3 0,97	5 1,6	403 62	36 11,7	27 8,8	16 5,2	4 1,3	1 0,32	84 5,47	146 4,75
Presilhas dir.													
	R						C						
N.º de casos %	12 3,9	48 15,6	9 2,9	6 1,9	8 2,6	83 5,41	158 51,5	174 56,7	235 76,5	246 80,1	284 92,5	1097 71,46	1180 38,44
Presilhas esq.													
	C						R						
N.º de casos %	145 47,2	172 56,0	252 82,1	230 74,9	274 89,2	1073 69,90	8 2,6	43 14,0	14 4,6	7 2,3	7 2,3	79 5,15	1152 37,52
Verticilos													
N.º de casos %	126 41,0	67 21,8	36 11,7	68 22,1	20 6,5	317 20,65	105 34,2	63 20,5	42 13,7	50 16,2	15 4,9	275 17,91	592 19,28

Total das mulheres=92

Dedos	MÃO DIREITA					Total da mão dir.	MÃO ESQUERDA					Total da mão esq.	Total das duas mãos
	Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		
Arcos													
N.º de casos 0/0	10 10,9	11 11,9	8 8,7	1 1,1	2 2,2	32 6,9	16 17,4	14 15,2	11 11,9	1 1,1	2 2,2	44 9,6	76 8,26
Presilhas dir.													
R						C							
N.º de casos 0/0	4 4,3	11 11,9	1 1,1	1 1,1	0 —	17 3,7	42 45,6	46 50	63 68,5	78 84,8	88 95,6	317 68,9	334 36,30
Presilhas esq.													
C						R							
N.º de casos 0/0	45 48,9	48 52,2	74 80,4	78 84,8	87 94,6	332 72,2	3 3,3	11 11,9	3 3,3	1 1,1	0 —	18 3,9	350 38,04
Verticilos													
N.º de casos 0/0	33 35,9	22 23,9	9 9,8	12 13,0	3 3,3	79 17,2	31 33,7	21 22,8	15 16,3	12 13,0	2 2,2	81 17,6	160 17,39

Total geral=399

Dedos	MÃO DIREITA					Total da mão dir.	MÃO ESQUERDA					Total da mão esq.	Total das duas mãos
	Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		Pol.	Ind.	Méd.	Anul.	Mín.		
Arcos													
N.º de casos	34	31	18	4	7	94	52	41	27	5	3	128	222
0/0	8,4	7,8	4,5	1,0	1,7	4,71	13,3	10,3	6,8	1,2	0,7	6,41	5,56
Presilhas dir.													
	R						C						
N.º de casos	16	59	10	7	8	100	200	220	298	324	372	1414	1514
0/0	4,0	14,8	2,5	1,7	2,0	5,03	50,1	55,1	74,7	81,2	93,2	70,87	37,94
Presilhas esq.													
	C						R						
N.º de casos	190	220	326	308	361	1405	11	54	17	8	7	97	1502
0/0	47,6	55,1	81,7	77,2	90,5	70,42	2,7	13,5	4,3	2,0	1,7	4,86	37,64
Verticilos													
N.º de casos	159	89	45	80	23	396	136	84	57	62	17	356	752
0/0	39,9	22,3	11,3	20,0	5,8	19,84	34,1	21,1	14,3	15,5	4,3	17,84	18,85

CONCLUSÕES

1.^a — Em 3.070 impressões digitais das mãos de 307 homens, tomando no seu conjunto as impressões dos 10 dedos, há:

1.180 presilhas direitas ou internas	33,44 0/0
1.112 presilhas esquerdas ou externas	37,52 0/0
	<hr/>
	75,96 0/0

592 verticilos	19,28 0/0
146 arcos	4,75 0/0

2.^a — Em 920 impressões digitais das mãos de 92 mulheres negras, tomando no seu conjunto as impressões dos 10 dedos, há:

334 presilhas direitas ou internas	36,30 0/0
350 presilhas esquerdas ou externas	38,04 0/0
	<hr/>
	74,34 0/0

160 verticilos	17,39 0/0
76 arcos	8,26 0/0

3.^a — Em 3.990 impressões digitais das mãos de 399 indígenas de Moçambique sem distinção de sexo, tomando no seu conjunto as impressões dos 10 dedos, há:

1.514 presilhas direitas ou internas	37,94 0/0
1.502 presilhas esquerdas ou externas	37,64 0/0
	<hr/>
	75 58 0/0

752 verticilos	18,85 0/0
222 arcos	5,56 0/0

4.^a — Comparando as percentagens das diferentes figuras papilares nos homens e nas mulheres, verifica-se grande proximidade de frequências das mesmas para as presilhas e verticilos, e diversidade pelo que respeita aos arcos, os quais nas mulheres aparecem em proporção acentuadamente mais alta. Note-se, porém, que o número de mulheres é apenas de 92.

Faculdade de Ciências da Universidade do Porto,
Maio de 1949.

Assimetria dos membros em Nhúngüès e Antumbas

POR

IRENE DA CONCEIÇÃO GARCIA

Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade do Porto
e antiga Assistente da Secção de Zoologia e Antropologia
da Universidade do Porto

No trabalho do Prof. Santos Júnior, *Contribuição para o estudo da Antropologia de Moçambique — Algumas tribos da Zambézia* (1), vêm publicadas tabelas finais onde colhi os elementos para a execução deste trabalho sobre a assimetria dos membros nas tribos zambezinhas de Nhúngüès e Antumbas (2).

Ao elaborar quadros com os valores dos perímetros dos vários segmentos dos membros destas tribos, valores tirados das tabelas mencionadas, com o auxílio do Prof. Santos Júnior e em face dos papéis em que figuraram as medidas tiradas em África, fizeram-se algumas pequenas correcções a erros de cópia ou tipografia.

(1) Santos Júnior — *Contribuição para o estudo da Antropologia de Moçambique — Algumas tribos do distrito de Tete*. Publ. da «Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, Ministério das Colónias», Porto, 1944, 416 págs., 204 figs., X tab.

(2) Os Nhúngüès são pretos moçambicanos da tribo do mesmo nome que vivem sobretudo à roda de Tete e nas margens do rio Zambeze, a montante e a juzante daquela vila. Há outro núcleo, menor, na circunscrição da Mutarara. V. pág. 103 e segs. e fig. 26 do livro citado no número anterior. Os Antumbas constituem outra tribo do distrito de Tete que hoje vive sobretudo na circunscrição da Angónia, junto da Niassalândia. O livro citado no número anterior estuda os Antumbas no cap. VII, págs. 215-246.

O número de casos dos Nhúngüès é de 120 homens e 46 mulheres. Os Antumbas são apenas 28 homens.

Por sugestão e orientação do referido Professor, elaborei este trabalho sobre a assimetria dos membros no que respeita ao maior ou menor desenvolvimento, compreendidas as partes moles.

O nosso Mestre, o eminente Professor de Antropologia da Universidade do Porto, Doutor Mendes Corrêa, estudou a assimetria dos membros superiores nos portugueses ⁽¹⁾ baseando o seu estudo em observações osteométricas, para o que utilizou 92 clavículas, 70 omoplatas, 113 úmeros, 100 rádios e 88 cúbitos.

Como resultado das suas observações diz que elas bastam para demonstrar que o problema do dextrismo e do sinistrismo morfológico no esqueleto dos membros superiores não conduziu a conclusões tão simples e tão gerais como poderia supor-se. Não encontrou, senão em casos raros, diferenças acentuadas, sem contudo terem valor estatístico significativo.

Verificou superioridade mais frequente do lado direito sobre o esquerdo. O Prof. Mendes Corrêa diz que as suas observações não lhe permitem conformar-se com as conclusões tão categóricas de Rollet e de outros autores, terminando por afirmar:

«La proportion de gauchers morphologiques du squelette du bras et de l'avant bras (de celui-ci surtout) est bien plus forte dans la série portugaise que dans celle de l'auteur français (refere-se a Rollet) Doit'on conclure que la proportion des gauchers fonctionels est aussi plus forte? Je n'ose pas le supposer. Il faudrait établir d'avance une correlation étroite et constante entre le développement morphologique de chacun des membres supérieurs et leur activité.»

(1) Mendes Corrêa, *De l'asymétrie du squelette des membres supérieurs*. Extrait des «Comptes rendus des séances de l'Académie des Sciences de Paris», t. 416. Paris, 1922, 3 págs.

Posteriormente, o Prof. Mendes Corrêa em *Os povos primitivos da Lusitânia* (1), no capítulo dedicado ao esqueleto do tronco e dos membros, págs. 300 a 356, volta a ocupar-se do assunto dando em vários quadros as médias de algumas medidas, tais como, comprimentos, diâmetros e perímetros de vários ossos dos membros, e, noutros quadros, as diferenças da esquerda para a direita. Mas estes elementos dizem respeito à parte esquelética. Rollet (2) em 1888, tinha também abordado o estudo das desigualdades fisiológicas do comprimento dos ossos longos dos membros, tendo verificado o frequente predomínio do lado direito dos membros superiores e que nos membros inferiores a assimetria era menos acentuada.

O Prof. Doutor Abílio Augusto da Silva Barreiro, quando estudante em Coimbra, teve como mestre de Antropologia o Prof. Doutor Bernardino Machado, que o encarregou do estudo dos ossos longos do ossuário do Museu Antropológico da Universidade. Como resultado dessas observações e medidas, o Prof. Abílio Barreiro elaborou o trabalho *Lei da assimetria dos membros do homem* (3). Em face das diferenças sensíveis achadas entre as medidas dos ossos direitos e esquerdos emitiu aquilo a que chamou «lei da assimetria», assim formulada: «Os caracteres osteométricos dos ossos longos direitos excedem os dos esquerdos pelo seu grau de superioridade».

(1) Mendes Corrêa, *Os povos primitivos da Lusitânia*, Porto, 1924. 391 págs., 32 figs. e XXI Est.

(2) Etienne Rollet, *De la mensuration des os longs des membres, et de ses explications anthropologique et médico-légale*, «Comptes Rendus de l'Académie des Sciences», t. 107, Paris, 1888, págs. 957 a 960.

(3) Abílio Augusto da Silva Barreiro, *Lei da assimetria dos membros do homem*, in «O Instituto», vol. 51, Coimbra, 1904, págs. 165-178; págs. 227-235; págs. 278-282; págs. 431-441.

Mas todos estes trabalhos incidiram sobre materiais ósseos, enquanto que agora nos ocupamos dos perímetros dos diferentes segmentos, compreendidas as partes moles.

Como é sobejamente conhecido, em Antropologia importa, e muito, saber como as diferentes medidas são obtidas, dada a circunstância de ainda hoje não haver pleno acordo quanto aos métodos de colheita. Enquanto a Antropometria não estiver perfeitamente unificada e os mesmos processos não forem por todos aceites e seguidos, convém indicar o modo como se tiraram as medidas.

E assim é que o Prof. Doutor Santos Júnior, a páginas 98 do trabalho citado, dá indicação sobre o modo como obteve as medidas que nos interessam, e que foi o seguinte: coxa, perna, braço, e antebraço, perímetros determinados no plano onde os mesmos tinham o valor máximo, para o tornozelo e punho, os perímetros correspondem aos valores mínimos medidos, para o primeiro, por cima dos maléolos, e, para o segundo, logo acima das apófises estilóides.

Em face das medidas de que dispunha, pude estudar os perímetros dos diferentes segmentos dos membros superior e inferior. Organizei quadros pondo em paralelo os valores dos perímetros de cada segmento no lado esquerdo e no lado direito e em colunas imediatas as diferenças de cada um em relação ao seu correspondente.

Com o número de casos em que havia igualdade de perímetros ou diversidade com predomínio ora do lado esquerdo ora do direito e com as percentagens dos valores achados organizei o quadro I, que nos mostra o modo como os diferentes perímetros se apresentam em diversidade e igualdade.

Vejamos a seguir o que se verifica para cada um dos segmentos estudados e em cada uma das tribos observadas.

HOMENS NHÚNGÜÈS

Coxa — Nos 120 Nhúngüès verifica-se que em 49 a coxa esquerda é a mais grossa e em 64 é a direita que supera a esquerda. Apenas em 7 casos há identidade de perímetros.

Nos casos em que a coxa esquerda é mais grossa, a diferença para mais vai dum mínimo de 1^{mm} ao máximo de 22^{mm}, com um valor médio de 6,8^{mm}.

Nos casos em que a coxa direita é mais grossa, a diferença para mais vai dum mínimo de 1^{mm} ao máximo de 31^{mm}, com um valor médio de 8,6^{mm}. Verifica-se, pois, que é a coxa direita a mais desenvolvida em grossura, sendo a diferença para mais acentuada do que quando tal sucede na esquerda.

Perna — Para este segmento, 38 Nhúngüès têm a perna esquerda mais grossa do que a direita. Em 70 a direita supera a esquerda.

Nos 12 restantes há igualdade de perímetros.

Quando a perna esquerda é mais grossa, a diferença para mais oscila entre um mínimo de 1^{mm} a um máximo de 17^{mm}, com um valor médio de 5^{mm},8.

Nos casos em que a perna direita é mais grossa, a diferença para mais varia dum mínimo de 1^{mm} a um máximo de 29^{mm} com um valor médio de 7^{mm},3.

Verifica-se, pois, que do mesmo modo que na coxa, também é à direita que a perna é mais grossa.

Tornozelo — Em 45 Nhúngüès o tornozelo esquerdo é mais grosso que o direito, em 61 casos o direito supera o esquerdo, e em 13 há igualdade.

Nos que tinham o tornozelo esquerdo mais grosso, as diferenças para mais vão de um valor mínimo de 1^{mm} a um máximo de 14^{mm}, com a média de 3^{mm},5.

Nos indivíduos em que é o tornozelo direito o mais grosso, a amplitude de variação é de 1 a 10^{mm}, com um valor médio de 3^{mm},8.

É, pois, o tornozelo direito o que mais vezes é mais desenvolvido, sendo a diferença para mais bastante acentuada.

Braço — Em 41 Nhúngüès o braço esquerdo era mais grosso do que o direito, 74 tinham o direito com perímetro maior do que o anterior e em 5 havia igualdade.

Nos indivíduos em que havia diferenças para mais no perímetro do braço esquerdo, estas vão de um mínimo de 1^{mm} a um máximo de 14^{mm} e o seu valor médio é 4^{mm},9.

No braço direito aquelas mesmas diferenças, quando em valores excedentes, vão do mínimo de 1^{mm}, à máxima de 18^{mm}; valor médio 6^{mm},9.

É ainda, como nos casos anteriores, a parte direita a que mais vezes é mais desenvolvida com uma diferença para mais bem acentuada.

Antebraço — Na série dos Nhúngüès estudados registam-se apenas 12 homens com o antebraço esquerdo mais grosso do que o direito, 100 nos quais o direito excede em grossura o esquerdo, e 7 em que há igualdade.

As diferenças para mais nos perímetros do antebraço esquerdo dos 12 casos referidos vão de 1^{mm} a 17^{mm}, com um valor médio de 5^{mm},8.

No antebraço direito, nos 100 casos em que este lado excede em grossura o lado esquerdo, a variação das diferenças de perímetro vai dum mínimo de 1^{mm} e o máximo de 22^{mm}, sendo o valor médio 8^{mm},9.

É, também, como em todos os segmentos considerados, o antebraço direito o mais desenvolvido e numa larga margem; mais de 4/5 dos casos.

Punho — Relativamente ao perímetro deste segmento do membro superior, 9 homens Nhúngüès tinham o punho esquerdo mais grosso que o direito, 95 tinham o direito mais desenvolvido, e em 15 havia igualdade.

Quando o punho esquerdo é mais grosso, as diferenças para mais vão dum mínimo de 1^{mm} a um máximo de 8^{mm}, com um valor médio de 3^{mm},4.

No punho direito, quando este era o mais desenvolvido, essas mesmas diferenças são 1^{mm} e 10^{mm}, com a média de 4^{mm},2.

É também o punho direito o de maior perímetro no maior número de indivíduos.

MULHERES NHÚNGÜÈS

Nas 46 mulheres nhúngüès os resultados são os seguintes: em 26 a coxa esquerda é mais grossa; em 17 é esta que supera a esquerda; em 3 havia igualdade de perímetros.

Quando a coxa esquerda é mais grossa, os valores em acréscimo vão de 1^{mm} a 23^{mm}, com a média de 8^{mm}.

Na coxa direita os excedentes escalonam-se de um mínimo de 1^{mm}, à máxima de 20^{mm}, com o valor médio 7^{mm},6.

A coxa esquerda é mais desenvolvida e por diferença bem acentuada.

Perna — A perna esquerda é mais grossa em 16 mulheres da série; em 26 é a direita a de maior perímetro, e em 4 casos igualam-se.

Na perna esquerda, quando esta é mais grossa, as diferenças vão de um mínimo de 2^{mm} a um máximo de 10^{mm} com a média de 4^{mm},8. Nos casos em que é a perna direita a mais grossa, os valores são de 2^{mm} a 11^{mm}, com o valor médio de 5^{mm},1.

Em oposição ao que se passa com a coxa, é a perna direita a mais desenvolvida nas mulheres Nhúngüès observadas.

Tornozelo — Nas 46 mulheres da série, 24 tinham o tornozelo esquerdo mais grosso do que o direito. Em 17 é este que supera o primeiro. Nas 5 restantes há igualdade.

As diferenças entre os perímetros direito e esquerdo são as seguintes:

No tornozelo esquerdo, quando este é o mais grosso, as diferenças estendem-se de um mínimo de 1^{mm} a um máximo de 14^{mm}, com o valor médio de 3^{mm},5; nos casos em que é mais grosso o tornozelo direito, vão de 1 a 10^{mm}, com a média de 3^{mm},8.

O tornozelo esquerdo é o mais desenvolvido, e a diferença para mais bastante acentuada.

Parecia natural esperar que fosse o tornozelo direito o mais grosso, visto que, como vimos, nesta série de mulheres a perna direita era a mais desenvolvida em perímetro. É certo que no desenvolvimento da perna interfere essencialmente a massa muscular e no tornozelo o maior ou menor desenvolvimento do perímetro resulta fundamentalmente da sua estrutura óssea.

Braço — O braço direito é mais grosso em 16 mulheres nhúngüès, e o esquerdo é-o em 24. Nas 7 restantes os perímetros são iguais à direita e à esquerda.

Nos casos em que o braço esquerdo é mais grosso, a diferença para mais vai de 1 a 10^{mm}, com a média de 5^{mm},4.

Nos casos em que é o braço direito mais grosso, a diferença

para mais vai dum mínimo de 2^{mm} a um máximo de 10^{mm}, com a média de 5^{mm},3.

Verifica-se que é o braço esquerdo o que mais vezes é mais desenvolvido.

Antebraço — Em 20 casos o antebraço esquerdo supera o direito e em 24 é o direito o de maior perímetro. Os 2 restantes não apresentam diferença de perímetros.

Quando o antebraço esquerdo é mais grosso, a diferença para mais vai de um valor mínimo de 1^{mm} a um máximo de 10^{mm}, com o valor médio de 4^{mm},2; quando é o direito o mais grosso, aquelas diferenças de perímetro variam dentro dos mesmos limites, ou seja também de 1 a 10^{mm}, com o valor médio de 4^{mm},7.

No maior número de indivíduos estudados, é o antebraço direito o mais desenvolvido, embora o seja por margem relativamente pequena. Nos homens Nhúngüès e nos Antumbas é também o antebraço direito o de maior perímetro, mas por uma diferença de percentagem muito grande.

Punho — Nas mulheres Nhúngüès, há 18 com o punho esquerdo mais desenvolvido que o direito, 21 em que supera o direito, e 7 em que não há diferença de perímetros.

A amplitude de variação dos excedentes dos perímetros à direita e à esquerda são respectivamente 1 a 9^{mm}, com o valor médio de 2,9, e 1 a 5^{mm}, com o valor médio de 2^{mm},4.

O punho direito é mais desenvolvido do que o esquerdo.

HOMENS ANTUMBAS

Coxa — O número de casos nos Antumbas é, como já se disse, apenas de 28, nos quais, 11 com a coxa esquerda mais

grossa, e nos restantes 17 é a direita que supera. Nem um só caso de igualdade de perímetros.

Quando é a coxa esquerda mais grossa, as diferenças de perímetros entre esta e a direita em cada indivíduo variam entre 1 a 12^{mm}, e o valor médio de 6^{mm},6. Na direita, quando mais grossa, a amplitude de variação é de 3 a 19^{mm} e a média 7^{mm},6.

A direita é algum tanto mais desenvolvida do que a esquerda, sendo a diferença para mais um pouco mais acentuada do que quando isso se passa na esquerda. As percentagens dos casos em que predomina a coxa esquerda e daqueles em que é a direita a de maior perímetro são próximos das achadas para o mesmo segmento nos 120 homens nhúngüês.

Perna — Tinham a perna esquerda mais grossa do que a direita 11 Antumbas. Em 16 é a direita a mais grossa; não há diferença de perímetros num só caso.

Quando a perna esquerda é mais grossa do que a direita, as diferenças de perímetro vão de 1 a 20^{mm}, com o valor médio de 5^{mm},2.

Nos casos em que o perímetro da perna direita é o maior, aquelas diferenças vão de um valor mínimo de 1^{mm} a um máximo de 13^{mm}, com o valor médio de 5^{mm},6.

É também a perna direita a que mais vezes é mais desenvolvida.

As percentagens correspondentes aos casos de maior desenvolvimento da circunferência da perna, quer à esquerda quer à direita, são muito próximas das que observamos nos homens Nhúngüês.

Tornozelo — Em 15 casos, o tornozelo esquerdo é mais grosso do que o direito, e em 10 o direito excede em grossura o primeiro. Em 3 há igualdade de perímetros. A amplitude de varia-

ção dos excedentes dos perímetros à esquerda é de 1 a 11^{mm}, com o valor médio de 3^{mm},6.

Nos excedentes à direita, essa amplitude de variação vai também de 1 a 11^{mm}, mas com o valor médio de 4^{mm},1.

O tornozelo esquerdo é o que mais vezes é mais desenvolvido, sendo-o em mais de metade dos casos.

Braço — Os resultados a que chegamos para os 28 homens antumbas são muito próximos, quase sobreponíveis, do que vimos passar-se nos 120 homens nhúngüès. Esta similitude de resultados que é, pode dizer-se, a regra (Vd. quadro I), para nenhum outro segmento é tão flagrante.

Em 9 Antumbas o braço esquerdo é mais grosso que o direito, em 18 este supera aquele e apenas num havia igualdade de perímetros à direita e à esquerda. Quando é o braço esquerdo o de maior perímetro, a diferença para mais vai do mínimo de 1^{mm} ao máximo de 7^{mm}, com a média de 3^{mm},7, mas nos casos em que é o braço direito o mais grosso, a diferença para mais vai do valor mínimo de 1^{mm} a um máximo de 14^{mm}, com a média de 6^{mm}.

É, pois, o braço direito o que mais vezes apresenta maior desenvolvimento, sendo a diferença para mais bem mais acentuada do que quando tal sucede no braço esquerdo.

Antebraço — Apenas 4 homens antumbas tinham o antebraço esquerdo mais grosso. Em 24 era o direito que excedia em grossura o primeiro.

A amplitude de variação das diferenças dos perímetros vai, no antebraço esquerdo, dum mínimo de 1^{mm} a um máximo de 6^{mm}, com valor médio de 3^{mm}; e no antebraço direito, dum mínimo de 1^{mm} e um máximo de 16^{mm} com a média de 8^{mm},3.

No maior número de casos é também o antebraço direito o mais desenvolvido.

Punho — Pelo que respeita ao punho, verifica-se que só um Antumba tinha o do lado esquerdo mais grosso do que o do lado direito. Em 24 o direito excedia em perímetro o seu simétrico, e em 3 não havia diferença de grossura.

No único caso em que o punho esquerdo é mais grosso, a diferença para mais é de 1^{mm}.

Nos casos em que é o punho direito o de maior perímetro, a diferença para mais vai dum mínimo de 1^{mm} a um máximo de 9^{mm}, com a média de 3^{mm},4.

Verifica-se, pois, que, como no braço e no antebraço, é também no punho direito que se encontram os maiores perímetros.

*

* *

No quadro I figuram as percentagens do predomínio esquerdo ou direito ou da igualdade, de cada um dos segmentos.

A observação do quadro mostra que nos 120 homens nhúngüès é à direita que há mais vezes maior desenvolvimento dos perímetros que estudamos.

Nas mulheres nhúngüès, em 3 segmentos, coxa, tornozelo e braço, é, pelo contrário, o lado esquerdo o predominante; nos outros 3 segmentos, perna, antebraço e punho, há, como nos homens, maior desenvolvimento à direita, sem que, no entanto, esse predomínio seja tão acentuado como neles, especialmente no antebraço e punho.

Nos homens antumbas, com excepção do tornozelo esquerdo, também é sempre direito o predomínio da maior grossura de cada um dos segmentos considerados.

O antebraço e o punho direitos das Antumbas são os segmentos que mais vezes são mais grossos. As altas percentagens que lhes competem aproximam-se (excedendo-as até) das correspondentes às dos homens nhúngüès nos segmentos similares.

IRENE DA CONCEIÇÃO GARCIA

QUA

TRIBOS	N.º de casos	COXA						PERNA						TORNOZELO			
		Esq. > Dir.		Dir. > Esq.		Esq. = Dir.		Esq. > Dir.		Dir. > Esq.		Esq. = Dir.		Esq. > Dir.		Dir. > Esq.	
		N.º de casos	%	N.º de casos	%	N.º de casos	%	N.º de casos	%	N.º de casos	%	N.º de casos	%	N.º de casos	%	N.º de casos	%
Nhúnguês ♂	120	49	40,8	64	53,3	7	5,8	38	31,7	70	58,3	12	10	45	37,5	61	51
					+						+						+
Nhúnguês ♀	46	26	56,5	17	36,9	3	6,5	16	34,8	26	56,5	4	8,7	24	52,5	17	36
			+								+				+		
Antumbas ♂	28	11	39,3	17	60,7	—	—	11	39,3	16	57,1	1	3,6	15	53,6	10	35
					+						+				+		

Neste quadro mostra-se a diversidade dos membros em diversidade ora à direi

ASSIMETRIA DOS MEMBROS EM NHÚNGÜES E ANTUMBAS

O I

= Dir.	BRAÇO						ANTEBRAÇO						PUNHO					
	Esq. > Dir.		Dir. > Esq.		Esq. = Dir.		Esq. > Dir.		Dir. > Esq.		Esq. = Dir.		Esq. > Dir.		Dir. > Esq.		Esq. = Dir.	
	N.º de casos	o/o	N.º de casos	o/o	N.º de casos	o/o	N.º de casos	o/o	N.º de casos	o/o								
10,8	41	34,5	74	61,6	4	3,3	12	10,1	100	83,3	7	5,8	9	7,6	95	79,2	15	12,5
				++						+++						+++		
10,8	24	52,2	15	32,6	7	15,3	20	43,5	24	52,2	2	4,3	18	39,1	21	45,7	7	15,3
		+								+						+		
10,7	9	32,1	18	64,3	1	3,6	4	14,3	24	85,7	—	—	1	3,8	24	85,7	3	10,7
				++						+++						+++		

o dos diferentes perímetros
predomínio ora à esquerda
igualdade.

Para terminar esta pequena nota direi:

I — Raros são os casos em que no mesmo indivíduo há igualdade de perímetros nos dois lados, para o mesmo segmento;

II — Nos homens é quase constante o predomínio do maior desenvolvimento à direita;

III — Nas mulheres nhúngüès estudadas há, como já dissemos, três vezes predomínio à direita (perna, antebraço e punho) e três vezes predomínio do lado esquerdo (coxa, tornozelo e braço);

IV — O maior desenvolvimento dos vários segmentos do membro superior direito pode atribuir-se ao maior uso do órgão por dextra e quando o maior desenvolvimento é à esquerda isso pode resultar da sinistria. O Prof. Santos Júnior não pôde averiguar se cada um dos examinandos era dextro ou sinistro.

Mas se os membros superiores podem ser diferentemente usados em intensidade e prontidão consoante o indivíduo é direito ou canhoto, e daí o maior desenvolvimento dum lado ou do outro de acordo com o seu uso mais frequente, isto não se pode evocar para os membros inferiores, visto que, nas condições normais da marcha, função essencialmente predominante destes, não há maior encargo fisiológico para qualquer dos lados. Sem dúvida que a melhor irrigação cerebral da zona encefálica correspondente à zona motora do membro em questão explica o facto.

Mas há casos em que não se observa maior desenvolvimento concomitante dos vários segmentos de cada membro.

Assim sucede com os membros superiores e inferiores das mulheres nhúngüès e com os membros superiores dos homens antumbas das séries estudadas.

Outra terá de ser a explicação que, confesso, não sei qual possa ser.

Restos arqueológicos de Vila do Conde

I

O CASTRO DE ARGIFONSO

POR

F. RUSSELL CORTEZ

Teria a maior actualidade um estudo de conjunto dos materiais recolhidos ou entrevistados nos povoados castrejos do N. O. da Península Hispânica. Da posição sistemática destes elementos resultaria, disso estou certo, um mais perfeito conhecimento do que foi a evolução cultural dos citanienses, avoengos nossos.

A origem deste aspecto cultural, peculiar ao recanto Norte Ocidental da Hispânia, tem de buscar-se nos tempos do Neo-eneolítico, profundamente modificado pela expansão e desenvolvimento, ainda pouco estudados, da cultura de Alcalar, pelas suas relações com outras culturas atlânticas e ainda pelas migrações célticas. Mais tarde tal aspecto é influenciado pela civilização trazida pelos povos do *Latium*, integrando também no seu património cultural e artístico alguns elementos pertencentes aos povos suevo-visigóticos, — povos que por aqui se demoraram e os quais a pouco e pouco foram absorvidos.

São múltiplas as questões suscitadas pela interferência da chamada Cultura Castreja — aspecto que nesta região tomou a cultura do bronze final com a *hastática* provinda do centro europeu — questões das mais importantes da etnologia peninsular.

A Cultura Castreja bem pode ter resultado duma estratificação de elementos trazidos em diversas épocas por populações que desde os finais da Idade do Bronze para aqui vieram e influenciaram profundamente os gostos das populações preexistentes.

Todavia, por entre caracteres de ascendência céltica, outros surgem. São ressaibos mais antigos, perdem talvez o sentido. No entanto continuam a empregar-se temas ornamentais da mais remota ancestralidade. Talvez um refluxo de velhos temas que daqui tinham sido levados séculos antes e regressavam ao seu primitivo solar — embora ligeiramente modificados por diferentes meios, diferentemente interpretados por outras gentes.

Através de inúmeras manifestações fácil é verificar serem estas populações arraigadamente conservadoras, aferradas a usanças e velhas costumeiras.

Quem quiser estudar tal cultura que preenche principalmente nesta parte de Portugal os tempos da 1.^a e 2.^a Idade do Ferro tem forçosamente de conhecer os povoados que perto das margens do Ave se distribuem pelas alturas dominantes.

As mais importantes estações arqueológicas pertencentes à área dos Castros, existentes perto deste rio, são: Citânia de Briteiros, estudada pelo sábio Martins Sarmiento, pessoa que pela primeira vez chamou a atenção do mundo culto para tal espécie de monumentos; a Cidade de Alvarelos, nos tempos romanos conhecida por cidade de Palmazão, estudada por José Fortes. Nas proximidades da orla litoral ou das margens deste rio situam-se: a Cidade de Terroso (1), escavada por Ricardo Severo, e a Cidade de Bagunte, principiada a escavar por Severo e Fonseca Cardoso, ao redor das quais se distribuem vários outros pequenos castros, reveladores de uma grande densidade populacional e apresentando por vezes curiosos aspectos que são de imprescindível conhecimento para o esclarecimento desta cultura.

(1) Sobre a Cidade de Terroso, bárbaramente destruída há anos pela incultura dos lavradores locais, preparo uma memória de forma a serem divulgados os importantes materiais descobertos pelas escavações de Ricardo Severo e José Fortes em 1906, e existentes no Museu Nacional de Soares dos Reis.

Toda esta região ao redor do Monte da Cidade de Bagunte tem um grande interesse arqueológico a suspeitar pelos inúmeros lugares onde por obras de acaso têm aparecido múltiplos objectos, documentos que servem para, à distância de quase dois milénios, reconstituir o que foi o povoamento desta área nos tempos hispano-romanos.

Já Ricardo Severo ⁽³⁾ nos informa do aparecimento em S. Martinho, a quando da derruba de umas tantas árvores, dumas construções de tijolo, formando espécie de arruamento, tendo alinhados dum e doutro lado uns fornhos de barro.

Ao romper a via férrea da Póvoa a Famalicão, mesmo junto da românica igreja de S. Pedro de Rates, surgiu um cemitério de inumação do qual se violaram três ou quatro sepulturas, aparecendo os esqueletos bem conservados. Estas sepulturas de planta trapezoidal eram feitas com grandes tijolos na base e telhas de rebordo, lateralmente. Necrópole de iguais características apareceu há poucos anos em Touginha.

Também no Vilar, nos terrenos pertencentes ao Sr. Adelino da Costa e Silva, foram encontrados restos arqueológicos — fragmentos de louças domésticas, bocais de ânforas, pedras de moinho, cantarias lavradas, etc. —, a quando da abertura de poços, o que nos indica ter o topónimo «Vilar» uma cabal explicação; confirma a existência ali, nos tempos romanos, duma exploração agrícola ⁽⁴⁾.

Nas proximidades do Vilar, em Santagões, existem os restos dum importante acampamento militar romano que estudamos adiante.

(3) Aut. cit. — *Paleoethnologia Portuguesa*, Porto, 1888, pág. 82, nota 1.

(4) Aproveito este ensejo para publicamente agradecer ao Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. P.^o António da Costa e Silva e Sr. Adelino da Costa e Silva, as inúmeras deferências e atenções com que me cumularam durante a minha estadia na sua casa, no decurso de três campanhas de escavações que em 1944, 45 e 46 realizei em Bagunte.

*

* *

No decurso de qualquer trabalho de escavação arqueológica é interessante deixar livremente discretear o pessoal operário sobre as antigualhas e as lendas da região. Assim procedo habitualmente, procurando depois visitar os lugares referidos e, sempre na companhia do informador que se revela melhor documentado, avaliar do interesse e extensão dos monumentos citados na conversa.

Certo dia de Agosto de 1944, falava-se dum túnel — segundo a imaginação popular quase sempre existente nas proximidades das ruínas citanienses — que serviria para os habitantes levarem os gados a beber ao Rio Este, em ocasião de prélio ou assédio. Então um dos cavadores falou ter visto, nas imediações, durante certos trabalhos agrícolas, uma mina de água, forrada não de capas de pedra, mas sim de telhas grossas, idênticas a uma *tegula* por ele levantada na ocasião. Segundo a opinião deste trabalhador, tal mina era dos tempos dos mouros e ficava nas proximidades, no sopé do Alto dos Caramouchos, também conhecido pelo Alto dos Castelos, a cerca de 200 metros a norte da Cidade e já na vizinha freguesia de Arcos. Fui ao citado lugar, em vez de tal mina não encontrei senão restos duma necrópole romana, de baixa época e que mais tarde escavarei.

O Alto dos Caramouchos era um antigo castro. Pela sua topologia e situação facilmente defensável, deveria ter desempenhado importante papel na defesa e resguardo da Cidade de Bagunte.

Investigando quais os topónimos das imediações, encontrei, ao fundo da eminência castreja, duas mimosas e férteis casas de lavoura, conhecidas por Gifonso de Baixo — casa onde nasceu o actual Arcebispo de Braga — e Gifonso de Cima. Mais me informaram ser Agrifonso o nome antigo daqueles lugares.

Deste nome e com uma pequena variação temos o *Argefonsi*, topónimo abundantemente citado nos documentos dos séculos X, XI e XII.

Creio ficar, assim identificado o Castro de Argefonsi, nos restos actuais do Alto dos Caramouchos, uma vez que não só fica perto das margens do Este, como *subtus mons Civitas Boconti*.

A confirmar esta identificação reproduzo das « Memórias Paroquiais » de 1758: « *No monte da Cividade asima referido (Bagunte) houve antiguamente hũa Cidade chamada Brachalense ou por outro nome de Azeroso pella parte do Norte lhe ficava por sua defesa hum castello que se chamava de Argifonso, e hoje com pouca corrupção se chama o Castello so apparecem hoje alguns vestigios* ».

Merecem estas ruínas um pouco de atenção, pois o espólio exumado promete ser, de certo modo, abundante e esclarecedor duma época avançada desta cultura. Não podemos, porém, esperar o encontro de numerosos especimes de mobiliário intacto ou razoavelmente conservado, uma vez que o cômodo tem sofrido inúmeros maus tratos pelos lenhadores e montantes que ali têm exercido os seus misteres.

Um pequeno, mas metódico, trabalho salvará o que resta desta antiga povoação que seria antanho um prolongamento arrabalдино da Cividade de Bagunte.

Esse aglomerado castrejo, no seu conjunto, constava de numerosa associação de cabanas encastradas na encosta, por vezes alcantilada, do montículo ou então agrupadas em sucessivos socialcos, orlados de muros, que simultâneamente suportavam as terras e serviam de elementos defensivos. Sempre que possível aproveitavam as rochas existentes, incorporando-as nas muralhas ou alicerçando estas para ganharem altura.

Se avistarmos o âmbito interior do recinto amuralhado, ou seja o conjunto da parte mais alta do castro, vemos os restos das choças castrejas distribuídas como que em sucessivos bairros

extramuros, dispostas em degraus. À parte mais elevada do Castro de Argifonso, onde são visíveis alguns alicerces de choças

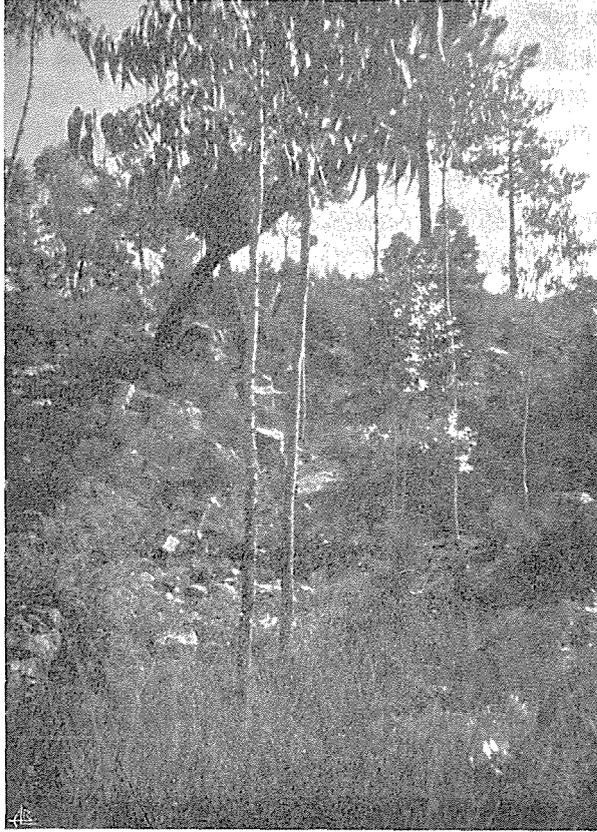


Fig. 2 — Aspecto do Castro de Argifonso. No primeiro plano, à esquerda, restos da muralha

circulares é a melhor conservada, pois o resto, devastado por lenhadores, montantes e carvoeiros, revolido por ciprianistas buscadores de tesouros, mostra-se destruído, aparecendo a granel, por toda a parte, restos do espólio cerâmico ou metálico, muitas vezes posto a descoberto pelas escorrências da água atmosférica.

*

* *

Do material que recolhemos ficou-nos a impressão de que esta povoação foi profundamente romanizada; porém, por outros elementos obtidos em mais detalhado estudo, pensamos que com toda a probabilidade este povoado perdurou nos tempos da

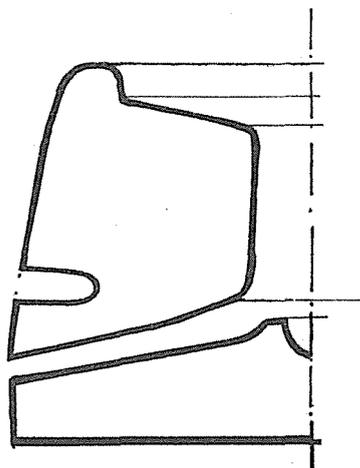


Fig. 3 — Corte dum moinho manual

dominação germânica e assim tem um redobrado valor para o estudo dos tempos finais da cultura castreja.

Se aos frequentes achados de *molae manuariae*, de dormentes e andadeiras, das peças constitutivas dos moinhos usados nos nossos castros, nos tempos posteriores à chegada dos Romanos, não podemos atribuir-lhes o valor cronológico que indiscutivelmente têm, é por ainda se não ter procedido, entre nós, ao seu estudo de conjunto, ao estabelecimento da sua tipologia e do *lapsus* em que cada tipo foi usado nas diferentes regiões do país. Reconheço o grande interesse que teria a comparação dos

nossos moinhos manuais com os encontrados noutras regiões estranhas ao solar hispânico (5). Tem sobeja razão Garcia y Bellido (6) quando diz: «*Los molinos de mano tienen su evolucion propia y, sin duda tambien sus diferencias regionales, asi, como otras características que bien estudiadas y classificadas, pueden suministrar datos cronologicos de interés indudable*». Associado com este moinho manual que mostra um progresso na vida agrícola regional, aparece um outro tipo que denota uma sobrevivência primitiva. É formado por um bloco paralelepédico, ligeiramente escavado numa das faces, face por onde deslizava uma outra pedra. Do consecutivo roçar e deslize desta pedra sobre a outra resultava a farinação das sementes a panificar. De ambos os tipos são frequentes os achados em todos os castros e cidades do N. O. sem exceptuarmos as Astúrias.

Não faltam restos de pias talhadas no granito regional, assim como os pilaretes troncocónicos, com um estrangulamento perto da extremidade arredondada e que bem podiam ter servido para amarrarem os vincilhos empregues para melhor prender os colmeiros do telhado ou para no interior das choças suspender as painéis sobre a lareira.

*

* *

Aparecem também numerosos fragmentos de *tegulae* e *imbrices*. Nalgumas telhas de rebordo são notórios os indícios das marcas

(5) Vd. Gordon Childe — *Rotary Querns on the Continent and in the Mediterranean Basin*, in «*Antiquity*», vol. XVII, pág. 19, 1943.

L. Pericot — *El interés actual por los molinos a mano*, in «*Arquivo de Pré-história Levantina*», pág. 353, vol. II. Valência, 1946.

(6) *El castro de Coaña (Asturias)*, in «*Arq. Esp. de Arqueología*», n.º 42, Madrid, 1941.

do oleiro indígena, especialmente as produzidas pelo deslizar das polpas dos dedos. Dando uma nota palpante de vida não falta por vezes a impressão das patas de animais domésticos, cães ou vitelos.

São relativamente abundantes os restos de louças domésticas de pasta areenta e muito micácea em certas olarias. Noutras a existência de louças com cristais de pirite incorporados na pasta

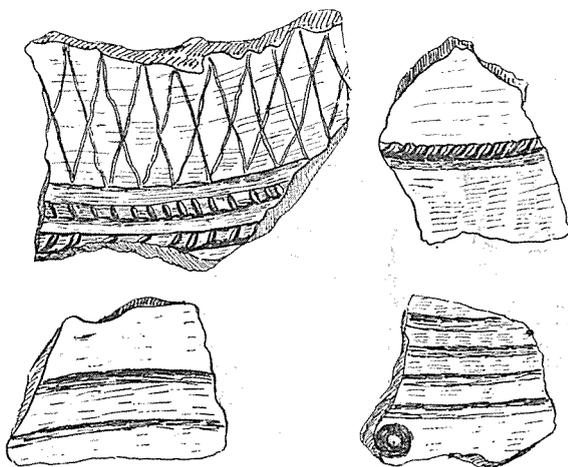


Fig. 4 — Cerâmica gogada e cordoada (séc. IV J. C.)

— facto que pode sugerir certas sobrevivências de cerâmicas da idade do bronze — parecem induzir a existência de uma tenda de oleiro nas proximidades ou abastecendo-se dos barros de Rates, centro que também abasteceria algumas das olarias fornecedoras da Cidade de Terroso.

Surgem inúmeros testemunhos da influência romana no fabrico de louças e assim pudemos recolher olas de paredes finas, de que o barro foi previamente coado e dele tirada toda o areão de forma a dar uma parede mais delgada e resistente. Outros, porém, embora finos acusam uma cocção deficiente e

mal cuidada. Todavia são sempre provenientes de cerâmica tardia, talvez do século III-IV.

São mais vulgares os fragmentos de louça de paredes grossas, decorada singelamente, sem a exuberância ornamental das cerâmicas tipicamente castrejas.

A decoração das louças é por vezes incisa, de motivos geométricos, formando fita, separados uns dos outros por cordões paralelos e originados pelo deslizar dum ponteiro. Os alfarelos fornecedores de Argifonso empregaram também o *gogo*, ainda em uso nos oleiros transmontanos, ornamentando o colo das suas

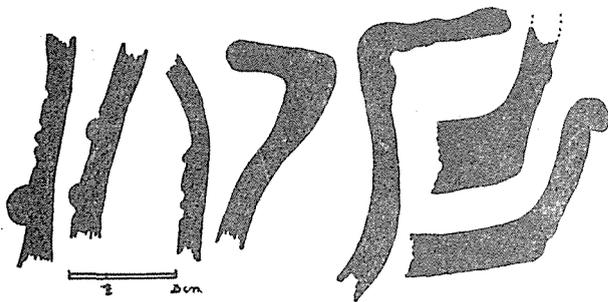


Fig. 5 — Perfis da cerâmica de Argifonso

peças com um reticulado formado pelo entrecruzamento de linhas paralelas orientadas em dois sentidos quase perpendiculares.

Surge assim uma cerâmica algo diferenciada da vulgarmente chamada castreja. São restos de louças, quase sem ornamentação, de tradição romana, acusando ainda fortes reminiscências da técnica castreja, sobretudo no respeitante à espessura e natureza das pastas de algumas das vasilhas.

Do exame destas cerâmicas verifica-se que se seguiam tanto os processos tradicionais dos romanos, como também as técnicas indígenas, porém, sem a exuberância das decorações peculiares das mais antigas louças castrejas. Estava no fim a Idade-Clássica. Prestes chegariam os pouco conhecidos tempos medievos.

Acentuando-se a decadência na cerâmica indígena aparece simultaneamente a *pseudo-sigillata* feita dum barro vermelho, grosseiro, de muito pouco lustre ou então, com um verniz-mate e quase sempre os fragmentos encontrados pertencem a um prato ou tijelas de bordas baixas. É a época em que a *terra sigillata* perde a pureza do seu barro e a perfeição dos vernizes, empobrece ou modifica-se a decoração, aumenta o número das localidades da Península em que esta espécie de louça é

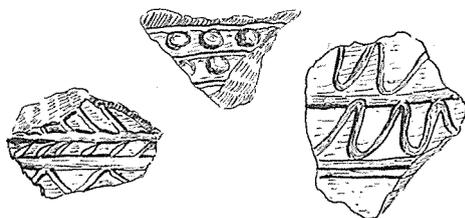


Fig. 6 — Cerâmica ornamentada

fabricada. Ao mesmo tempo a outra louça ordinária uniformiza os tipos romanos habituais.

Na louça de todos os dias é curioso observar o uso irregular da matéria-prima — os barros são de valor variável, — a pasta nunca é aprimorada surgem as louças grosseiras, de barro mal cozido, de barro mal amassado o que implica o emprego de paredes grossas. A cocção é deficiente, denotando falta de cuidado com a temperatura da soenga, aparecendo integradas na pasta inúmeras partículas soltas que não fundiram.

As formas não são muito variadas e derivam das suas avoengas romanas ou indígenas.

Associada a velhos temas ornamentais, de uso tornado cada vez mais raro, aparece noutros potes uma ornamentação distribuída em séries variáveis de linhas paralelas horizontais, traçadas ao torno, aplicando sobre o barro brando um ponteiro mais ou menos grosso; ligando estas linhas vêem-se a preen-

cher a banda umas outras encaracoladas, formando parece que laços ou zigzague (7).

As formas não deveriam ser demasiadamente numerosas e são principalmente os últimos termos da evolução das formas céltico-romanas, mais vulgarmente denominadas castrejas. Surgem-nos potes de colo estreito ou largo, de colo circular ou trilobado, com uma só asa, espessa e grosseira, imposta no interior ou mais raramente no exterior de pança cilíndrica ou ovóide.

Recolhemos também fragmentos de outras louças de paredes finas sem qualquer decoração, verificando no entanto uma acen-

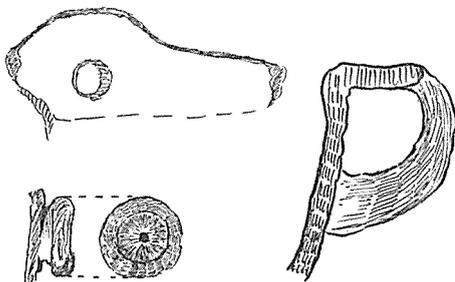


Fig. 7 — Tipos de asa

tuada decadência cerâmica, devendo pertencer os fragmentos encontrados a uma época próxima do século IV e portanto aos tempos contemporâneos da dominação suevo-visigoda.

O espólio metálico fornece abundantes testemunhos de ter havido neste cômodo fundição de ferro e vários são também os objectos feitos com este metal. São argolas, pregos de vários tamanhos e outros fragmentos de uso indeterminado.

Entre os que foram encontrados destaco um alvião de tipo romano evoluído, semelhante a outros encontrados em certas jazidas de certo modo influenciadas pela gente visigótica.

(7) José Ferrandis — *Artes decorativas visigodas*, in *Hist. de España*, de Menendez Pidal, vol. III, Madrid, 1940.

*

* *

Os documentos encontrados mostram-nos que devem pertencer à época em que a urbanização castreja se modifica. A julgar pelo que ficamos a conhecer pelas escavações da *Civitas Bocontii*.

As observações de Alberto Sampaio e tiradas das escavações da Cidade de Terroso: — «*posto que uma da outra vez se vejam arruamentos, as edificações afectam contudo uma disposição particular: Juntam-se em grupos de poucas casas, com um pátio com um ladrilhado não raras vezes em xadrez ou quinconce — disposição muito característica e que deve ser tomada em consideração, pois indica que a população se repartia em pequenas unidades*» (8), testemunham, como judiciosamente diz o Prof. Joaquim de Carvalho, em termos devidos de relativo progresso na construção da moradia, na divisão do trabalho, no cómodo dos utensílios e alfaias (9).

Nestas centúrias, parece que o conceito da propriedade familiar e privada se vai radicando, cada habitação ocupa cada vez maior terreno e as moradias vão-se complicando, agrupando à sua volta vários outros compartimentos.

Cada vez são mais numerosas as ruas formando um quadriculado quase regular, e são pavimentadas com grandes lajes ou de espessas camadas de formigão — uma espécie de *opus caementicium*. Este formigão é também empregado na pavimentação das choças castrejas, e vêmo-lo igualmente usado nas cidades romano-

(8) *As vilas do Norte de Portugal*, in «Estudos históricos e económicos», vol. I, Porto, 1923, pág. 21.

(9) *A cultura castreja*, in «Ocidente», vol. XXIX, pág. 7, Lisboa, 1946.

-visigodas, como por exemplo a formar parte dum pavimento duma quadra recém-descoberta de *Conimbriga*.

Na orla das ruas, quase perpendiculares, aparecem muitas vezes, não as paredes das habitações, mas sim muros, de aparelho mais fruste e menos cuidado, que, envolvendo uma série de quadras, algumas, com certeza, destinavam-se a albergar os ousios da exploração da terra, outra delas destinada à habitação do citaniense, estoutra a cozinha, como se reconhece pela existência de fornos e lareiras, etc. O centro do conjunto habitacional era muitas vezes, senão no todo, ou em parte forrado por grandes lajes de granito ou piçarra, defendendo as casas da infiltração das águas, evitando os lamaçais inverniços.

Nestes últimos tempos da evolução castreja, afirma-se melhor e duma forma mais vincada a provável existência do conceito individual da propriedade — quiçá influenciada pelo parcelamento das terras iniciado pelos romanos.

Uma outra questão que merece estudo mais detalhado é a que se liga à distribuição das habitações castrejas de planta circular ou rectangular, sendo cedo para, talvez, daí se poderem tirar conclusões etnológicas. Aparecem intimamente misturadas casas de planta quadrangular, com outras elípticas ou circulares, quer a Norte quer a Sul do Douro. Porém, parece-me que a casa de planta quadrangular de arestas vivas é coeva da dominação romana, não tendo portanto antecedentes castrejos, quero dizer pré-romanos.

Também podemos afirmar que na área castreja, muitos dos povoados não foram — como muita vez se tem afirmado — abandonados obrigatoriamente, à medida que a conquista romana se foi estendendo a estas regiões, então mal conhecidas e longínquas. Muito ao contrário, sucede por exemplo como em Talábriga ⁽¹⁰⁾, hoje Labruja, nos contrafortes da Serra de Arga, nas

(10) Julgo ter presentemente localizada a Talábriga referida por Apiano.

margens do Lima — os conquistadores deixaram ficar nos povoados as populações recém-dominadas. Eis o que nos conta Apiano: — «*Equis et commeatu et pecunniis publicis cum reliquo publico apparatu, adentis, oppidum illis praeter spem habitandum redidit*» (11).

Tiravam-lhes, pois, os meios de transporte, os dinheiros públicos, as comedorias, mas deixavam-lhe para moradia o casario dos *oppida*.

Como, se os citanienses tivessem sido obrigatoriamente expulsos dos câmoros fortificados, era possível encontrar neles tantos testemunhos duma romanização avançada e mesmo tantos outros objectos contemporâneos dos cuado-suevo e visigodos.

Destes tempos, próximos ao século V, em que as comarcas castrejas foram de novo invadidas e novamente uma pequena minoria, garantia um domínio militar e político sobre a grande maioria das mesmas populações indígenas, temos outro depoimento escrito por um hispano-romano, o bispo Idácio: *Hispani per civitates et castella resideri a plagis barbarorum per provincias dominantium se su subiciunt servituti* (12).

Ao domínio dos romanos, seguiu-se a ocupação dos suevos, logo seguidos dos visigodos. Os seus costumes são idênticos e igual o procedimento para com os vencidos (13). Os suevos longe de alterarem a estrutura social que encontraram, aceitaram-na, integrando-se nela.

*

* *

Volvidos vinte e sete anos depois da queda do Império visigótico, Afonso I, como Pelágio antes, empenhou-se na reconquista

(11) Apiano — *De Rebus Hispaniensibus*, IV, 73.

(12) Momsen — M. G. H., 1893. Marcelo Matias — *Cronicon de Idacio*, 2.^a ed., Orense, 1906.

(13) Alberto Sampaio — *Estudos Históricos e Económicos*. Vol. I, Porto, 1923.

das terras dominadas pelos Árabes. Ao mesmo tempo que expulsava os sarracenos, tomava conta das terras das populações descendentes dos hispanos-romanos, arrogando direitos de presúria. Derrogava assim direitos constituídos legalmente ⁽¹⁴⁾, estabelecendo uma profunda desordem, resultante da carência de governo regular, do estado de guerra incessante e da nova concepção dos direitos da coroa sobre os prédios.

Foi nesta época de presúria que se efectuou, com a substituição dos proprietários, uma quase geral mudança do nome dos prédios. Os documentos da época explanam o motivo, porque na dominação dos prédios, encontramos hoje nomes pessoais de origem goda, ou antes neo-goda. Dada a derrogação dos direitos consuetudinários, os senhores mudaram, e com eles, em geral, a denominação das *vilas*.

Relativos aos séculos X, XI e XII, muitos são os documentos que citam o Castro Argefonsi, como topónimo referenciador, ao tratar de vendas, escambos ou doações, de glebas das *vilas rústicas* das proximidades.

Assim em 985 Dulcenida vende a Vermudo: . . . *ereditate iacentia in locu predicto fiqueirola subtus castro Argefonsi discurrentis ribulos ave et teritorio Portugal* ⁽¹⁵⁾.

Em 1012: *Gunsalvo Rauparizi et conjungia mea Monia ploris Suarii vendemus a Tendon Pelagizi ereditate. . . que avemus in villa Fornello subtus Kastro Argifons Teritorio Portugalensi inter Aue et Alister* ⁽¹⁶⁾. Os mesmos em 1052 procedem a nova *venditionis de ereditate nostra que avemus in uilla fornell subtus Kastro Argefons teritorio portucalensi inter ave et alister* ⁽¹⁷⁾.

⁽¹⁴⁾ Alberto Sampaio — *Op. cit.*, pág. 53.

⁽¹⁵⁾ *Portugalice Monumenta Histórica, Diplomata et Chartae*, pág. 94.

⁽¹⁶⁾ *Idem, idem*, pág. 133.

⁽¹⁷⁾ *Idem, idem*, pág. 232.

Petro andulfizi compra em 1056 bens: . . . *in uillas quos uocitant fiqueirola et segmondi teritorio portugalensis subtus Kastro argefonsi inter aue et alister* (18).

Pela sua importância, pois indica quais os limites da Vila vendida extracto o documento de 1080, em que o já citado «*Gunzalvo rauparici et uxo sua munia . . . ad vobis Gunzalvo Gutierri et uxor vestra Gelluira Kartula venditionis sigut et facimus de villa nostra propria quos vocidant fikeirola quos gananimus per precio et kartas et abet iacentia subtus Kastro argefonsi discurrante rribulo aue in teritorio portugalensis. damus nobis illa persuis terminis et vicis et llocis antiquis et cum suas piscarias et suos mulinos in rribulo aue accessu et rregresu et camitis prestationibus suis que in se obtinet et aportidum ominis est ubique in illa podenritis innerrire et dividet cum uilla bocunti et de alia parte cum villa celteganus et de tercia parte cum villa lamesimus*» (19). Estes lugares citados ainda hoje são conhecidos por nomes que derivaram daqueles, assim: Bagunte, Celtações e Lamelas, etc.

Já no século XII ainda são frequentes as citações.

1102, Março 18, Paio Soares vende a Guterre Soares metade duma propriedade em Moldes: . . . *in loco predicto ad ila Olibar subtus Castro Aregefonsi et ciuitas Bocunti discurrante ribulo Alister teritorio Bragarensis* (20).

Em 1107 documenta-se a venda do . . . *monte de poco de Abuino subtus mons Kastro Argefonsi* (21).

A 4 de Janeiro de 1109 Goldregodo Cides doa metade da *villa de Bario* ao Mosteiro de São Simão da Junqueira . . . *ad locum*

(18) *Idem, idem*, pág. 244.

(19) P. M. H. D. C. pág. . . .

(20) *Documentos Medievais Portugueses*, edição da «Academia Portuguesa de História», Lisboa, 1943, pág. 55.

(21) *Idem, idem*, pág. 236.

sanctorum Simeonis et Iude apostolorum et alias reliquias que ibi recondita sunt que est fundata in uilla Frenandi subtus mons ciuitas Bogonti castro Argefonsi teritorio Bra(ca)lensis inter Aue et Alister, ⁽²²⁾...

Apesar de tudo a tradição romana não se tinha obliterado. A romanização era ainda a vida moral dessa época antecessora da nossa: a terra continuava a ser como a extensão da personalidade do homem que a trabalhava e possuía.

(Porto, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular).

⁽²²⁾ *Documentos Medievais Portugueses*, edição da «Academia Portuguesa de História», Lisboa, 1943, pág. 55.

Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas

POR

ABEL VIANA

(Bolseiro do Instituto para a Alta Cultura)

I — PREÂMBULO

De modo algum se pretende nestas linhas esboçar, mesmo sumariamente, o quadro das investigações até hoje realizadas no arqueologicamente opulento concelho de Elvas e nos seus limites. Não vou, sequer, inventariar algumas das mais notáveis ou mais curiosas peças do museu elvense, tarefa em que desejo, dentro de mais ou menos tempo, tomar parte.

Posto em contacto, por Domingos Lavadinho, Director da Biblioteca Municipal e Museu Arqueológico de Elvas, com António Dias de Deus, funcionário superior da Colónia Correccional de Vila Fernando, é quanto à actividade deste sagaz embora modesto pesquisador que eu faço a presente exposição, significando esta o anúncio da série de estudos especiais que António Dias e eu nos propomos publicar.

Em Outubro de 1948, Lavadinho falara-me de António Dias e da sua oportuna intervenção quando os acasos dos trabalhos agrícolas revelavam a existência de monumentos e estações arqueológicas. Bem relacionado com a população do termo elvense, raro surgirá por ali coisa de interesse cuja notícia não seja logo levada a António Dias, e este prestes acode ao local, não se poupando a incómodos e a despesas de deslocação, de gratificações aos alvissareiros e de jornas a cavadores. Devo acen-

tuar que António Dias de Deus, além de desempenhar um trabalho e absorvente cargo público, está longe de ter proventos compatíveis com os dispêndios a que o amor da arqueologia o impele.

Nesse primeiro encontro com Domingos Lavadinho, ficou assente a minha colaboração com Dias de Deus. De 26 de Julho a 8 de Agosto do ano corrente, permaneci em Elvas e em Vila Fernando. Lavadinho facultou-me o estudo dos objectos oferecidos por António Dias ao Museu Arqueológico de Elvas. Em Vila Fernando, examinei o material ali existente, e com o seu descobridor visitei vários locais, mais detidamente as estações da Ter rugem, Carrão e Chaminé, participando em uma sondagem nesta última.

Dias de Deus não tinha apontamentos das suas numerosas investigações, mas a sua viva memória permitiu que eu redigisse as seguintes notas.

II — LISTA CRONOLÓGICA DAS PESQUISAS

1 *Anta do Genemigo*. — As investigações arqueológicas de António Dias de Deus, nos arredores de Vila Fernando, começaram em 1934, por sugestão de outro funcionário da Colónia, António Luís Agostinho.

O primeiro estudo foi na Anta da Herdade do Genemigo (Jeremigo, ou Joãonimigo — talvez do nome de um seu remoto possuidor), já na freguesia de Barbacena, monumento que havia sido explorado por Dom Agostinho Galante, de nacionalidade espanhola, uns quarenta anos antes.

Apesar disso, acharam nas camadas inferiores do terreno algumas vasilhas e crânios, tudo isto cortado pela parte de cima, dando a impressão de que o solo, no interior da anta, em vez de ter sido cavado até o fundo, fora raspado de cima para baixo, por sucessivas camadas, mas sem profundarem muito a escavação.

Próximo notaram a existência de uma pedra isolada, cravada a prumo, possivelmente esteio de outra anta. Cavando junto dela, encontraram um machado de pedra polida e fragmentos de cerâmica grosseira. No lado oposto à anta, estava uma pedra deitada, parecendo posta ali propositadamente para qualquer marcação. Aí colheram uma lousa ornamentada (objecto a que sempre me referirei pelo nome geralmente adoptado: ídolo-placa).

Continuando a procurar paralelamente ao corredor da anta, descobriram cerca de uma dúzia de esqueletos humanos, completos, tendo cada qual junto ao crânio vasilhas, contas de colar, facas de sílex e ídolos-placas.

Achavam-se estes esqueletos alinhados no prolongamento uns dos outros, formando fila paralela ao corredor da anta e dois metros distanciada dele.

No topo desta espécie de sepultura existia um recinto rectangular, com pouco mais de um metro quadrado, o qual continha mais de um cento de calhaus rolados, todos eles com formas semelhantes a instrumentos de pedra polida. Como no local desta anta, assim como nas imediações, se não encontram destes seixos, pode concluir-se que foram para ali levados da margem do Caia, ou da do Guadiana.

Nesta mesma herdade, descobriram depois, nos fins de 1935 ou começos de 1936, mais duas antas que possivelmente já haviam sido violadas. De uma delas obtiveram uma conta grande, ovóide, de cor azul e raiada de branco.

Em volta do mesmo local, havia muitos fragmentos de tégula e muitos blocos de granito, aparelhados, assim como uma pedra cilíndrica, com aspecto de marco miliário.

À distância de 500 metros, mais ou menos, foi achada outra anta, da qual restavam unicamente dois esteios. Aí se encontrou um machado.

Ainda nesta mesma herdade, registaram a existência de outra anta. Estava completamente devassada.

Próximo se notavam restos de habitações, em série. Eram alicerces de casas redondas, como as dos castros do norte de Portugal e da Galiza. Junto destes alicerces, viam-se muitos fragmentos de tégulas. A própria anta mostrava indícios de ter sido aproveitada para qualquer fim, na época romana, visto conter muitos bocados de vidro, ferro e de cobre, ou bronze, pertencentes à referida época.

Esta Herdade do Genemigo figura na carta de 1/50.000 com o nome de Campos.

2 *Anta do Barrocal.* — A Herdade do Barrocal pertence já à freguesia de Vila Fernando. A anta conservava somente três esteios limitando um recinto triangular. Pela parte de trás da pedra que se podia considerar como cabeceira havia uma vasilha de barro, muito baixa, quase com a forma de prato (Fig. 1 n.º 7). Mais tarde, achou-se na terra extraída da anta, e que então foi crivada, uma ponta de flecha, de cobre ou de bronze.

Próximo desta anta foram colhidos vários fragmentos de mós célticas, constituídas por calhaus mais ou menos achata-dos e arredondados, com a característica concavidade em uma das faces.

3 *Anta de Vila Fernando.* — Esta situa-se dentro da Herdade de Vila Fernando, isto é, da Colónia Correccional. Conserva dois esteios da câmara e o corredor. Tinha sido revolvida na ocasião em que o espanhol, D. Agostinho Galante, pesquisou a Anta do Genemigo. Dentro, encontraram-se fragmentos de facas.

Em volta, ao cimo da terra, colheram-se três ou quatro machados de pedra polida e alguns pedaços de pontas de flecha e de facas (Fig. 1, n.º 6).

4 *Anta de Alcarapinha.* — Alcarapinha pertence também à freguesia de Vila Fernando.

Aqui se estudou uma anta de esteios muito baixos e com corredor muito desenvolvido (Fig. 2, n.º 6). Dentro estavam sete esqueletos dispostos da seguinte maneira: os crânios juntavam-se ao centro, formando círculo, encostados uns aos outros; os corpos estendiam-se na direcção dos esteios, lado a lado. Os cadáveres foram, pois, arrumados radialmente mas, como o espaço da câmara sepulcral não chegava para serem colocados estendidos, encurvaram-nos paralelamente uns aos outros. O conjunto apresentava a configuração de um suástica de ramos curvos.

Além das ossadas, havia uma conta grande, de xisto negro e, à entrada da câmara, um machado de pedra, muito perfeito.

5 *Anta n.º 2, da Herdade de Vila Fernando.* — O monumento apresenta a forma de cista megalítica (Fig. 1, n.º 2), mais larga em uma das extremidades que na outra. O seu estudo efectuou-se no ano de 1940 e forneceu uma vasilha de barro, pequenina, com uns quatro centímetros de altura, de forma ovóide truncado nas extremidades, mais pronunciadamente no fundo, que era chato (Fig. 1, n.º 8); uma pequena faca de sílex; uma lâminazinha de cristal de rocha e, no topo mais largo do monumento, um machado.

(Neste ano de 1940, começaram António Dias de Deus e António Luís Agostinho a dedicar-se à colheita de materiais da época romana).

6 *Segundo jazigo de Alcarapinha.* — Junto de três sepulturas romanas, em uma das quais foram achados dois brincos de bronze, um deles com uma pedra azulada, semelhando vidro, afloravam restos de uma anta. Tudo isto ficava à distância de uns 40 metros da anta a que me refiro em o n.º 4.

Como tivesse aparecido junto às sepulturas uma pequena conta discóide, de xisto, resolveu António Dias cavar em diversas direcções, a partir das sepulturas, achando aí um espaço, bastante mais amplo que o da câmara de um dólmen vulgar, cuja camada profunda era constituída por uma oleosa e rija massa de cinzas e ossos calcinados. Por cima desta camada colheu 300 contas de colar, de vários tamanhos e formatos. Entre elas havia um pingente, ou enfeite de colar, talvez de calaíte verde. Este pingente é de secção quadrada, com uma das extremidades plana e a outra semicircular. Naquela encontra-se o orifício de suspensão (Fig. 2, n.º 7).

Quanto às contas, são de materiais diferentes: âmbar, osso, calaíte, calcário branco, xisto ardoso, etc.

Achou mais: várias facas de sílex, inteiras, e muitos fragmentos de outras; muitas pontas de flecha, salientando-se uma série de cristal de rocha; umas oito placas de xisto, entre inteiras e fragmentadas, ornadas em uma só face ou nas duas (ídolos-placas). Algumas destas placas eram muito pequenas. Predominavam as de composição formada por elementos triangulares. Algumas eram feitas de xisto grosseiro, de cor esverdeada.

Também aí se descobriram fragmentos de cerâmica grosseira, sem ornatos.

O melhor dos objectos ali colhidos foi, porém, numa alabarda de sílex acastanhado. Trata-se de um belo exemplar, embora, certamente pela acção do fogo, esteja estalado.

Relativamente a instrumentos de pedra polida, encontraram-se apenas três ou quatro machados.

Este foi o resultado da pesquisa de 1940. Em 1943, António Dias de Deus fez uma crivagem da terra anteriormente revolvida, do que resultou a colheita de mais de 300 contas de colar e de mais de meio cento de pontas de flecha. Este material, em parte aqui reproduzido em desenho e fotografia, está repartido pela

colecção de António Dias e pela do Museu Arqueológico de Elvas (Est. v, n.ºs 37 e 39, e Figs. 3 e 4, n.ºs 1 a 22 e 20 a 22).

Com excepção dos objectos colhidos nesta busca de 1947, todos os mais ficaram em poder dos herdeiros de António Luís Agostinho. Parece que esta notável colecção se encontra actualmente no Museu de Machado de Castro (Coimbra).

Antes da segunda pesquisa do jazigo de Alcarapinha — jazigo que podia ter sido um dólmen, do qual, na época romana, teriam sido tirados os esteios, para a construção das três sepulturas que ali à beira se vêem —, era já falecido António Agostinho. Desse momento em diante, portanto, o trabalho de pesquisa passou a ser exclusivamente de António Dias de Deus.

7 *Anta da Sobreira.* — Na freguesia de Vila Fernando. Foi estudada ainda no tempo de Agostinho. Continha apenas ossos. Houve informações de que tinha sido pesquisada uns cinquenta anos antes pelos engenheiros portugueses que trabalharam nas edificações da Colónia de Vila Fernando.

A anta (Fig. 1, n.º 4) fica no cimo de um cerro chamado «As Alcarapinhas». Nesse local existe uma exploração de pedreira, aberta ao tempo da construção da Colónia. Durante a extracção da pedra, foram achados muitos machados de pedra polida, facas de sílex, etc., material que, segundo dizem, foi remetido, em dois caixotes, para Lisboa.

Um homem que trabalhou nessa pedreira afirma que nesta anta havia esqueletos colocados verticalmente, ou seja, de pé, tendo aos lados e no fundo «as ferramentas» — machados, percutores, facas, etc., de que foram alguns caixotes para Lisboa.

(Vid. 16) *Herdade do Carrão.* — Em 1942, António Dias foi avisado de que na Herdade do Carrão aparecia grande quanti-

dade de tijolos, tégulas e fragmentos de outras cerâmicas, e bem assim que se viam à superfície da terra extensos bocados de mosaico. Informaram-no também de que na ocasião da debulha os trabalhadores tinham achado uma cabeça de estátua, com a qual se divertiram, atirando-a uns aos outros, à maneira de bola. A despeito das diligências empregadas por António Dias, tal cabeça não voltou a aparecer. Viu, todavia, uns capitéis de granito, cujo destino se ignora, e várias moedas romanas, que conseguiu obter.

Nesta altura, além de António Dias e António Agostinho, começou a interessar-se pelas pesquisas o Padre Henrique Louro, pároco de Vila Fernando, o qual, em uma das suas visitas ao sítio, indo sozinho, praticou diversas sondagens, por meio de um ferro à maneira de trado de carpinteiro, com 80 centímetros de comprido, conseguindo localizar um pavimento. Seguidamente, António Dias prosseguiu a investigação, verificando que o pavimento era de mosaico (*opus vermiculatum*). Este ficou descoberto durante algum tempo, até que, sabendo António Dias que as mulheres da monda, com os sachos, haviam destruído parte do mosaico, o mandou recobrir, conservando-se assim até princípios de 1948.

8 e 9 *Antas da Herdade dos Serrones*. — No mesmo ano de 1942, teve António Dias informação de que na Herdade dos Serrones fora encontrada uma sepultura trapezoidal, contendo peças de cerâmica, que os achadores partiram, porque um deles lembrou que a sepultura fosse de pessoa morta por mal de peste («morrinha»), e que com o defunto tivessem enterrado a louça que lhe pertencia.

António Dias foi ao local e tornou a abrir a sepultura, verificando que os fragmentos cerâmicos eram de *terra sigillata*, pertencentes a vasilhas do formato de «barris», pratos rasos e pra-

tos fundos. Havia também uma espécie de tigelas, de cerâmica mais grosseira. António Dias recolheu alguns fragmentos, tais como asas, gargalos, bordos, etc.

Notou, ainda, na parte central da sepultura, uma cavidade rectangular que estava cheia de cinzas.

Esta sepultura, como se disse, era trapezoidal e formada por lajes de xisto. Achava-se isolada, isto é, sem mais nenhuma à beira, e junto aos alicerces de uma casa, ao que parece, da época romana.

O exame desta sepultura conduziu à descoberta, ali próximo, de duas antas. Ficam na Herdade dos Serrones, ou dos Sarrones.

Uma delas (Fig. 1, n.º 2) é de esteios de granito com cerca de um metro de espessura, quadrada e sem corredor. Os esteios são muito grandes e foram para ali levados de longe, porquanto o granito só aparece à distância de quatro quilómetros daquele local.

A câmara tinha dentro blocos, também de granito, que se esboroavam facilmente. Parece ter sido esvaziada ao tempo em que o aludido pesquisador espanhol andou revolvendo os monumentos desta ordem, na região. O monumento era bem visível, já pelo notável tamanho dos esteios, já por estar em sítio dominante.

A poente desta, em uma pequena elevação mas em altitude bastante inferior, notou António Dias a existência de um esteio, em pé, e mais dois, deitados (Fig. 1, n.º 3). António Dias mandou erguer os esteios caídos e, pesquisando na câmara, achou um machado muito grosseiro e de rocha tão alterada que se esboroava. De pedra mais rija, apareceu um percutor.

(Conforme atrás ficou dito, neste ano de 1942, já os estudos eram feitos só por António Dias de Deus).

10 *Jazigo do Atalaião, ou Atalaia dos Sapateiros.* — No mesmo ano de 1942, começou António Dias a pesquisar o sítio do Ata-

laião, onde ainda existem alicerces e restos de paredes de fortificação antiga, já da época portuguesa. Parece, todavia, que esse pequeno fortim assentou em espessos alicerces de outra construção, provavelmente romana, que envolveu o âmbito da fortificação posterior.

No espaço compreendido entre as paredes das duas obras defensivas, notam-se vestígios de casas antigas, aparecendo aí muitos fragmentos de tégulas.

Há mais vestígios de casas na encosta de Nascente, até uma baixa onde a água abunda. Na encosta oposta (Poente), houve há dois séculos umas casas habitadas por uns sapateiros, segundo consta de documentos coevos. Desta circunstância veio ao cerro a designação de Atalaia dos Sapateiros. Nesta atalaia, precisamente no ponto onde existem sinais de fortificação, achou António Dias facas de sílex, umas inteiras, outras fragmentadas, pontas de seta, de sílex avermelhado e de xisto rijo (ao passo que as de Alcarapinha eram de pedra negra e de cristal de rocha), quer umas quer outras de formas muito primitivas, lembrando material neolítico, e até algumas peças mesolíticas.

Isto prova que as fortificações foram construídas no sítio onde existia uma anta, ou, dada a situação do local, uma póvoa, possivelmente neolítica. Se ali havia antas, os esteios destas foram aproveitados nas construções ulteriores.

Nesse mesmo local apareceram também machados de pedra polida e contas de colar, de barro cozido. Além de tudo isto, colheram-se muitos percutores e trituradores, estes mais ou menos esféricos, ou oblongos.

Quanto a vasilhame e material cerâmico de construção, havia muita quantidade de tégulas e de ímbrices, assim como telhas de tipo mourisco, muitos tijolos grandes, de tipo romano, com secção longitudinal trapezoidal e alguns de tamanho mais pequeno, do feitio de losango (Fig. 2, n.º 13).

Ainda atribuíveis à época romana, ou indubitavelmente dessa época, obtiveram-se bordos e asas de vasilhas (*terra sigillata*), um dado de jogar, de barro cozido, pesos de tear e diversas moedas, algumas das quais de *Emerita*.

11, 12, 13 e 14 *Antas da Herdade da Capela e da Herdade dos Negros*. — Em 1945, António Dias ouviu falar da Herdade das Amimoas, no que viu uma corruptela de «mamoas». Procurando o dono da herdade, este informou-o de que ali não havia antas, mas sim nas Amimoas de Baixo. Aquela herdade indicada a António Dias ficava nas Amimoas de Cima. Contudo, disse, uns quinhentos metros dali havia coisas antigas. Verificou-se existirem, realmente, destroços de um aqueduto, possivelmente romano, restos de casas com cunhais de granito, bocados de cerâmica romana, colhendo-se nessa ocasião uma moeda de bronze, também romana.

Tudo isto viu António Dias nessa brevíssima inspecção, vindo a saber que as antas das Amimoas haviam sido pesquisadas por Tomás Pires, de Barbacena. Numa delas recolheu uma linda enxó (machado chato).

Dali seguiu para as Amimoas de Baixo, onde lhe disseram que, de facto, existiam ali algumas antas mas, como estavam no meio da seara, não puderam nessa ocasião ser observadas.

Passou depois à Herdade da Capela, examinando uma anta, na qual se conservavam os esteios da câmara, que eram muito altos. A cobertura e o corredor tinham desaparecido. Cavando na câmara, achou somente um pedacito de ídolo-placa. Tomás Pires estudou-a igualmente, obtendo nela dois machados, uma goiva e fragmentos de ídolos-placas.

No regresso desta excursão, António Dias passou pela Herdade do Negro e notou que o caminho cortava o corredor

duma anta. Ao fazer uma ligeira sondagem, informaram-no de que ela fora também revolvida por D. Agostinho Galante.

O indivíduo de Barbacena que pesquisou as antas das Amimoas e da Capela era parente do notável folclorista Tomás Pires e seu homónimo. Consagrou-se a estas rebuscas, mercenariamente. Forneceu ao Museu de Elvas muitos objectos, que este pagava à razão de 400 réis por ídolo-placa e 100 réis por cada machado ou outra peça de pedra polida.

As cavadelas do Pires de Barbacena estenderam-se à zona de Pavia, onde de uma vez acompanhou José Leite de Vasconcelos.

António Dias averiguou, ainda, que Tomás Pires devassou ou rebuscou os seguintes monumentos:

Anta de Pena Clara, na freguesia de Barbacena. Achou, apenas, fragmentos de objectos de pedra polida. Parece que a anta havia sido já explorada.

Anta da Defesa, na freguesia de Vila Fernando. Nesta encontrou ídolos-placas, facas, serras, pontas de flechas e uma conta de colar, lapidada.

Anta do Reguengo, na freguesia de Barbacena. Aqui obteve mais de trinta ídolos-placas, muitos machados e bastantes vasos cerâmicos. Perto da anta há muitos vestígios de habitações romanas e ali recolheu vasilhas de barro, de vidro e outros objectos. Neste local conserva-se um lanço de caminho romano.

A *Anta da Coutada*, na freguesia de Barbacena e classificada monumento nacional, foi explorada por D. Agostinho Galante.

15 *Estação romano-visigótica da Terrugem*. — Em 1946, por indicação de Domingos Lavadinho, soube António Dias que na Terrugem, ao abrirem uma vala para condução de água, tinha aparecido uma sepultura. Indo ao local, mandou cavar ao lado da referida sepultura, descobrindo outras, todas trapezoidais,

(Vid. Fig. 19). Umas apresentavam a cabeceira formada por um só tijolo, muito grande; outras eram feitas apenas de tégulas, tanto as paredes, como o fundo e a cobertura. Ainda outras, eram construídas com lajes de xisto, ou com lâminas de mármore branco. Uma destas últimas tinha três varões de ferro a sustentar a cobertura. Continha uma grande bacia de cobre (Est. VI, n.º 45).

Outra sepultura, de pequeno tamanho, com os topos e fundo de tijolo, tinha uma colher de prata, com a seguinte inscrição na concavidade da concha:

AELIAS .VIVASIN . (*crismon*) (Fig. 19, e).

Forneceu também uma vasilha de vidro, que se desfez. Em duas outras sepulturas havia moedas romanas. Noutra, foram achados dois brincos de cobre. Ao lado das sepulturas apareceu uma conta de vidro. Apenas umas cinco estavam simetricamente dispostas. As cabeceiras orientavam-se indistintamente.

Algumas sepulturas tinham a meio de uma das paredes laterais um ossário. Dou o esquema de uma delas na Fig. 2, n.º 9, com as seguintes indicações: *t, t* — um só tijolo, grande; *x, x* — lajes de xisto.

Na maioria, cada uma destas sepulturas continha mais de um crânio, e uma houve de onde se tiraram oito.

Metendo-se ao centro desta necrópole, há uma edificação feita de blocos de granito, de uns 0^m,80 de comprido por 0^m,50 de largura e de espessura. Por baixo de um destes blocos foram achadas três moedas de bronze, romanas, perfuradas, mostrando, assim, terem sido usadas como adornos ou como amuletos.

Efectuada uma sondagem, cerca de 50 metros a norte das sepulturas, descobriram-se alicerces de um grande edifício, uma coluna de mármore, lisa, com 1^m,80 de altura, assim como uma

rosácea, também de mármore branco e com labores de estilo visigótico (Est. IX, n.º 53).

É desse mesmo sítio, também, um colunelo tosco (Est. IX, n.º 57). Desenterrou-o um trabalhador, quando andava lavrando. António Dias foi desencantá-lo no quintal de uma viúva que o tinha a servir de suporte para vaso. Consta-lhe que em outros quintais da Terrugem existem pedaços de colunas e de capitéis. Informaram-no de que há vinte anos, pelo antigo rendeiro da herdade, foram levadas algumas colunas para Elvas. Efectivamente, no Museu estão alguns fustes, grandes e lisos.

Paralelamente a um destes alicerces, havia dois canos, um deles formado por manilhas em forma de botija (Est. IX, n.º 52) e o outro por ladrilhos até certa altura, e depois por grossos telhões curvos.

Pouco ao lado, a 4 ou 5 metros de distância, efectuou António Dias outra sondagem, tendo posto a descoberto uma série de pequenos arcos de tijolo. É o conjunto típico do suporte do pavimento de um *caldarium*. Do pavimento restavam dispersos alguns tijolos pequenos e longos, em forma de paralelepípedo (Fig. 2, n.º 11). São de dois tamanhos.

Nesta sondagem foi achado um amuleto antropomorfo, de osso, da mesma espécie dos de Mérida (Fig. 14, n.º 12) e uma pequenina pá, também de osso (Fig. 14, n.º 11). Junto destes alicerces foram apanhadas moedas romanas, de bronze, sendo mais numerosas as do Baixo Império, e alguns chocalhos de diversos tamanhos, no geral grandes (Est. IX, n.º 51).

Outra sondagem realizada em ponto mais afastado revelou destroços de colunas de mármore branco.

A rosácea acima referida estava a servir de ralo em uma das supracitadas canalizações. Próximo dela foram achados muitos instrumentos cirúrgicos e um leão de bronze (Est. VII, n.º 47), que parece ter servido de perna de tripode.

Por toda a área desta estação aparecem fragmentos de régulas e de tijolos de formatos diversos, entre os quais os de quadrante, para colunas (e também semicirculares), bocaditos de cerâmica e de vidros. Muito abundante a *terra sigillata*.

Esta última sondagem, que foi feita no ponto mais elevado da parte conhecida da estação, mostrou um pavimento de tijolos quadrados e outro de lajes de xisto. A seguir aos dois pavimentos, apareceu um *dolium*, e à beira deste sete moedas de bronze, romanas. Também aí surgiram fragmentos de utensílios de bronze, principalmente asas de caldeiro, ou de balde — *situla* — (Est. VII, n.º 47 e Fig. 18, n.ºs 1 a 5 e 9), assim como duas sertãs de cabo comprido e paredes muito delgadas, de tipo igual àquela de Alcaria (Caldas de Monchique), por mim, José Formosinho e Octávio da Veiga Ferreira descrita em trabalho que publicamos, e a outra proveniente de Aljezur, existente no Museu Regional de Lagos (inérita).

Fizeram-se mais duas sondagens, e em uma delas foram achados muitos objectos de ferro — foicinhas, argolas, elos de cadeias, compridos varões de ferro que podiam ter sido venábulos ou lanças de arremesso, etc. (Est. VII, n.º 47), a concha de uma colher de cobre semelhante à da colher atrás mencionada, uma campainha de bronze (Est. VII, n.º 47 e Fig. 18 n.º 6), uma vasilha de cobre, do feitio de garrafa (Est. VI, n.º 46), e diversas moedas, todas romanas.

O corte do terreno patenteou, a um metro de profundidade, uma camada de terra negra, humosa, e era nessa camada que jaziam tais objectos.

Na outra sondagem surgiram alicerces, pavimentos de tijolo, e outros pavimentos que parece terem sido feitos com grandes pedaços de cerâmica grossa, como cacos de *dolium*. Este ponto forneceu mais alguns chocalhos e bocados de vasilhas, tudo de cobre, e uma espécie de grelha formada por uma armação de

ferro e delgadas lâminas, também de ferro, dispostas paralelamente.

De modo que, neste local contíguo à aldeia da Terrugem, o cemitério ocupava a parte mais baixa do terreno. No ponto mais alto, havia aparecido, um ano antes, uma sepultura sem ser formada de lajes nem por tijolos; era um simples coval aberto no solo, e não continha ossos, mas apenas cinzas e umas quatro ou cinco vasilhas de barro. Estas peças foram abandonadas pelos achadores, tendo António Dias recolhido os fragmentos.

Sabe-se que naquela área têm aparecido várias sepulturas isoladas, com cerâmica, e que delas se extraíram duas lucernas.

16 *Estação romano-visigótica de Carrão.* — Como se disse, esta estação já estava conhecida, mas só em fins de 1946 António Dias de Deus teve ocasião para ali efectuar pesquisas, mesmo assim apenas parciais. Uma exploração metódica e total é empresa dispendiosa e grave, não podendo de maneira nenhuma ser levada a cabo por um simples particular e a expensas de modesta bolsa.

Nessas pequenas sondagens averiguou-se o seguinte:

De uma das pesquisas surgiu o alicerce de uma grande construção composta de numerosos compartimentos, alguns deles bastante vastos, todos rectangulares, havendo-os, porém, com um dos topos em semicírculo. Parece tratar-se de um único edifício, muito amplo, embora os pavimentos mostrem pelo menos quatro planos de nível diferente.

Vários destes pavimentos são de mosaico (*opus vermiculatum*). No compartimento maior até agora conhecido, o mosaico é de tesselas brancas amarelas e pretas (cinzento-escuro) — isto na pequena parte que se pôs à vista.

Na espécie de corredor para onde abre a larga porta desta grande sala, o mosaico é de painéis com tesselas das cores

seguintes: amarelo-torrado, branco, cinzento-claro, azul-escuro, vermelho e cor-de-rosa. Este pavimento, que designo por n.º 2, está 20 centímetros acima do nível do n.º 1.

O pavimento n.º 3, que pertence a um compartimento de ligação, é também revestido de mosaico semelhante ao n.º 2, com exclusão da cor-de-rosa.

O pavimento n.º 4, por estar muito superficial, acha-se muitíssimo estragado. Tem as mesmas cores que o anterior. Fica uns 30 centímetros acima do pavimento n.º 3.

O n.º 5 pertence a uma sala com um dos topos em semicírculo. O mosaico está conservado na metade longitudinal, do lado do Sul. A outra metade acha-se provavelmente destruída pela passagem dos arados, visto ter sobre si delgada camada de terra. O centro deste mosaico é ocupado por um pequeno painel quadrado representando uma amazona (Est. VIII).

Um sexto compartimento, que deve ser, também, o piso de uma grande sala, está forrado de mosaico, segundo parece, em perfeito estado de conservação, devido à camada de terra que o cobre (uns 0^m,80 de espessura).

Fizeram-se outras sondagens, para o lado de Poente.

Referi somente o respeitante aos mosaicos que se puseram a descoberto em pequena parte, uma vez que o restante só pode ser verificado mediante extensas escavações. As reduzidas superfícies desenterradas foram seguidamente cobertas de terra, a fim de evitar a sua destruição por curiosos ou tentativas de arranque por coleccionadores inconscientes e bárbaros.

A configuração geral do terreno é como uma série de grandes socacos escalonados, sem grande diferença de nível, dominando uma baixa bastante extensa, na direcção do Norte, baixa esta que foi regada, pois existem ainda duas represas a funcionar e uma outra, mais próxima destas ruínas, presentemente entulhada.

Por toda esta encosta suave se vêem grandes silhares de granito, muitos dos quais em seu lugar primitivo, isto é, marcando o sítio dos cunhais de edificios. Por aí aparece também copiosa quantidade de moedas romanas.

Não muito longe, na direcção do Sul, outra sondagem denunciou a existência de um alicerce, já muito destruído, e junto dele colheram-se muitos bocados de cerâmica, em grande porção *terra sigillata*, e ainda uma dúzia de alfinetes de osso, dos que se usaram no cabelo (*acus crinalis*). Alguns destes alfinetes estão inteiros.

A Nascente deste último ponto, fez-se outra ligeira pesquisa, descobrindo-se o alicerce de outra casa grande, com pavimento de tijolos quadrados. Por baixo dele passava um canal de drenagem, feito de tijolos rectangulares. Neste ponto apareceram muitos fundos de ânfora.

17 *Cemitério romano-visigótico da Chaminé.* — Começando por cavar ao redor de uma pequena pedra saliente em uma pouco elevada lomba do terreno, António Dias efectuou, na Tapada da Chaminé, a descoberta de 25 sepulturas, orientadas no sentido Norte-Sul. Calcula-se que isto represente metade da necrópole.

As sepulturas são trapezoidais, umas com as paredes laterais formadas por lajes de granito, outras por lajes de xisto. Apresentaram-se dois casos de sepulturas sobrepostas. As de baixo eram maiores e de construção mais perfeita, com as lajes bem unidas, e de traçado rectangular, ao passo que as de cima eram trapezoidais e mais mal cuidadas.

Quanto ao fundo, na maioria das sepulturas, era formado por lajes, e nas restantes por terra virgem, ou seja, pelo solo.

Em grande parte delas, achou-se no fundo jorra de ferro, sendo que estas escórias estavam presentes em todas as sepulturas cujo fundo era de terra.

Só as mais superficiais não conservavam cobertura. Esta era constituída por lajes. Em duas sepulturas as lajes da cobertura eram grossíssimas, de pedra negra, com a superfície irregular (grauvaque). Logo por baixo de uma destas lajes, achava-se o esqueleto, inteiro. Em três sepulturas, havia, além dos esqueletos, algumas vasilhas de barro grosseiro, peças que eu também fotografei em Julho-Agosto deste ano de 1949.

Em duas havia moedas romanas, do Baixo Império, e em outras duas colheram-se alfinetes de osso, partidos.

Esta pesquisa foi iniciada em Março de 1948.

Cerca de 40 metros desta necrópole, está o pavimento de uma casa, junto de um poço antigo, este com paramento interno de alvenaria. É, provavelmente, romano.

Além deste compartimento, há outros contíguos, cuja extensão só pode ser verificada mediante extensa escavação. Tudo indica, todavia, que a parte agora visível seja apenas pequena porção de um conjunto de edifícios semelhante ao que atrás deixei apontado, se não for, conforme também suspeito, resto de um balneário.

O pavimento, único até agora ali posto a descoberto, é de mosaico e nele entram, como motivos ornamentais, pequenas cruzes de braços iguais e pares de bolotas. As tesselas são das cores seguintes: branco, cinzento-claro, amarelo, vermelho e azul-escuro (que dá o efeito de preto).

Conforme ficou dito, em toda a volta deste pavimento há sinais de alicerces que denunciam restos de numerosos edifícios, ou de corpos de edifício.

18 *Anta da Chaminé.* — Dela restavam somente dois esteios em pé. Os mais estavam partidos e enterrados. Nesta anta identificaram-se perfeitamente quatro esqueletos. Pela disposição dos mesmos, parece haverem sido enterrados de pé. A sondagem foi

profundada até mais de um metro, aparecendo primeiro os crânios e, sucessivamente, à medida que se ia cavando mais para o fundo, o resto dos esqueletos: vértebras e ossos dos membros superiores, os das bacias e, finalmente, os dos membros inferiores.

Achou-se uma enxó (Est. VI, n.º 42, e Fig. 6, a) e duas pequeninas contas discóides, de xisto. Colheram-se também alguns fragmentos de cerâmica negra.

A planta deste monumento vai esboçada na Fig. 1, n.º 1.

19 *Necrópole da Idade do Ferro, na Chaminé.* — O estudo desta magnífica estação começou em Março de 1949. Denunciou-a um facto accidental.

Ao abrirem covas para plantação de oliveiras, os trabalhadores ocupados nesse serviço encontraram ossadas humanas, pelo que mandaram aviso a António Dias. Procedendo este a investigações em volta do sítio que lhe foi indicado, achou cinquenta sepulturas, orientadas de Nascente-Poente, dispostas simetricamente, algumas à profundidade de quase um metro.

As sepulturas eram de forma trapezoidal e pouquíssima largura, estreitando tanto em um dos topos que na verdade terminavam em bico. Uma delas era mesmo de forma triangular. Tratava-se de sepulturas de inumação, mas todas tinham aos pés, pela banda de dentro, um ossário, com despojos cujas características eram idênticas às da incineração.

Duas não continham ossos nem cinzas. Algumas eram pequenas e tão estreitas que lembravam troços de canais, onde mal cabia a largura da enxada. Umas eram de lajes cravadas a prumo, outras de pedras sobrepostas. Umas estavam ocas, outras cheias de terra. Em todas estas sepulturas achou-se um único vaso.

Apareceu mais uma sepultura, curta e rectangular. Continua 14 vasilhas, cinzas e carvões. Uma outra, já aberta pelos

trabalhadores, era de tégulas e dela se retiraram fragmentos de vidro e de cerâmica fina.

Nas outras, isto é, nas trapezoidais, foram achados dois anéis, vários brincos em forma de argola e fivelas de aro circular, tudo de bronze (Ests. VI e VII, n.ºs 49 e 42 a 44 e Figs. 2, n.º 10, etc.).

Nesses primeiros trabalhos, notou António Dias que pela parte de fora das sepulturas também apareciam vasilhas, verificando tratar-se de urnas de vários formatos e tamanhos, e de diferentes qualidades de barro.

Em face disto, resolveu procurar nos intervalos entre as pequenas cistas. Daí extraiu mais de 150 urnas.

Quase todas tinham junto, pela parte de fora, claro está, um objecto de ferro ou de cobre. Outras eram acompanhadas, nas mesmas condições, por um cossoiro de barro e um brinco de bronze; outras por uma pinça larga, uma pequenina faca afalcatada, ou uma ponta de dardo, qualquer destas coisas, de ferro (Ests. V e VI, n.ºs 37, 39 e 44 e Figs. 4, 11 e 12). Junto de outra estava uma espada curta, bellissimo exemplar (Est. V, n.º 38 e Fig. 14, n.º 2), e ainda à beira de outra se colheram dois fragmentos de chapa de cobre com embutidos de prata. Não será ousado supor que as tumulações com cossoiros sejam de mulheres.

Algumas urnas, ao contrário da regra geral, tinham tais objectos dentro, e não exteriormente.

Estava em quase todas, a servir de tampa, uma vasilha de formato de tigela baixa, ou de prato bastante fundo, contando-se também três que assentavam em vasilhas deste género. Algumas destas vasilhas apresentam dois ou três estreitísimos orifícios próximos do bordo (Ests. II, III, IV e V).

Cada urna jazia metida em uma espécie de caixa construída grosseiramente com algumas lajes, ou, então, simplesmente colocada entre um monte de pedras (Est. I). Também em alguns casos,

em vez de prato a servir de tampa, havia uma pequena laje, uma ou outra bastante grossa e pesada (Est. V, n.º 40).

São frequentes os grupos de duas ou três urnas, aparecendo mesmo alguns de quatro, e ainda grupos de urnas sobrepostas, em vez de estarem ao lado umas das outras.

No caso de haver pedra a servir de tampa, acontecia o prato estar dentro da urna, logo por cima das cinzas, independentemente do pequeno prato colocado por baixo da urna.

Têm-se obtido algumas urnas inteiras, ou quase intactas, e muitíssimas outras em fragmentos, mas completas, ou quase, sendo de notar que as de paredes mais grossas são as que mais facilmente se partiram sob a pressão da terra e das pedras.

A razão disto é porque as de paredes mais espessas são fabricadas à mão e mal cozidas, ao passo que as lisas são feitas ao torno, isto é, em roda de oleiro, e receberam melhor cozedura.

Haverá uns dezoito formatos diferentes de urnas. Algumas das de paredes mais espessas e de pasta mais grosseira mostram ornatos geométricos incisos (Fig. 13).

De qualidade mui diferente é a cerâmica pintada, de que se colheram alguns fragmentos, provavelmente pertencentes a umas três ou quatro vasilhas. Esta peça teria sido despedaçada na própria época da necrópole. Barro vermelho, de pasta fina. O ornato é pintado em castanho-escuro, dando a impressão de negro (Fig. 5, n.ºs 2, 3 e 4; Est. XIV).

Além dos objectos anteriormente mencionados, extraídos do interior das urnas, da rudimentar caixa de lajes, ou do simples amontoado de pedras envolvente das urnas, colheram-se muitos bocados de fíbulas, argolas, pinças e de outros objectos de bronze (Ests. VI e VII e Fig. 4, 6, 12, 14 e 16), assim como uma espora — acicate — de ferro (Est. VI, n.º 44 e Fig. 15, n.º 8), argolas, pinças de ferro (uma delas com ornatos vasados), restos de freios de cavalos, tudo muito torcido e fracturado.

Uma das urnas continha três contas de colar, uma de vidro azul e duas de calcário branco.

Junto de duas outras, foram achados os dois boiões de barro claro, um inteiro e o outro muito fragmentado, mas completo, que vão representados na Est. VI, n.º 45 e Fig. 2, n.º 2.

Em uma das extremidades deste cemitério, havia uma camada de terra negra, cinza e ossos, tudo coberto por uma camada de pedras postas indistintamente. Por baixo destas pedras foram achadas cinco tigelinhas, duas candeias, três vasilhas de forma semelhante à dos actuais «barris» alentejanos, e dois pequenos boiões, um de superfície encrespada, à maneira de carapinha, e outro com ornato de arquinhos sobrepostos e imbricados, e ainda um pequenino vaso de barro escuro, com a superfície pontilhada por meio de pequeninas incisões (Est. IX, n.º 54). Desta mesma camada de terra negra procede um pequeno vaso de barro negro, com duas asas.

A terra negra e cinzas aparece em três pontos, juntos uns dos outros, e todos eles, como ficou dito, em uma das extremidades da necrópole. É evidente que cada um deles também representa local de *ustrinum*.

A tal sepultura achada na abertura de covais para plantação de oliveiras — achado que originou a descoberta da necrópole de urnas — estava uns 15 metros afastada do limite desta.

Algumas urnas, em vez de se encontrarem entre pedras soltas, estavam metidas nas concavidades da rocha nativa, que neste ponto é um calcário.

Ainda se não pode calcular a extensão desta necrópole, pois ela se prolonga, pelo menos, em duas direcções, até um limite não verificado.

20 *Anta da Herdade do Carvão (Vila Viçosa)*. — Em Fevereiro de 1948, António Dias e o Padre Henrique Louro foram pesquisar

um cemitério romano (?) na Herdade do Queimado, subúrbios de Jerumenha. De caminho, António Dias notou que a sul das casas da Herdade do Carvão se erguiam umas pedras que se lhe afiguraram esteios de anta.

Ao regressarem do Queimado, pôde verificar que, efectivamente, se tratava de uma anta. Preparava-se para iniciar o estudo quando se aproximou uma mulher idosa, residente no «monte» daquela herdade, e informou de que, havia cinco anos passados, fora descoberta uma sepultura entre aquelas pedras, e que da mesma tinham retirado muitos ossos.

De facto, dentro da câmara da anta, construiu-se posteriormente uma sepultura, da qual restavam duas lajes colocadas paralela e verticalmente (Fig. 20-e).

A anta é do tipo vulgar. Falta-lhe a cobertura. Conserva dois esteios do corredor e os da câmara. Estão quase todos completos, embora apenas cinco apareçam à superfície do solo. Outra pedra, jacente ao lado do corredor, pode ter pertencido à cobertura deste. Logo junto ao esteio da cabeceira, por onde se começou a escavação, surgiu, a uns 0,^m80 de profundidade, um ídolo-placa, recolhendo-se também fragmentos de outros.

Na parte restante da câmara, acharam cinco ídolos-placas mais ou menos inteiros (Figs. 7, 8, 9 e 10-a), e mais bocados, assim como pedaços de facas.

É de supor, portanto, como concluiu António Dias, que os objectos partidos o foram na ocasião em que se construiu a sepultura inclusa na anta. Como o terreno estava então semeado, ficaram por pesquisar o corredor e o lado externo dos esteios.

21 *Antas da Farisoa (concelho de Elvas)*. — «A poente do «monte» da Farisoa, antigo convento de que ainda existe uma capela com belos trabalhos de mármore, o terreno forma pequena elevação, passando-lhe no sopé dois modestos cursos de água.

O terreno é xistoso, com afloramentos da mesma espécie de rocha. Num desses afloramentos, salientam-se umas pedras com disposição semelhante à dos esteios de uma anta, mas diferente de tudo quanto até hoje me foi dado observar».

António Dias notou haver uma pedra muito comprida, colocada de maneira a fazer crer que pertencia ao corredor da anta, e mais três formando triângulo muito apertado, componentes da câmara. O simples exame do esboço feito por António Dias (Fig. 20-f) nos mostra que o monumento estava muito destruído. A pesquisa foi rápida e restrita ao pequeno espaço limitado pelos três esteios. Somente se encontrou uma faca de sílex (Fig. 6 b e Est. 6, n.º 42), no ângulo muito agudo formado por dois dos esteios.

Trezentos metros mais ao Norte, na encosta de outro cerro, reparou em uma pedra saliente, com mostras de ter sido ali colocada intencionalmente. Pesquisando em redor, pôs a descoberto uma pequenina anta, quase uma cista (Fig. 20-d). Só o esteio da cabeceira sobressaía à flor do terreno. Não teria mais que um metro de comprimento por 0^m,80 de largura máxima. Dentro, achou-se unicamente uma porção de fragmentos de ossos.

22 *Sepulturas da Herdade da Camuja (Vila Boim).* — Em fins de Junho de 1949, o Dr. Manuel Baguinho, médico municipal de Vila Boim, informou Dias de Deus acerca do aparecimento de uma sepultura, quando andavam lavrando na Herdade da Camuja. Só em Agosto, porém, levando-me em sua companhia, António Dias foi ao local.

Aí a examinamos e colhemos outros esclarecimentos. Assim, dentro da sepultura, havia dois esqueletos colocados a par. As ossadas ficaram destruídas, devido ao estado de decomposição, mas ainda colhemos alguns dentes muito bem conservados.

As paredes são formadas por lajes de calcário branco (mármore local).

Da cobertura, também feita de lajes, restava uma destas em seu lugar próprio. Em volta, dispersavam-se pedaços das outras. Media esta caixa tumular: comp. — 1^m,96; larg. aos pés — 0^m,44; idem, na cabeceira — 0^m,55; profundidade — 0^m,50.

O adiantado da hora não nos permitiu procurar outras sepulturas que se previu acharem-se ao lado. António Dias tornou ali, pouco depois, descobrindo mais duas, distanciadas as três, umas das outras, 0^m,80, todas orientadas com a cabeceira para Poente (Fig. 20-a). A segunda, ou seja, a primeira das descobertas por António Dias, estava intacta (Fig. 20-c-c' e Est. XIII).

É toda formada por lajes, também do mesmo mármore branco, bem lavradas as das paredes, ao passo que as da cobertura, com excepção da que cobria a cabeceira, eram simples esteios. No interior, que estava oco, assentava um esqueleto de adulto, tendo ao lado um crânio. Nada mais se encontrou.

O notável são as duas lápides funerárias e o modo por que estavam colocadas. Diz uma delas: SEX.SOIO/QVARTIONI.ET CATINIAE/MAXSVMA/ALBANVS.F.P.C.

Estava esta cobertura, sobre a cabeceira, com a inscrição voltada para dentro. Contém a outra: FALIIIA.AVITAAN/XXX.H.S.E.S.T.T.L./L.T.RVFINVS/MARITE.SVE./FECITECVRA/VITT.

Formava a parede de topo, na cabeceira, também com a inscrição voltada para dentro.

Isto, conjugado com o facto de se encontrarem dentro da sepultura um esqueleto completo e um crânio, permite supor que primeiro foi ali tumulada a *Falma*. Falecendo posteriormente *Sexto* e *Catinia*, foi a lápide de *Falma* mudada, sendo colocada em lugar dela a de *Sexto* e *Catinia*.

Certo é que as lápides são feitas para que as respectivas inscrições sejam vistas e lidas. Apesar disso, não creio que as duas lápides tenham sido aproveitadas de outras sepulturas e ali empregadas como simples elementos de construção.

Ambas as lápides são de mármore branco da região, muito granuloso e facilmente esboroável. Têm ambas as mesmas dimensões: 0^m,59 de comprimento, 0^m,43 de altura e 0^m,13 de espessura. São enquadadas em moldura.

A sepultura mede: comp. 1^m,86; larg. aos pés 0^m,33; idem, na cabeceira 0^m,45; prof. 0^m,55.

A última sepultura diferia das duas outras em ter uma das paredes laterais formadas por pequenas lajes mais ou menos aparelhadas, sobrepostas, à maneira de ladrilhos, bem alisadas no topo voltado para o interior da caixa tumular (Fig. 20, *g. g'*).

O topo da cabeceira havia já desaparecido, assim como dois terços da cobertura, para o mesmo lado. No topo dos pés, achou-se grande quantidade de fragmentos de ossos. É de crer que tivesse sido revolvida cerca de 1906, ano em que foram oferecidas ao Museu de Elvas duas lápides semelhantes às da segunda sepultura.

A necrópole está situada em terreno levemente inclinado, no ponto em que este forma pequeníssima elevação, próximo de um hortejo. Por Nascente e Poente, o local é circundado de cerros relativamente altos, nos quais aparecem xistos azul-esverdeados e grossas camadas de argila e calcário.

III — CONCLUSÕES

As investigações arqueológicas de António Dias de Deus, neste transcurso de quinze anos — nos primeiros sete em companhia de António Luís Agostinho — incidiram, como se viu, em

monumentos do primeiro período da Idade do Bronze (o Bronze Mediterrânico, de Santa-Olalla), da Idade do Ferro e da época dos domínios romano e visigótico.

Recapitularei sobre esta numerosa e variada série de descobertas.

Dólmens e cistas megalíticas. — Foram em número de 22 os monumentos estudados, uns pela primeira vez, outros em complemento de rebuscas anteriores. Se bem que, na maioria, muito incompletos, pela descrição de António Dias, verifica-se estarmos em presença de dólmens de corredor bem desenvolvido e de algumas cistas, tudo do tipo geral do Alto Alentejo, mormente da zona de Pavia.

O espólio, embora não muito variado, denuncia a mesma identidade cultural.

Muito curiosa a disposição dos esqueletos na Anta de Alcarapinha, e não menos notável o jazigo n.º 2 do mesmo local, pela abundância de pontas de seta, contas de colar e ídolos-placas (designação que emprego por ser a geralmente adoptada).

Mui digno de nota é, também, o jazigo do Atalaião, em sítio eminentemente defensável, no qual várias épocas arqueológicas se misturaram.

A primeira anta do Monte Carvão, apesar de muito remexida, forneceu um grupo de ídolos-placas que só por si a valorizou.

Idade do Ferro. — De todas as estações arqueológicas aqui noticiadas, a mais importante, sem dúvida, do ponto de vista científico, é a necrópole céltica da Chaminé. Ainda não deu boas peças de cerâmica ornamentada, nem adornos de metais preciosos, nem quaisquer outros objectos de quilate artístico, peculiares ao Ferro Céltico e que, embora artisticamente muito inferiores

aos espólios do Ferro Ibérico, nos fornecem meios de comparação, quanto ao avanço ou atraso relativos das arcaicas gentes que as estações representam; mas, apesar disso, os objectos até agora ali exumados constituem núcleo museológico de alto valor. Só a porção de urnas excede tudo quanto da mesma época se pode juntar no recheio de todos os museus do País.

A cerâmica pintada resume-se, pelo menos até agora, a uns escassos fragmentos que oportunamente estudaremos.

As peças de ferro são idênticas a algumas dos espólios da necrópole celtibérica de Altillo de Cerropozo (Atienza, Guadalajara) que, segundo Juan Cabré, se estende do Séc. IV a.C. até o Séc. I da nossa Era, devendo ser dos princípios do III a maior parte dela (Vid. *Excavaciones en la necrópoli celtibérica del Altillo de Cerropozo, etc.*, por D. Juan Cabré Aguilló — Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades, Memoria n.º 105. Madrid, 1930).

Numerosa e variada, a colecção de cossoiros, ou volantes de fuso. O fogo danificou-lhes bastante a superfície, fazendo-a esbo-roar, pelo que os ornatos se encontram mais ou menos apagados. Alguns, de simples decoração incisa, em zig-zague, assemelham-se a exemplares de Monte Bernorio, onde estavam também acompanhados de pinças e fíbulas idênticas às da Chaminé (Vid. *Excavaciones arqueológicas en Monte Bernorio (Palencia) Primera campaña — 1943*, por Julian San Valero Aparisi. Comisaria General de Excavaciones Arqueológicas. Informes y Memorias, n.º 5. Madrid, 1944. Lãm. IX).

Confrontando com algumas necrópoles espanholas, onde se praticou o mesmo rito de incineração em urnas, verifico que em Llano de la Consolación (Viña de D. Juan de Marisparza, chamada La Torrecina), apareceram, a par de urnas helenísticas, com decoração de palmetas e meandros, urnas lisas e esferoi-dais, como as da Chaminé. Acompanhavam-nas uma falcata e

fragmentos de outras, fíbulas de bronze e um cossoiro, também de bronze.

No relato que tenho presente figuram-se duas urnas do tipo das da Chaminé, uma tapada por uma espécie de prato e outra por uma pequena laje — o que também sucede com algumas da estação elvensa.

Ao mesmo tipo cerâmico parecem pertencer algumas das urnas da Hoya de Santa Ana (Vid. *Excavaciones y trabajos arqueológicos en la provincia de Albacete, de 1942 a 1946*, por Joaquim Sanchez — «Informes y Memorias», n.º 15, da Comis. Gen. de Exc. Arqueol. Madrid, 1947. Págs. 30-40, Ests. IX a XI e págs. 70-73, Ests. XLII e XLIII).

Mais perfeita semelhança, ainda, no enterramento de uma urna cinerária da necrópole de Torrox, na costa malaguenha. A tampa é constituída por uma taça em tudo idêntica às da Chaminé. Esta necrópole de Torrox, já próxima do limite com a província de Granada, mostrou grande variedade nos 36 enterramentos que se identificaram na parte mais bem estudada.

Assim, contava 3 sepulturas de alvenaria, 18 feitas de régulas, uma de tijolos, três em ânforas, uma em vasilha grande, do feitiço de pote, e dez em urnas cinerárias propriamente ditas.

A necrópole de Torrox revelou, pois, largamente, muitos elementos de origem extra peninsular (Vid. *Memoria arqueológica de la provincia de Malaga hasta 1946*, por Simeon Gimenez Reyna — «Informes y Memorias», n.º 12. Madrid, 1946. Est. XXXIX).

Nos objectos de bronze, há uma fíbula circular do mesmo tipo que uma do Cabezo de Tio Pio, Archena (Vid. «Informes y Memorias», n.º 13, por Julian San Valero Aparisi e Domingo Fletcher Valls. Pág. 49 e Fig. 6, n.º 12).

Entre os adornos de bronze, acha-se, muito repetido, em diversos tamanhos, uma, segundo creio, espécie de brinco formado por duas hastes do feitiço de cornos de touro, ligados na

base a uma barra encurvada cuja forma completa ainda se nos não deparou. Todos os objectos metálicos desta necrópole foram torcidos, esmagados ou partidos no acto da cerimónia fúnebre, pelo que se torna difficil combinar convenientemente seus numerosos fragmentos.

Dos objectos de ferro, evidenciam-se as pontas de pequenos dardos, as pinças (uma delas com ornatos vasados, e um bocado de outra com embutidos de prata), pequenas navalhas em forma de falcata, pedaços de estribos e de freios de cavalo, tudo, como ficou dito, muito corroído e despedaçado.

O longo punhal, ou espada curta, de antenas atrofiadas, reduzidas estas a simples botões, denuncia a 2.^a Idade do Ferro Céltico (post-hallstatiana), em seu período inicial. A fíbula anular corresponde à mesma época.

Moritz Hoernes, em sua *Prehistoria* — III — *La Edad del Hierro* (tradução espanhola da Colecção Labor, 2.^a edição, Barcelona, 1931), pág. 123, disse que as esporas mais antigas que conhecia pertenciam ao período final de La Tène (cuja maior parte corresponde ao Séc. I. a. C.).

Considerando o maior peso probatório dos restantes elementos anteriormente citados, julgo poder-se attribuir o «campo de urnas» da Chaminé aos sécs. IV-III antes da nossa Era, ou, mais precisamente, ao lapso decorrido entre 350 e 250 a. C.

No respeitante a Portugal, persuado-me de que o campo de urnas da Chaminé é de época bastante posterior à das estações de Bensafrim e Alpiarça e próxima da de Alcácer do Sal.

Não se notam ali ou, pelo menos, não foram ali achadas, as contas de pasta vítrea, e esmaltadas, tão abundantes na necrópole algarvia, onde se praticou o rito de inumação em cistas rectangulares, semelhantes a algumas dos últimos tempos do Bronze.

O campo de urnas do Tanchoal dos Patutos e Mejão (Alpiarça), descoberto pelo Dr. Mendes Corrêa, que dele publi-

cou um estudo no «Anuario de Prehistoria Madrileña» (vols. IV, V e VI, anos de 1933, 34 e 35, págs. 131 a 138) — «*Urnenfelder*» de Alpiarça —, apresentou tumulações idênticas às da Chaminé, como, por exemplo, as dezasseis urnas que, no reduzido espaço de um metro quadrado, se encostavam umas às outras. O ilustre Professor reproduziu em fotografia numerosas peças cerâmicas, mas só um ou outro exemplar recorda vagamente os tipos da Chaminé.

Alguns elementos alpiarcenses, segundo Mendes Corrêa, revelam afinidades com a necrópole de Molá (Tarragona), campo de urnas hallstattiano (cerca do séc. VII a. C.)

De Alcácer não conheço nem o material cerâmico nem publicação onde o mesmo esteja figurado, mas a sua repetidamente publicada espada de antenas é bem o tipo da Chaminé.

Nos tipos cerâmicos da Chaminé predominam as urnas esféricas, sem gola e com rebordo, ou de pequena gola rebordada. Surge-nos ali, também, a urna quase em forma de dois troncos de cone unidos pela base, com gola alta, assemelhando-se ao cântaro da nossa olaria popular nortenha. De resto, a forma dos pratos fundos, ou tigelas de pouco fundo, que serviam de tampa às urnas da Chaminé, podem considerar-se protótipos dos pratos e tigelas medievais, inclusive da olaria árabe, de que derivam idênticas peças da nossa actual olaria popular.

O pequeno vaso representado nas Ests. III e IX, n.ºs 18 e 54, aproxima-se da forma de certos exemplares pertencentes a vários períodos de La-Tène, na Inglaterra e na região do Reno.

No estudo especial desta notável estação, dela se tratará mais pormenorizadamente, visto que, por agora, apenas se pretende antecipar estes apontamentos gerais.

Nas figuras que acompanham este relato, vê-se (Fig. 2, n.º 1) uma estatueta de bronze, achada por António Dias na Herdade de Vila Fernando, a uns 400 metros de distância de uma anta e

cerca de 200 de uns restos de habitação possivelmente romana. Mede 103 milímetros de altura e está bem conservada, embora lhe falem os braços. Representa uma figura masculina, completamente nua. Fabrico extremamente tosco. Tenho-o por comparável a alguns dos exemplares descritos por Alvarez-Ossorio no *Catalogo de los exvotos de bronce, ibéricos*, Madrid, 1941.

Épocas romana e visigótica. — Se os alicerces e outros restos de edifícios das duas épocas são fáceis de identificar em certos pontos do Carrão, na Terrugem e em outros a discriminação torna-se embaraçosa, porque só uma ampla e metódica exploração destas estações permitirá aclarar suficientemente muitas dúvidas e obscuridades. Essa tarefa de maneira nenhuma pode ser realizada pela simples boa vontade de um investigador ou mesmo pela dedicação de um grupo de estudiosos.

É lícito, porém, desde já afirmar-se que ali existiram grandes estabelecimentos romanos, seguidos de outros visigóticos, possivelmente sem quebras consideráveis na continuidade do povoamento. Até agora, no Carrão, além do vasto grupo de alicerces que encerram extensos pavimentos de mosaico (entre os quais aquele que nos mostra uma amazona — Est. VIII), certamente pertencentes a um edifício imponente, e de um outro grupo, junto de um poço, em que um dos mosaicos apresenta como elemento decorativo bolotas dispostas aos pares — conjunto que, por sua contiguidade ao poço, leva-me a pensar num balneário —, há incontáveis alicerces dispersos por larga área, sem que por enquanto nada nos elucide se são obra de Romanos, se de Visigodos.

No mesmo âmbito, vemos necrópoles de sepulturas rectangulares e outras de sepulturas trapezoidais, notando-se por vezes sobreposição destas últimas, às primeiras. Na Terrugem, os elementos visigóticos são mais evidentes, mas isto resulta do mero

acaso, e não da conveniente escavação do local. Os objectos metálicos ali colhidos, tanto de ferro como de cobre, emparelham grandemente com os do castro de Yecla (Burgos), com predomínio de coisas atinentes à exploração agrícola (foicinhos, chocalhos, etc.) e de uso religioso (sertã, colheres litúrgicas, etc.).

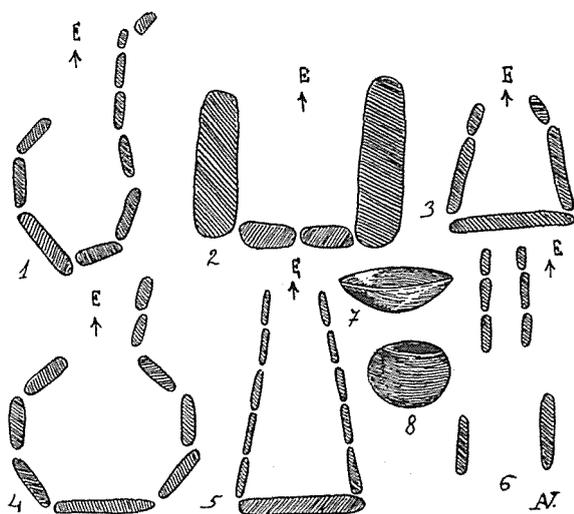
Quanto a construções, o que nesta estação por enquanto mais avulta, à parte o cemitério, é a arcada de um *caldarium*.

Tanto na Terrugem como no Carrão, têm abundado as moedas romanas, sobretudo médios bronzes do Baixo Império. Costumam aparecer à superfície, após as lavras. Delas trataremos na série de estudos especiais cuja publicação Dias de Deus e eu estamos preparando.

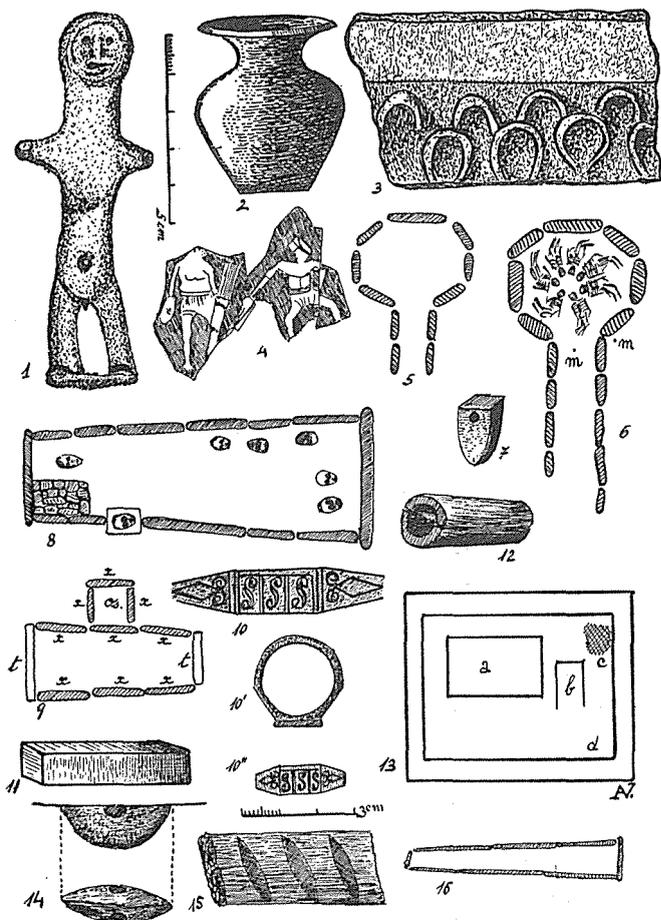
Carrão e Terrugem foram, evidentemente, consideráveis núcleos de exploração agrícola, da classe daqueles que a dominação romana estabeleceu nos pontos das diversas comarcas peninsulares em que as condições naturais do solo já haviam fixado avultadas massas campestinas de população indígena. Estas estações romano-visigóticas do termo de Elvas lembram-me a de «La Cocosa», nos arredores de Badajoz, que visitei em Outubro de 1948.

Embrechados nos alicerces romanos, podem achar-se os destroços da época visigótica e os indícios dos primeiros tempos da cristianização desta parte da Península. De resto, as «vilas» elvenses devem logicamente ter pertencido à esfera de influência de Mérida e, como a opulenta capital da Ulterior, caracterizaram-se pela mesma vitalidade e consequente continuidade através dos tempos, até que os convulsionados séculos do império muçulmano as debilitaram e fizeram desaparecer.

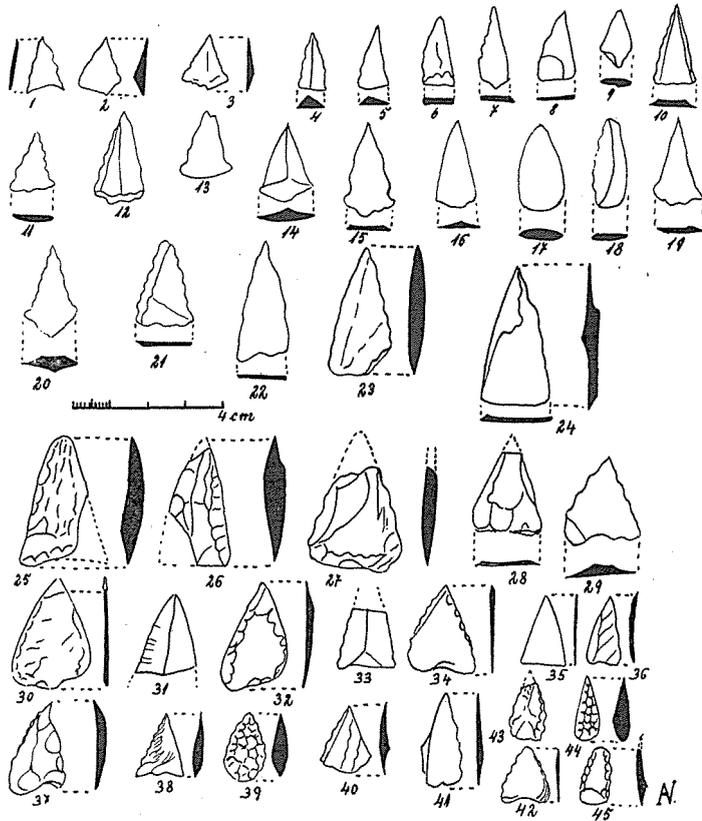
Beja, 15-10-1949.



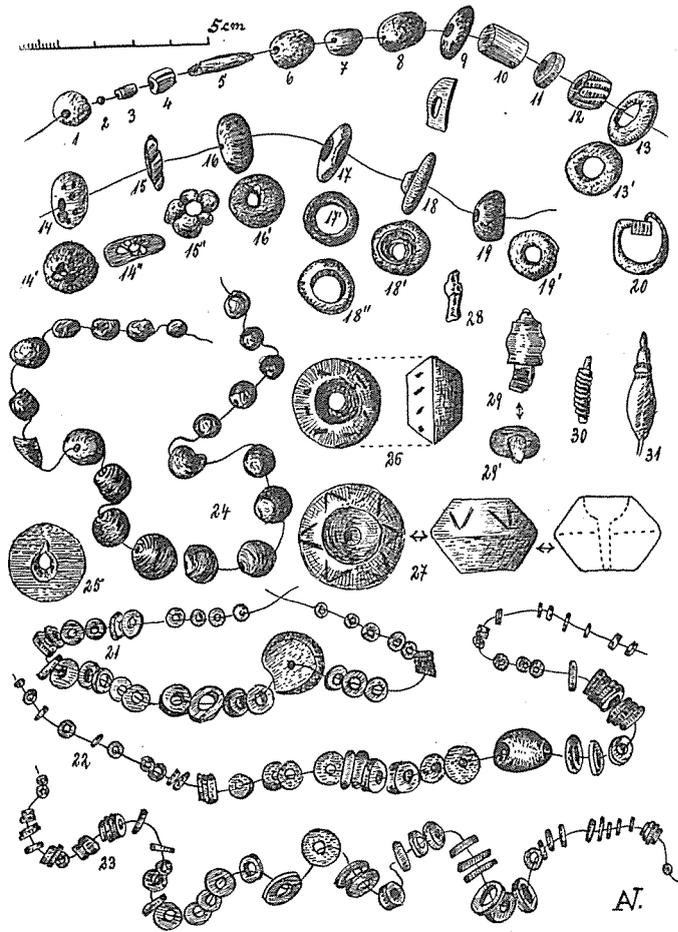
1 — Anta da Chaminé. 2 — Anta da Herdade dos Serrones. 3 — Anta n.º 2 da Herdade dos Serrones. 4 — Anta da Sobreira. 5 — Anta n.º 2 de Vila Fernando. 6 — Anta n.º 1 de Vila Fernando. 7 — Vasilha da Anta do Barrocal. 8 — Vasilha da Anta n.º 2 da Herdade de Vila Fernando.



- 1 — *Ex voto* ibérico, de bronze, da Herdade de Vila Fernando. 2 — Urna da necrópole céltica da Chaminé. 3 — Fragmento de um dos vasos cerâmicos, de paredes muito finas, da necrópole de urnas da Chaminé. 4 — Fragmento de um disco de lucerna, da necrópole n.º 2 da Chaminé. 5 — Anta da Chaminé. 6 — Anta da Alcarapinha. 7 — Pingente de calaite, da Alcarapinha. 8 — Sepultura-ossário do cemitério da Terrugem. 9 — Sepultura e ossário da Terrugem. 10, 10', 10'' — Anel de bronze, do cemitério n.º 2 da Chaminé. 11 — Tijolo da Chaminé. 12 — Um dos tipos de canalização da Terrugem. 13 — Jazigo do Atalaião. 14 — Asa perfurada, de um vaso da necrópole de urnas da Chaminé. 15 — Fragmento cerâmico (cordão saliente, com incisões) da necrópole de urnas da Chaminé. 16 — Sepultura da necrópole de urnas da Chaminé.

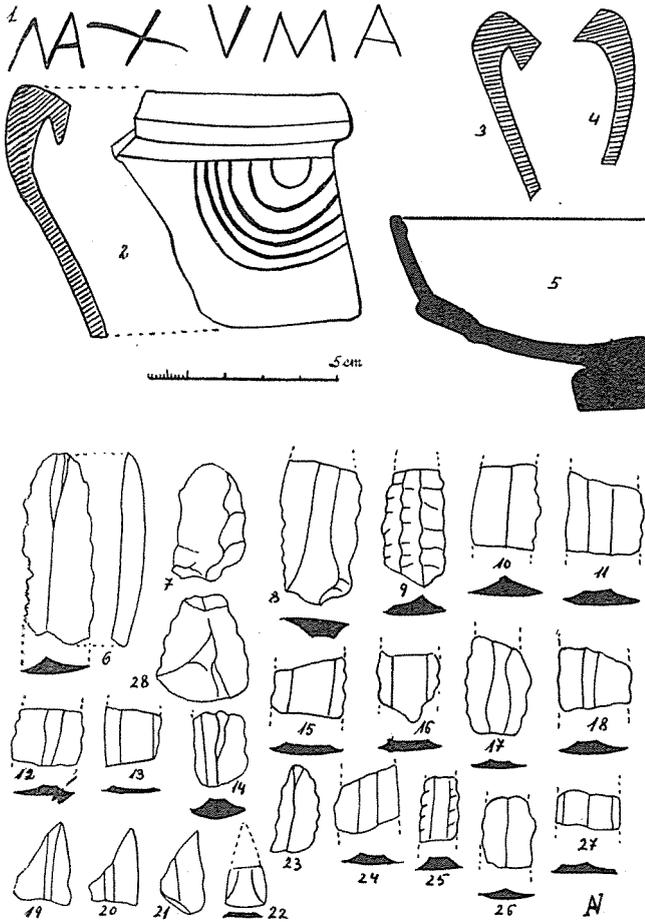


1 a 22 — Pontas de seta, da Alcarapinha. 23 a 45 — Pontas de seta, do Átalaião.

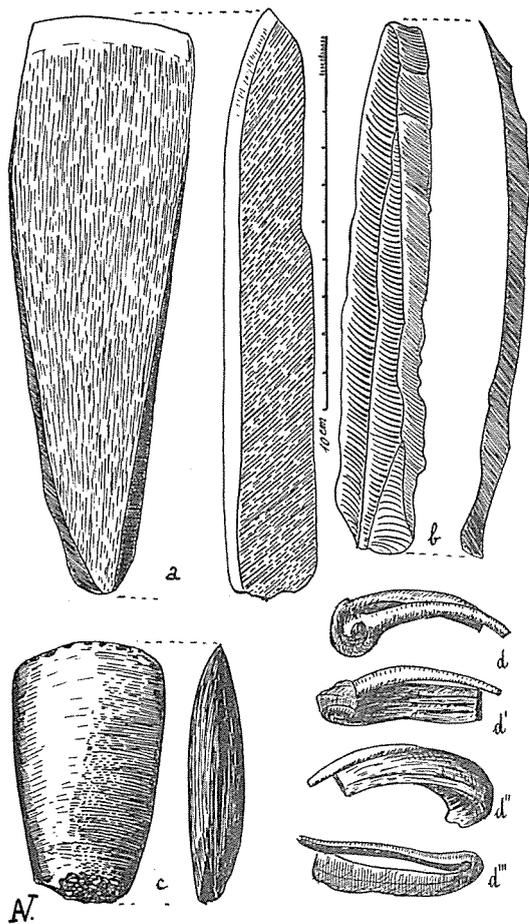


1, 5, 6, 7, 8 e colar n.º 30 — Contas de âmbar achadas em uma cavidade aberta a meio do fundo de uma das sepulturas (que continha sete crâneos) da necrópole n.º 2 da Chaminé. 2 a 4 e 9 a 19 — Contas de colar, quase todas de vidro, do cemitério n.º 2 da Chaminé. 20 — Argola de bronze (fíbula), do cemitério n.º 2 da Chaminé. 27 a 30 — Extremidades de objectos de bronze, do campo de urnas da Chaminé. 24 — Rodela de xisto, que serviu de adorno de colar, do Atalaião. 20, 21 e 22 — Colares de contas de xisto, calcário e calaíte, da Alcarapinha.

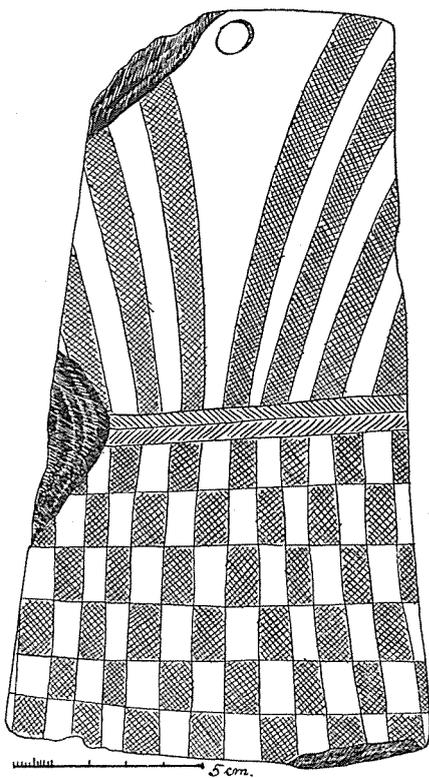
AJ.



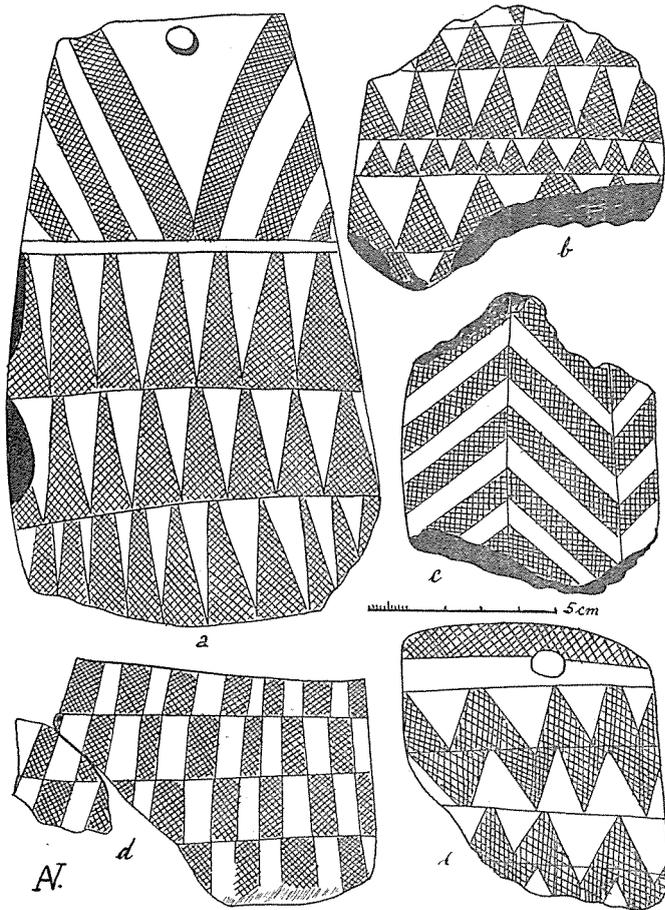
1 — Letras gravadas em uma pequena taça saguntina, pela parte de fora (cemitério n.º 2 da Chaminé). 2, 3 e 4 — Fragmento de cerâmica e perfis de bordos de vasilhas, da necrópole de urnas da Chaminé. 5 — Perfil de uma grande taça de *terra sigillata* (Terrugem). 6 a 27 — Fragmentos de facas de sílex e pontas de seta, das quais duas (20 e 21) trapezoidais (Atalaião e Alcarapinha).



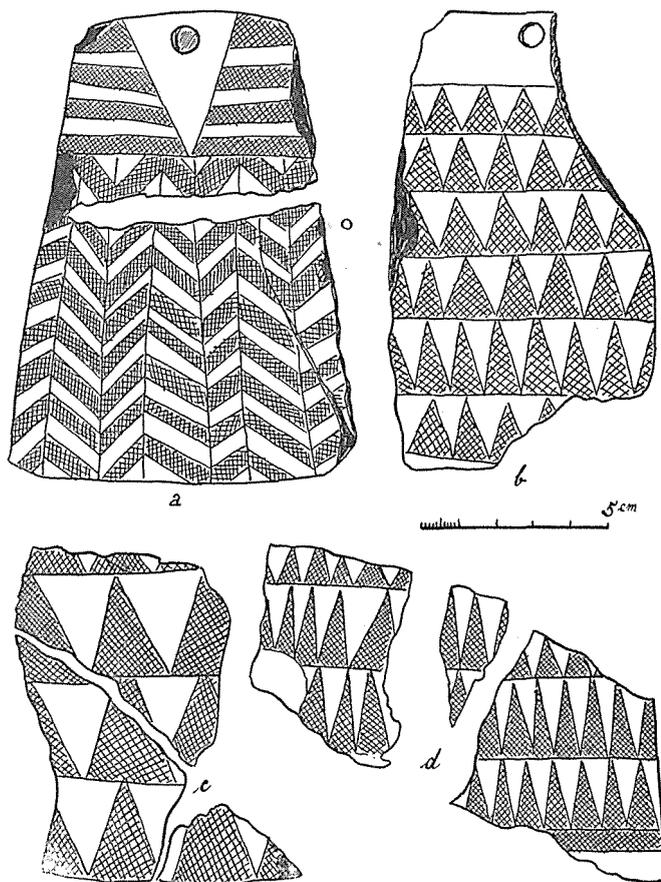
a) — Enxó da Anta da Chaminé. *b)* — Faca de sílex da Anta da Farisoa. *c)* — Machado do Atalaião. *d)*, *d')*, *d'')*, *d''')* — Aspectos do fragmento de um brinco de bronze, da necrópole de urnas da Chaminé.



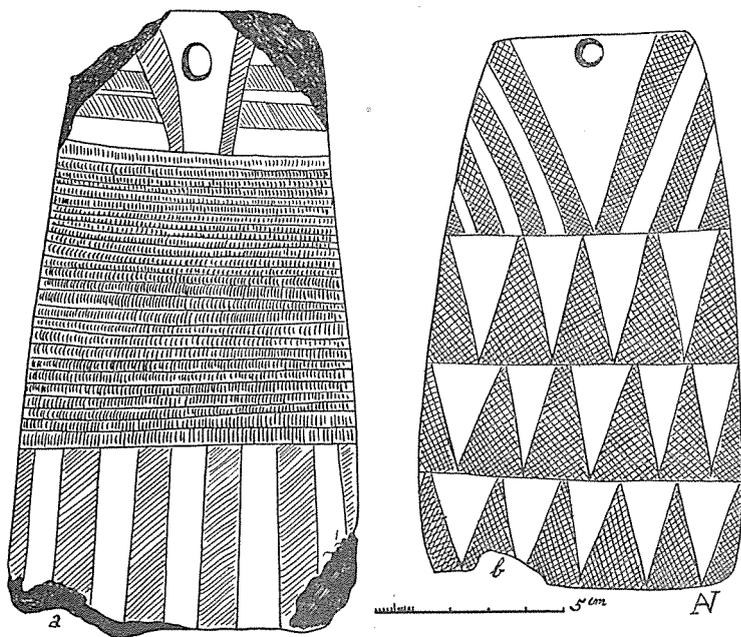
Ídolo-placa da Anta do Monte Carvão.



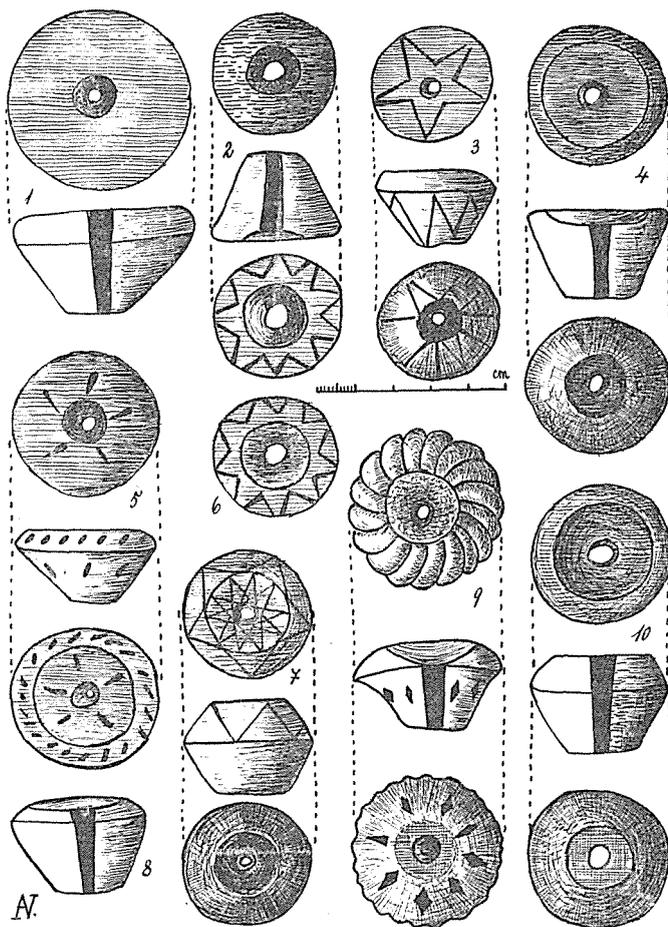
Ídolos-placas da Anta do Monte Carvão.



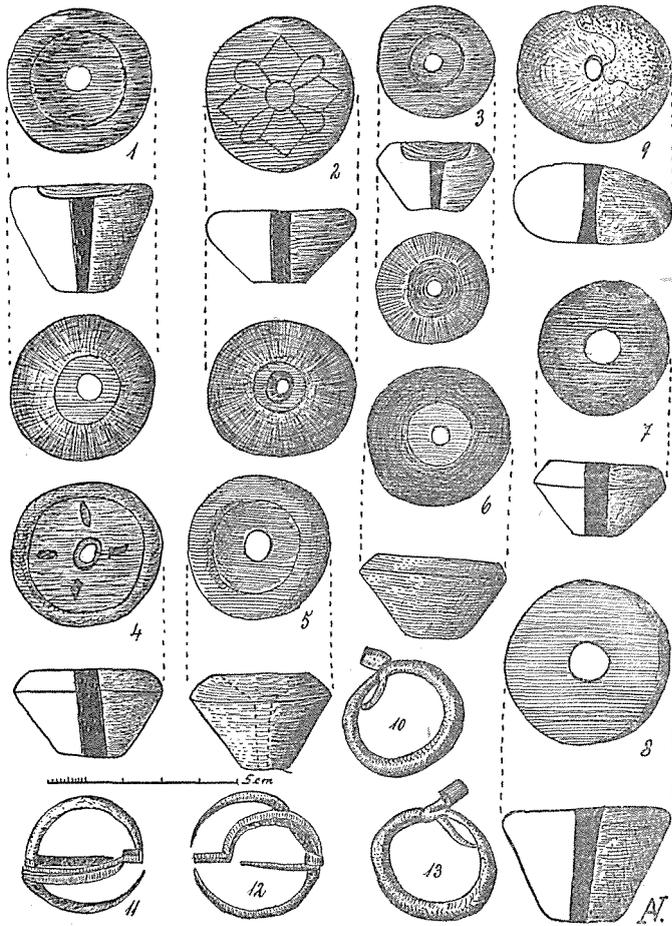
Ídolos-placas da Anta do Monte Carvão.



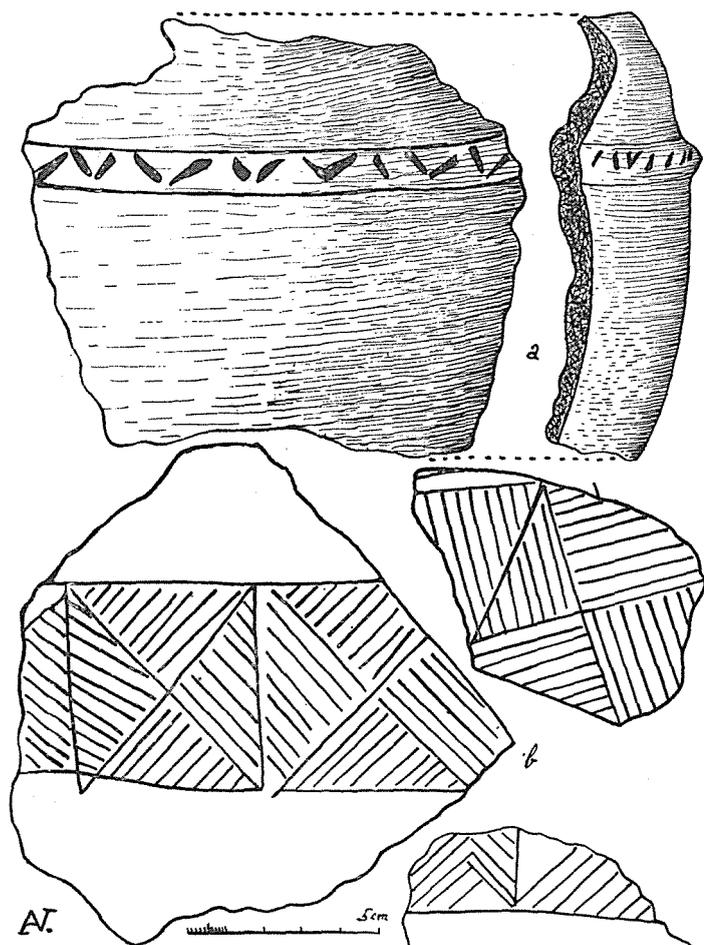
Ídolos-placas. a) — Monte Carvão. b) — Genemigo.



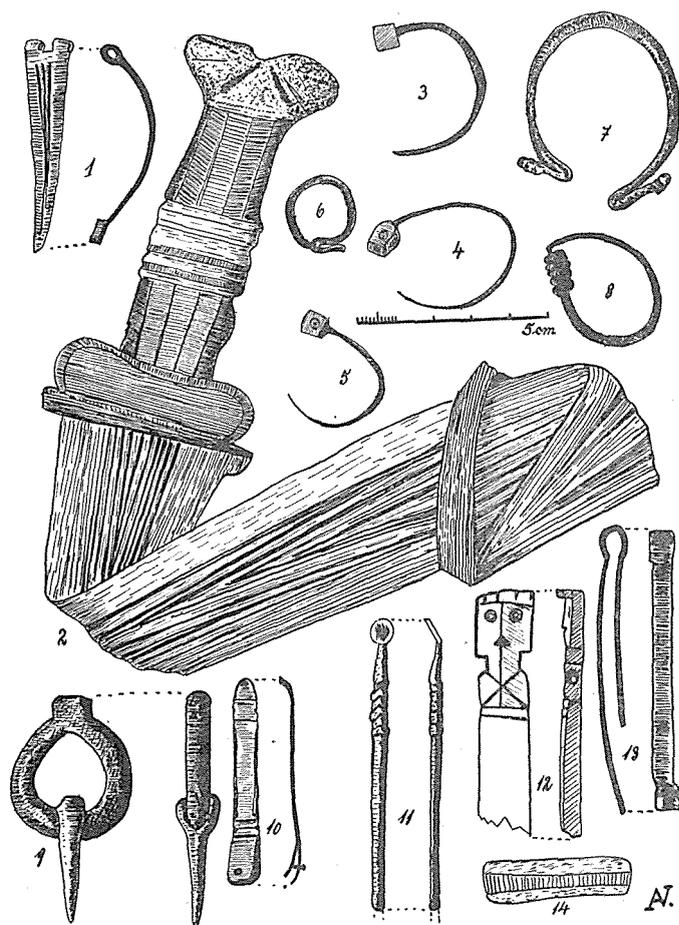
Cossoiros de barro, da necrópole de urnas da Chaminé.



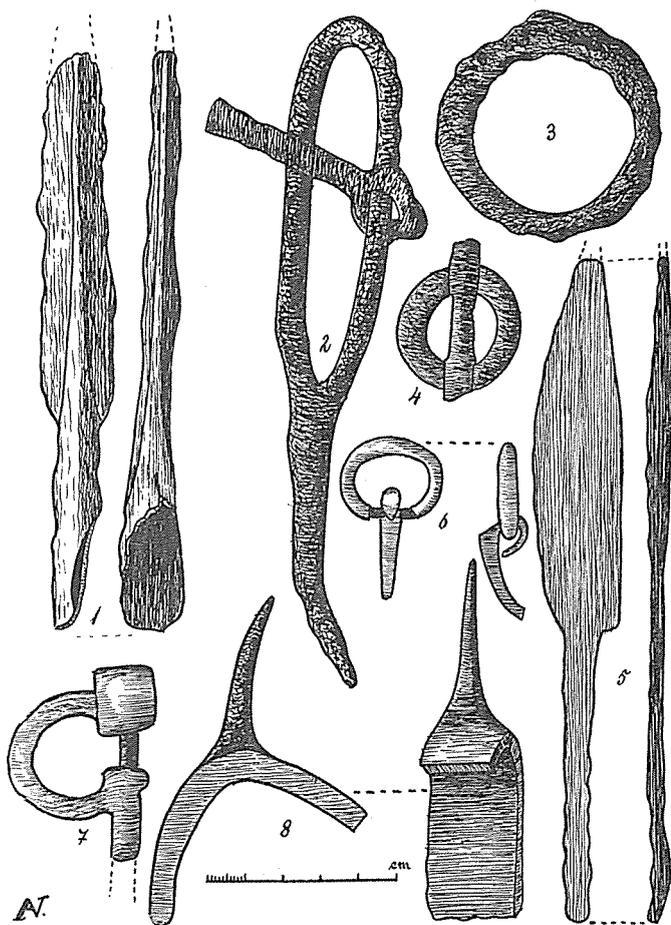
1 a 8, 11-12 e 10-13 — Cossiros de barro, fíbula e alfinete (?)
de bronze, da necrópole de urnas da Chaminé.



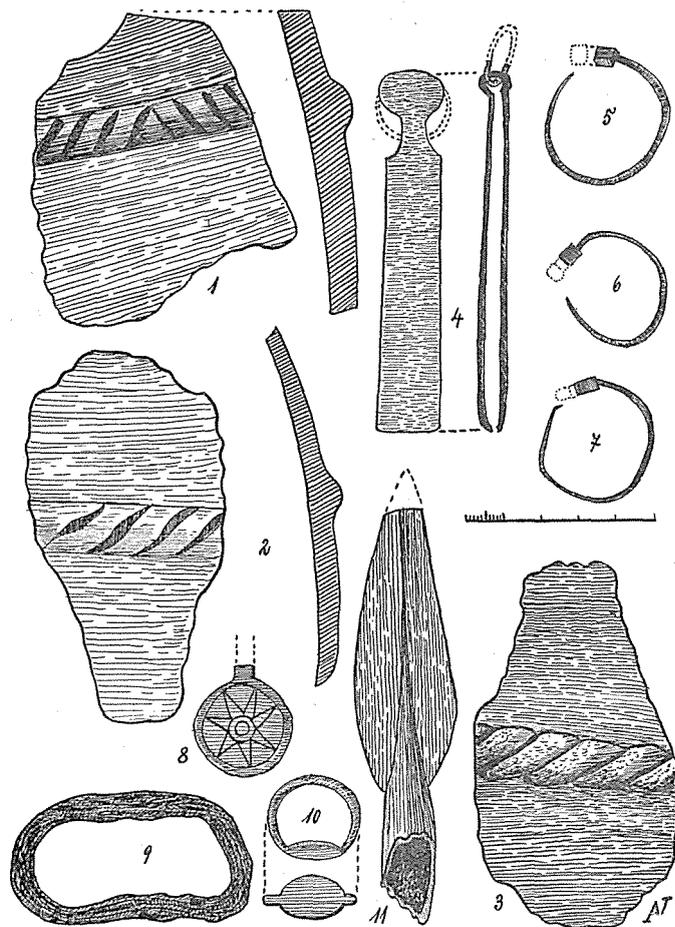
Fragmentos de cerâmica ornamentada, da necrópole de urnas da Chaminé.



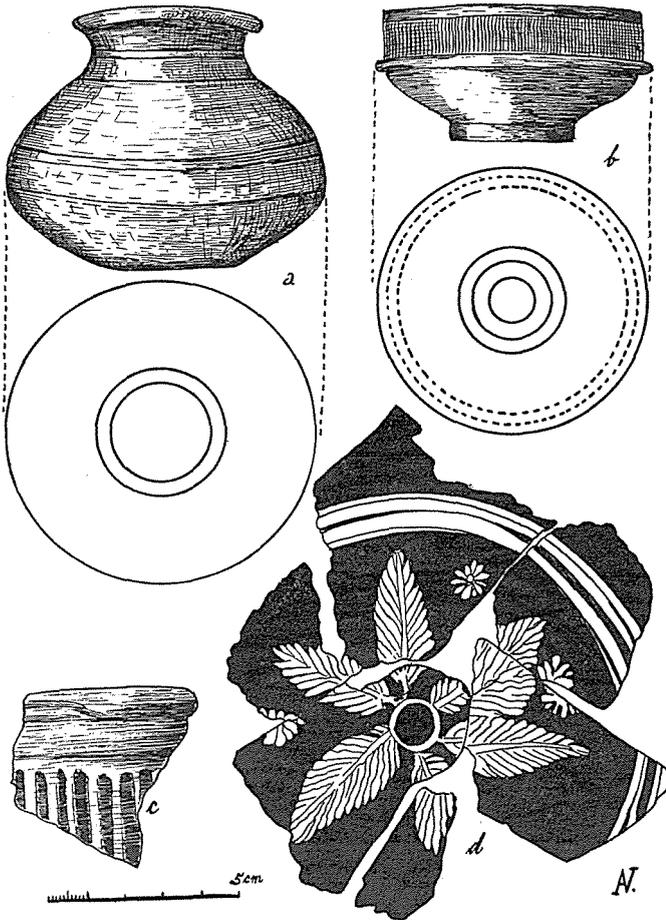
1 — Arco de uma fibula de bronze (Terrugem). 2 — Espada da necrópole de urnas da Chaminé. 4 a 9 — Fibulas e alfinetes de bronze, da necrópole de urnas da Chaminé. 10 a 12 e 14 — Objecto de prata (10), de bronze (14), colherinha e amuleto antropomorfo, de osso (Terrugem). 13 — Pinça de bronze (Carrão).



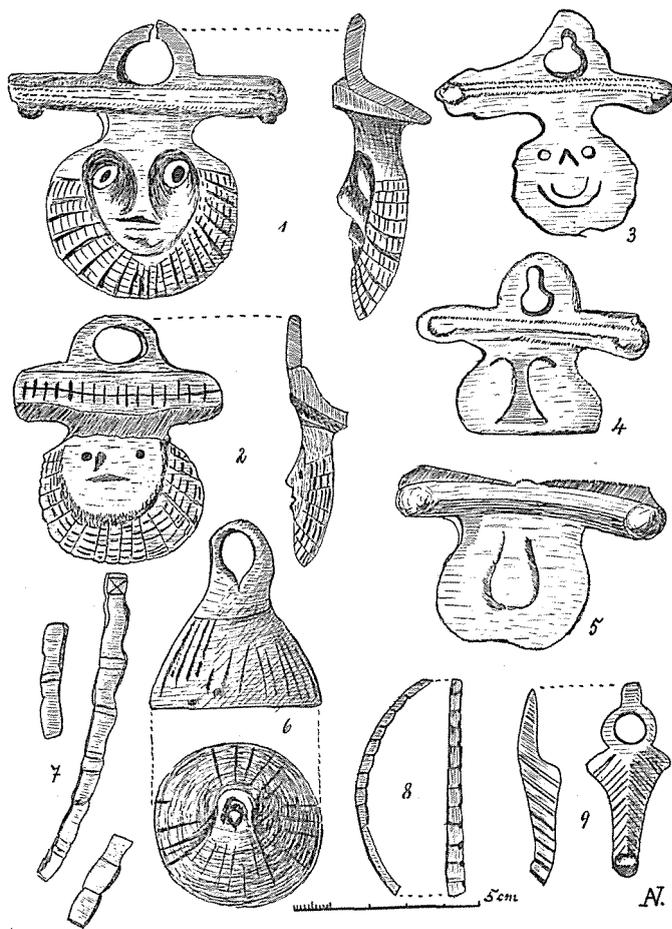
1 — Lança de ferro. 2 — Fragmento de freio (?). 3 e 4 — Argolas de ferro. 5 — Faca de ferro. 7 — Peça de bronze. 8 — Acicate de ferro (necrópole de urnas da Chaminé). 6 — Fivela de bronze (Carrão).



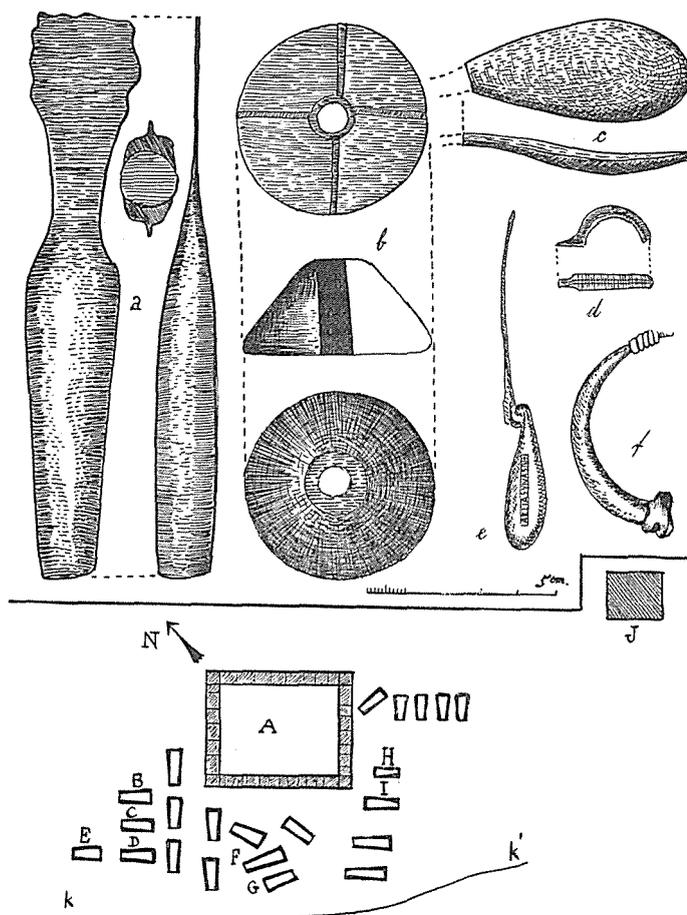
1, 2 e 3 — Fragmentos de grandes vasilhas com ornatos incisos (urnas da Chaminé). 5, 6 e 7 — Alfinetes de bronze (Terrugem). 4, 8 e 9 — Pinça de ferro, ornato de bronze e argola de ferro (necrópole de urnas da Chaminé). 10 — Anel de bronze, da necrópole n.º 2 da Chaminé.



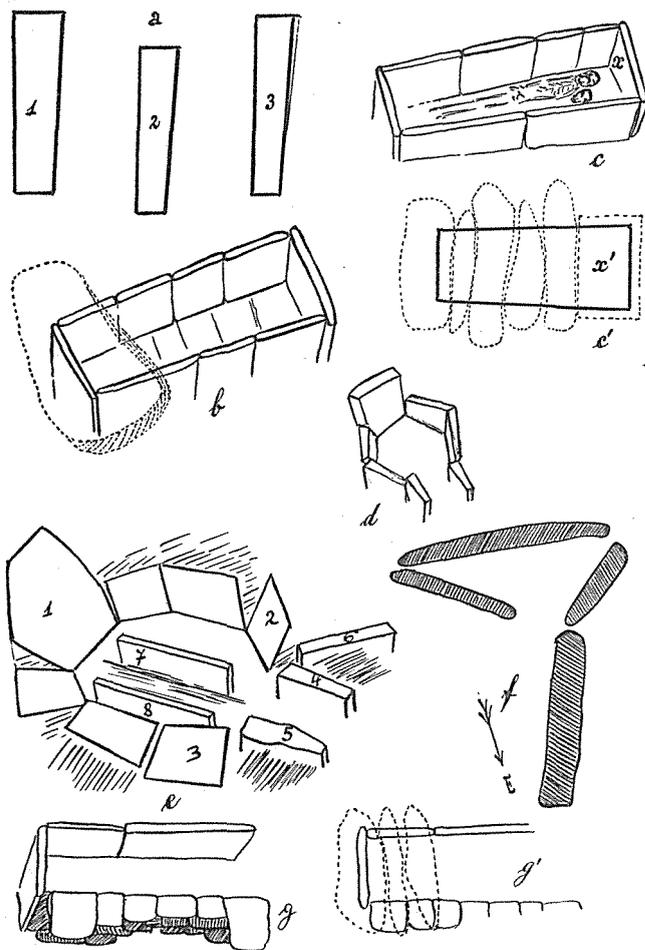
a) e b) — Pequena urna e terra sigillata com a palavra MAXVMA gravada no exterior (necrópole n.º 2 da Chaminé). c) — Fragmento cerâmico de barro vermelho, com ornatos pintados a vermelho-escuro (necrópole de urnas da Chaminé).



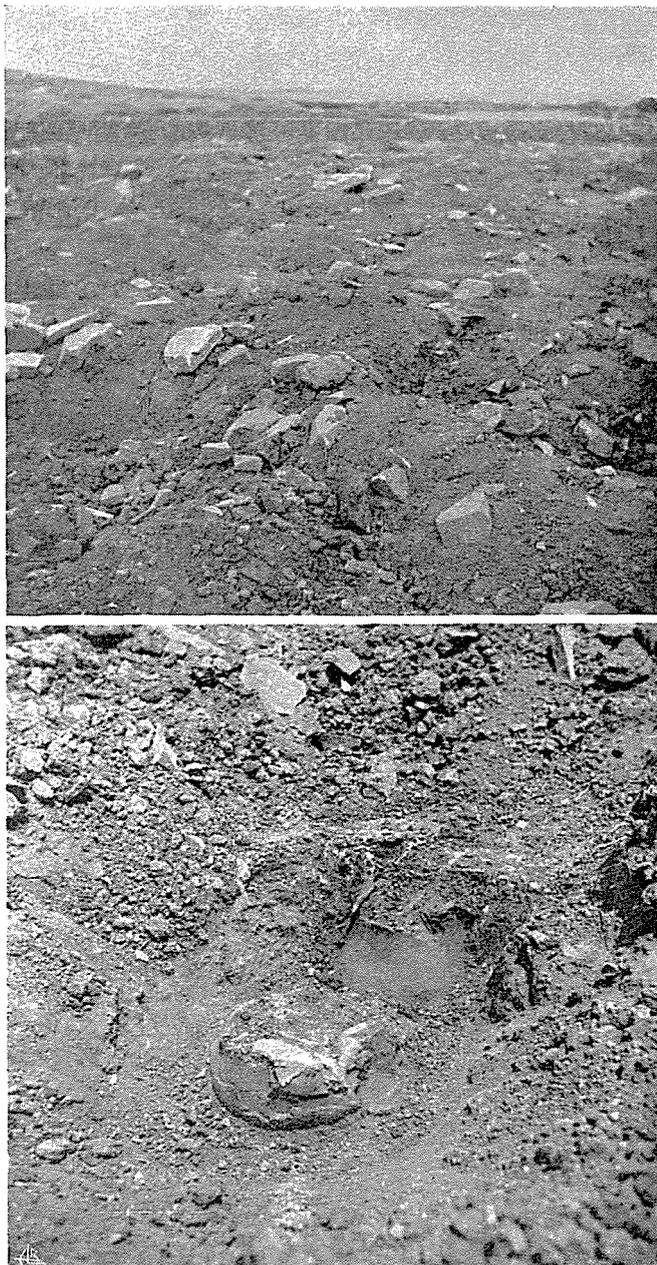
Objectos de bronze, da Terrugem. 1 a 5 e 9 — Asas de *situla*.
6 — Campainha. 7 e 8 — Fragmentos de adornos circulares.



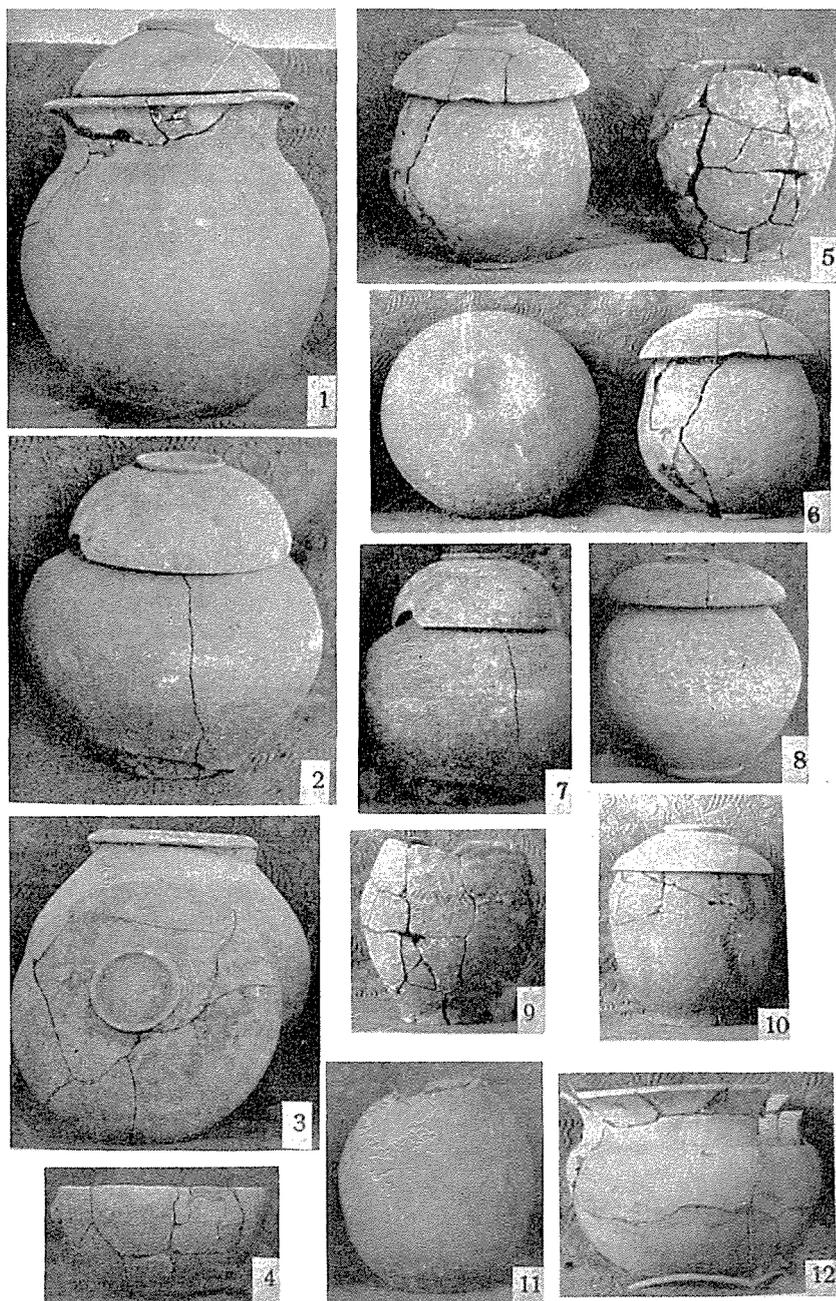
a), c), e) — Formão de ferro, concha de colher de bronze e colher litúrgica de prata, da Terrugem. *b), d), f)* — Cossioiro de barro, íbula e fragmento de brinco de bronze, da necrópole de urnas da Chaminé. Em baixo: — Esboço topográfico de uma parte da estação romano-visigótica da Terrugem. A — Restos de edifício. B — Sepultura com dois crâneos. C — Sepultura com cinco crâneos. D — Sepultura com sete crâneos. E — Sepultura com fíbulas. F — Sepultura com dois esqueletos. G — Sepultura de criança. H — Sepultura de criança. I — Sepultura de mármore. J — «Monte» de Santo António. K-K' — Linha de água.



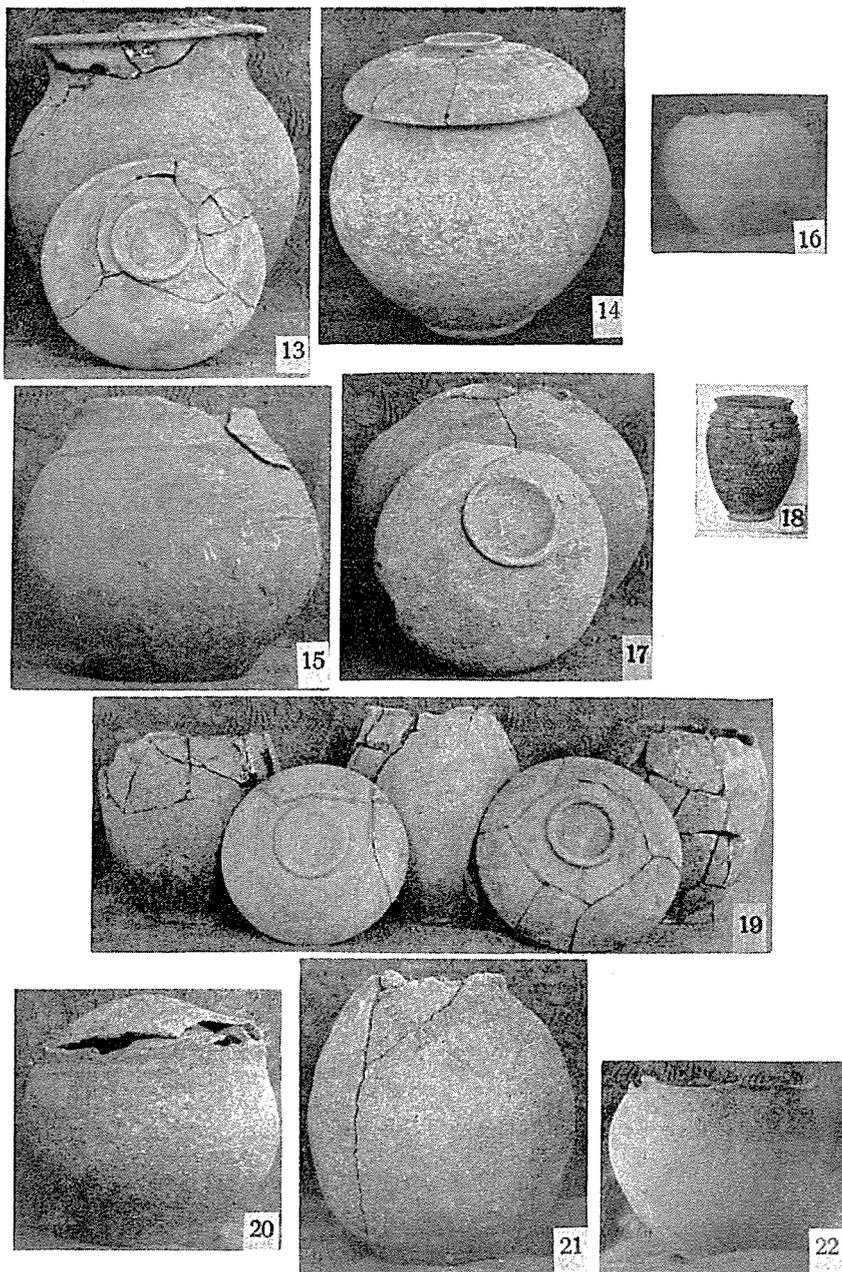
a) — Disposição das três sepulturas romanas da Herdade da Camuja.
 b) — Sepultura n.º 1 da Camuja. c, c') — Sepultura n.º 2 da Camuja
 (x — Lápide de *Falma*. x' — Lápide de *Sexto e Catínia*). d, f) — Antas da Herdade da Farisoa. e) — Anta da Herdade do Carvão (1 a 6 — Esteios que surgem à superfície do terreno; 7 e 8 — lajes de uma sepultura inclusa).



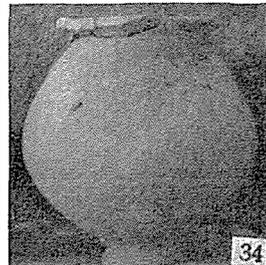
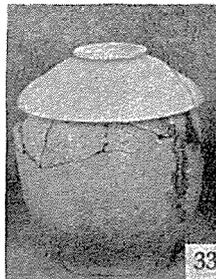
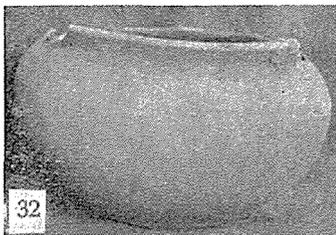
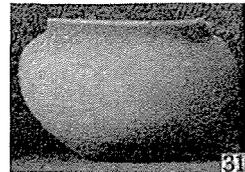
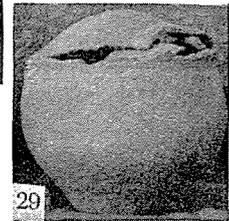
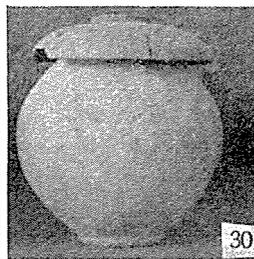
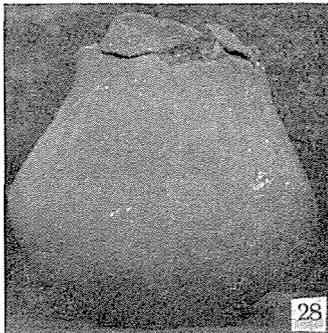
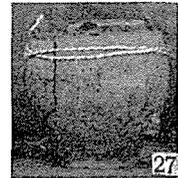
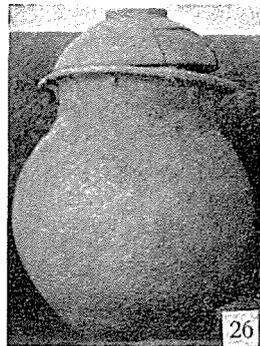
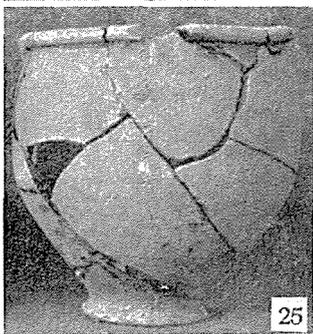
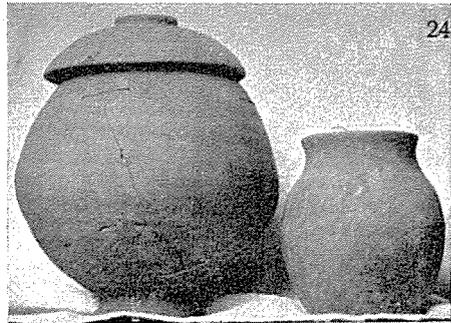
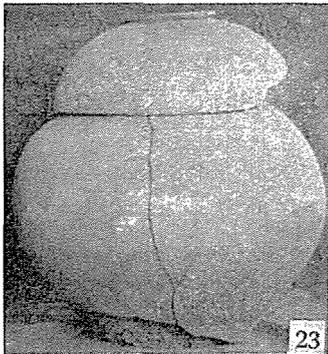
Em cima : — Aspecto de uma parte da necrópole de urnas, da Chaminé, após os trabalhos. Notar a pouca quantidade de pedras que não sejam de pequenas dimensões. Em baixo : — Duas urnas cinerárias, *in situ*.



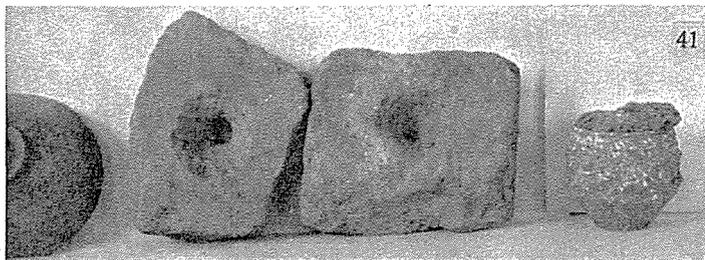
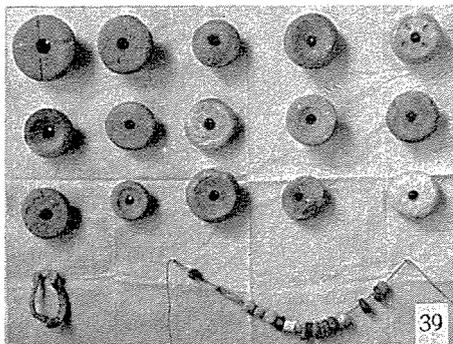
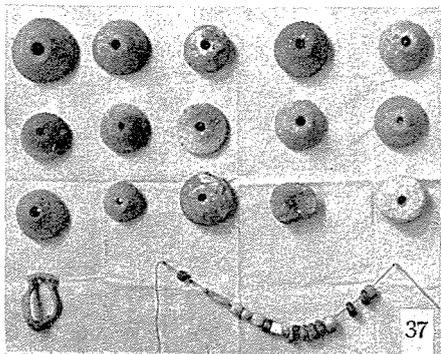
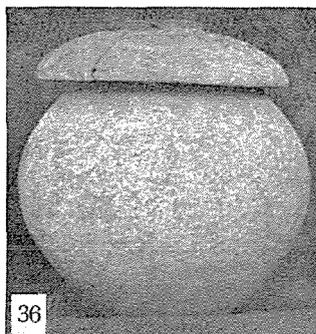
Necrópole de urnas da Chaminé. Diversos formatos de urnas e de taças que serviam de cobertura. Os n.ºs 3 e 6 mostram o fundo exterior de duas taças.



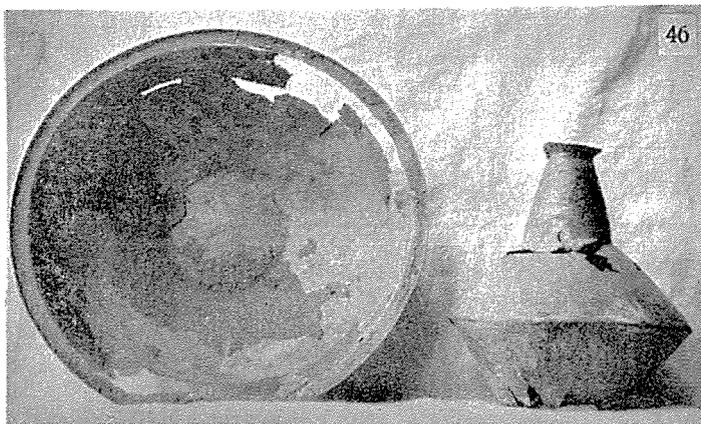
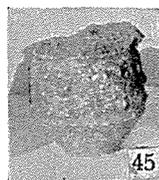
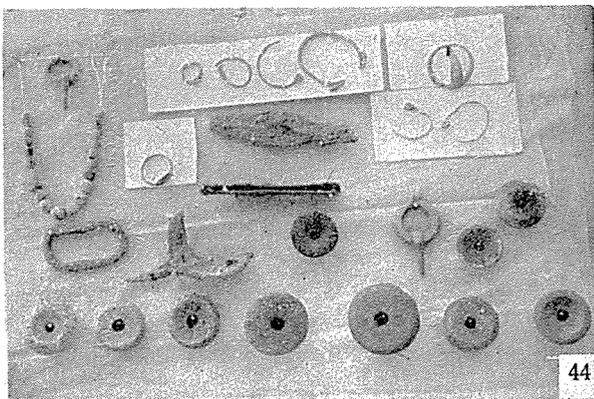
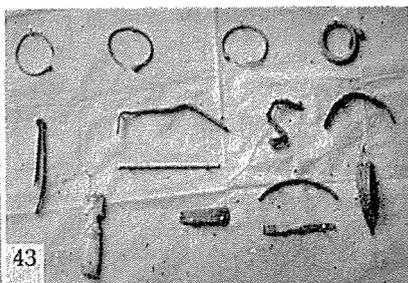
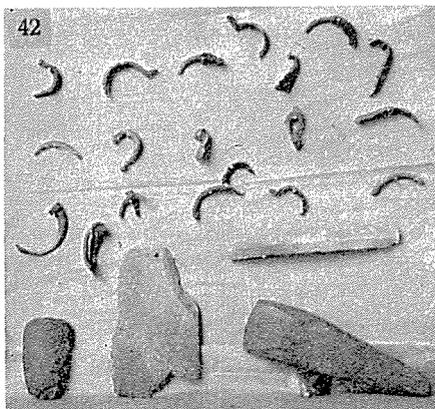
Necrópole de urnas, da Chaminé. Urnas e respectivas taças que serviam de tampas. N.º 18 — Pequeno vaso de barro negro, ornado.



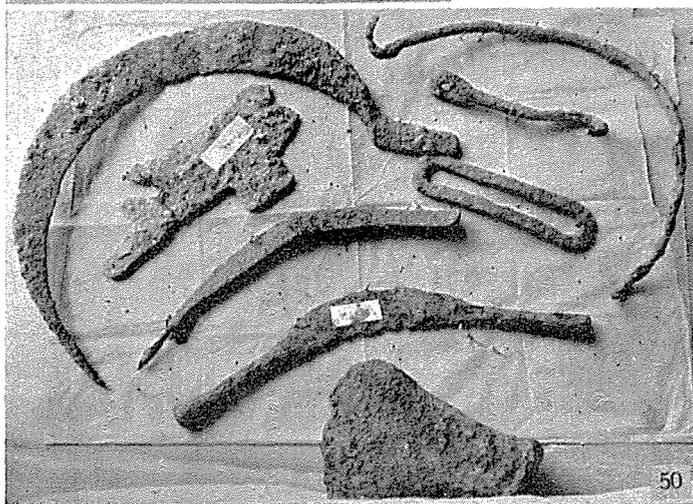
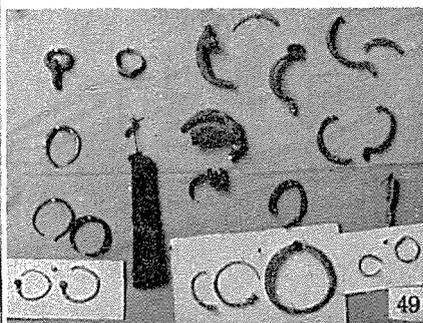
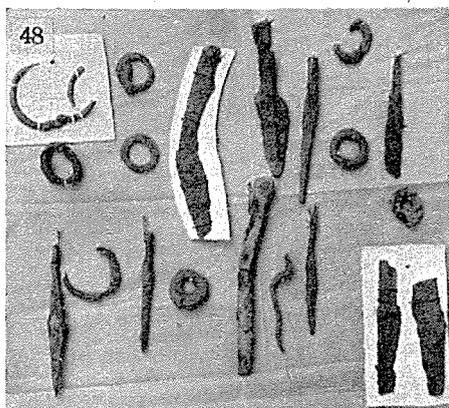
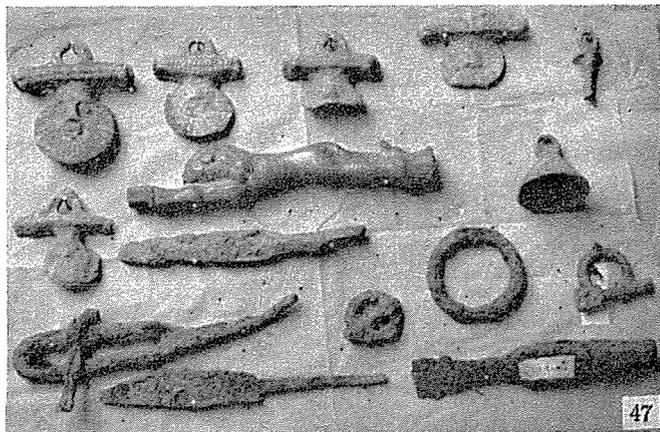
Necrópole de urnas, da Chaminé. Urnas e taças de cobertura.



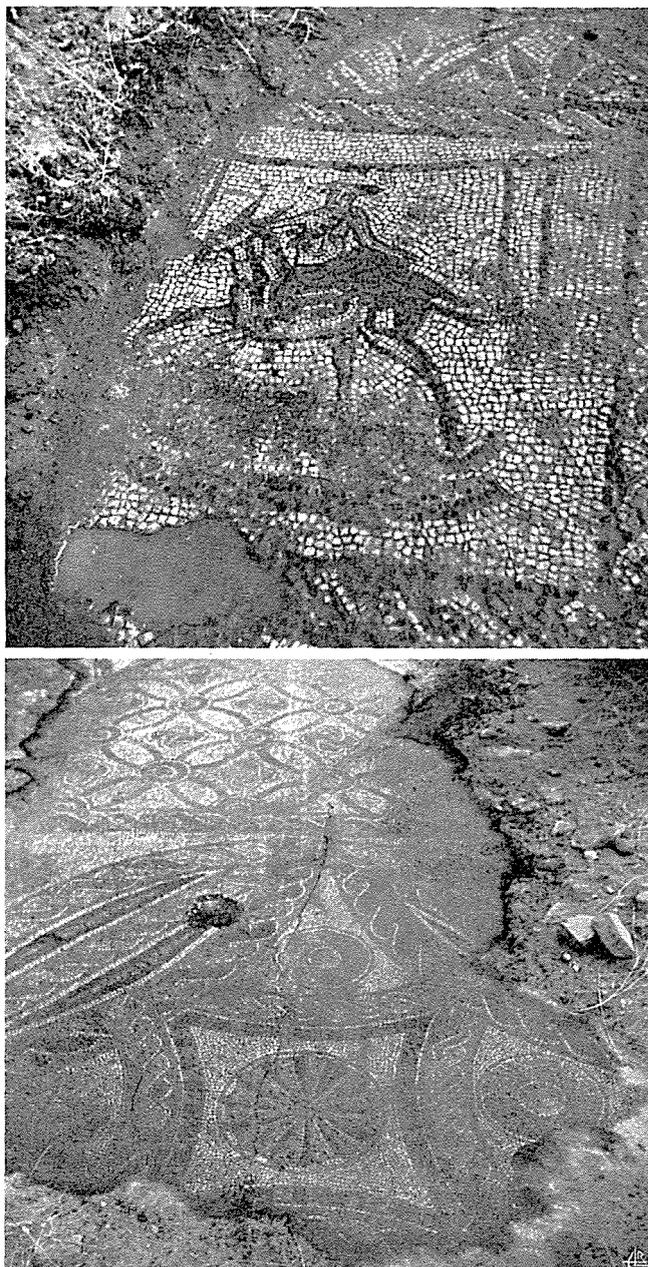
Necrópole de urnas, da Chaminé. 35 e 36 — Urnas e taças. 37 e 39 — Cossioiros e fibula, vistos de ambos os lados; contas de colar. 38 — Espada curta, de ferro, de antenas. 40 — Tampa de pedra, de urna, notando-se o círculo de contacto com o bocal da vasilha. 41 — Taça; pequena urna com cinzas; pedras furadas.



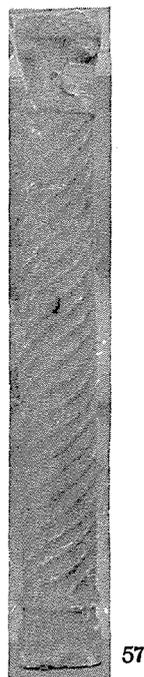
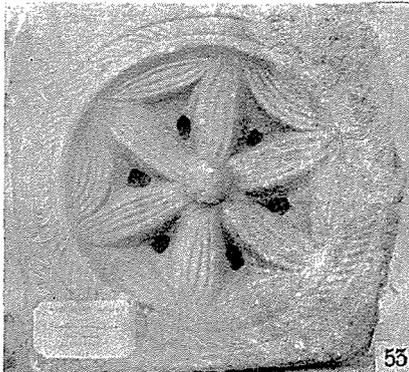
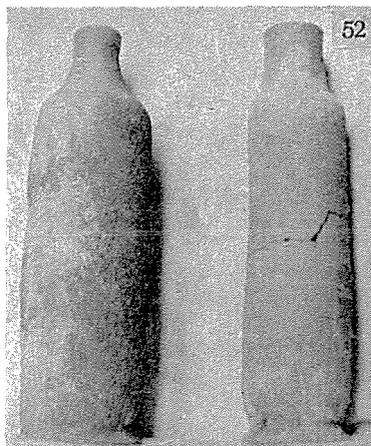
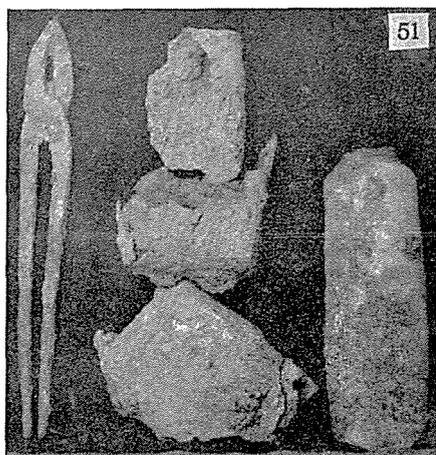
42 — Fragmentos de fíbulas e de brincos, da necrópole de urnas da Chaminé; machado, enxó e faca, da Anta da Chaminé, Anta da Farisoa e Atalaião (vid. Fig. 6). 43 — Fíbulas da necrópole de urnas da Chaminé; amuleto de osso, pinças e alfinetes de bronze, da Terrugem. 44 — Cossioiros, fíbulas, espora, ponta de lança, alfinetes e contas de colar, da necrópole de urnas da Chaminé. 45 — Pequenina urna cinerária, da necrópole de urnas da Chaminé. 46 — Grandes vasilhas de bronze, da Terrugem.



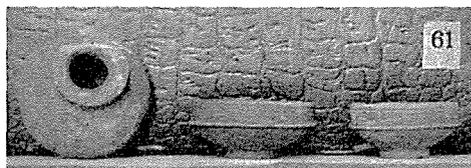
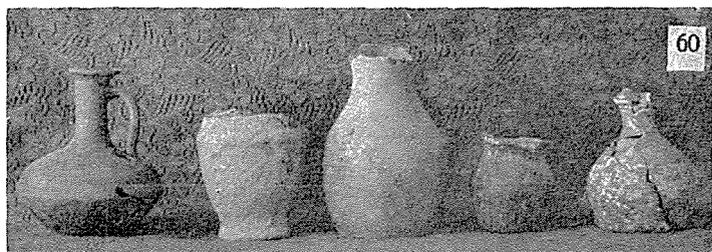
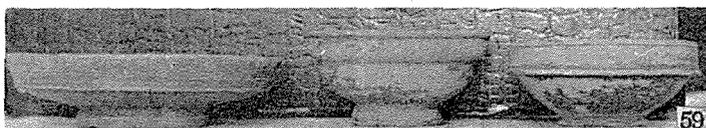
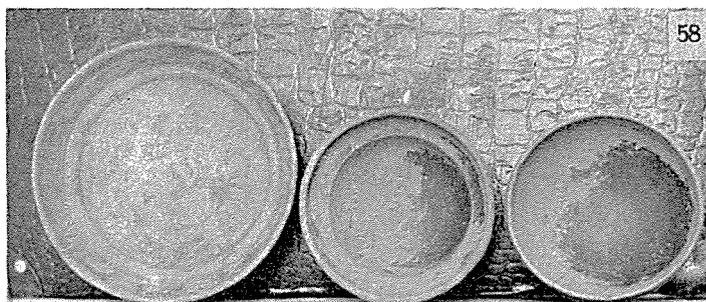
Objectos de bronze e de ferro, da Terrugem; faca e argolas de ferro, da necrópole de urnas, da Chaminé. 48 e 49 — Pinça, pontas de dardo, brincos, fíbulas, alfinetes, ponta de lança e facas afofadas, da necrópole de urnas, da Chaminé. 50 — Foicinho, machada, machado, cutelo de dois cabos e outros objectos de ferro, da Terrugem.



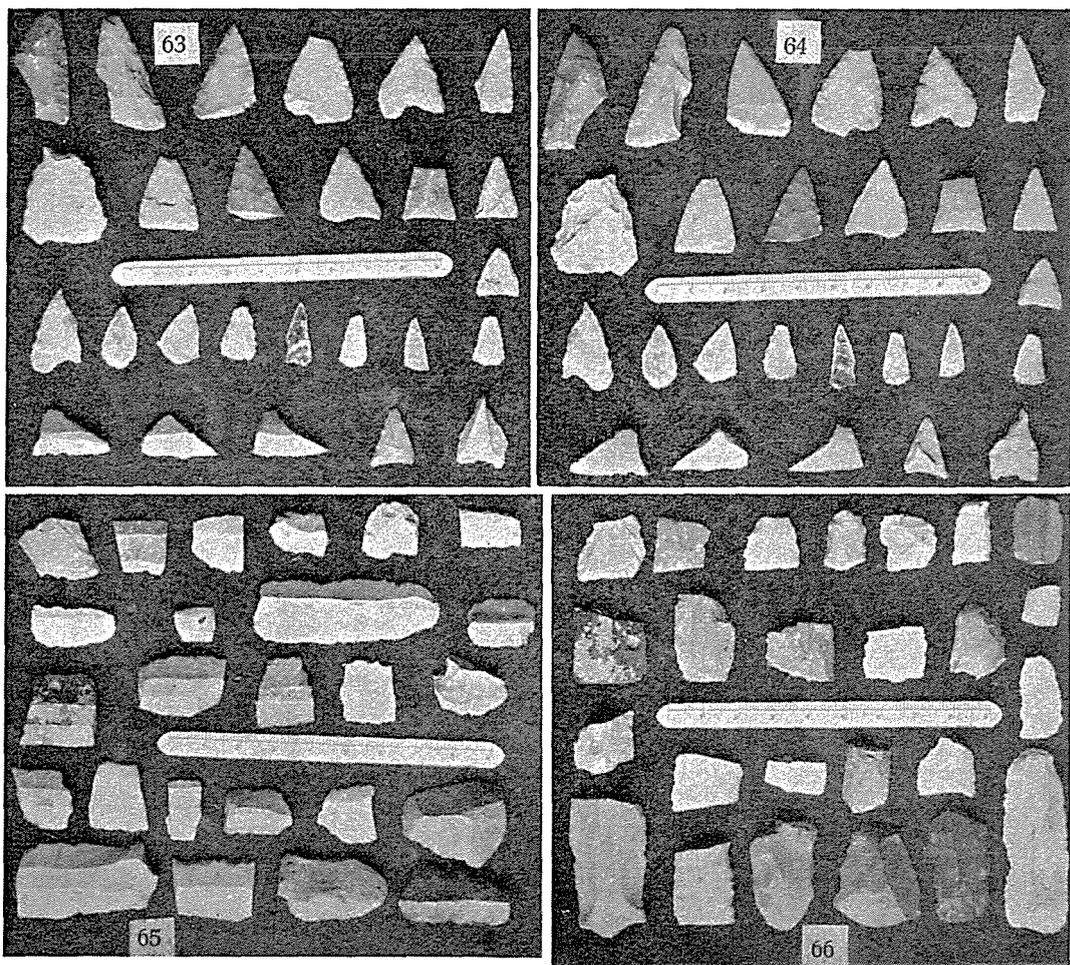
Mosaicos do Carrão.



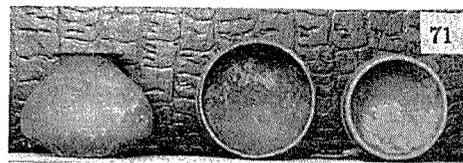
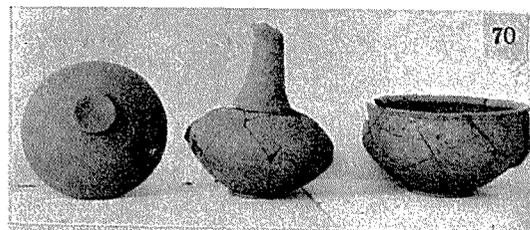
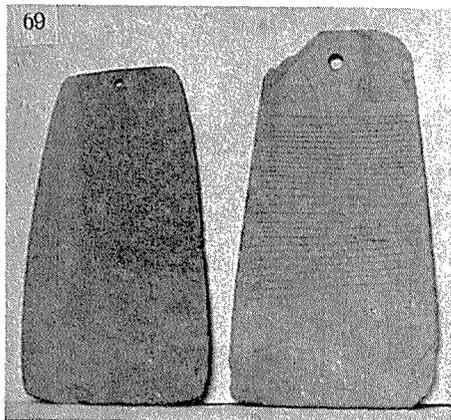
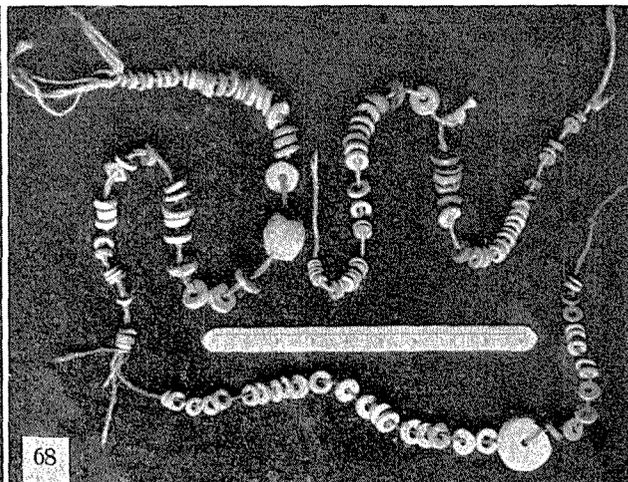
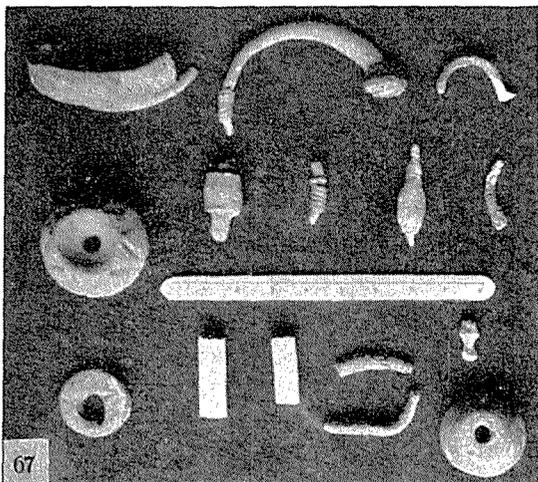
51 — Tenaz de ferro, chocalhos de bronze e manilha de canalização (Terrugem).
52 — Rosácea (Terrugem). 54 e 55 — Urnas (Chaminé). 56 — Mosaico (Carrão).
57 — Colunelo (Terrugem).



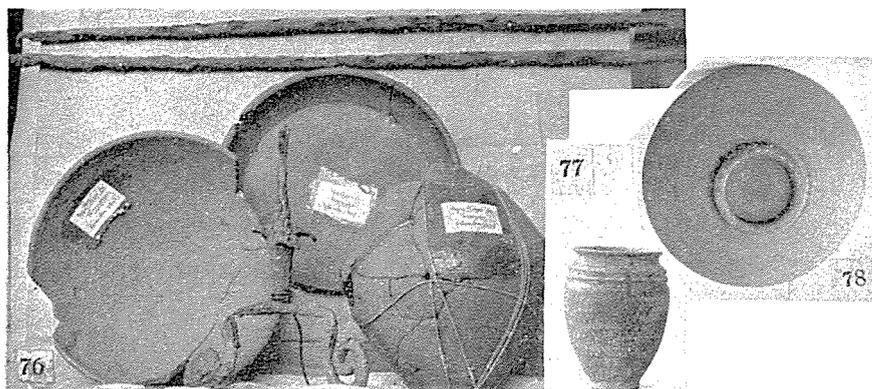
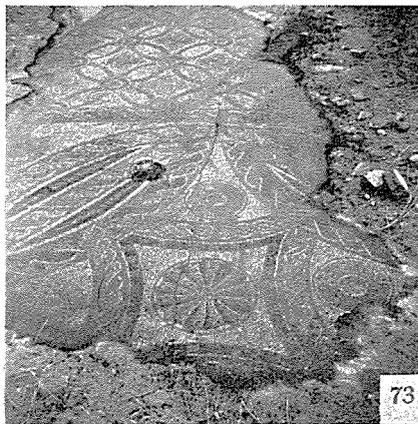
58 e 59 — *Terra sigillata* (Carrão). 60 — Urnas da Chaminé e vasilhas do Carrão.
61 — Vaso de barro e *terra sigillata* da necrópole n.º 2 da Chaminé. 62 —
Lucerna da necrópole n.º 2 da Chaminé.



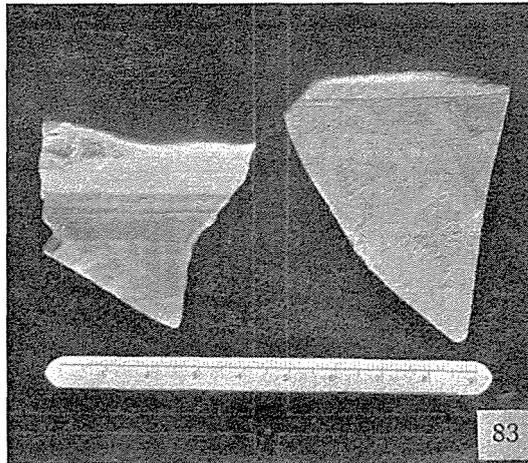
63 a 66 — Pontas de setas, facas e fragmentos de facas do Atalaião (Vila Fernando). Vista de ambas as faces.



67 — Fragmentos de brincos e de braceletes e dois cossoiros, o menor destes, do Atalaião, e os restantes objectos, da necrópole de urnas, da Chaminé; grande conta discóide e duas contas cilíndricas, de calcário, do jazigo de Alcarapinha. 68 — Contas de colar, da Alcarapinha. 69 — Placas de xisto, do Genemigo (à esquerda) e do Monte Carvão (à direita). 70 — Cerâmica da Chaminé. 71 — Taças de *terra sigillata*, da Terrugem, e à esquerda uma urna da Chaminé.



72 e 73 — Mosaicos do Carrão. 74 — Sepulturas do cemitério romano-visigótico da Chaminé. 75 — Sepultura da necrópole romana da Camuja. 76 — Cerâmica da necrópole de urnas da Chaminé e objectos de ferro da estação visigótica da Terrugem. 77 e 78 — Cerâmica da necrópole de urnas da Chaminé.



83 — Fragmentos de cerâmica vermelha, com ornatos pintados a negro, da necrópole céltica, de urnas, da Chaminé. 84 — Extracção de uma urna da necrópole céltica da Chaminé. Comparar com a fot.^a da Est. I, na qual se vê surgir outra urna junto desta. São das menos despedaçadas pela pressão da terra e cascalho que as envolvem.

O pio de piar os milhos

Instrumento de origem oriental na Serra da Padrela

POR

JORGE DIAS

O pio (1) é uma espécie de almofariz geralmente empregado para descascar arroz, cevada, milho alvo e outros cereais, mas também utilizado para diferentes fins (2). Estes aparelhos estão muito espalhados no Extremo Oriente, onde se conhecem dois tipos diferentes segundo são accionados pela força humana ou

(1) Usamos a palavra *pio*, por ser aquela que colhemos da tradição oral para designar estes aparelhos. Este termo já tinha sido registado no *Glossário Transmontano*, de Vieira da Costa, (na contribuição assinada por C. M.), in «Ilustração Transmontana», 1.º ano, 1908, pág. 74. A palavra usada pelos especialistas de língua alemã, os únicos — que eu saiba — que trataram o problema em geral, é *Anke* ou *Stampfe*. Sobretudo a primeira parece-me mais própria para designar o *pio*. (Sobre a palavra *Anke*, consultar Meringer, «Werkzeuge der pinsere-Reihe 22»). (Este trabalho é uma adaptação do original alemão, *Tretanken und Wasseranken in Portugal*, que escrevi para o «Festschrift», für Prof. Fritz Krüger).

(2) Na Ucrânia utilizam-nos também para triturar a linhaça antes dela ir para o moinho de óleo, assim como para maçar o linho. Os curtidores também os empregam para esmagar a casca de carvalho e de salgueiro usada na indústria de curtumes. (Dmitrij Zelenin, *Russische (Ostslavische), Volkskunde*, Berlin und Leipzig, 1927, pág. 87). Nos Balcãs, também serve para esmagar os pimentões, assim como a casca de carvalho (*Quercus cerris*). (Robert Wildhaber, *Gerstenmörser, Gerstenstampfe, Gerstenwalze*, Separatabdruck aus Schweiz. Archiv für Volkskunde, Band 45, Heft 3, 1948, pág. 192 — este cita a comunicação do Dr. Iván Balassa).

pela água (1), e o seu uso pode-se registar em épocas bastante recuadas (2).

São ambos muito semelhantes em todos os seus elementos, só com a pequena diferença do segundo apresentar numa extremidade um recipiente em que cai a água que o movimenta (Est. 1). Praticamente estes aparelhos constam de duas peças principais: o *pieiro* (3), bloco de pedra, ou cepo de madeira com um buraco cavado e que serve de almofariz, e o pilão, composto duma tábua balancé pregada sobre um eixo transversal, na extremidade da qual está encravado um cepo cilíndrico, que é pilão pròpriamente dito (Fig. 1). O camponês põe-se de pé, em cima da tábua, de maneira a que o eixo fique entre os dois pés. Quando se inclina para um lado, e faz força sobre a ponta livre da tábua, o pilão levanta-se; depois, quando se inclina para o outro, o pilão desce e penetra no *pieiro*, onde está o cereal que se quer descascar (4) (Fig. 2).

O segundo tipo representa um considerável progresso sobre o primeiro. Mas é certo que exige água corrente, coisa que nem

(1) Paul Leser, *Westöstliche Landwirtschaft*, in Festschrift für P. W. Schmidt, Wien, 1928, pág. 468. Neste trabalho reproduz diferentes tipos de várias regiões e fornece uma abundantíssima bibliografia.

(2) Os pios já eram conhecidos no Extremo-Oriente na dinastia de Han e é possível que o fossem há muito mais tempo. Paul Leser, *obra cit.*, pág. 472. Este cita Berthold Laufer, *Chinese Pottery of the Han Dynasty*, Leiden, 1909, págs. 33, 39, 43 e estampa 6 depois da página 40.

(3) A palavra *pieiro* vem registada por A. Gomes Pereira, *Tradições e linguagem de Vila Real* — Parte II, *Linguagem Popular*, in «Revista Lusitana», XII, pág. 116. O mesmo regista *piadeiro*, *pia-milhos*, *piar* e *pio*. *Pieiro* é o mesmo que *pio*.

(4) Um velhote de 73 anos, de Vila da Ponte, disse que *cascam* (descascam) os milhos primeiro, com poucas pancadas, depois é crivado e volta ao *pio* para *piar* até estar pronto.

sempre se encontra em toda a parte. Neste tipo a extremidade livre da tábua tem um recipiente que se coloca debaixo duma bica de água. A água corre até o encher, de maneira que, tornando-se mais pesado, desce obrigando o pilão a subir. Mas ao baixar, muda de posição e a água derrama-se deixando cair o pilão com toda a força dentro do pieiro. O aparelho volta de novo à posição inicial e torna-se a encher de água, repetindo-se assim indefinidamente o movimento de balancé do pilão (1).

Tais pilões existem na China (2), na Coreia (3), no Japão (4), na Indonésia (5) e na Indochina (6), mas parece serem aí mais frequentes os tipos accionados pela força hídrica.

Contudo estes aparelhos não estão confinados às regiões mais orientais da Ásia e pode-se-lhes seguir a pista para o Oci-

(1) Estes aparelhos e a maneira como funcionam vem descrito pormenorizadamente por Paul Leser, *obra cit.*, págs. 468-469.

(2) O. Franke, *Kêng tschi t'u*, «Abhandlungen des Hamburger Kolonial-Institutes», Bd. 11, Reihe B, Bd. 8, Hamburg, 1913, estampas 44 e 45 e págs. 154-155, figs. 26-28 — Citado por Paul Leser, nota 251. Berthold Laufer, *obra cit.*, lug. cit. M. C. Perry, *Narrative of the Expedition of an American Squadron...*, Washington, 1856, pág. 507. Existe um modelo de pio de Schantung na coleção do Museu de Ciências da Natureza, de Etnologia e de Comércio, de Bremem.

(3) Hermann Lautensach, *Korea*, Leipzig, 1945, págs. 196 e 228. Descreve pios movidos a água, mas sem qualquer reprodução gráfica.

(4) Siebold, *Nippon*, «Archiv zur Beschreibung von Japan», Leiden, 1832-1852, vol. 6, estampa 7, figs. 7, 8, 9; Berthold Laufer, *obra cit.*, fig. 9; M. C. Perry, *obra cit.*, págs. 413-415.

(5) Julius Jacobs, *Het Familie — en Kampongjeven op Groot-Atjeh*, Leiden, 1894, vol. 2, estampa 2, fig. 2.

(6) Dilock Prinz von Siam, *Die Landwirtschaft in Siam*, Leipzig, 1908, pág. 136.

dente através do Indústria (1) até à Ucrânia (2), Transcaucásia (3), Galícia (4), Polónia (5), Steiermark (6), Kaernten (7), Krain (8), Salzburgo (9), Berna (10), Hungria (11), Itália (12) e França (13). Porém aqui parece predominarem os pilões accionados pelo homem.

(1) *Rural life in Bengal*, London, 1860, pág. 96; Georg A. Grierson, *Bihar peasant life*, Calcutta — London, 1885, estampa depois de pág. 90; E. Meynen, *Die Verbreitung des Holzmörsers*, «Ethnologica», vol. 3, págs. 95-100.

(2) Dmitrij Zelenin, *obra cit.*, pág. 87, fig. 42; Diz ele que os pios de accionamento humano são muito frequentes na Ucrânia.

(3) M. Proskowetz, *Vom Newastrand nach Samarkand*, Wien und Olmütz, 1889, pág. 410; Paul Leser, *obra cit.*, págs. 469 e 470, figs. 75 e 78, reproduz dois tipos de pios, um accionado pelo homem, outro pela água; Alexander Petzholdt, *Der Kaukasus*, vol. 2, pág. 170, figs. 30-31; Frank von Schwarz, *Turkestan*, Freiburg i. Br., 1900, pág. 340.

(4) L. Pfeifer, *Die Werkzeuge des Steinzeitmenschen*, pág. 152. No Museu de Etnologia de Basileia existe um pio da Galícia. (VI 4843), reproduzido por Wildhaber, *obra cit.*, pág. 193, fig. 16.

(5) R. Meringer, *Eine uralte Maschine*, «Indogermanische Forschung», vol. 21, pág. 283. O mesmo in «Wörter und Sachen», ano 1, 1909, pág. 27; Buschan, «Illustrierte Völkerkunde», vol. 3, pág. 335 e seguintes.

(6) Ver nota 5, pág. 8. Wildhaber, *obra cit.*, pág. 197, fig. 17 reproduz um pio da Steiermark da colecção do Steirischen Volkskundemuseum de Graz.

(7) Ver nota 5.

(8) Ver nota 5.

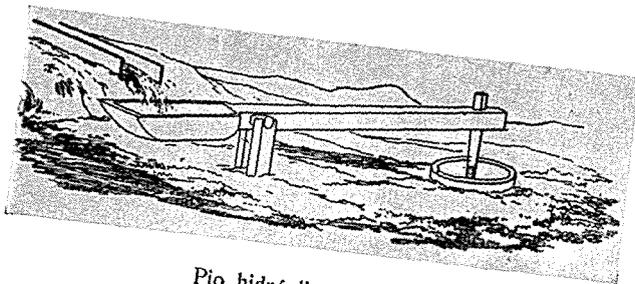
(9) Ver nota 5.

(10) A. Maurizio, in «Anzeiger für schweizerische Altertumskunde, N. F.» págs. 12 e seguintes.

(11) Ver nota 5. «Anz. d. Ethnogr. Abtlg. d. Ungar. Nat.-Museums» (dt. Ausgabe) II, 1907, 37, Wildhaber, *obra cit.*, pág. 195, fig. 18 reproduz um pio dos milhos, de Jászapáti, «Komitat Jásznagykunszolnok», Hungria.

(12) Meringer, «Wörter und Sachen», Ano I, pág. 27. Sem indicações precisas de lugar nem de fonte.

(13) *L'Art Populaire en France*, I, 1929, pág. 192 e fig., pág. 193. (É o *Pile mile* na Touraine). Este pilão francês é manual, e difere inteiramente dos pios, como o pude há pouco verificar.



Pio hidráulico japonês

(Segundo Paul Leser).



Pio da Galicia, que se encontra no Museu de Etnologia de Basileia

(Segundo Paul Leser).

Wildhaber considera-os mesmo principalmente confinados no Oriente da Europa, em regiões de população eslava (1).

Que eu saiba, ainda nada foi dito até hoje sobre a existência destes pilões em Portugal (2). Krüger o grande filólogo-etnógrafo que tantos instrumentos e aparelhos registou na Península Ibérica, e nos mostrou novos caminhos e possibilidades até aí desconhecidos, parece não ter escrito nada sobre estes pilões (3). Igualmente não encontramos nada no importante livro de Lautensach, Portugal (4), onde vem mencionados ou descritos, moinhos de vento e de água e vários outros instrumentos agrícolas. Parece mesmo que tais pilões eram inteiramente desconhecidos no Sudoeste da Europa, pois um aparelho que Karutz reproduz no seu Atlas, usado no país basco para assustar os animais, e que tem grande semelhança morfológica com os pilões movidos a água (5), a meu ver não se lhes pode associar, visto ter funções completamente distintas (6).

(1) Robert Wildhaber, *obra cit.*, pág. 192.

(2) Com excepção feita da recolha dos vocábulos: pio, pieiro, piar, pia-deiro, pia-milhos, registados em vocabulários populares, a que já nos referimos nas notas 1 da pág. 323 e 3 da pág. 324. Vê-se por aqui a importância que os estudos linguísticos podem ter para o etnógrafo e etnólogo, que deve aí encontrar curiosos filões inexplorados.

(3) Fritz Krüger, *Die Gegenstandskultur Sanabrias und seiner Nachbargebiete*, Hamburg, 1925. — *Die nordwestiberische Volkskultur* in «Wörter und Sachen», vol. x, Heidelberg, 1927.

(4) Hermann Lautensach, *Portugal auf Grund eigener Reisen und der Literatur*, Ergänzungshefte nr. 213 und 230 in «Petermanns Mitteilungen», 1932-1937.

(5) R. Karutz, *Atlas der Völkerkunde*, «Die Völker Europas Stuttgart», 1926, pág. 76, fig. 21. — Paul Leser, *obra cit.*, pág. 471, fig. 79, reproduz esta máquina do Atlas de Karutz.

(6) Na impossibilidade de consultar o Atlas de Etnologia de Karutz, não podemos ter a certeza de que ele não tenha também reproduzido algum pio

Contudo, nós encontramos, há uns dois anos, vários pilões semelhantes aos da Europa Oriental, na Serra da Padrela, onde se utilizam para descascar o milho miúdo, ali ainda bastante cul-

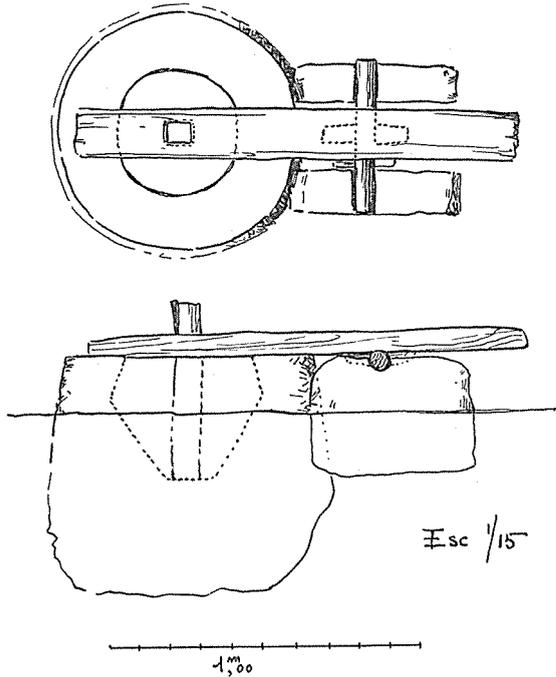


Fig. 1 — Um pio de Sobrado

(Desenho de Fernando Galhano).

tivado e chamado milho *barrosinho* ou *esparalhado*, ou simplesmente, *milhos*.

Estes pilões são ali conhecidos por *pios de piar* e são absolutamente iguais aos descritos ou reproduzidos pelos autores que

basco. Contudo, a referência que lhe faz Leser não autoriza a crer tal coisa. Além disso, as obras fundamentais sobre ergologia pirenaica, de que mais adiante falaremos, não registam pios.

trataram dos pilões da Europa Oriental, como se pode ver nas figuras que ilustram este trabalho.

Estudámos dois destes pios que aqui vão reproduzidos, e que, como todos de que temos notícia, pertencem ao tipo dos que são accionados pelo homem.

Um deles é de Valpaços, S. João de Curveira, Sobrado. Tem a particularidade de ter a tábua do pilão bastante curta 1^m,40, com o eixo assente em duas pedras rectangulares, enterradas no chão, paralelamente uma à outra, e encostadas ao *pio*, que também está enterrado no chão até ao bordo. O pio é dum bloco de granito com uns 0^m,80 de alto, de largo e de comprido (Des. 1).

O outro é mesmo da aldeia da Padrela e só difere daquele por ter as pedras, em que assenta o eixo, mais afastadas do pio, e a tábua mais comprida. De resto é exactamente igual ao primeiro (Des. 2).

Todos os pios que conhecemos estão dentro duma casa e junto da parede, de maneira que os lavradores se podem facilmente segurar a um torno metido na parede. Na Europa oriental não se dá este caso, porque, como diz Wildhaber, os pilões estão sempre fora das casas ⁽¹⁾, também junto das paredes, de maneira que os trabalhadores se possam segurar num pau nelas espetado. Existem contudo outros casos em que os lavradores se apoiam numa vara horizontal de madeira, pregada nas duas extremidades nuns suportes do mesmo material. Este processo tem a vantagem de servir de apoio a mais que um camponês ao mesmo tempo, quando vários pilões estão colocados lado a lado ⁽²⁾ (Est. III). Zelenin não nos explica como é que na Ucrânia os homens se

(1) R. Wildhaber, *obra cit.*, pág. 192, cita Meringer, «Werkzeuge der pinsere-Reihe», 15.

(2) Wildhaber reproduz uma gravura do Museu Népráji de Budapeste, em que se vê um camponês húngaro a piar numa instalação com três pios, com uma vara de apoio comum a todos.

seguram enquanto executam o trabalho (1). No desenho que apresenta, dum ucraniano a piar os milhos, não se vê, na verdade, nenhuma espécie de apoio (Est. IV).

Estes pios não existiam só na Serra da Padrela, na Serra do Barroso ainda hoje se encontram umas pias de pedra, em geral a servir de bebedouro para animais, que foram antigamente pios, como no-lo afirmaram pessoas idosas da região (2). Em Capeludos de Aguiar, concelho de Vila Pouca, também se usavam os pios há umas dezenas de anos (3). A recente expansão do milho, que tem mantido o seu avanço para o oriente do país, destronou nesta região o milho miúdo (4), que só se semeia hoje em pequenas quantidades para um petisco tradicional, as filhoses, feitas de farinha de milho miúdo e cozinhadas em manteiga de porco. O sábado de Carnaval é mesmo chamado o sábado fiolheiro (5).

(1) Dmitrij Zelenin, *obra cit., lug. cit.*, figura 42 da pág. 87. Parece que este desenho deve ter sido feito um pouco de cor, pois o mascoto do pio não merece confiança, assim como não é provável que o camponês costume piar naquela atitude, que mais faz lembrar uma dança de cossaco.

(2) Em Vila da Ponte, vimos mais que uma destas pias, e qualquer pessoa de idade mediana se lembra ainda da sua utilidade primitiva.

(3) Existe um modelo dum destes pios no Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, ofertado pelo Prof. Dr. Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, no inverno de 1948, que o tinha recebido do Sr. Acácio Costa, de Vidago. Na própria miniatura vem as indicações necessárias feitas a tinta.

(4) A expansão do milho no Barroso deu-se em menos de vinte anos. Vergílio Taborde, *Alto Trás-os-Montes*, 1932, ao percorrer o Barroso, viu uma região em que predominava a cultura do centeio. Hoje, porém, o milho já predomina nas aldeias mais ocidentais, e em Alturas do Barroso, onde pouco milho se colhia há uns 14 anos, hoje já colhem tanto milho como centeio. (Jorge Dias, *Minho, Trás-os-Montes Haut-Douro*, «Congrès International de Géographie», Lisbonne, 1949, pág. 61).

(5) As filhoses fritas em *manteiga* de porco são o único petisco que exige a farinha de milho miúdo. Isto tanto no concelho de Montalegre (Vila da Ponte), como no de Boticas, (Campos).

Se em nossos dias nos é dado observar a rápida marcha do milho para oriente e o subsequente desaparecimento dos pios, é de crer que antigamente, antes da importação do milho da América, que entrou pelo porto de Cádiz em 1515 (1) e se começou a espalhar por todo o século XVI, a área dos pios fosse muito maior.

Como diz Lautensach, o facto do novo cereal tomar o nome do milho, é uma prova de que o veio substituir (2). No Minho ainda se usaram durante muito tempo as designações de *milho grosso* e *milhão*, para diferenciar o novo cereal do *milho miúdo* e *milho painço*, nomes porque é conhecido naquela província. Hoje em Trás-os-Montes ainda se mantém a palavra *milhão*, talvez por o milho ter sido introduzido aí mais recentemente, mas no Minho vai rareando.

Segundo Lautensach, o *milho miúdo* ou *painço* parece ser a espécie cereal mais antiga em Portugal (3). Existem documentos do Norte do país, dos séculos IX a XII em que se lhe fazem frequentes referências (4).

(1) Hermann Lautensach, *A formação dos aspectos culturais da paisagem portuguesa*, Lisboa, 1944, Separata do «Bol. da Soc. de Geografia de Lisboa», n.os 9, 10, 11 e 12, série 61.^a, 1943, pág. 10. Sobre a expansão do milho em Portugal e a revolução agrária que provocou ver Orlando Ribeiro, *A cultura do milho e a disseminação do povoamento em Portugal*, Lisboa, 1941. Actas do «I Cong. Nac. das Ciênc. da População». — *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra, 1945. *A Cultura do Trigo no Sueste da Beira*, Lisboa, 1944.

(2) Hermann Lautensach, *obra cit.*, pág. 14.

(3) Hermann Lautensach, *obra cit.*, pág. 8. Não sei em que razões se baseia o geógrafo alemão para tal suposição. Não é certamente na antiguidade das referências dos documentos dos sécs. IX a XII, pois nessa altura já havia, há muito, outros cereais.

(4) Os «Diplomata et Chartæ» dos «Portugaliæ Monumenta Historica», mencionam tal cereal com frequência, como já escreveu H. Lautensach.

Ainda hoje não desapareceu inteiramente o cultivo do *milho alvo* das terras minhotas. Nalgumas regiões cultivava-se, ainda há pouco, só para pagar foros antigos, em que tal cereal vinha

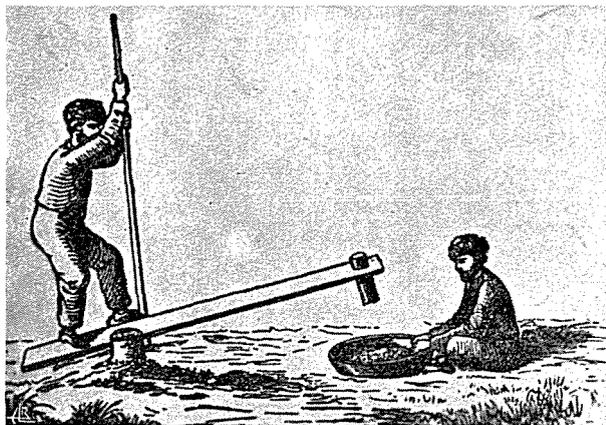


Fig. 2 — Homem a piar na Padrela

(Desenho de Fernando Galhano).

especificado ⁽³⁾. Mas a sua importância é mínima, sobretudo nas ribeiras do Minho, onde só serve para misturar um pouco à fari-

⁽³⁾ Um destes foros era pago pela Quinta do Termo, Santa Maria de Infias, Guimarães, e só há poucos anos foi remido.



Pio accionado pelo homem na Transcaucásia

(Segundo Paul Leser).



Pio de piar de Sobrado

nha milha por altura do Natal ⁽¹⁾, ou para o *pão coado*, que se vende mesmo na cidade do Porto. Nas regiões mais serranas, como em Agra, Rossas, Vieira do Minho, ainda se mantém o costume de semear milho alvo ⁽²⁾.

Contudo, são muitos os elementos que provam a importância do milho miúdo em todo o Minho, cujos habitantes ainda são conhecidos pelos *pica-milhos* ⁽³⁾. Um velho apodo em verso define assim os minhotos:

Homem do Minho
Calça de pau (socos)
Veste de linho,
Come pão de passarinho (milho miúdo) ⁽⁴⁾

(1) Informação colhida em Guimarães, Santa Maria de Infias.

(2) Jorge Dias, *Minho, Trás-os-Montes, Haut-Douro*, «Congrès International de Géographie», Lisbonne, 1949, pág. 50, estampa III, gravura D.

(3) Leite de Vasconcellos, *Etnografia Portuguesa*, vol. III, pág. 29.

Jerónimo Baía (séc. XVII), falando dum casal de pintassilgos, diz:

Ambos creio naturais
Foram de Entre Douro e Minho
E porque o creio, é porque
Cada qual foi *picamilho*.

Do que seja *picamilho* temos a explicação em Bluteau: «é o nome que se dá por zombaria aos da Província de Entre Douro e Minho, porque comem pão de milho».

A gente do Minho, come *pão de passarinho*. Citado por J. Leite de Vasconcellos, *Nótulas Etnográficas*, IV — *Uma alcunha étnica*, in «Lusa», ano 1, n.º 21, 15 de Janeiro de 1918.

(4) A interpretação do pão de passarinho, como sendo milho miúdo, não a encontramos só em Rocha Peixoto (nota seguinte). O botânico Gonçalo Sampaio na *Flora Portuguesa* (2.ª ed., 1947, dirigida por Américo Pires de Lima, a pág. 56), depois de classificar o milho miúdo, *Panicum miliaceum*, Lin., diz que servia para preparar o saboroso «pão de passarinho». Gonçalo Sampaio, que era minhoto, devia ter saboreado muitas vezes o pão feito com milho alvo.

Bebe vinho de enforcado,
Arrenega dele como do diabo! (1).

Uma cantiga popular, com certeza feita por qualquer indivíduo de fora da província, troça o alimento dos minhotos desta maneira:

«Dizeis que viva Ramalde,
«Não sei que graça lhe achais:
«Terra de milho miúdo,
«Alimento de pardais (2)!

Temos ainda um novo elemento, que não só nos prova o uso que havia de comer o milho miúdo, onde hoje se não cultivava, como nos mostra a relação em que tal cereal está com os pios. De facto, os milhos *piados* ou *cascados* (descascados) nos pios da Padrela servem para fazer sopa e sobretudo uma espécie

(1) Rocha Peixoto, *Apódos Tópicos* in «Ilustração Transmontana», vol. I.º, 1908, pág. 76. Leite de Vasconcellos, também a regista na «Etnografia Portuguesa», vol. III, pág. 29.

Teófilo Braga, *Um ditado topológico* (in «Lusa», Viana do Castelo, 15 de Agosto de 1918, Ano II, n.º 35). apresenta outra versão deste apodo encontrado nos manuscritos do P.º Sobreira, que estão na Biblioteca de Madrid, o qual, segundo Teófilo, admiravelmente descreve os costumes do norte de Portugal. É o seguinte:

Os homens de Entre Douro e Minho
Calçam de pau e vestem de linho;
Comem pão de passarinho,
Bebem vinho de enforcado
E têm força que nem diabo.

Teófilo acrescenta que o Dr. José Maria Rodrigues, natural de Valença, lhe afirmara que tal ditado era ainda corrente no norte do país. Acerca do *milho miúdo* diz ele que era ainda cultivado para pagamento dos antigos foros e que se misturava com o centeio para tornar mais alvo o pão...

(2) Lantensach, *obra cit.*, pág. 10.

de ensopado com carne de porco, em que o milho *esparalhado* entra como arroz (1). Pois a gente do Norte conhece um prato, chamado *milhos*, feito de milho grosso triturado e cozinhado com carne de porco, exactamente como se cozinha o milho miúdo na Padrela. Mas mais ainda, em certas terras, o milho grosso é triturado nos mesmos pios em que se descasca o milho miúdo (2). Isto prova que os camponeses habituados a comer milho miúdo, quando o substituíram pelo novo cereal mais rendoso, se viram obrigados a triturá-lo, para conseguirem dar-se a ilusão de comer o prato tradicional, pois o milho grosso não se presta a ser cozinhado inteiro (3).

O próprio nome, *milhos*, dado ao milho alvo na Padrela e ao prato feito de milho triturado é muito significativo. Quanto mais antigo é o uso do milho grosso mais natural é que os pios fossem desaparecendo, por desnecessários, e o milho foi-se triturando de qualquer maneira, quando de tempos a tempos se cozinha esse prato tradicional.

De tudo isto, parece não haver dúvida que existe uma relação estreita entre os pios e o milho alvo. Somos portanto obrigados a associá-los intimamente, a ponto de termos de pensar que o cereal e o aparelho usado para o descascar deviam ter sido introduzidos nesta região conjuntamente.

(1) A maneira de cozinhar o milho miúdo na Padrela colhemo-la directamente em 1948.

(2) Isto é o que se deduz da definição de Pio que dá o autor, C. M. da parte do *Glossário Transmontano* de Vieira da Costa, in «Ilustração Transmontana», ano 1.º, 1908, pág. 74. Diz o autor; pio — Cavidade numa pedra destinada a triturar o milho com o auxílio de um pilão de madeira.

(3) No Algarve (Carrapateira, Aljezur) cozinham-se os milhos inteiros num prato chamado *milhos de barrela*, por serem cozidos com cinza. É o único cozinhado português que conheço, em que entra o milho inteiro, e que, a bem da verdade, devo dizer ser muito pouco saboroso.

A associação do pio ao milho alvo, que encontramos no nosso país, pode servir-nos para resolver o problema da origem do primeiro, até hoje bastante debatido, mas para o qual ainda se não encontrou solução, e ajudar a achar a relação histórica entre os diferentes grupos de pios conhecidos: Extremo Oriente, Europa Oriental e Sudoeste Europeu, este só agora tornado conhecido à investigação (1).

Mas, se esta associação não oferece dúvidas no nosso país, falta saber se fora dele, ela não será desmentida pelos factos. A literatura de que dispomos não é suficiente para resolver o problema inteiramente, mas basta para nos mostrar que tal relação existe também em vários pontos da Europa Oriental. O próprio Wildhaber, que se refere principalmente a pios de piar a cevada, menciona também pios do milho miúdo (2). Além disso reproduz o desenho dum pio de milho miúdo de Jászapáti na Hungria (3) e nas notas bibliográficas fala também dum pilão usado para descascar o mesmo cereal (4). Zelenin que também descreve estes aparelhos usados na Ucrânia, diz qual é a palavra russa usada para designar milho miúdo descascado, o que prova a generalização do seu emprego (5).

(1) Não se podem considerar estudos sobre os pios as referências que lhes fazem os glossários ou vocabulários citados em notas anteriores, ou a menção que lhes fiz no meu livro, já mencionado — *Minho — Trás-os-Montes et Haut-Douro*.

(2) R. Wildhaber, *obra cit.*, pág. 192. Diz que muitas vezes os pios do milho miúdo têm um buraco por baixo para se poderem esvaziar. Enquanto estão a piar este buraco está tapado com um batoque.

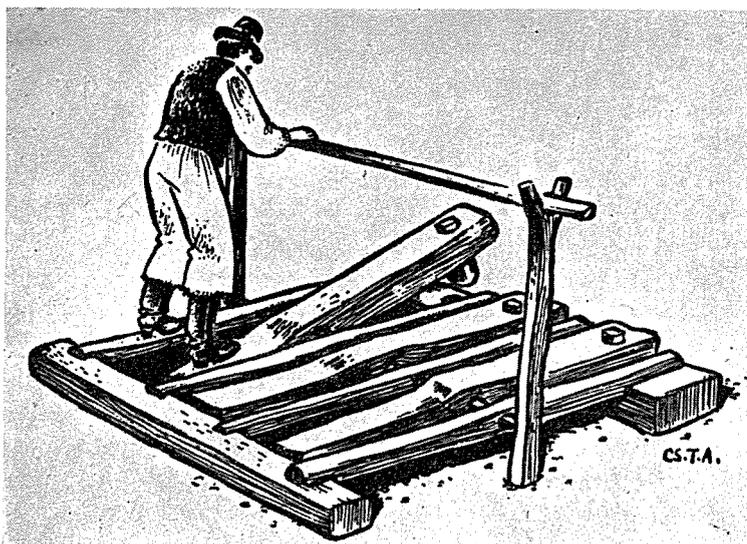
(3) R. Wildhaber, *obra cit.*, fig. 18, pág. 195.

(4) R. Wildhaber, *obra cit.*, refere-se à figura dum grupo de quatro pios reproduzida em *Glogn calender romontsch*, 20 Jahrgang, Ilanz, 1942, 82.

(5) Dmitrij Zelenin, *obra cit.*, pág. 87.



Pio português em movimento



Pio dos milhos de Jászapáti, na Hungria

(Segundo Wildhaber).

Nada pois desmente a hipótese dos pios terem sido introduzidos juntamente com o milho miúdo. Mas isto não nos dirá nada do caminho seguido por este aparelho? Teriam os pios passado dos romanos para os germanos, como pretende Meringer (1) e depois estes introduziram-nos no nosso país? Ou a sua origem será a Ásia oriental como supõe Meynen (2)? A resposta devemos procurá-la no caminho seguido pelo milho miúdo e não no próprio aparelho, que até hoje ainda não pôde fornecer a chave do enigma.

O milho miúdo (*Panicum miliaceum*, Lin.) é para a maioria dos autores originário da Índia (3) e nenhum deixa de considerar a Ásia como berço deste antigo cereal. Já nos começos do neolítico, o milho miúdo era cultivado em toda a Europa, com excepção do Sul (4). No Mediterrâneo o trigo era cultivado desde a antiguidade, mas o milho miúdo não era conhecido ainda nos tempos clássicos (5). Além disso, o milho miúdo é um cereal de verão, que exige alguma chuva, quando se cultiva de sequeiro, e que beneficia com a rega (6).

Em Valpaços, onde estudamos o problema, informaram-nos que só se cultivava na terra fria, e que na terra quente o seu uso

(1) Meringer, *Wörter und Sachen*, 1, pág. 27.

(2) Meynen, *Ethnologica*, vol. 3, pág. 122.

(3) C. L. Willdenow, *Species Plantarum*, vol. 1, Berlin, 1797, pág. 348. (Habitad in India). — William Aitn, *Hortus Kewensis*, 2.^a ed. Londres, 1810 (Habitad in India Orientali). — C. L. Willdenow, *Enumeratio Plantarum*, Berlin, 1809.

(4) Hugo Obermaier y Antonio García y Bellido, *El hombre prehistórico y los orígenes de la humanidad*, 3.^a ed., Madrid, 1944, pág. 152.

(5) Obermaier y García y Bellido, *obra cit.*, *lug. cit.*

(6) Até hoje, as referências que vimos na bibliografia portuguesa, não fazem referência a esta cultura de regadio. Contudo na Padrela, disseram-me que cultivam o milho miúdo de secadal e regado. O milho miúdo regado é mais rendoso.

era desconhecido (1). Tudo isto parece provar que o milho miúdo nos chegou pelo Norte através dos Pirinéus e se espalhou no Noroeste, onde havia condições naturais para o seu cultivo (2). A aridez que caracteriza o verão Mediterrâneo, não oferece as condições óptimas para a cultura deste cereal, embora possa ser cultivado em certos lugares mais favoráveis.

Parece pois não restar dúvida que o caminho do milho miúdo se fez através da Ásia, da Europa Oriental e daí passou para a Europa Central e Setentrional. Só em casos excepcionais, quando algumas regiões dos países do sul apresentam afinidades naturais com a Europa Média é que o milho miúdo aí penetrou. Foi o que se deu com o Noroeste da Península e talvez com o Norte de Itália (3).

A relação entre os pios e os milhos, serve para indicar que os pios também deviam ter feito o mesmo caminho, pelo menos da Europa Oriental até ao nosso país.

O facto de no Extremo Oriente os pios estarem muito espalhados leva a crer que seja aí mais antigo o seu uso. Por outro lado, se nessa região predominam os pios movidos a água, e se na Europa Oriental são mais frequentes os accionados pelo homem, é de supor que devessem ter chegado à Europa ainda na forma anterior, onde se fixaram, enquanto que no Oriente evoluíram e alcançaram o tipo superior movido pela água.

(1) Informação colhida em Sobrado, S. João da Curveira, ainda da terra fria, mas vizinha da terra quente do mesmo concelho de Valpaços.

(2) Ver as nítidas diferenças que apresentam as regiões naturais do país em Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, já citado. Ver mais Amorim Girão, *Atlas de Portugal e Geografia de Portugal*.

(3) Infelizmente Meringer não fornece elementos que permitam a localização dos pios italianos a que faz referência. R. Meringer, *Wörter und Sachen*, ano 1.º, pág. 27. Citado por Leser, *obra cit.*, pág. 470.

Até hoje, fizeram-se várias tentativas para descobrir a origem e marcha dos pios no Mundo. Paul Leser, o grande especialista dos arados (1), pretendeu resolver o problema dos pios e de outros instrumentos agrícolas, associando-os entre si, de maneira a formar grupos de expansão, que indicassem assim as suas origens (2). A ideia é muito curiosa e permitiu-lhe chegar a algumas conclusões interessantes, mas em relação aos pios não encontrou nenhuma solução satisfatória.

No fim do seu trabalho, no qual opina que os pios devem pertencer ao grupo setentrional, exprime algumas dúvidas acerca da sua hipótese e, como verdadeiro homem de ciência, admite a possibilidade de se ter enganado. São estas as suas palavras:

«Pelo contrário, os pios (3) podiam compreender-se no grupo do Sul em vez do grupo do Norte, se acentuássemos o seu aparecimento entre os bascos em vez da Steiermark, Galícia, etc.; —

(1) Paul Leser escreveu uma das obras mais importantes sobre os arados mundiais, cujo conhecimento é indispensável a qualquer especialista de história agrícola: *Die Entstehung und Verbreitung des Pfluges*, Münster, 1931. Faço-lhe grande referência nos *Arados portugueses e suas prováveis origens*, Coimbra, 1948.

(2) Paul Leser, *obra cit.* O vasto conhecimento que o autor tem de vários instrumentos agrícolas, em especial do arado, e a facilidade que possui em manejar uma bibliografia imensa, o levaram à curiosa ideia de os agrupar em núcleos de expansão. Tudo sugere que estes primeiros passos levarão a investigação etnológica bastante longe, sobretudo quando se lhe associar o critério funcional, e se juntarem vários outros elementos culturais típicos de certas regiões.

(3) Leser serve-se da palavra *Anke*, que tenho de traduzir por *pio*, visto ser a palavra popular que encontrei para designar um pilão no género dos descritos pelos autores germânicos, ingleses e russos. Sobre a palavra *Anke* pode ler-se Meringer, *Werkzeuge der «pinsere»* — Reihe 22. Parece-me talvez imprópria a designação relativamente à máquina de enxotar os animais bravios, que reproduz do Atlas de Karutz. Não sei se a semelhança formal justifica a mesma designação.

de qualquer maneira a sua expansão não é clara. A região da Península Ibérica, onde foi registado, não pertence inteiramente ao grupo Sul, considera-se antes fortemente influenciada pelo Norte, pelo uso do malho e de outras coisas. Mas uma expansão nórdica clara, também não possui o pio » (1).

Faço esta transcrição por que ela pede alguns comentários que se relacionam com o problema que aqui tratamos e com o método seguido para tentar a sua resolução. De facto, a ideia de Leser, de procurar a relação entre vários instrumentos, pode ser muito útil à investigação se, em vez de atender só à morfologia, se prestar também atenção à parte funcional dos instrumentos.

Um instrumento vale principalmente pela função que desempenha, e não só pela forma que apresenta. Por isso, a associação que Leser faz da máquina de enxotar os animais bravios, movida a água, com os pios, só pela grande analogia que ambos apresentam, pode conduzir a conclusões pouco seguras.

Ninguém nos garante mesmo que haja uma relação íntima entre estes dois aparelhos, independentemente da sua enorme semelhança. Infelizmente não temos ao nosso dispor bibliotecas completas, que nos permitam a informação que desejávamos, mas nas obras que pudemos consultar, nada vimos sobre máquinas de enxotar animais nas regiões em que se encontram os pios. Por outro lado, a maquineta basca aparece num país em que, até hoje, não consta haver pios (2). Mas, mesmo que a origem dos

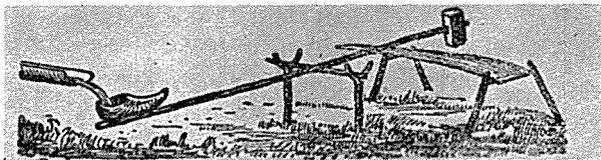
(1) Paul Leser, *obra cit.*, pág. 484.

(2) De facto nada encontramos nas principais obras dos grandes conhecedores dos Pirenéus. Krüger, *Die Hochpyrenaen*. Telesforo de Aranzadi, *Aperos de Labranza y sus aledaños textiles y pastoriles*, in «Folklore y Costumbres de España», tomo 1, Barcelona, 1943; Violant y Simorra, *El Pirineo Español*, Madrid, 1949; J. Caro Baroja, *La vida rural en Vera de Bidasoa*, Madrid, 1944; *Los Pueblos del Norte de la Península Ibérica*. Madrid, 1943.



Camponês russo a piar

(Segundo Zelenin).



Máquina basca de afugentar animais daninhos

(Segundo Paul Leser).

dois aparelhos fosse a mesma, a sua diferente finalidade podia determinar formas de expansão completamente diferentes. Enquanto que os pios estão associados a determinadas culturas e portanto às regiões em que estas são possíveis, as máquinas de enxotar animais podem ser levadas para toda a parte, visto que nada limita o emprego de tais aparelhos. A prova disto temo-la no nosso próprio país. Embora nós só tenhamos pios movidos pela força humana, também temos máquinas de enxotar pássaros muito parecidas com a que vem reproduzida por Leser, do Atlas de Karutz ⁽¹⁾ (Est. IV). De facto, o *bate-Pedro*, que se conhece no Minho, é exactamente o mesmo aparelho que reproduz Leser ⁽²⁾ (Fig. 3). Mas, não é só no Minho que tais máquinas existem. Na Beira Baixa, numa região onde não consta existirem pios, e onde por certo o milho miúdo se cultivou com pouca intensidade ⁽³⁾, também é conhecido o *pisão* ou *batuco* destinado a afugentar os animais bravios das culturas ⁽⁴⁾, em que causam estragos durante a noite, e semelhante ao *bate-Pedro* do Minho ou à maquina basca. Não me parece portanto legítimo relacionar estes instrumentos para tirar daí conclusões.

Além disso, enquanto que todos os pios conhecidos na Península são movidos pela força humana, as máquinas de enxotar

(1) R. Karutz, *Atlas der Völkerkunde, Die Völker Europas*, Stuttgart, 1926, pág. 76, fig. 21. Citado por Leser, *obra cit.*, págs. 470-71.

(2) O *Bate-Pedro*, foi encontrado, descrito e desenhado por Fernando Galhano, investigador e desenhista do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

(3) Orlando Ribeiro, *A Cultura do Trigo no Sueste da Beira*. O mesmo geógrafo, que conhece perfeitamente a região, informou-me não existir a recordação de pios na região.

(4) Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, vol. VI, Lisboa, 1942, págs. 120-121, descreve um aparelho semelhante ao *Bate-Pedro*, de Braga, a que chama *pisão* ou *batuco*. Na página 121 apresenta um desenho do *batuco*, com as diferentes peças de maneira a tornar claro o seu funcionamento.

animais são movidas a água, o que confirma a sua possível independência.

Mas não é só neste caso que devemos olhar à função dos instrumentos, pois, quando estudarmos alfaias agrícolas, devemos atender cuidadosamente aos seus diferentes usos e finalidades.

De maneira muito breve e só para exemplificar esta opinião eu volto aos grupos de instrumentos que Leser tentou estabelecer. Diz ele que o malho pertence ao Norte e o trilha ao Sul. No tre-

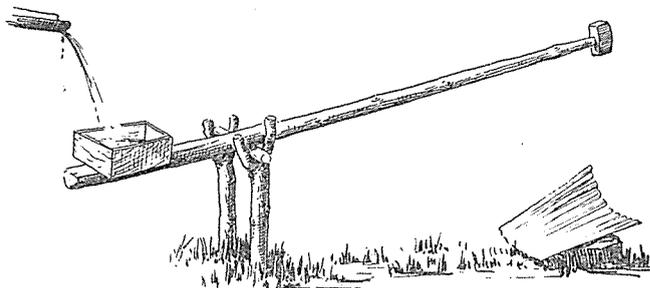


Fig. 3 — Bate-Pedro minhoto

(Segundo F. Galhano).

cho acima traduzido, refere-se mesmo ao país basco, dizendo que pelo malho e outros instrumentos é muito influenciado pelo grupo Norte. Não há dúvida que isto é aparentemente verdadeiro. Contudo, falta saber se estes agrupamentos são de origem cultural ou simplesmente determinados por diferentes cultivos? De facto, no Mediterrâneo onde a cultura do trigo é antiga, o trilha usa-se porque neste cereal o grão solta-se muito facilmente. Mas nas regiões em que predomina a cultura do centeio e de outros cereais, cujo grão não sai sem se lhe bater, não era possível prescindir duma espécie qualquer de malho. Por isso, em certas regiões em que há trigo e cen-

teio, como em Rio de Onor ⁽¹⁾ e em outras aldeias do distrito de Bragança, usa-se o malho para o centeio e o trilho para o trigo.

Também Violant y Simorra o grande investigador dos Pireneus, diz a certa altura: «La trilla con mayal o trilladora de mano se halla muy extendida en el País Vasco (Aranzadi), y tambien se practica en Navarra, Alto Aragón, Alto Arán; con muy poca intensidad en Queralps, pero más intensamente en los pueblos septentrionales del valle de Camprodón (Vilallonga, Setcases, etc.), en donde se cosecha mucho centeno, más difícil de desprender el grano si no se golpea» ⁽²⁾.

Não se pode, pois, neste caso, por o problema de influência do Norte ou do Sul.

Que a expansão dos aparelhos depende da sua função e não só de influências culturais pode-se ver ainda no próprio uso do malho, que hoje se encontra até ao extremo Sul de Portugal, onde provavelmente outrora não existia. Esta expansão para o Sul devia-se ter feito com a difusão do milho, para cujo desbagaamento é utilizado. Lá também se vê na mesma eira o malho e o trilho, o primeiro usado para o milho e o segundo para o trigo.

Como isto, muitas outras coisas a confirmar a necessidade de estudar os problemas por vários aspectos, para evitarmos cair na tendência, que muitos etnólogos evidenciam, de olhar para o mundo só pelo lado histórico-cultural, esquecendo os condicionamentos naturais que desempenham sempre um papel importante em todos os problemas da Etnologia.

(1) Jorge Dias, *Rio de Onor*. Comunitarismo agro-pastoril (em preparação).

(2) Violant y Simorra, *El Pirineo Español*, Madrid, 1949, pág. 477, o itálico é meu.

Os pios, não serão do grupo Norte nem do grupo Sul, são talvez do grupo Oriental e chegaram-nos provavelmente juntamente com algumas tribos eslavas, numa das migrações indo-europeias, que em tempos remotos se vieram fixar no Noroeste do país. Dever-lhes-emos outros elementos culturais além do milho miúdo e dos pios? Por enquanto nada sabemos. Pode ser que um dia a investigação nos venha revelar novas relações, entre as quais não é para excluir as que porventura existam entre os arados radiais, da região dos pios ⁽¹⁾ e os ralos ucranianos tão primitivos, e morfológicamente muito semelhantes ⁽²⁾. Mas por enquanto nada mais podemos adiantar, se bem que muito haja a esperar da investigação sistemática de todos os elementos culturais da região, estudados não só sob o aspecto formal, mas também nas funções que desempenham e em relação ao ambiente e seu condicionalismo natural.

(1) Jorge Dias, *Os arados portugueses e as suas prováveis origens*, «Centro de Estudos de Etnologia Peninsular», Porto, 1948.

(2) Dmitrij Zelenin, *obra cit.*, págs. 9-12. Descreve arados russos muito primitivos, os *ralos*, que facilmente se podem relacionar com os *radiais* portugueses. Ver Jorge Dias, *Os arados portugueses...* Fig. 5, pág. 29.

VÁRIA

Nota sobre a braquicefalia dum crânio de Muge

Entre as várias ossadas encontradas nas escavações feitas nos concheiros de Muge pelo Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto, sob a direcção do Sr. Prof. Mendes Corrêa, appareceu um crânio braquicéfalo, que descrevi numa comunicação ao I Congresso do Mundo Português, intitulada: *Novos esqueletos humanos dos concheiros mesolíticos de Muge.*

E, a propósito desse crânio braquicéfalo, n.º 2 da nova série do Cabeço da Arruda, dizia aí o seguinte:

«Ora a verdade é que mais ou menos deformados estão todos os crânios desta estação pré-histórica e a deformação, aliás neste exemplar sem grande influência no índice cefálico, tanto se dá na direcção sagital como na transversal. Portanto, se quiséssemos attribuir, genêricamente, a braquicefalia dos exemplares de Muges a deformações cranianas, teríamos de seguir o mesmo critério para a dolicocefalia e seríamos obrigados a pôr de parte o valor do índice cefálico para a caracterização desta sub-raça fóssil.»

Portanto, o crânio n.º 2 do Cabeço da Arruda merecia um exame mais atento para se averiguar até que ponto a deformação *post-mortem* poderia ter alterado a forma do contorno craniano, em norma vertical, e, por conseguinte, o valor do respectivo índice cefálico.

O esqueleto, a que pertencia este crânio, jazia em decúbito dorsal e a cabeça estava assente num plano horizontal que cortava o plano sagital mediano, aproximadamente, a 4 centímetros abaixo do ínio e levemente inclinada sobre o lado direito.

Esta inclinação, avaliada pelo ângulo formado pela vertical com o plano sagital, não devia estar longe de 5°. O ângulo formado pela linha glabelo-ínio com o plano horizontal andava à roda de 30°.

A deformação sofrida por este crânio deve ter sido causada por uma compressão, lenta mas contínua, da base, affectando a metade direita; e assim a apófise mastóide direita está um pouco mais levantada e mais para a frente do que a esquerda. Na região occipital, a partir das vizinhanças do ínio, para cima, não se encontram indícios dessa compressão.

As dimensões dos diâmetros ântero-posterior máximo e transverso máximo, medidos directamente, são, respectivamente, 173 mm e 144 mm.

O valor do diâmetro ântero-posterior máximo está compreendido nos limites dos números encontrados por outros investigadores para este carácter nos restos fósseis do homem de Muge.

Portanto, o valor 83,1 do índice cefálico, deste crânio, deve-se, principalmente, à maior extensão da sua largura máxima.



O esqueleto n.º 2 da nova série do Cabeço da Arruda na sua jazida

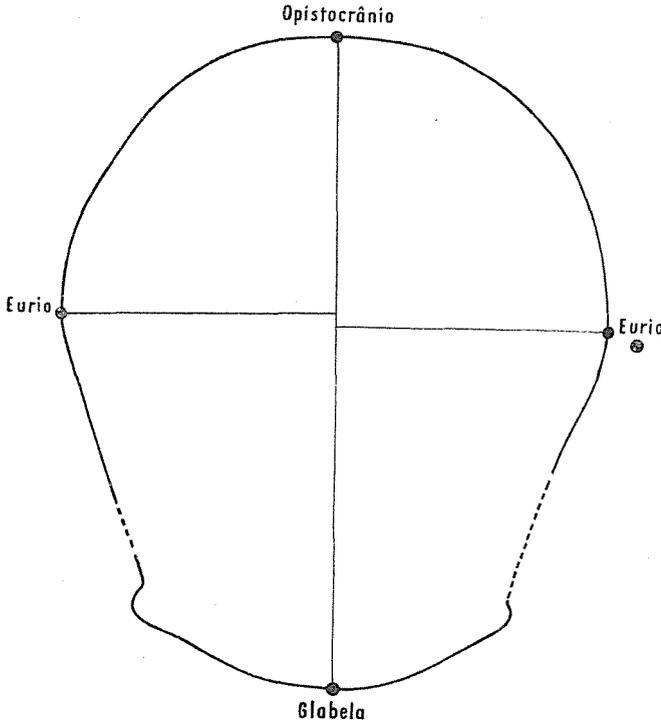
Torna-se, assim, necessário examinar a situação dos dois eurios relativamente ao plano sagital mediano.

Este plano, na projecção do contorno do crânio em norma vertical, será representado pelo seu traço com o plano do desenho, portanto, por uma linha que passa pela glabella. Outro ponto, que define esta linha, é o opistocrânio, cuja posição se determina ao medir o diâmetro ântero-posterior máximo.

Marcados, no contorno craniano, os quatro pontos que definem os dois diâmetros com que se construi o índice cefálico, bem como o traço do plano sagital mediano, medem-se as distâncias dos dois eurios a esse plano. Verifica-se, então, que o eurio esquerdo está afastado desse plano 72 mm, enquanto que o direito dista do mesmo plano 71 mm. Logo o eurio esquerdo

deverá ter sido deslocado 1 mm, na direcção transversa, da sua posição inicial.

E não terão sido modificadas as situações dos dois eurios? Não é de supor: os efeitos da compressão exerceram-se, principalmente, no lado direito e o eurio esquerdo não foi atingido da



Projecção do contorno, em norma vertical, do crânio n.º 2 do Cabeço da Arruda ($1/2$ do natural)

mesma maneira, pois a pressão foi exercida com uma intensidade muito menor sobre este lado do crânio, devido à sua inclinação sobre o lado direito.

Comparando as posições dos dois eurios, relativamente à glabela e ao opistocrânio, com as posições dos mesmos pontos de crânios recentes e de diâmetros ântero-posteriores máximos semelhantes, verifica-se que as distâncias do opistocrânio e da glabela ao eurio esquerdo diferem muito pouco das mesmas dis-

tâncias nos crânios normais; enquanto que as diferenças das mesmas distâncias ao eurio direito, já são apreciáveis.

Portanto, a posição do eurio esquerdo não deve ter sido modificada de maneira sensível, relativamente à sua posição inicial. Enquanto que o eurio direito foi deslocado para cima, para trás e para dentro, diminuiu, assim, o valor do diâmetro transverso máximo, e, por conseguinte, também o número por que se exprime o índice cefálico; donde se conclui que o valor do índice cefálico deste crânio, se fosse calculado com a medida do diâmetro transverso máximo feita antes de se produzir a deformação *post-mortem*, talvez fosse maior do que aquele que determina actualmente.

ALFREDO ATHAYDE.

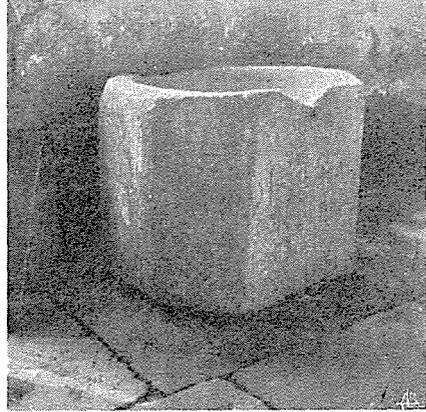
Inscrição romana de S. João das Lampas

Nas nossas viagens pelo país em prospecções arqueológicas, temos, algumas vezes, encontrado restos de culto pagão que a população cristã posteriormente adaptou para as suas práticas. Mais do que pelo interesse meramente arqueológico, tais restos têm-nos merecido uma especial atenção pelos elementos que podem fornecer para o estudo dos contactos das duas religiões na Península.

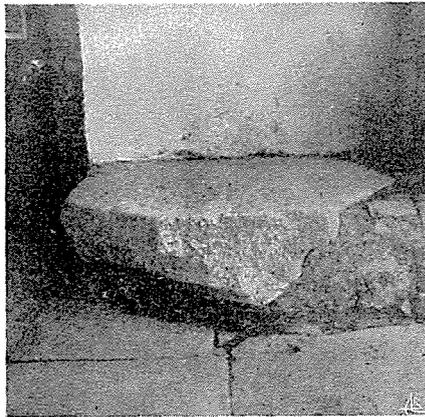
Um desses achados por nós observado jaz actualmente sob um alpendre da igreja de S. João das Lampas, localidade do concelho de Sintra. Trata-se duma pia baptismal trabalhada numa peça de mármore pertencente a um antigo monumento funerário romano.

Supomos que se encontre inédita mas, se o não está, nem por isso deixa de merecer esta pequena nota.

A pia apresenta uma forma de prisma octogonal, medindo 0^m,64 de altura e, respectivamente, 0^m,72 e 0^m,82 em dois dos seus diâmetros perpendiculares. Verifica-se, porém, com relativa facilidade, que a pátina das faces do prisma não é a mesma, antes variando alternadamente; e também se podem observar na base das faces, que se apresentam menos polidas, largas e bem notórias rebarbas. Parece-nos, assim, que a peça seria inicialmente um prisma de secção quadrangular a que, posteriormente, foi dada uma forma octogonal, provavelmente para melhor acompanhar o contorno da concavidade da pia cavada na parte superior onde, talvez, existisse já um *foculus* destinado à queima de



A pia vista de ângulos diferentes.



A peanha encostada à parede da igreja de S. João das Lampas.

oferendas. Esta concavidade tem uma forma semiesférica e mede 0^m,65 de diâmetro (1).

Numa das faces mais polidas, vê-se a seguinte inscrição, parcialmente mutilada:

DIS MAN // ORNELIO // L SEVERO A // XXXII H S

Consultando o «Corpus» de Hübner, na parte referente aos arredores de Lisboa, não encontramos referência a esta inscrição.

Na primeira linha, em letras de tipo maior do que o das restantes, distinguem-se as letras DIS MAN, tendo desaparecido, pelo posterior facetado do prisma, a perna do D e a última do N; também são pouco visíveis as duas primeiras pernas do M.

Na segunda linha, lê-se ORNELIO. O facetado terá destruído um C que provavelmente existiria e bem assim a metade direita do último O.

A terceira linha está ocupada pelas letras L SEVERO A. O L será provavelmente a abreviatura de *Lucio*, concordando com *Cornelio* e *Severo*, no dativo.

Por fim, na última linha, vemos XXXII H S. O último X está apenas representado por uma perna, sendo de admitir o desaparecimento da outra.

Assim, a inscrição pode completar-se da seguinte forma:

DIS MAN (*ibus*) // (c) ORNELIO // L (*ucio*) SEVERO A (*nno-*
rum) // XXXII H (*ic*) S (*epulto*).

E a tradução será: «Aos deuses manes. (Monumento dedicado) a Cornélio Lúcio Severo de trinta e dois anos, aqui sepultado».

Os nomes citados não são raros e, antes pelo contrário, fazem parte de várias inscrições referidas por Hübner.

As dimensões da peça de que estamos tratando são, de certo modo, consideráveis e fazem supor, juntamente com a sua forma, que aquela assentaria sobre qualquer pedestal.

Ora, a pouco mais de 2 metros de distância e encostada à parede da igreja, também debaixo do alpendre desta, existe uma peanha de mármore que primitivamente tinha a base quadrangular mas à qual foi dada, depois, uma forma octogonal. Encontra-se colocada com a base para cima, medindo esta, em dois dos seus diâmetros perpendiculares, 1^m,28 e 1^m,25. As faces

(1) Vide, sobre um aproveitamento idêntico, um artigo de F. Bouza-Brey, *Ara romana de Santa Maria do Condado (Ourem)*, in «Revista de Guimarães», vol. LVIII, n.ºs 3-4, Guimarães, 1948, págs. 225 e segs.

encontram-se trabalhadas, com excepção das que foram feitas posteriormente e que são lisas. A parte superior, assente no solo, está totalmente encoberta por dura argamassa, o que torna, por enquanto, impraticável a sua mensuração. Seria esta peanha a base do antigo monumento sepulcral? Talvez, quando for retirada do local, se possa responder a esta pergunta.

Não deixa de ser interessante notar o facto da inscrição não haver sido destruída, mau grado a sua origem pagã. Simples obra do acaso? Efeitos de sobrevivência duns restos de temor pelas divindades pagãs que a nova religião — embora intransigente a tal respeito — não teria conseguido destruir? Uma má interpretação da palavra DIS que teria provocado um erro de identificação?

Voltaremos ao assunto quando nos referirmos de novo a achados idênticos.

Seria, a nosso entender, da maior conveniência que estes restos, que jazem ao abandono e sujeitos a destruição certa, fossem salvos, recolhendo a museu condigno, por acaso o museu concelhio que se está organizando em Sintra.

(Centro de Estudos de Etnologia Peninsular).

J. CAMARATE FRANÇA.

Abrigos pastoris na Serra do Soajo

Os maciços montanhosos do noroeste do país, são um relicário precioso de arcaísmos vivos e mortos. Para quem percorre as suas vastas chãs, ou se aventura pelas ásperas brenhas alcançadas, donde se descobrem horizontes recortados e nus duma dureza selvagem, que não tem par em Portugal, surgem a cada passo curiosas construções do passado e do presente. Félix Alves Pereira, descreveu muitas antas e mamoadas por ele encontradas nas montanhas da margem esquerda do Vez, que calcorreou repetidas vezes ⁽¹⁾, e não deixa de mencionar construções de data imprecisa, que não sabe se são dos domínios da Arqueologia ⁽²⁾. É de facto difícil, por vezes, dizer se estes ou aqueles amontoados de pedras, que a mão do homem arrastou, são pré-históricos ou de há poucas gerações. Para isso era necessá-

(1) Félix Alves Pereira, *Um passeio arqueológico no concelho dos Arcos de Valdevez*, in «O Arqueólogo Português», vol. VII, Agosto e Setembro de 1902, n.os 8 e 9, págs. 193-209.

(2) Félix Alves Pereira, *obra cit.*, pág. 204.

rio precisar conceitos de tempo e de História — A vida do homem decorre por vezes em estádios infra-históricos, que interessam de modo especial à Etnografia, mas de fronteiras vagas e imprecisas para quem se dedica às ciências históricas e pré-históricas, que são por natureza essencialmente temporais.

Como Alves Pereira, fiquei também várias vezes indeciso acerca do significado de certas ruínas. Uma cerca de pedras, com vestígios de construções, mesmo junto ao Alto da Pedrada (1.415 m.), pareceu-me indiscutivelmente dos domínios da Arqueologia. O mesmo se deve dar com uma série de montículos de pedra na margem esquerda dum ribeiro que desce para a povoação do Soajo. Mas quem o poderá dizer, assim a um primeiro exame? Deixo isso ao cuidado dos especialistas e vou-me limitar àquelas construções que sei de ciência certa serem utilizadas nos nossos dias, embora talvez não difiram muito das que se usaram por aquelas serras desde os primeiros tempos em que os homens por lá começaram a pastorear rebanhos.

A Serra do Soajo oferece-nos uma grande variedade de cabanas pastoris. Encontram-se lá, desde o abrigo troglodítico, cavado nos granitos podres, até à cabana de planta circular, toda uma série de curiosas construções, que servem de abrigo temporário a pastores e por vezes aos seus rebanhos.

A distribuição dos diferentes tipos de abrigo não é arbitrária e está condicionada não só aos fins especiais a que estes se destinam, como às possibilidades que a topografia oferece.

Os chamados currais, cavados na terra, como as habitações troglodíticas de outras regiões, encontram-se no fundo das encostas que descem para o Soajo, principalmente entre a povoação do Soajo e as suas *brandas*. A entrada é formada por padieira e ombreiras de pedras talhadas como as que se vêem nas casas mais rústicas do norte, mas o interior é um simples recinto cavado. Muitos deles têm uma cerca de pedras em frente da porta, com uma pequena entrada, para se poderem aí guardar os animais (Est. 1). Abrigos idênticos encontram-se com frequência nas faldas da Serra Amarela, ao descer para Aboim da Nóbrega, servindo para guardar carros e alfaias agrícolas.

Outro abrigo, não muito frequente, mas ainda utilizado como casa de pouca permanência, pelos pastores que aí dormem e cozinham, é a cabana de planta circular. Fotografámos uma perto da margem direita do ribeiro que desce do alto da Serra para o Soajo, construída numa pequena chã, alcandorada sobre fraguedos que parecem ameaçar rolar pela declivosa ravina (Est. 1). Tachos, um saco, um alvião e uma candeia acusavam a presença do homem. Porém, para todos os lados que olhássemos, não

víamos vivalma — e contudo é possível que o seu morador nos espiasse de bem perto ⁽³⁾.

A cabana de planta circular de pequeno diâmetro (uns 3 m.), era construída em pedra seca a fechar em falsa abóbada, e coberta de torrões com ervas. Em redor tinha uma cerca, também de pedra seca, circular como a cabana.

Este tipo de construção é o mesmo que se vê nas serras que se estendem para norte e para leste ao longo da fronteira. São sobretudo numerosas nas Serras Amarela e do Gerês, onde por vezes são maiores e mais bem construídas, podendo dormir nelas várias pessoas à vontade ⁽⁴⁾.

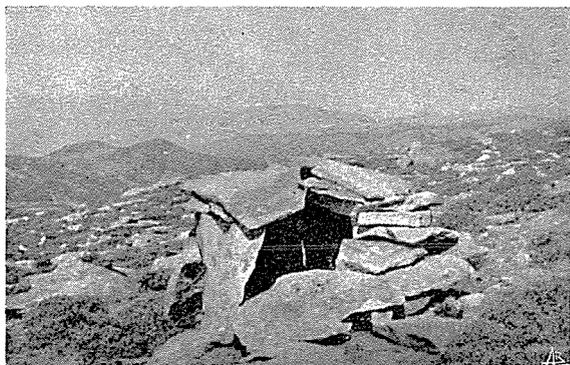
O terceiro tipo, muito curioso por se apresentar em agrupamentos formando pequenos povoados, encontra-se nas rechãs elevadas onde há melhores terrenos para pasto de bovinos. Perto da casa do guarda florestal do posto da Portela do Mezio ⁽⁵⁾, encontra-se um destes grupos de habitações ciclópicas, que de longe faz lembrar uma povoação do passado. As casas de planta rectangular, são construídas com grandes blocos bem encastelados, mas pouco eficientes contra as intempéries. Situadas acima dos 700 metros de altitude, num planalto desabrigado e varrido pelos ventos frios e húmidos do norte e noroeste, estas cabanas mesmo nas noites de Verão não devem oferecer um abrigo muito confortável. Contudo, servem para aquela gente rude, pouco afeita a conforto e que busca mais uma defesa contra a chuva do que contra os ventos. Estas casas fecham também em falsa abóbada, que quase toma uma forma piramidal. As entradas baixas e estreitas não permitem que se entre nelas de pé, obrigando a uma ginástica muito incómoda. Isto dá-se aliás também nas cabanas de planta circular de que acima falamos. Algumas destas casas têm pequenas cercas, onde se guarda a lenha e onde se cozinha (Est. II).

Estes minúsculos povoados só habitados durante um curto período do Verão, são também *brandas* (do lat. *veranata*). Não as brandas de Castro Laboreiro, que são autênticas povoações habitadas por todas as famílias da aldeia, que para ali se deslocam em certos períodos do ano, mas por aqueles a quem é confiado o gado que vai pastar para a serra e aí permanece uma temporada.

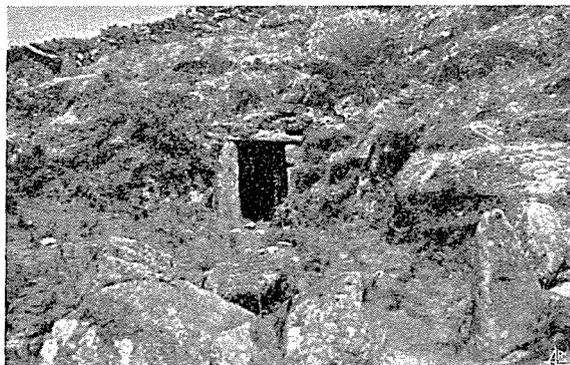
(3) Foram meus companheiros nesta excursão o Prof. Carlos Teixeira e o Eng.^o Mariano Feio.

(4) Jorge Dias, *Las construcciones circulares del Noroeste de la Peninsula Ibérica y las citanias*, in «Cuadernos de Estudios Gallegos», fasc. vi, año 1946. Ver estampas I e II depois da pág. 180.

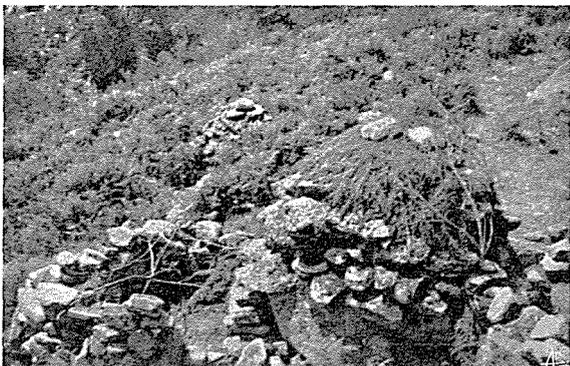
(5) Cabana Maior, Arcos de Valdevez.



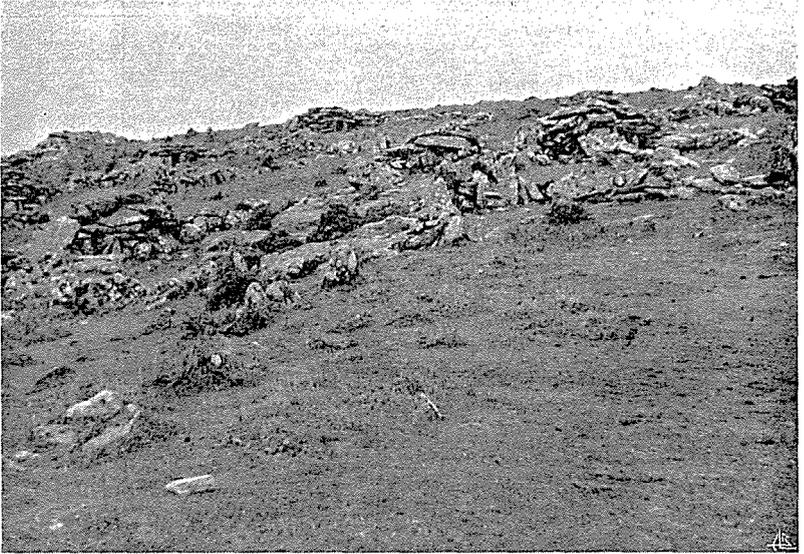
Abrigo pastoril das alturas



Cabana troglodítica



Cabana circular em falsa abóbada
com cerca também circular



Branda da Portela do Mezio

(Cliché de Henrique de Oliveira).



Cabana fechada em falsa abóbada da branda da Portela do Mezio

(Cliché de Henrique de Oliveira).

O exame desta rústica branda parece confirmar a hipótese que há anos formulei, relativamente às Casarotas da Serra Amarela (6).

A semelhança é tão flagrante que parece excluir qualquer dúvida. É certo que as Casarotas são ainda mais rústicas e impressionantes pelo seu aspecto ciclópico, mas a situação, agrupamento e orientação correspondem inteiramente ao que observámos na branda da Portela do Mezio.

Quando estudei as Casarotas só conhecia as brandas de Castro Laboreiro, que são autênticas povoações, com casas tão bem acabadas como as das povoações permanentes.

Apesar disso pareceu-me haver uma relação estreita na sua finalidade, razão porque aventei a hipótese de ter sido uma branda há séculos abandonada. Hoje, em face destas brandas rústicas do Soajo, o que há anos era suposição torna-se quase uma certeza, que será ou não confirmada se um dia os especialistas decifrarem a inscrição que lá encontrámos (7) e fizerem uma escavação metódica do fundo dessas cabanas.

Que há séculos não são utilizadas deduz-se da interpretação lendária dos habitantes de Vilarinho da Furna, de cuja memória já se varreu a recordação da sua primitiva finalidade. O sistema de aproveitamento dos pastos das alturas, usado pelos furnenses, torna desnecessário o uso das brandas (8). Com certeza essa simplificação do regime pastoril é já antiga e deve datar dessa época o abandono da branda. Na Portela do Mezio a branda mantém-se porque a tradição é muito viva na região, onde as deslocções se fazem muitas vezes não só por razões pastoris mas também agrícolas.

O último tipo de abrigo, que vimos no Soajo, é uma cabana de pouca permanência, feita de grandes lajes erguidas num dos pontos mais altos da Serra. Este tipo de cabana só serve para proteger os pastores de gado miúdo dos grandes aguaceiros e ventanias, e nunca para pernoitar. Abrigos deste género são frequentes nas serras, mas raras vezes apresentam uma construção tão simples, feita de lajes grandes e postas ao alto como as que aqui vemos (Est. 1).

No geral as cabanas para abrigar das intempéries são feitas aproveitando acidentes de terreno, ou rochedos, e a parte cons-

(6) Jorge Dias, *As Casarotas da Serra Amarela*, in «Tabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. XI, fascs. 1-2, Porto, 1947, págs. 190-191.

(7) Jorge Dias, *As Casarotas...*, *ob. cit.* Estampa 1 e desenho da pág. 191.

(8) Jorge Dias, *Vilarinho da Furna, uma aldeia comunitária*, Porto, 1948, págs. 67-74.

truída é feita de pedras pequenas encasteladas. Esta singularidade deve resultar dos materiais oferecidos pela natureza, pois o granito fende aqui em grandes lascas que se podem aproveitar sem mais trabalho.

Qualquer destes quatro tipos de abrigo usados na actualidade, conta entre as formas mais arcaicas da construção e relacionam-se intimamente com as habitações primitivas do género humano. Desde sempre, sobretudo em climas mais agrestes, o homem foi obrigado a construir abrigos. Uns de materiais vegetais, outros de peles, outros ainda aproveitando recantos naturais ou grutas. A pouco e pouco, através de séculos e milénios, certos povos, mais favorecidos ou mais bem dotados, chegaram a formas superiores de habitação, em que o conforto, o requinte, a beleza das linhas e a ornamentação constituem qualquer coisa de assombroso. Outros, porém, ou se conservam ainda no estádio mais rudimentar dessa evolução, ou ocupam um grau mais ou menos baixo na escala do progresso, a ponto de nos permitir quase que seguir as possíveis evoluções da habitação através do tempo.

Os abrigos da Serra do Soajo, são como o nome diz, meros refúgios contra as intempéries e contra as feras, e não habitações. A vida pastoril implica deslocações constantes dentro das largas áreas de pastos, e longas permanências longe das aldeias. Por isso, os pastores são forçados a construir abrigos, que pela sua simplicidade rústica e tendência conservadora, mantêm através dos tempos as formas mais primitivas da habitação do passado.

Só quem conhece estas paragens bravias, pobres e agrestes, compreende as causas que determinam a persistência das formas rústicas e dos aspectos culturais arcaicos.

O conforto da nossa vida de cidadãos leva-nos, por vezes, à apreciação injusta dos menos favorecidos, por ignorância dum condicionalismo rígido, que o etnógrafo deve procurar compreender e explicar.

JORGE DIAS.

Paremiologia jurídica galaico-portuguesa

A Bouza-Brey, confrade galego, por muitos títulos ilustre, como homenagem de viva simpatia e consideração.

O. D. C.

O distinto etnógrafo galego Fermin Bouza-Brey, que, além de investigador de raros méritos e apurada sensibilidade, é « magistrado de audiência » em Santiago de Compostela, publicou na

«Revista de Dialectologia y Tradiciones Populares», um interessante trabalho intitulado: *Paremiologia Jurídica de Galicia* (1), no qual dá a conhecer 98 rifões ou conceitos em relação mais ou menos estreita com o Direito.

A importância dos rifões como reflexo da alma do povo, como elemento de extraordinário valor etnográfico, tem sido realçada por quase todos os etnógrafos portugueses. Teófilo Braga, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, Mendes Corrêa, Augusto César Pires de Lima, Luís Chaves, Vieira Braga e tantos outros, entre os quais avulta o Abade de Baçal, se têm referido mais ou menos circunstanciadamente aos rifões do nosso povo.

O grande trasmontano que foi o Abade de Baçal fez larga colheita de rifões que podem ler-se na sua obra monumental *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* (2).

O Prof. Doutor Mendes Corrêa (3), antropologista eminente e fundador da escola antropológica da Universidade do Porto, numa síntese que marca a singular demonstração do acerto de muitos rifões, diz que:

«Os adágios e rifões formam um vasto, variado e remoto património da sabedoria popular. Há-os inúmeros, respeitantes aos factos mais diversos, muitos deles comuns a diferentes nações, traduzidos em várias línguas e vindos de distantes épocas. Dir-se-ia que esse pecúlio tradicional mergulha as suas raízes mais profundas nas eras longínquas da organização das primeiras sociedades humanas». E o mesmo autor, umas linhas abaixo, afirma que alguns rifões «revelam no povo um remoto pressentimento intuitivo de verdades científicas modernamente estabelecidas».

O moderno conceito da hereditariedade transparece flagrantemente em muitos rifões, tais como: «O que o berço dá a tumba o leva»; «Sai-se a gesta (cf. giesta) à friesta e a rama à raiz»; «Se o filho do mau é bô, lá vem o neto que sai ao avô»; «Quem

(1) F. Bouza-Brey, *Paremiologia Jurídica de Galicia*, «Revista de Dialectologia y Tradiciones Populares», tomo II, Cuaderno 2.º, Madrid, 1946, págs. 240 a 246.

(2) Padre Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Em muitas páginas desta obra monumental se encontra grande quantidade de rifões, mas especialmente no vol. X, Porto, 1939, págs. 12 e segs., e no vol. XI, Porto, 1948, págs. 249 a 252 e págs. 451 a 468.

(3) Mendes Corrêa, *Os criminosos nas tradições populares*, «Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social», vol. I, Porto, 1933, pág. 269.

torto nasce tarde ou nunca se endireita»; «Filho de peixe sabe nadar»; «Quem sai aos seus não degenera».

Deixemos porém de fazer considerações de ordem geral e passemos a analisar especialmente os rifões a que poderíamos chamar jurídicos.

Alguns desses rifões, como Bouza-Brey realça, deixam transparecer as normas que regulam ou orientam o bom entendimento do saber popular nas questões ou questiúnculas que a cada passo surgem no dia a dia da vida campestre. Alguns estigmatizam com acrimónia a gente dos tribunais e as regras processuais correntes. O fino poder de observação e, sobretudo, a sedimentação do saber de experiências feito, acumulado de gerações em gerações, confere a alguns dos rifões um poder flagrante de justíssima observação e, por vezes, de caricatura mordaz.

Mas não é só a gente dos tribunais que sai mal ferida, em gracejos mais ou menos azedos, do grande tribunal pleno da opinião popular.

Médicos e advogados, senhores e serventuários, clérigos e freiras, todos têm larga e sarcástica representação no folclore do Norte de Portugal e da Galiza, ambos tão parecidos, tão irmãos, com algumas identidades e muitas afinidades que atestam laços de estreito parentesco.

Toda a gente conhece o rifão que, posto à maneira de quadra, bem pode ser cantado nas espadeladas ou nas esfolhadas, mesmo nas barbas do patrão, sem que ele por isso se agaste. É uma síntese feliz de velho conceito agrário. Ei-lo:

Quatro coisas quer o amo
Ao criado que o serve:
Deitar tarde, erguer cedo,
Comer pouco e andar alegre (1).

(1) O Abade de Baçal, no vol. XI das suas *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Porto, 1948, a pág. 252 publica um diálogo entre amo e criado. Além da quadra publicada no texto, e posta na boca do amo, dá mais as seguintes:

AMO:	CRIADO:
Rapaz, levanta-te cedo, Para fazer o almoço; Para que diga o povo Que eu tenho bom moço.	Ó meu amo vá à feira E compre-me um fado de pano Para que diga o povo Que eu tenho bom amo.

O amo manda-lhe benzer a mesa, o que o criado faz nos termos seguintes:

Aqui nesta mesa nos sentamos,
Se fome tínhamos com ela ficamos.
Queira Deus que d'hoje a poucos anos
Eles sejam criados e nós amos,
P'ra saber as fomes que rapámos.

Do mesmo modo, também em forma de quadra, são chasqueados os médicos e os padres:

Há duas coisas no mundo
Que eu não posso entender:
Os padres ir p'ró inferno
E os médicos morrer.

Se quiséssemos forragear os vastos materiais do folclore do Norte de Portugal onde surgem aspectos flagrantes de judiciosa crítica aos fidalgos, doutores, funcionários, clérigos, frades e freiras, a colheita seria abundante e não desprovida de interesse. Mas seria uma tarefa ingente. Há que a circunscrever, por agora, ao âmbito da feição jurídica.

Bouza-Brey, *double* de magistrado e de etnógrafo, limitou a sua citada publicação aos rifeões de aplicação mais ou menos directa às contendas judiciais, que são tão frequentes quer nos lavradores galegos quer nos do nosso Minho.

Dum lado e do outro deste rio fronteiriço, que mais une do que separa, a propriedade está muito dividida. É tão fraccionada que, pode dizer-se, está repartida aos palmos. As leiras minhotas são disso prova bem clara ⁽¹⁾.

Não admira pois que os pequenos proprietários, senhores de leirrecas por vezes com uma escassa meia dúzia de metros de largura por 40 ou 50 metros de comprimento, defendam arrematadamente, com especial coragem e singular paixão um só palmo que seja.

Diz o povo que «o dinheiro é sangue»; mas a terra é muito mais do que isso.

A terra é para o lavrador carne da sua carne, um grande pedaço da sua alma.

Terra abençoada que herdou de pais e avós, terra bendita que os seus antepassados desbravaram em arroteia custosa, terra sagrada que lavra, cava e semeia, e rega com o suor do seu rosto, terra fecunda e úbere que pensa deixar aos filhos e onde já os netos vão mourejando no dia a dia dos alegres e sadios trabalhos da lavoura.

Que admira portanto, como diz Bouza-Brey, que grande número de pequenos proprietários gaste uma boa parte das suas energias na ciosa defesa dos seus terrenos.

⁽¹⁾ A propósito de leiras, pequenos campos, resultantes da divisão da propriedade pelos herdeiros, ouvi na Quinta de S. Pedro (Mogadouro) o seguinte rifeão: «Pais às veigas, filhos às leiras».

Quando vejo nas aldeias os muros e paredes de vedação a circundar os campos ou as quintas, encho-me de tristeza. Os muros são as grilhetas da terra. Desejava ver a terra aberta de lés a lés, sem muralhas a ensombrá-la. Não gosto das paredes de vedação, dessas grilhetas do chão. Mas compreendo-as e desculpo aqueles que as levantaram num sentido recto de integral delimitação e defesa do seu património.

Dantes as questões derimiam-se em plena aldeia, no tribunal dos homens de respeito. Os velhos ouviam, inquiriam e resolviam. As suas decisões eram sagradas.

Ainda hoje em algumas terras do norte de Portugal há vestígios patentes desses velhos costumes patriarcais.

E não é só nas terras. Ocorre-me neste momento o modo como os velhos pescadores poveiros resolvem, em tribunal colectivo as questões que, por vezes, surgem no mar, na complicada faina da pesca.

Conta-o Santos Graça ⁽¹⁾, o poeta das tradições poveiras. Mas estes casos são raros.

Hoje, quando surge uma questão, recorre-se aos tribunais judiciais e entrega-se o assunto ao advogado.

Muitos lavradores possuem um notável poder de rabulice.

Regra geral os rifões ou adágios populares têm um justo sentido de apreciação, quer exaltem ou louvem atitudes nobres, quer censurem e critiquem o comportamento irregular de funcionários judiciais. Como é natural, por vezes a caricatura sai exagerada e o azedume altera a perfeição do conceito.

Inspirado pelo trabalho de Bouze-Brey, recolhi alguns rifões mais ou menos parecidos com os que este galego ilustre e distinto etnógrafo publicou.

Dou-os a seguir, distribuindo-os também por ordem alfabética.

Os que vão marcados com asterisco são iguais, ou quase, aos de além-Minho.

Os que não levam indicada a terra de origem são os de uso quase geral, o que não quer dizer que alguns que levam essa indicação não sejam também de grande difusão, sobretudo no Norte de Portugal.

⁽¹⁾ Santos Graça, *O Poveiro — Usos, costumes, tradições, lendas*, Póvoa de Varzim, 1932, 238 págs. O assunto que deu origem a esta nota, é tratado no cap. VI intitulado «As demandas na classe — Os homens de respeito», das págs. 65 a 69.

A

- 1 — A boca diz, a bolsa o paga (Penafiel). Lembra estoutro dado por Bluteau: « Cala-te: O fruto da língua é o primeiro que se colhe ».
- 2 — A castanha que cai no chão é de quem a apanha (Baião). (Ver n.ºs 3 e 4).
- 3 — A castanha é de quem a apanha (Mogadouro).
- 4 — A castanha tem uma manha: quem a vê apanha-a (Souto da Velha — Moncorvo).
- 5 — À conta dos ciganos todos furtamos (S. Pedro — Mogadouro). (Ver os n.ºs 6 e 86).
- 6 — À conta dos aldeanos pagam os ciganos (S. Pedro — Mog.). (Ver os n.ºs 5 e 85).
- 7 — A fome não tem lei. A um moleiro do Souto da Velha, Moncorvo, ouvi a seguinte quadra que teria sido escrita por um ladrão do moinho:

A este moinho entrei,
Um saco de pão roubei.
Contra a fome não há lei.
Em vindo o verão, eu o pagarei.

É muito vulgar o seguinte rião que na essência exprime o mesmo conceito: « Quando a fome entra pela porta, sai a honra pela janela ».

- 8 — A juiz fraco estomentá-lo (isto é, queimá-lo).
- 9 — A juiz ladrão com os pés na mão.
- 10 — A ladrão de casa não feches as portas (S. Pedro — Mogadouro). De Lamego a variante: « A ladrão de casa não tranques as portas ». (Ver os n.ºs 11, 12 e 13).
- 11 — A ladrão de casa não valem trancas (Lamego e Souto da Velha — Moncorvo).
- 12 — A ladrão de casa não escondas a chave (S. Pedro — Mogadouro).
- 13 — A ladrão de casa nada se lhe fecha (!).
- 14 — Alegue quem quiser, articule quem souber (origem erudita).
- 15 — A ocasião faz o ladrão. Semelhante no conceito aos rifões dos n.ºs 95 e 143.
- 16 — A primeira dívida que se paga é a da língua (Candal — Vila Nova de Gaia).
- *17 — A quem não devo não temo.
- *18 — A rico não devas, a pobre não prometas.
- 19 — Arrenega da terra onde o ladrão leva o juiz à cadeia.

B

- 20 — Barqueiro a barqueiro não cobra dinheiro. (Ver o n.º 73).
- *21 — Bens herdados não são comprados.
- 22 — Boa demanda, má demanda, o escrivão da tua banda (Maia). De Barcelos

(1) Mendes Corrêa, *Os criminosos nas tradições populares*, cit., pág. 279. Augusto César Pires de Lima, *Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos*, 3.º vol. (Tradições de Santo Tirso), Porto, 1948, pág. 350, dá este rião diferindo apenas pelo A inicial estar substituído por Ao.

- a variante: «Boa demanda, ruim demanda, tem o escrivão da tua banda». (Ver o n.º 89).
- 23 — Boca calada, burra aberta e burra selada (Amarante). São os mandamentos do demandista (1). Variante muito frequente: «Boca calada, bolsa aberta e burra selada». Estoutra variante colhida em Arcos de Valdevez: No tribunal há que ter bolsa aberta e pé ligeiro. Em S. Pedro — Mogadouro ouvi dizer: «Boca calada não entra lá nada». (Ver n.º 88).
- 24 — Bom audiente, bom respondente (Bragança) (2).

C

- 25 — Cada um vê o mal e o bem, conforme os olhos que tem (Bragança).
- 26 — Cá e lá baralha há (Bragança).
- 27 — Cães grandes não se mordem (Bragança).
- 28 — Consultar a quem sabe é já saber metade (Bragança).
- 29 — Contas de perto e amigos de longe (Bragança).
- 30 — Cuida o ladrão que todos assim são (Bragança). (Ver o n.º 98).

D

- 31 — Demandista sejas tu inda que sempre venças (praga frequente em Trás-os-Montes, sobretudo no entre Sabor e Douro).
- * 32 — De marco a marco não há arco (Moncorvo e Mogadouro). (Ver o n.º 33).
- 33 — De marco a marco não há tortura (Mogadouro).
- 34 — De mau corvo mau ovo (Bragança).
- * 35 — Desde que morre o almocreve é que se sabe de quem é o macho (S. Pedro — Mogadouro). Do Souto da Velha (Moncorvo) a variante: «Desde que o almocreve morre lá vai o dono a buscar os machos». (Ver o n.º 96).
- * 36 — Deus desavenha quem a nós mantenha (atribuído à gente dos tribunais). (Ver o n.º 93).
- 37 — Deus nos livre de justiças novas e de chaminés velhas.
- 38 — Dever é honra, pagar é brio (Porto).
- 39 — Dinheiro emprestado, inimigo ganhado (Bragança).
- 40 — Dinheiro roubado não luz.
- 41 — Dos enganados vivem os escrivães.

E

- 42 — É melhor justiça que misericórdia (Moncorvo). Em Mogadouro esta variante: «É melhor justiça que misericórdia à porta». (Ver os n.ºs 69 e 155).
- 43 — É melhor má composição que boa demanda. (Ver os n.ºs 65, 67, 153 e 156).

(1) Augusto César Pires de Lima, *Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos*, 3.º vol. (Tradições de Santo Tirso), Porto, 1948, pág. 352.

(2) Este rifão e todos os que levam a indicação (Bragança) são transcritos do vol. XI das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, do Padre Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal), Porto, 1949 e catados na lista de rifões que se estende das págs. 454 a 467.

- 44 — Em frente da arca aberta o justo peca.
 45 — Em justiça te veja, que já sei do mal que morres (Mogadouro).
 46 — Entre amigos não sejas juiz.
 47 — Entre casados e irmãos não metas as tuas mãos (S. Pedro — Mogadouro).
 É corrente a seguinte variante: «Entre pais, filhos e irmãos, não metas as mãos». (Ver o n.º 48).
 48 — Entre marido e mulher não metas a colher.
 49 — Entre mortos e casamentos não há arrendamentos (Bragança).
 50 — Escusas de mau pagador, ouvidos de mercador.
 51 — Escrivão, ladrão.

F

- 52 — Facada no cu não tem crime. O cu é carne morta (Esposende). Ovi estas frases há anos na Barca do Lago em dia de festa local. Depois duma desordem um grupo de mulheres comentava o sucedido. Uma delas, com azedume, contava que determinado rapaz dera uma facada na região nadegeira dum outro. Outra mulher do grupo, com a concordância tácita da maioria, disse as frases acima referidas.
 53 — Faça por o ter, que a sua casa o irão ver (Mogadouro). Semelhante conceito exprime estoutro rifão comum de norte a sul do país: «Diz-me quanto tens, dir-te-ei quanto vales».

H

- 54 — Homem honrado antes morto que injuriado (Bragança). (S. Pedro — Mogadouro).

I

- 55 — Inimigo reconciliado, caldo esturrado (Bragança).

J

- 56 — Juiz de aldeia (juiz de paz) quem o deseja que o seja. (Ver o n.º 57).
 57 — Juiz de aldeia um ano manda outro na cadeia.
 58 — Juiz piedoso faz o povo cruel.
 59 — Justiça de Barcelos fugir dela. Ouvido com frequência em muitas regiões do Minho.
 60 — Justiça de Penafiel [o cacete] (Penafiel). Ao cacete, e duma maneira geral à pancadaria, é frequente ouvir chamar também «justiça de Fafe».

L

- 61 — Ladrão que rouba a ladrão tem 100 anos de perdão.

M

- 62 — Mais se tropeça com a boca e com os olhos do que com os pés (Cernache).
- 63 — Mais vale boa queixa que mau pago (Aveiro).
- 64 — Mais vale deixar a maus do que pedir a bons (Bragança). Em Mogadouro ouvi este rifão mas com a forma: «Mais vale deixar a malos do que pedir a buenos». (Ver o n.º 154).
- 65 — Mais vale má avença do que boa sentença (Bragança). (Ver os n.ºs 43, 67, 153 e 156).
- 66 — Mais vale pedir e mendigar que na forca esperar (1).
- 67 — Mais vale uma má composição do que uma boa acção (Arcos de Valdevez). Variante da Samardã, Vila Real: «Mais vale fraca composição que forte questão». (Ver os n.ºs 43, 65, 155 e 156).
- 68 — Má justiça te caia em casa. Praga corrente no norte de Portugal.
- 69 — Mal por mal, antes cadeia do que hospital (Bragança). (Ver os n.ºs 42 e 155).
- 70 — Mau caminho leva o juiz quando vai para a forca.
- 71 — Má vizinha à porta é como o pulgão na horta (Bragança).
- * 72 — Moinhos de herdeiros e bens de menores são os piores (Moncorvo).
- 73 — Moleiro não cobra a moleiro (Lamego). (Ver o n.º 20).
- 74 — Muitas vezes se perde por preguiça o que se ganha por justiça (Eufrosina) (2).
- 75 — Mulher que perde a vergonha nunca a cobra.

N

- 76 — Na cadeia todos temos uma tábua; feliz daquele que a não goza. (S. Pedro — Mogadouro e Souto da Velha — Moncorvo). (Ver o n.º 77).
- 77 — Na cadeia todos temos uma tarimba. (Penafiel). (Ver o n.º 76).
- 78 — Na casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão.
- 79 — Não achegues à forca, não te enforcarão (Gil Vicente cita-o).
- * 80 — Não assines carta que não leias.
- 81 — Não é caso de morte de homem nem de casa queimada (Santo Tirso).
- 82 — Não peques na lei, não temerás rei (Gil Vicente cita-o).
- 83 — Não queiras cozinha com duas portas, porque por uma entra o patrão e por outra foge o ladrão (Penafiel).
- 84 — Não se pode ser juiz em causa própria; ou: Ninguém é bom juiz em causa própria. Variante de Aveiro: «Ninguém é bom juiz nem mau advogado em causa própria».
- 85 — Não te metas onde não és chamado.
- 86 — Nas costas dos ciganos furtam os aldeanos (S. Pedro — Mogadouro). (Ver os n.ºs 5 e 6).
- 87 — Nem com toda a dúvida ao letrado, nem com toda a dor à botica, nem com toda a fome à arca, nem com toda a sede à pipa (Bragança).
- 88 — No tribunal bolsa aberta e pé ligeiro (Arcos de Valdevez). (Ver o n.º 23).
- 89 — Numa boa ou má demanda o escrivão da tua banda. (Ver o n.º 22).

(1) Mendes Corrêa, *Os criminosos nas tradições populares*, cit., pág. 276.

(2) Mendes Corrêa, *Os criminosos nas tradições populares*, cit., pág. 276.

O

- 90 — O bom julgador por si se julga (Aveiro).
 91 — Obra de comum, obra de nenhum (Bragança). Este rifão lembra um outro, que ouvi na Quinta de S. Pedro, freguesia de Meirinhos, concelho de Mogadouro, respeitante aos bens em comum, o qual reza assim: «Pia de muitos, bem comida e mal lavada». (Ver o n.º 123).
 92 — O costume faz lei.
 93 — O diabo desavenha quem nos mantenha (oração atribuída aos juízes, advogados e gente dos tribunais). (Ver o n.º 36).
 94 — O dinheiro fez-se para se contar.
 95 — O furto azado faz o homem ladrão (S. Pedro — Mogadouro). (Ver os n.ºs 15 e 143).
 * 96 — Onde o ouro fala, tudo cala (Bragança). De Lagos estoutro rifão semelhante no conceito: «Asno com oiro tudo alcança».
 97 — O negociante e o porco só se sabe o que tem depois de morto. Um outro rifão que exprime o mesmo conceito, é: «Desde que morre o almocreve é que se sabe de quem é o macho» (S. Pedro — Mogadouro). (Ver o n.º 35).
 98 — O padre ladrão cuida assim como ele é que todos assim são (S. Pedro — Mogadouro). (Ver o n.º 30).
 99 — Os conselhos dão-se consoante se pedem.
 100 — O travesseiro é bom conselheiro (Bragança).
 101 — O segredo de três o diabo o fez.
 102 — O segredo é a alma do negócio.

P

- 103 — Pai honesto, filho malandro, neto ladrão. Também é frequente ouvir este rifão nas formas: Pais ricos, filhos pobres, netos a pedir; e Pai lavrador, filho doutor, neto vadio; ou Pai galego, filho fidalgo, neto ladrão. Em contraposição também se diz de norte a sul do país: Casa de pais escola de filhos.
 * 104 — Palavras e pedra solta não têm volta.
 105 — Palavras fora da boca e pedra fora da mão, ninguém sabe para onde vão (Moncorvo).
 106 — Pedra fora da mão não leva escrito (Penafiel).
 * 107 — Pentear carecas, dar conselhos a advogados e catar pulgas a cães são trabalhos vão.
 108 — Perto da missa, longe da justiça (Bragança).
 109 — Por falta de homens fizeram a meu pai juiz.

Q

- 110 — Quanto mais amigos melhores contas (Mogadouro).
 111 — Quem as fez que as pague.
 * 112 — Quem as fez que as desfaça.
 113 — Quem as urde que as teça (Carrazeda de Ansiães). Quem as teça que as urda (Mogadouro). Quem as urde que as tape (S. Pedro — Mogadouro).
 114 — Quem cabritos vende e cabras não tem, d'algures lhe vem (Bragança).

- *115 — Quem cala consente.
- *116 — Quem come fiado caga maçarocas (Carrazedade de Ansiães).
- 117 — Quem come fiado paga dobrado.
- *118 — Quem compra sem poder vende sem querer.
- *119 — Quem dá a quem o entende não o dá que bem o vende.
- *120 — Quem dá o que tem antes que morra merece com uma valente cachaporra. (Ver o n.º 134).
- 121 — Quem dá o que tem a pedir vem. Estoutro um tanto semelhante na forma mas com outro conceito: «Quem dá o que tem não é a mais obrigado».
- 122 — Quem é de mel as moscas o comem (Barcelos). Este rifão pode contrapor-se ao n.º 6 da lista dada por Bouza-Brey, que diz: «A moita bondá creba a Autoridá».
- 123 — Quem faz bem ao comum não faz bem a nenhum (Vilarinho da Furna — Terras de Bouro) (1). (Ver o n.º 91).
- *124 — Quem faz filhos em mulher alheia perde-lhe o feitio. Também é corrente esta variante: «Quem faz filhos em mulher alheia perde o tempo e o feitio», ou estoura: «Quem faz filhos em mulher alheia perde os filhos, e o feitio» (S. Pedro — Mogadouro).
- 125 — Quem hipotecou a venda efectuou (Arcos de Valdevez).
- 126 — Quem má demanda traz a brados a mete.
- 127 — Quem não deve não teme.
- 128 — Quem não quiser deixar a herdeiros faça casa de adobos e pomar de pessegueiros (Aveiro).
- 129 — Quem o alheio veste na praça o despe.
- 130 — Quem o tribunal procura não quer paz (Penafiel e outras regiões do Norte de Portugal).
- 131 — Quem paga mal paga duas vezes.
- 132 — Quem paga o que deve sabe o que lhe fica.
- 133 — Quem se avenha que as desavenha (Arcos de Valdevez). (Ver os n.ºs 111, 112 e 113).
- 134 — Quem se deserdou antes que morra merece com uma cachamorra. (Aveiro). (Ver o n.º 120).
- 135 — Quem tem dinheiro luta, quem o não tem escuita (Santo Tirso) (2).
- 136 — Quem uma vez furta, fiel nunca.
- 137 — Quem vence uma questão (ou demanda) fica em camisa, quem a perde fica em leitão (frequente no Minho).
- 138 — Quem vive sem contas vive sem honra.
- 139 — Queres ver o teu irmão (ou filho) perdido, dá-lhe a legítima em pão cozido (Penafiel).
- 140 — Questões no tribunal leve-as o diabo.
- *141 — Questões tenhas e as ganhes. (Praga dos judeus da Covilhã). Também em Vilarinho dos Galegos costumam rogar a seguinte praga: «Caçador te faças inda que mates».

R

- 142 — Ralham as comadres, descobrem-se as verdades.
- 143 — Roubo jeitoso faz o ladrão cobiçoso. (Ver os n.ºs 15 e 95).

(1) Jorge Dias, *Vilarinho da Furna — Uma aldeia comunitária*, Porto, 1948, pág. 231.

(2) Augusto César Pires de Lima, *Estudos Etnográficos, Fitotóxicos e Históricos*, cit., pág. 365.

S

- 144 — Sobrancelhas unidas, sinal de larápio (Barroso) (1).
 145 — São contas de homem morto (Moncorvo).
 146 — Se procuras o tribunal, aumentas o teu mal (Penafiel).
 147 — Se tiveres uma perdiz dá-a ao juiz, se tiveres um leitão dá-o ao escrivão (Moncorvo).

T

- 148 — Tantas cabeças tantas sentenças (Bragança).
 149 — Tão ladrão é o que deixa o seu, como o que rouba o alheu (Bragança).
 150 — Tão ladrão é o que vai à horta, como o que fica à porta (Bragança).
 151 — Tão ladrão é o que vai às uvas como o que fica à espreita. Variante de Santo Tirso: «Tão bom é o ladrão que vai à vinha como o que fica de guarda» (2).
 152 — Todo o conselho tomarás mas o teu não deixarás (Carrazeda de Ansiães). Variante de Santo Tirso: «Todos os conselhos ouvirás só o teu não deixarás» (3).

V

- *153 — Vale mais a pior compostura do que a melhor demanda (Moncorvo). (Ver os n.ºs 43, 65, 67 e 156).
 *154 — Vale mais deixar a ruínas do que pedir a bons (Barcelos). (Ver o n.º 64).
 *155 — Vale mais justiça do que misericórdia. (Ver os n.ºs 42 e 69).
 156 — Vale mais uma má reconciliação do que uma boa demanda (Moncorvo). (Ver o n.º 153 e os outros nele indicados).

*

* *

Dos 156 rifões desta série, 22 são precisamente iguais, ou quase, a outros tantos da colectânea de 98 recolhidos por Bouza-Brey.

É uma boa percentagem de identidades.

Se alargássemos a comparação além da estrita igualdade, ou quase, encontraríamos outras muitas afinidades.

(1) Mendes Corrêa, *Os criminosos nas tradições populares*, cit., pág. 270.

(2) Augusto César Pires de Lima, *Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos*, cit., pág. 365.

(3) Augusto César Pires de Lima, *Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos*, cit., pág. 365.

Assim por exemplo, não consideramos iguais o nosso rifão n.º 2 e o semelhante dado por Bouza-Brey, que reza assim: «A castaña que está no camiño é do veciño». Sem dúvida que os dois rifões são perfeitamente equivalentes no conceito. São quase sobreponíveis, mas não são iguais.

O mesmo poderíamos dizer para o n.º 10, que é igual no conceito ao seguinte rifão galego dado por Bouza-Brey: «Pra o ladrón de casa non hai pechadura».

A mesma coisa com o n.º 22 inteiramente análogo a: «Con preito perdido ou ganado ten o escribán do teu lado».

A mesma coisa com o n.º 20 idêntico a: «De ferreiro a ferreiro non corre diñero», etc., etc.

Não vale a pena alongar a comparação das semelhanças. Elas são tão flagrantes que a grande maioria dos rifões que recolhi têm o seu similar galego.

Não admira que assim seja.

O Norte de Portugal e a Galiza são bem terras irmãs. Portugueses e Galegos somos povos irmãos. É a voz sagrada das origens a atestá-lo pela vasta e importante cultura castreja lusitano-galaica, para não falar de civilizações comuns muito mais remotas.

É ainda, e neste aspecto o facto é importante, a similitude da língua, bem exteriorizada na consonância da rima, patente na maioria dos rifões.

As mesmas necessidades, as mesmas condições de vida, os mesmos problemas a resolver, a mesma organização social, são factores condicionantes das atitudes e expressões assumidas pelos homens.

Há no fundo de muitas manifestações folclóricas observadas nos povos mais diversos, dos mais variados graus de civilização e de cultura, o mesmo substrato comum. É, digamos, o mesmo fundo de humanidade.

Mas entre o Norte de Portugal e a Galiza não há só o substrato comum de humanidade, não há só as semelhanças que seriam naturais em povos vizinhos, não há só as afinidades inerentes ao património comum. Há mais do que isso. Há identidades manifestas e em alta percentagem, o que é tanto mais para acentuar, quanto é certo que entre o Norte de Portugal e a Galiza corre uma fronteira política.

Portugueses e Galegos, somos bem povos irmãos. As tendências comuns, o mesmo modo de cantar e de sentir, ligam-nos mais poderosamente do que nos separam as condições sociais e políticas erguidas pelos homens, condições que, certamente, ninguém tem a loucura de procurar destruir.

Já o escrevi algures e repito-o agora.

Portugueses e Galegos, possuímos no doce falar das nossas línguas a palavra *saudade*, expressão bendita que nenhuma outra língua tem e em si consubstancia profunda e consoladora mágoa que, como nenhuns outros homens, nós e os galegos, sabemos amarga e deliciosamente sentir.

Instituto de Antropologia da Universidade do Porto,
Julho de 1948.

SANTOS JÚNIOR.

REVISTA BIBLIOGRÁFICA

J. M. ALVAREZ BLÁZQUEZ y F. BOUZA-BREY — **Industrias paleolíticas de la comarca de Tuy** — Sep. dos «Cuadernos de Estudios Gallegos», Madrid, 1949.

É um interessante trabalho, no qual Alvarez Blázquez e Bouza-Brey dão notícia de várias peças líticas encontradas em diversos lugares da Comarca de Tuy e para cuja classificação estes consagrados arqueólogos entraram em linha de conta não só com a tipologia e técnica de trabalho, mas também com a pátina e «demàs huellas del tiempo»; obtiveram, assim, cinco grupos correspondentes ao Acheulense antigo, ao Acheulense médio, ao Acheulense superior, ao «Camposanquiense» e ao Ancorensense ou Proto-asturiense. A matéria-prima utilizada é a quartzite, não falando em algumas peças das quais os autores não indicam a natureza da rocha.

O estudo do espólio arqueológico é antecedido por uma breve análise da Geografia e da Geologia da região e ainda por um bosquejo histórico do que, anteriormente, se houvera feito em matéria de investigação sobre o Paleolítico do Noroeste da Península Ibérica.

Entrando em considerações, os distintos investigadores começam por chamar a atenção para o facto de se encontrarem «perante a repetição de um curioso fenómeno, registado insistentemente na margem portuguesa do Minho, a saber, a existência de indústrias bem definidas do paleolítico inferior» ao lado de «absoluta ausência de vestígios do paleolítico superior...» girando o estudo principalmente, daqui até ao final, em torno deste problema.

Para explicar o facto, crêem serem de admitir três hipóteses: «1.^a, una emigración en masa, durante la cruda época glacial Würmiense, a causa de la carencia de abrigos naturales en la comarca. 2.^a, la ausencia de las culturas clásicas de Europa occidental en esta zona, substituídas por otra contemporánea, de carácter local. 3.^a, unido a lo anterior, la pérdida de vestígios mobiliarios de esta época, a causa de ciertos fenómenos geológicos, que hayan determinado su desaparición».

Depois de breves mas conscienciosas observações, os autores parecem inclinar-se mais para a última hipótese, admitindo

que «la ausencia de industrias correspondientes al paleolítico superior se explicará por la desaparición bajo el agua de la terraza correspondiente», e tentam eliminar as outras duas, alegando, quanto à primeira, que «el hombre paleolítico, más atrasado y menos apto para la lucha, había sufrido con anterioridad los rigores del clima glacial, sin que ello motivase su huida a tierras más cálidas» e que a região disfrutava, ainda em plena glaciação de Würm, um clima benigno. Referindo-se à segunda hipótese, a teoria de Breuil e Zbyszewski, embora não deixem de a considerar «certera», julgam que ela não é suficiente para explicar certos problemas que ainda subsistem, «siendo acaso el más significativo de ellos la limitación de las estaciones del Camposanquiense, no tanto cuantitativamente como geográfica y tipológicamente, habida cuenta del largo ciclo temporal que debe abarcar».

Confessamos o nosso desacordo.

O termo *Camposanquiense* não tem, quanto a nós, razão de existir, por supérfluo; dá-nos a falsa ideia de se encontrar circunscrita a determinada zona uma indústria que, antes pelo contrário e com designação mais generalizada, se encontra espalhada por quase toda a Europa e mesmo fora desta. Essa indústria é o *Languedocense*, característica, entre nós, das praias do litoral e dos terraços fluviais. Portadora de nova técnica, embora aproveitando, quase sempre, a tipologia acheulense, como sejam os «calhaus truncados», e alguns «coups-de-poing», aparece, no seu início, associada por vezes a elementos étnicos do Mustierense que cedo abandona, criando forma própria e alargando o seu tempo de duração até ao Mesolítico. O «pico» ancorense, por exemplo, não é mais do que uma forma evoluída, de certo modo subordinada à nova técnica, dum instrumento do Paleolítico inferior. E não nos esqueçamos também, já que a isso nos referimos, que não é só no Noroeste da Península que aparecem picos desse tipo...

Podemos facilmente reconstituir uma linha Acheulense, Languedocense, Asturiense, sendo esta última cultura a resultante duma perduração de formas e técnica paleolíticas que, em contacto com novos elementos étnicos mais recentes, cria uma fácies regional, de certo modo comparável com a que observamos nos concheiros mesolíticos de Muge, proveniente da fusão duma indústria em quartzite de tradição languedocense com uma microlítica de sílex.

A termos em conta a hipótese de Blázquez e de Bouza-Brey, não seria de estranhar que apenas nas áreas hoje cobertas pela água se encontrasse o Paleolítico superior? É admitindo os auto-

res, como parece, que algumas peças do «Camposanquiense» sejam contemporâneas do Paleolítico Superior, como explicar que só este tenha desaparecido e aquelas, só aquelas, se mantenham?

Talvez fosse aconselhável irmos pondo de lado o sentido *técnica* que habitualmente se dá à expressão *Paleolítico superior*, substituindo-o antes por um sentido de localização no tempo. No primeiro caso, somos levados a pensar nas clássicas técnicas do Aurinhacense, do Solutrense e do Magdalenense (a cultura K dos alemães) esquecendo-nos de que novas investigações nos permitiram conhecer a existência de outros tipos e técnicas que, seja por necessidades vitais, seja por condicionalismo da matéria-prima, substituem as primeiras em muitas zonas. É o que sucede, como já foi dito, com o Languedocense.

Podemos, pois, falar da existência de indústrias do Paleolítico superior entre as culturas do Noroeste da Península, desde que se dê a esta expressão, como se deve dar, uma significação cronológica.

Com a devida vénia, desejamos também chamar a atenção de Blázquez e de Bouza-Brey para o facto de recentes reconhecimentos geológicos, realizados nos terraços da margem portuguesa do Minho sob a orientação do Professor Carlos Teixeira, terem mostrado que os reconhecimentos anteriores, feitos, entre outros, por Lautensach, estão incompletos e, em alguns casos, são inexactos.

J. CAMARATE FRANÇA.

Publicações Culturais do Museu do Dundo — Ed. da Companhia de Diamantes de Angola. Lisboa, 1947, 1948 e 1949.

Entre as publicações etnológicas de Portugal obtiveram um lugar de justo e destacado relevo as publicações luxuosamente editadas pela Diamang. Estamos muito pouco habituados a iniciativas desta monta. Podemos considerá-las, sem medo de desmentido, como um necessário exemplo a ser seguidos pelas nossas outras grandes companhias industriais.

Louvores são devidos à Direcção desta Companhia de Diamantes, a que preside o alto espírito da Família Vilhena, por permitir, por acalentar, por impulsionar os estudos já realizados quer pelos seus colaboradores mais directos, quer convidando especialistas a estudar a área concessionada.

Dentro de breves tempos o Museu de Dundo será um Instituto Cultural de renome mundial, que honrará sobremaneira a cultura portuguesa, estando certo que o seu inexaurível campo de investigação será também aberto ao trabalho dos investigadores portugueses do ramo arqueológico.

Retoma-se assim e num ritmo intenso, a revelação do interesse, desde há muito manifestado pelos portugueses em relação ao passado etnológico das populações que vão sendo incorporadas no seu território.

Mencionam-se ao acaso as referências quincentistas de João de Barros, Damião de Góis, as do princípio da centúria seguinte de Fr. João dos Santos sobre as imponentes e enigmáticas ruínas de Zimbabué. Mais modernamente Ricardo Severo publica a primeira notícia científica de pré-história angolana, estudando vestígios de carácter neolítico. Serpa Pinto dedica-se também ao estudo da arqueologia da Lunda e de então para cá são tantos outros os trabalhos publicados que, sem melindre para alguém, deixo de referir, pois não pretendo fazer a resenha, antes mostrar quão grande é o merecimento da iniciativa agora desenvolvida pela Companhia de Diamantes de Angola, iniciativa esta que, por patrocinar tais investigações arqueológicas, nos faz recuperar o atraso em que nos encontrávamos nos domínios da investigação arqueológica africana — investigações que já foram propostas e incompreensivelmente não tem logrado aquele apoio oficial a que têm jus — equiparando-nos aos países que vão na vanguarda.

É cientificamente meritória esta tarefa e congratulemo-nos por a Diamang não afrouxar no seu notável labor sobre a investigação etnológica angolana.

Não podemos deixar de sumariar os volumes já publicados:

Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda — J. Janmart: 1 *Stations pré-historiques de l'Angola du Nord-Est, Analyse géologique, climatologique et pré-historique d'un Sondage fait en bordure de la rivière Luembe (Angola du Nord-Est)*, 2.^a ed., Lisboa, 1947.

Nesta publicação o A. refere os documentos humanos descobertos no ângulo Nordeste de Angola e limitado ao Norte pelo paralelo 7°, 17' e a Oeste pela ribeira Lovua, a Leste pelo Kasai, zona esta onde actualmente a prospecção e a exploração da Diamang é mais activa.

Descreve inúmeras estações situadas nas margens do Chiumbe do Luana e do Luembe e refere detalhadamente as várias indústrias líticas encontradas em quarenta e um lugares distintos. Ao estabelecer as relações entre estas indústrias e os similares

materiais encontrados no Congo Belga e na África do Sul, comprova a existência, nos burgais da Lunda, da mesma sucessão de culturas conhecidas, na África do Sul. Aparecem-nos não só os instrumentos crescentiformes do Wiltoniense, sem deixarem de passar pelo Kaliniense, que nos revela formas muito frustes, ou mais evoluídas, peças talhadas em núcleos de técnica Levallois.

J. Janmart: *La Station pré-historique de Candala (District de la Lunda, Angola du Nord-Est), Note sur une technique à éclats, commune aux cultures d'Oldoway et du Stellenbosch inférieur, dans la Lunda (Angola du Nord-Est), Sur la position stratigraphique du Tumbien moyen et supérieur dans la Lunda (Angola du Nord-Est), Méthode pour le classement par rang d'âge des pierre taillées pré-historiques contenues dans les nappes de gravier des plaines alluviales*, n.º 2, Lisboa, 1948.

O A. estuda com detalhe a situação, a geologia e a indústria lítica encontrada quer à superfície, quer no âmago das camadas desta estação pré-histórica sita nas margens da ribeira Luana, afluente do Kasai. O material recolhido no interior das camadas permite ao A. estabelecer a sua argumentação, enquanto que os recolhidos à superfície tão somente servem para completar e melhor documentar o aspecto tipológico desta estação.

Foram abertos dois poços que permitiram o estabelecimento de XV níveis no primeiro e XIII no segundo. Do estudo detalhado de todas as peças, e apesar de revelarem diferentes técnicas, chegou-se à conclusão ser idêntico o seu estado físico, o que permite concluir pela contemporaneidade do seu uso. Como mais de sessenta lugares da Lunda revelam testemunhos de uma indústria idêntica, com a mesma mistura tipológica e iguais condições de jazida, o A. inclina-se a sugerir pertencerem estes instrumentos a uma mesma fase cultural — a cultura de Candala — que cronologicamente nos aparece posteriormente às indústrias de Stellenbosch, de tipologia Clacto-Abbevillense, da base das areias do Kalahari III e consequentemente a Cultura de Candala surge-nos num período post-Kalahari III.

Na segunda nota o A. mostra como na Lunda coexistem na mesma época pré-Kalahari III as técnicas peculiares às culturas de Oldoway e Stellenbosch I.

Verifica-se assim que nos instrumentos de Candombe e Musolexi se usaram para a sua confecção técnicas diferentes. Enquanto que os primeiros são elaborados a partir de lascas, os segundos revelam uma técnica que continuou a ser usada ainda depois da técnica de Clacton, mais evoluída, era corrente e que em África coincide tipologicamente com as formas do Acheulense inferior e Clactoniense europeus.

Para o A. o facto destes tipos de instrumentos terem sido encontrados entre o material de Oldoway puro, mais confirma as observações de Leakey e apresenta-se-nos como a manifestação mais remota da notável simultaneidade entre as técnicas que empregam os núcleos e aquelas que usam lascas. Paralelismo que pode ser rastreado na pré-história Sul-africana desde o Stellenbosch I (Clacto-Abbevillienne), Stellenbosch II e III (Victoria-West ou Proto-Levallois), Stellenbosch IV e V (Levallois I e II) e Fauresmith (Levallois III e IV), que corresponde no início a um Micoquiense, com instrumentos que revelam ainda uma técnica Levallois muito primitiva e que no seu período final apresenta, como peças típicas, umas machadinhas com retoque bifacial muito bem trabalhadas.

Janmart a partir de pág. 41 estuda a posição estratigráfica do Tumbiense médio e superior da Lunda.

Este autor a pág. 30 da sua publicação afirma: «On sait que le concept de la culture Tumbienne a été attaqué vigoureusement par d'éminents pré historiens, au cours de ces dernières années: ils refusent d'y voir autre chose qu'un assemblage occasionnel d'objets de typologies et âges disparates. Qu'ils me pardonnent de ne plus être de leur avis, au moins pour le moment». Com esta afirmação tão cautelosa o A. contraria a tese de Cabú e Breuil que pretendem eliminar da terminologia pré-histórica Sul-africana o nome do Tumbiense dado às indústrias do Paleolítico-médio, culturas que se aproximam das que costumávamos denominar «Musteriense».

Baseia-se em observações pessoais das formações geológicas que contêm estes instrumentos *in situ* e que lhe permitem afirmar que as indústrias tumbienses são posteriores aos fenómenos erosivos que originaram o relevo actual.

A ser assim, esta cultura é cronologicamente determinável e consequentemente carecem de valor as objecções feitas.

A partir de pág. 47 o A. revela-nos o seu método para estabelecer uma cronologia das indústrias duma dada região. Este método, baseado num critério estatístico, é, o A. no-lo afirma, anterior ao momento de ter chegado ao seu conhecimento o método seguido por Breuil. Talvez valha a pena encarar-se o seu emprego entre nós, pois assim teríamos uma contraprova e talvez nos viesse a prestar informes naqueles pontos em que o método preconizado por Breuil nos não satisfaça inteiramente.

RUSSELL CORTEZ.

J. MALUQUER DE MOTES — **Concepto y periodización de la Edad del Bronce peninsular** — Sep. de «Ampurias», XI, Barcelona, 1949.

De 18 a 21 de Abril de 1949, realizou-se em Almeria o Primeiro Congresso Nacional (Espanhol) de Arqueologia. Entre as várias comunicações apresentadas ao Congresso, figurou uma de D. Luis Pericot, ilustre professor da Universidade de Barcelona, abordando a necessidade da unificação da terminologia e periodização da Idade do Bronze. Merecidamente tomada em consideração pelo Congresso, deu origem a referida comunicação à escolha dum grupo de arqueólogos encarregado de elaborar um projecto de periodização da Idade do Bronze hispânico, projecto esse que veio, depois, a ser aprovado na sessão de conclusões do Congresso.

Segundo o decidido, ficou a Idade do Bronze dividida em três períodos, a saber: Bronze I ou Bronze inicial correspondente ao antigo conceito de Eneolítico; Bronze II, correspondente ao «Bronze argárico ou mediterrâneo»; e o Bronze III ou final, contemporâneo da «etapa de contactos europeus que pressagia e precede o mundo das invasões».

É deste assunto que trata no seu trabalho J. Maluquer de Motes, um dos membros da comissão encarregada da elaboração do projecto.

O autor faz acompanhar o estudo de copiosos argumentos tendentes a justificarem a decisão tomada no Congresso.

Esses argumentos, quanto a nós, não são suficientes. Desejaríamos também referir aqui todas as dúvidas que nos suscitam alguns argumentos ou interpretações baseados na matéria-prima ou na identidade (?) de culturas, mas tal não cabe no âmbito desta pequena análise e deixaremos a tarefa para artigo a publicar oportunamente.

Ficou-nos, depois de ler o muito interessante trabalho de Maluquer de Motes, o receio de que a nova classificação, a ser aceite de pronto por alguns pré-historiadores, seja mais uma a acrescentar a tantas já existentes e que, embora sugeridas com a louvável intenção de simplificar o estudo dessa epoca, apenas têm trazido como resultado maior confusão, um separatismo doutrinário prejudicial ao progresso dos estudos da Pré-história e possíveis críticas desnecessárias.

Achamos conveniente, sem dúvida, a adopção duma terminologia única, mesmo que ela tenha de ser nova. Mas também achamos imprescindível que essa tarefa seja levada a cabo numa colaboração íntima de todos os especialistas na matéria existentes

na Península, e mesmo de alguns de fora. Um assunto de tal importância nunca poderá ser tratado, e muito menos resolvido num Congresso apenas nacional...

Com a devida vénia, chamaremos a atenção para o facto do Bronze mediterrâneo não ser apenas correspondente ao Bronze argárico, como parece depreender-se do trabalho do ilustre arqueólogo.

J. C. F.

ABEL VIANA, OCTÁVIO DA VEIGA FERREIRA E JOSÉ FORMOSINHO
— Nuevas contribuciones para el conocimiento de la edad del Bronce del Algarbe — Las necrópolis de las Caldas de Monchique — Sep. do «1.º Congr. Nac. de Arqueol.», em Almeria, 1949.

Os estudos que os autores desta interessante nota estão levando a cabo, desde 1937, nas riquíssimas necrópoles pré-históricas da região de Caldas de Monchique, forneceram já rico manancial para outras publicações a que nos temos referido em anteriores análises.

É, sem dúvida, notável, para não dizermos precioso, o contributo que, para o estudo do Bronze daí tem resultado. Mesmo algumas sepulturas que, mais tarde, foram violadas, não são isentas de interesse, pelo espólio, especialmente visigótico, que têm fornecido.

O trabalho de que nos estamos ocupando, é uma breve síntese, apresentada ao Primeiro Congresso Nacional (espanhol) de Arqueologia, dos achados feitos por esses distintos investigadores durante algumas campanhas de escavações efectuadas em Caldas de Monchique. Segundo estes, as sepulturas até agora exploradas, que sobem já a muitas dezenas, pertencem a duas épocas: da primeira, contemporânea do «primeiro período do Bronze», fazem parte «cistas megalíticas ou pequenas galerias cobertas, incluídas nas mamoadas»; a segunda, correspondente «ao Bronze argárico», é constituída por cistas.

Aguardamos, com natural interesse, a publicação dum desenvolvido estudo de conjunto dos materiais recolhidos e fazemos votos por que as explorações continuem fornecendo elementos tanto, ou mais, preciosos do que os já obtidos.

J. C. F.

ROBERT F. HEIZER AND EDWIN M. LEMERT, ADAM PREGANZA
— *Observations on archaeological sites*, in «Topanga Canyon
Califórnia» — University of California Publications, in «American
Archaeology and Ethnology», vol. 44, n.º 2, Los Angeles,
1947.

Nesta breve nota em que se descrevem indústrias líticas encontradas no Canhão de Topanga, Los Angeles, e em que se estuda a sua posição em relação à indústria encontrada na Califórnia, propõe-se uma cronologia 1200 a. C. a 900 p. C. Comparando-as com os instrumentos encontrados nos níveis I-IV de San Dieguito.

Em apêndice Adan Preganza apresenta breves notas sobre o complexo lítico revelado na exploração da jazida de San Dieguito e a sua correlação com as indústrias do Sul e Norte da Califórnia.

R. C.

RALPH L. BEALS, GEORGE W. BRAINERD, and WATSON SMITH
— *Archaeological Studies*, in «Northeast Arizona», University
of California Publications, in «American Archaeology and
Ethnology», vol. 44, n.º 1, Los Angeles, 1945.

Nesta bem elaborada memória descrevem-se os resultados logrados pela Rainbow Bridge-Monument Valley Expedition.

Muito interessante foi o método arqueológico empregue nesta campanha de reconhecimento metódico, que eu queria ver seguido entre nós, acabando com a investigação individual, antes enveredando pelo rendoso trabalho de equipa.

Depois de estudar a estatigrafia dos vários locais que foram escavados, procedem os AA. a um estudo metuculoso da cerâmica pintada de Kayenta pertencente aos vários níveis (I a III), e da cerâmica com pinturas vermelhas do nível III.

R. C.

THEODORE D. MCCOWN — *Pre-Incaic Huamachuco Survey and
Excavations in the region of Huamachuco and Cajabamba* —
University of California publications in «American Archaeo-
logy and Ethnology», vol. 39 n.º 4, Los Angeles, 1945.

Os trabalhos de campo que esta memória regista foram planeados de acordo com o Instituto «Andean Research» e refe-

rem os reconhecimentos efectuados no Norte do Peru, para aumentar as colecções do Museu de Antropologia da Universidade da Califórnia referentes aos tempos pré-Incás (1400-1200 a. C.) da região de Huamachuco, na vertente dos Andes voltada para o Pacífico e perto da linha divisória da bacia do Rio Maranhão.

R. C.

C. VAN RIET LOWE — **Pinturas rupestres e a cultura do Zimbáuè** — Sep. do «Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique», n.ºs 57-58, Abril a Setembro, 1948. Lourenço Marques, 1948, 16 págs., 3 figs.

Os «Zimbáuès», recintos circundados por muralhas de pedra, são construções estranhas na região dos povos bantos, cujo actual sentido arquitectónico, consequência talvez do nomadismo agrário que a natureza das terras determina, não vai além da construção de pau a pique.

O A., que é ilustre director do departamento de investigações arqueológicas da África do Sul e Professor distinto da Universidade de Witwatersand, refere de entrada a notável descoberta, em 1927, das pinturas da Impey's Cave (Rodésia do Sul) próximo do grande Zimbáuè de Fort Victoria. Estas figuras eram constituídas por 9 figuras humanas relativamente grandes, vestidas de modo singular, com o corpo e a cara brancos, os cabelos castanho-avermelhados arranjados num penteado que faz lembrar o dos primitivos egípcios.

Segundo alguns autores aquelas pinturas representariam indivíduos duma raça branca ligada aos trabalhos da mineração do ouro. Esses indígenas brancos teriam sido, possivelmente, os edificadores do Zimbáuè. Para o Dr. Impey as pinturas seriam de origem egípcia. Burkitt duvida que elas tenham sido pintadas pelos próprios egípcios pré-dinásticos ou dos tempos da 1.^a dinastia, mas admite-as como influenciadas pela cultura egípcia.

O ilustre pré-historiador francês Abbé Breuil, justamente reputado como um dos maiores, se não o maior, especialista da actualidade em arte rupestre, descobriu em 1948 em Brandberg, no Sudoeste africano (antigo Sudoeste alemão), pinturas rupestres semelhantes às da Impey's Cave onde há figuras de mulheres e homens brancos e de auxiliares negros estranhos à região, isto é, não boximanes nem hotentotes, de tipos raciais mistos mas certamente de origem europeia ou mediterrânica.

Estas pinturas, segundo Frobenius e *Fräulein* Weyersberg, denunciariam influência mesopotâmica. Breuil e *miss* Boyle pensam, porém, que essa influência teria provindo antes de Creta e do Egipto.

Miss Boyle teria mesmo afirmado que as pinturas da «White Lady of Brandberg», como Breuil baptizou aquele friso pictório, teriam sido feitas à roda de 1500 anos a. C., por um cretense conhecedor dos mistérios egípcios ou até por um egípcio.

O Prof. van Riet Lowe muito criteriosamente declara que as deduções de *Miss* Boyle se apoiam em «argumentos muito ténues»; admite, logicamente, que, dada a larga difusão de culturas em África, pode um artista local ter sido influenciado pela cultura estranha, e realça: «enquanto se não realizar um estudo mais completo das condições locais sul-africanas, desde o Sudoeste africano até à África Oriental Portuguesa, não nos atreveremos a procurar o artista e a sua inspiração para além das fronteiras da África Meridional».

O A. transcreve em seguida eruditas considerações do Prof. Dart, que chamou a atenção para aquilo que designou «os elementos estrangeiros» da arte rupestre da África do Sul.

Alude ao tráfego que desde épocas remotas existiu entre o Mar da Arábia e a costa oriental da África, e às influências da bacia do Mediterrâneo chegadas ao Leste africano pela via marítima do Mar Vermelho.

Ocupa-se em seguida do grande Zimbábue de Fort Victoria, escrevendo que, em sua opinião, a construção daquele Zimbábue e de outros semelhantes espalhados pela Rodésia, Moçambique e Transvaal, «não representa mais que um clímax local medieval de uma sucessão de influências culturais mais antigas», as quais «em conjunto constituíram herança cultural e, portanto, inspiração para os nativos».

Para estudar essas influências culturais, sua origem e difusão, os Governos da União e da Rodésia vão patrocinar missões científicas que hão-de proceder a esse inquérito.

O A. afirma que um tal «inquérito não poderá ser encerrado nem poderá obter um verdadeiro êxito sem a íntima colaboração dos portugueses, pela razão simples e muito clara de que Moçambique é a porta de entrada para o interior».

Já em trabalho anterior o Prof. van Riet Lowe acentuava o facto de Moçambique estar destinado a «desempenhar um papel muito importante em qualquer tentativa para a revelação e junção do período proto-histórico da África Meridional», e naquela nossa colónia do Leste africano devem encontrar-se os segredos

mais importantes que permitirão esclarecer o apaixonante problema da cultura dos Zimbábues.

A importância dos estudos arqueológicos em Moçambique para o esclarecimento dos problemas gerais do sub-continente Sul-africano já tinha sido posta em relevo pelo Prof. Mendes Corrêa no seu trabalho *Pré-História de Moçambique — Um plano de estudos*, «Anais da Faculdade de Ciências do Porto», vol. XX, fasc. III, Porto, 1936.

Neste trabalho o Prof. Mendes Corrêa escreveu: «Seja como for, ninguém pode duvidar do interesse que dos pontos de vista nacional e da Ciência em geral, apresenta a realização dum plano metódico de pesquisas na nossa colónia de Moçambique em relação com as ruínas do tipo em questão (do Zimbábue) e as antigas explorações mineiras».

Na parte final do seu trabalho, o Prof. van Riet Lowe faz alusão aos trabalhos da Missão Antropológica de Moçambique no campo da pré-história e aos de outros pré-historiadores moçambicanos, como são os Engenheiros Lerenó Barradas e Alexandre Borges, aos quais faz referências amistosas, preconizando que aqueles que se dedicam à pré-história de Moçambique sejam apoiados, encorajados e possam dedicar-se com mais liberdade de tempo a uma exploração intensiva do vasto e importante património arqueológico da nossa colónia de Moçambique.

Oxalá que assim venha a ser.

A vastidão de conhecimentos do Prof. van Riet Lowe, as suas qualidades de distinto Professor da Universidade de Witwatersrand e de Director do Departamento da Arqueologia da África do Sul conferem-lhe especial autoridade, e, assim, as suas afirmações e sugestões devem ser maduramente ponderadas por aqueles a quem compete promover e orientar a investigação científica nas nossas colónias de África, e, no caso em questão, especialmente em Moçambique.

SANTOS JÚNIOR.

OTTO SCHLAGINHAUFEN — Die prehistorischen menschlichen Knochenreste von Alt-Tierstein — Sep. de «Argovia», vol. 60 — Aarau, 1949.

Em Alt-Tierstein foram encontrados uns restos ósseos humanos que, por alguns pedaços de cerâmica, pareciam datar do bronze tardio.

Todo o espólio ósseo se encontrava em mau estado de conservação, pelo que o A. apenas pôde estudar um crânio e tirar algumas medidas em 3 ossos longos incompletos.

O crânio era braquicéfalo, hipsicéfalo, cameprósopo e came-rínico e ao A. parece-lhe que, não só pelos caracteres da caveira como pelos dos ossos longos, não é muito certo que estes restos ósseos provenham da época do bronze.

ALFREDO ATHAYDE.

CAROLINA MARTINEZ MUNILLA — Vaso de terra sigillata hallado en las inmediaciones del Santuário de Nuestra Señora de Regla (Chipiona), in «Archivo Español de Arqueologia», n.º 76, Madrid, 1949.

Nesta breve notícia a A., hoje em dia uma das maiores especialistas peninsulares desta espécie de cerâmica, estuda e propõe a cronologia de um magnífico espécime da cerâmica *sigillata* de graufesenque da época de Domiciano e que fora encontrada em 1940 nas proximidades do mosteiro dos P. P. Franciscanos de Chipiona.

Este documento perfeita e completamente estudado, será um precioso testemunho para situar cronologicamente os restos arqueológicos da *Turris Caepionis* que ficam nas proximidades do local do achado.

Quando é que em Portugal será possível um estudo sistemático da *sigillata* que surge abundantemente em algumas das nossas estações arqueológicas?

R. C.

OCTÁVIO DA VEIGA FERREIRA — Acerca duma pedra visigótica ornamentada — Sep. dos n.ºs 47-48 da «Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores», Lisboa, 1950.

Durante uma visita que, recentemente, efectuou ao Museu da Casa do Povo de Mafra, conseguiu Veiga Ferreira identificar uma peça de calcário brando ornamentada, que considera visigótica, e que para ali fora levada, tempos antes, de Alcainça, onde se encontrava servindo de soleira numa casa.

O achado conduz o autor a várias considerações sobre a arte visigótica em Portugal e a citar alguns restos de tal época que se conhecem entre nós. Refere-se, por exemplo, aos de Lamego, Braga, Alandroal, Odrinhas, Beja, Alcácer do Sal, Sines, Lisboa, etc. Não deixa de notar serem pouco abundantes, «para não dizer raros», os elementos de arte visigótica que possuímos, admitindo, para explicação, a instabilidade desse período, «bastante tumultuoso, por lutas e destruições terríveis».

É uma pequena nota com boa apresentação e revestida de interesse.

J. C. F.

MAXIMO PALLOTTINO — *Etruscologia*, «Collezione Hoepli», 2.^a ed., Roma, 1947.

O ilustre professor de Etruscologia e Arqueologia Itálica da Universidade de Roma refundiu quase totalmente o seu anterior trabalho *Etruscologia*, que fora editado pela primeira vez em 1942 e criteriosamente ilustrado e completado com uma escolhida bibliografia. Apresenta-nos um excelente manual, óptimo guia para os historiadores que pretendam conhecer os antecedentes da história de Roma. Isto por ser consabido que tanto a religião como a arte, as instituições da grande cidade que senhoreou o mundo antigo, foram fortemente influenciadas pelas suas predecessoras etruscas, quando não suas descendentes directas.

Todos os manuais que estudam o povo da Etrúria são sobrelevados pela obra de Pallottino, tão clara é a sua exposição, a sua riqueza bibliográfica, a sua concisão e perfeita correlação dos factos com as ideias gerais, a imparcialidade com que foca tantos e obscuros problemas, que fatalmente aparecem num livro desta índole, livro que abarca a totalidade dos tempos etruscos, considerados como fenómeno histórico.

O A. começa por nos dar, numa clarividente exposição, uma breve resenha da história da Etruscologia, resumo alicerçado em particular sobre as obras principais, que publicadas foram desde o séc. XVII. São ao todo 16 páginas mas são as suficientes para nos informar sobre quais os principais ramos desta ciência.

Entrando pròpriamente no tema do seu livro, principia por nos antepor uma visão panorâmica do que era a Itália nos primórdios dos tempos históricos, tomando uma posição contrária às opiniões que defendem o que o A. chama *o mito delle invasione da Settentrione* — inclinando-se a que as correntes culturais e lin-

guísticas que influenciaram as populações etruscas teriam vindo dos Balcãs e não das regiões setentrionais.

No capítulo seguinte trata da origem dos etruscos abordando e explicando as três teses que sobre a questão existem. Para o A. a insuficiência das teorias sobre as origens deste povo derivam de se ter considerado um problema sobre a sua origem quando só deve existir um problema de formação étnica e que considera já em formação no horizonte cultural *villanoviano*.

Nos capítulos III e IV aborda a *Talassocracia* deste povo e apesar das referências de *Estêvão de Bizâncio* e de *Ausônio* não crê segura a opinião de Schulten sobre a colonização da Península pelos Etruscos uma vez que os nomes tomados para exemplo pertencem ao fundo comum da toponímia mediterrânea.

O capítulo V é preenchido pela descrição das cidades e das necrópoles destas populações, descrevendo-nos a sua organização política e social, a religião e a arte, a vida e os costumes nos seguintes. Na terceira parte desta obra, capítulos IX a XI estuda o enigma da língua etrusca, que, posto em dia, nos dá uma perfeita visão do problema e, para mais, completamente acessível aos mais profanos.

Livros como o actual prestam grandes benefícios ao progresso da história. Não só constituem um óptimo serviço divulgador como expõem uma visão clara e serena do problema.

Estou certo de que este livro contribuirá grandemente para, como de resto o A. o afirma, que a alma e a língua dos Etruscos seja dentro em pouco um mistério revelado.

R. C.

ADOLF SCHULTEN — Fünfzig Jahre Forschung in Spanien — Sep. de «Deutsche Zeitung für Spanien» — Barcelona, 1949.

Por ocasião do 50.º aniversário do início das investigações arqueológicas e históricas, em Espanha, do Prof. Adolf Schulten, pediu-lhe a «Deutsche Zeitung für Spanien» uma resenha dos trabalhos efectuados durante esses 50 anos.

O Prof. Schulten acedeu ao convite e conta, então, como resolveu empreender as explorações de Numância e dos acampamentos romanos bem como as investigações sobre a «Ora marítima» de Avieno e «Tartessos».

Vê-se, nesta resenha, os contratemplos e dificuldades que surgiram ao eminente arqueólogo alemão durante os seus estu-

dos e a persistência e fé no êxito final, que sempre o acompanharam e lhe deram alento nos momentos mais difíceis.

O ilustre historiador concentrou a sua actividade científica no conhecimento da Espanha antiga e iniciou, como disse o Prof. Pericot, uma nova época das investigações arqueológicas espanholas. O Prof. Schulten esteve em Portugal, tendo feito conferências nas nossas 3 Universidades; visitou a Cava de Viriato, em Viseu, concluindo que esse monumento histórico devia ter sido o acampamento de Bruto Calaico, durante a sua campanha contra os Lusitanos e Calaicos, no ano de 138.

O estudo que publicou sobre *Viriato*, a propósito das guerras da independência dos Iberos, foi traduzido em português.

O General Franco conferiu-lhe a grã-cruz da Ordem de Afonso X, bem como o título de Excelência e a Universidade de Barcelona nomeou-o doutor honorário.

A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, da qual o eminente arqueólogo alemão é sócio honorário, felicita com todo o entusiasmo e sinceridade o seu ilustre consócio que dedicou a maior parte da sua vida ao estudo da proto-história da Península ibérica.

A. A.

PEDRO PALOL SALELLAS — *La ceramica estampada romano-cristiana* — Sep. da «Cronica del IV Congresso Arqueológico del Sudeste español». Elche, 1948.

Para nós, que não fomos senão indirectamente influenciados pelas artes tipicamente visigodas, tem este estudo a maior actualidade.

A época desde o Baixo Império Romano até à invasão árabe está muito pouco estudada e os produtos das suas artes menores são precariamente conhecidos, quanto à sua situação cronológica. Dado que nos tempos paleo-cristãos, do séc. IV ao séc. VII são flagrantes as perdurações e as transformações de elementos romanos, reconhecemos o interesse suscitado ao A., meu bom amigo e ilustre Director do Museu Arqueológico de Gerona, pelo estudo da cerâmica fina, directamente derivada da *terra sigillata*.

Completando o estudo de Zeiss sobre as cerâmicas estampadas, de época tardia, fornece-nos um esquema-resumo. O que presentemente conhecemos e servindo de prólogo a um mais completo estudo que permitirá estabelecer as formas e os motivos

ornamentais usados, procurando fixar a cronologia do tempo em que se usaram e localizar as oficinas onde eram fabricadas.

Estas cerâmicas são abundantes na Península. Se as encaramos tècnicamente, vemos predominar as pastas e os vernizes róseos, derivados da *terra sigillata chiara*, sendo menos abundantes as louças desta espécie feitas com pastas e vernizes acinzentados. Mais escassos são ainda os exemplares com verniz alaranjado e brilhante.

Os dados cronológicos que puderam ser recolhidos, nos lugares onde esta cerâmica foi encontrada, coincidem em assinalar uma tẽmpora da segunda metade do séc. V, sendo muito poucos os informes respeitantes ao séc. VI.

Podemos dizer que este tipo de cerâmica, recolhida entre nós, no Algarve, em Fiães e Sacoias, etc., foi iniciado durante todo o séc. IV, teve o seu apogeu no séc. V e chega ainda ao seguinte.

A antiga denominação de *visigoda*, dada a esta cerâmica, é falsa, a sua dispersão é bastante maior do que a área deste reino no século V e os formatos de que ela deriva na mesma negam esta atribuição. Problemática é também a sua *filiação bizantina*. São estas cerâmicas um produto ticamente tardio e paleo-cristão, de clara filiação romana e que muito convinha estudar em Portugal, pois assim teríamos, por vezes, na mão excelentes dados cronológicos para o estudo, que já deveria estar feito, da romanização tardia dos nossos povoados castrejos.

R. C.

MASSIMO PALLOTTINO — Giudizi e pregiudizi sull'architettura «italica», in «Archeologia Classica», vol. I, fasc. 2, págs. 196 a 201, Roma, 1950.

Aborda o autor o importante problema da essência e origem da architectura itálfca, aproveitando para simultaneamente comentar quatro estudos recentemente publicados sobre este tão suggestivo tema.

Especializa a apreciação do fenómeno da architectura «Sil-lana», assunto que como muito bem diz não é terreno virgem pois variados autores, tais como Delbrück, Gerkan, Boëthius, Gjerstad, etc., com ele se tinham já preocupado — do aspecto singular da influência helenística nas construções italianas, no último século da República Romana.

A originalidade aborda os termos orgânicos do que chama a experiência arquitectónica, que soe dizer-se «Sillana» — embora anterior e estranha a qualquer impulso de Silla — chamando a atenção dos estudiosos para esta relevante manifestação, estilisticamente definida, original e fecunda, da arquitectura antiga.

De acordo com um condicionalismo étnico e geográfico, este fenómeno poderá considerar-se historicamente como «um momento» autónomo e sem repetição, da evolução formal da arquitectura mediterrânea, subordinando-o à correlação entre os elementos que o constituem: precedentes formais, predisposição étnico-ambiental, condições técnicas, exigências práticas.

R. C.

EMILIO WILLEMS — *Race attitudes in Brazil*, in «The American Journal of Sociology», vol. LIV, n.º 5, Março, 1949, U. S. A.

O autor estuda a atitude dos brasileiros perante os problemas rracicos, reconhecendo que não há repugnância pronunciada do branco perante os indivíduos de outras raças. Em geral, o que obriga os brancos a não aceitarem o convívio com os negros, não é o preconceito rracico, mas o facto de estes pertencerem com frequência a outra classe social. Portanto, pode-se dizer que há, simplesmente, preconceitos sociais e não racistas.

Em São Paulo, os estudantes da Escola Livre de Sociologia, sempre que um anúncio dos jornais pedia criados brancos, tratavam de interrogar o anunciante sobre as razões de preferência.

Nos 245 casos analisados não se notou que a raça, em si, fosse uma razão importante, mas antes qualidades que andam associadas a esta ou àquela raça.

Emílio Willems filia essa falta de preconceito racista no colonizador português, que desde sempre mostrou tendência para a miscegenação. É um estudo pequeno, mas importante e que merece ser lido.

JORGE DIAS.

RAFFAELE CORSO — *Aspetti di Vita Africana* — 2.^a edição, Nápoles, 1943.

Neste livro Corso estuda vários problemas etnográficos de grande interesse: a arte negra, sociedades secretas, canibalismo,

sistemas monetários, tabus, função política dos museus de etnografia colonial, etc. São ensaios breves, mas valiosos pelo espírito fino e pelo vasto conhecimento que o autor tem dos fenómenos etnográficos. Os colonialistas portugueses lucrariam bastante com a leitura deste trabalho.

J. D.

EMILIO WILLEMS — **Cunha, tradição e transição em uma cultura rural do Brasil** — São Paulo, 1948, 240 págs.

I

O autor desta notável monografia etnográfica, é professor catedrático de Antropologia da Universidade de São Paulo, e autor de vários trabalhos de grande mérito. Há já uns 20 anos que a Antropologia americana se tem dedicado ao estudo de comunidades não consideradas «primitivas», por entender que não há razão nenhuma metodológica que impeça o estudo das pequenas sociedades civilizadas. Esta dilatação dos horizontes da Antropologia deu-lhe novas perspectivas e contribuiu para o enorme desenvolvimento que apresenta em nossos dias.

A princípio, como é natural, escolheram-se comunidades que de certo modo se aproximavam do tipo tribal. Mas a pouco e pouco, partindo do estudo de sociedades campesinas acabaram alguns por se abalançar ao complexo estudo das sociedades urbanas. O primeiro trabalho neste género são os cinco volumes das *Yankee City Series* levado a cabo por uma equipa de homens de elevada categoria científica. Depois desta obra monumental, outras se seguiram, não menos importantes, onde foram estudados grandes agregados populacionais de várias partes do Mundo.

O estudo monográfico da vida dos povos sob o aspecto material, social, económico, moral e espiritual, hoje tão em voga na América, é considerado um ramo dos mais importantes da Antropologia, a que chamam Antropologia Cultural. Entre nós, como em outros países europeus, tais estudos cabem no âmbito da Etnografia, são as chamadas monografias locais.

Se estes estudos têm sempre grande interesse para o especialista, compreende-se que esse interesse seja muito acrescido quando se focam populações brasileiras, onde o elemento cultural português entra em proporções elevadas.

É este o caso de Cunha, pequeno centro urbano resultante duma antiga estrada imperial, que ligava o interior com o porto

de Parati. A construção posterior duma linha de caminho de ferro, que passa por outra região, reduziu Cunha ao isolamento e a uma economia precária.

A vida urbana pouco acentuada impediu uma grande diferenciação social. Contudo Emílio Willems conseguiu determinar três classes sociais distintas, baseando-se em factores económicos, profissionais e políticos.

Uma das características mais curiosas da sociedade cunhense é a organização vicinal, que nos recorda com frequência a estrutura das nossas populações nortenhas.

A violação do «respeito» é a origem da desorganização da família. Esse «respeito» é que garante o regime da propriedade comunal, que apesar de enfraquecido se mantém.

O auxílio mútuo e os trabalhos agrícolas feitos em comum, por vários vizinhos, tomam aqui uma forma curiosa, chamada o *mutirão* (1). O princípio é muito semelhante ao das nossas tradições de torna-geira, de rogas e de rogadas, frequentes no Norte de Portugal.

O autor diz que o compadrio, na roça, chega a ser mais importante do que certos laços de parentesco carnal. É interessante investigar se o compadrio tem tal relevo em qualquer província nossa. Até hoje nunca verifiquei tal coisa, embora se lhe atribua muita importância em certas regiões.

Entre os factores que contribuem para integrar as três classes, com interesses, por vezes, antagónicos, distinguem-se: as Igrejas, os partidos políticos, as cliques e os *mutirões*.

A base da economia de Cunha é o cultivo do milho e do feijão. Contudo, duma economia de subsistência têm passado para a de troca monetária, favorecidos por melhores redes de transporte e desenvolvimento de mercados urbanos. É sobretudo notável o desenvolvimento da criação de gado, que em parte se explica pelo êxodo de trabalhadores rurais e pela vinda de mineiros com forte tradição ganadeira.

O autor faz um inteligente estudo das crenças religiosas e mágicas, e práticas propiciatórias que observou em Cunha. Por fim, trata as festas e os aspectos da cultura recreativa dos cunhenses. No ciclo anual das festas, distinguem-se as de São José e do Divino Espírito Santo. Esta última, que conserva muitos traços portugueses, tem grande importância na vida da comunidade.

(1) Uma variante de *mutirão* é *muxirão* que, segundo Cândido de Figueiredo, também é conhecido no Ribatejo e em Leiria.

Emílio Willems, além de fornecer um quadro completo das diferentes formas de cultura da comunidade cunhense, procura explicá-las com grande lucidez. Não se embala facilmente com esta ou aquela teoria, mas procura para cada caso os motivos que lhe parece darem a explicação mais exacta dos fenómenos.

O livro contém várias estampas e gráficos, que enriquece este excelente trabalho.

J. D.

II

Além do estudo etnográfico da população de Cunha o A. fez o estudo de alguns indivíduos no ponto de vista antropológico.

Determinou 16 caracteres métricos e registou a cor da pele, dos olhos e do cabelo, bem como a ausência ou presença do prognatismo e da prega mongólica; calculou, também, os índices da cabeça mais importantes.

Como a maioria das observações foram feitas em indivíduos cujas idades estavam compreendidas entre os 7 e os 18 anos, o A. analisou também a modificação de quase todos os caracteres com a idade.

Comparou, ainda, os resultados das seriações com as médias dos portugueses, índios e africanos, que formam o *substratum* da actual população de Cunha, para examinar até que ponto cada um dos três grupos influíu na morfologia actual dos cunhenses.

Onde o autor encontra nitidamente influências dos portugueses é no índice cefálico, altura da cabeça, largura facial e índice nasal.

Embora não se conheçam bem as proporções em que se fez a mestiçagem entre os três grupos, é de salientar o facto de o valor do índice nasal não ter sido influenciado pelos cruzamentos com índios e negros, o que parece não concordar plenamente com o que Fischer observou nos mestiços da África do Sul.

Nas observações sobre o crescimento, notou, também, factos relacionados com a mestiçagem.

A série de cunhenses observados é, relativamente, homogénea, o que leva o A. a concluir que «uma população mais ou menos segregada durante várias gerações, pode alcançar um grau elevado de homogeneidade somática, embora ela se tivesse originado de elementos racialmente heterogéneos».

A. A.

ANTÓNIO MENDES CORRÊA — **Ultramar Português — I — Síntese da África** — Lisboa, 1949.

O grande e meritório esforço editorial da Agência Geral das Colónias acaba de ser enriquecido com um notável volume da autoria do Prof. Mendes Corrêa.

Ele não é mais do que a introdução a uma obra planeada pelo Prof. Marcelo Caetano durante a sua curta, mas brilhante passagem pelo Ministério das Colónias.

Em boa hora aquele Ministro entregou obra de tamanha responsabilidade ao Prof. Mendes Corrêa, cuja vasta cultura e desmedida capacidade de trabalho (para não falar de outras qualidades) foram mais uma vez postas à prova.

A obra projectada é de uma importância e de uma oportunidade, de que só os felizes espíritos superficiais, ou mal informados podem duvidar.

O mundo sobrepovoado, e mais ou menos gasto, tem os olhos fitos no, pelo menos aparentemente, jovem continente africano, na esperança de que nele estejam as reservas susceptíveis de suprir o que tem sido normalmente gasto, ou imprudentemente desbaratado.

É necessário que os Portugueses, ao menos os maiores, conheçam e tenham na devida conta as nossas possibilidades e as nossas responsabilidades, pelo que respeita aos domínios ultramarinos.

Para tal conhecimento, será um contributo precioso a obra introduzida por este volume considerável — *Síntese da África* — título audacioso, que o Prof. Mendes Corrêa antepôs ao fruto do seu esforço que, sem falsa modéstia, mas evidentemente sem exagero, classifica de *colossal*.

É esse o juízo que salta do exame dos capítulos da obra: Um relance geral sobre a África; a África no Globo; a Paleogeografia; regiões naturais; relevo africano; lagos e rios; climas; vegetação; fauna; povoamento humano; quadro racial; estatísticas da população; saúde e aclimação; línguas; cultura e educação; política e administração económica.

O mundo torna-se cada vez mais pequeno; dentro dele não pode haver compartimentos estanques. Barreiras de arame farpado, por mais poderosas que sejam, não podem deixar de ser transitórias.

Bem fez o Prof. Mendes Corrêa em situar a África no mundo, para situar as nossas províncias ultramarinas no Continente Negro.

Essas províncias, para serem eficientemente exploradas a

bem de Portugal e do mundo, é indispensável conhecê-las minuciosamente em todos os seus pormenores.

E não é só para as explorar, é para as merecer.

A obra que agora se começa tão auspiciosamente seria um elo importantíssimo nessa instante e oportuníssima política do conhecimento da África.

Assim ela seja compreendida.

AMÉRICO PIRES DE LIMA.

CHARLES WAGLEY — *Regionalism and cultural unity in Brazil* — in «Social Forces», vol. 26, n.º 4, May, 1948.

Neste folheto, Charles Wagley trata do problema da unidade cultural do Brasil. Mostra que apesar das invulgares dimensões deste país e das suas paisagens regionais muito diferenciadas, o Brasil apresenta perfeita unidade. Depois de falar na homogeneidade cultural da enorme nação irmã, Wagley descreve as várias regiões do Brasil com as suas características próprias.

Estas diferenças regionais são variações locais da cultura nacional, como as podemos verificar em Portugal. Como nação, o Brasil tem tido um desenvolvimento histórico único. O português e o negro africano contribuíram para a formação duma unidade muito típica e distinta das outras unidades latino-americanas ou anglo-americanas.

A contribuição portuguesa é, contudo, a que mais sobressai em muitos dos aspectos culturais brasileiros.

J. D.

ALEXANDRE HAGGERTY KRAPEE — *Mythologie Universelle*, Paris, 1930, 453 págs.

Valendo-se dum assunto inesgotável e interessante sob todos os aspectos realizou Krappe uma obra valiosa, recheada de erudição, cuja leitura se vai fazendo com interesse crescente.

Está dividida em 20 capítulos, excluindo o prefácio, uma lista de abreviações e a introdução.

Os primeiros 6 capítulos tratam dos diversos problemas da mitologia, e os restantes referem-se às mitologias das diferentes civilizações.

No I capítulo *Esquema histórico da mitologia* o autor analisa os diferentes métodos ou escolas que procuram explicar as diversas mitologias, métodos estes que vão da alegórica e evhemerista (assim chamada de Evhémère), até à filológica, passando pela escola comparatista e antropológica.

Como o autor frisa, e com toda a razão, um exame verdadeiro e científico a uma mitologia só se pode efectuar quando totalmente se deixou de crer nessa mitologia, pois a imparcialidade leva-nos a observar os factos com melhor critério e justiça.

Segue-se o II capítulo *Mitologia e Etnografia* onde tenta explicar as razões duma religião politeísta e a razão de ser da existência duma infinidade de deuses que estas religiões admitem.

O III capítulo trata de *O problema da mitologia indo-europeia* que continua a ser uma fonte de divergências de autor para autor. Considera 3 hipóteses, cada uma delas abrangendo uma classe de divindades e mitos, que talvez complique ainda mais a questão. Admite como possível, ou mesmo como provável que a grande civilização semítica da Mesopotâmia tenha exercido uma influência mais pronunciada sobre os indo-europeus, quer no estado que antecedeu a sua separação, quer depois. Esta teoria não deixa de estar de acordo com os mais recentes trabalhos do investigador sueco C. W. Sydow, que defendia também a teoria da influência que muitos contos sofreram pela cultura semítica. O capítulo termina por citar as divindades que os indo-europeus conheceram antes da sua separação.

Segue-se o IV capítulo, bastante extenso, versando sobre *Os dioscúrismos*. As superstições relativas a gémeos que remontam a épocas muito recuadas, são muitas e diferentes nas atribuições que lhe são dadas. A par de atributos maléficos que lhes são atribuídos, os gémeos também são consideradas como indicio de fertilidade e presidindo à fundação de cidades, como o caso típico de Rómulo e Remo, fundadores de Roma. No mesmo capítulo o autor faz referência ao deus do trovão tão espalhado entre os antigos, cuja explicação é idêntica em muitos aspectos. A sugestão baseada num galope de cavalo é bastante comum e não deixa de ter razão de ser.

No V capítulo que Krappe designou de *A questão das divindades teriomorfas* (thériomorphes) e *dendromorfas*; e *demonologia*, o autor procura explicar a origem de deuses com formas de animais, chegando à conclusão de que os indo-europeus davam

ao seu deus supremo, o deus do céu, a forma duma grande ave de presa, talvez a águia.

Muitos animais foram divinizados pelos povos indo-europeus, como aves aquáticas (cisne, ganso, pato), cães, cavalos, serpentes, etc. Entre as divindades drendomorfas, há uma que o autor admite no período indo-europeu: o carvalho, cujo culto aliás, é universalmente reconhecido entre os indo-europeus. Também divinizarão as forças da natureza, como os rios e montanhas.

As referências ao facto dos reis dos povos indo-europeus acumularem as 2 funções, a profana e a sagrada, vem no capítulo seguinte sob o título *A realza divina, Abstracções, Mitos indo-europeus*. Este problema torna-se bastante complexo pois as hipóteses e dúvidas surgem em grande número, sempre susceptíveis de caírem em erro. Não raro aparecem, noutras regiões, contos que não são mais do que variantes da primitiva forma indo-europeia.

Nos restantes capítulos, Krappe trata da mitologia das diferentes civilizações, começando pela indiana e terminando pela americana depois de ter analisado as: iraniana, arménia, eslava, báltica, germânica, céltica, itálica, grega, semítica, egípcia, africana, indonésica e oceânica, chinesa, japonesa e siberianas.

Os principais problemas inerentes aos deuses, suas origens, seus mitos, são expostos com toda a precisão, denotando um grande conhecimento de causa e uma profunda erudição. Dentro de cada mitologia examina as teorias cosmológicas e escatológicas, o que imprime a cada capítulo, uma ideia bastante concreta do que eram as diferentes mitologias na antiguidade. É precisamente nesta última parte que o interesse científico e cultura de Krappe bem como o elevado espírito crítico se impõem, numa leitura agradável e de interesse crescente, que nos dá a certeza que mais um passo foi dado para um melhor conhecimento da cultura dos povos.

LAURA PETERS ARRISCADO.

GERHARD LINDBLOM — *The one-leg resting position (Nilotenstellung), in Africa and elsewhere*, in «Statens Etnografiska Museum», Stockolm, 1949.

Lindblom estuda o hábito de descansar numa só perna, comum a vários povos do Mundo.

O autor procura estabelecer a área de difusão deste fenómeno, comparando os casos de observação própria, com os for-

necidos pela bibliografia. No fim do trabalho, indica, num mapa de África, os diferentes lugares onde o fenómeno foi registado, apresentando alguns em que há relação entre tal costume e determinados ritos.

Além de larga informação, o trabalho contém várias gravuras que ilustram muito bem este curioso hábito, não desconhecido na Europa. O costume dos nossos camponeses, sobretudo os pastores, de descansarem de perna cruzada, encostados ao varapau ou ao cabo da enxada, se não se relaciona directamente com este caso, apresenta contudo uma certa semelhança.

J. D.

RAFFAELE CORSO — *Etnografia (Prolegomeni)*, 4.^a edição, Nápoles, 1947.

Raffaele Corso, o autor do *Folklore* ⁽¹⁾ e uma das figuras mais representativas da etnografia moderna em Itália apresenta neste livro uma espécie de manual de etnografia geral, excelente guia para os cultores desta ciência. Depois duma parte teórica em que trata de questões de método, conceito, relações entre folclore e etnografia, o autor estuda as organizações sociais, a família, a vida económica, manifestações espirituais, etc.

No final de cada parte o autor dá uma boa resenha bibliográfica, o que muito valoriza o trabalho.

Como vemos, este manual não trata a etnografia deste ou daquele povo, mas sim as linhas gerais do comportamento humano nas sociedades primitivas e a maneira de o estudar. Enquanto que para Raffaele Corso, a etnografia inclui o estudo de todos os povos primitivos, o folclore analisa, simplesmente, as formas culturais das classes populares das nações civilizadas.

Hoje em dia, manifesta-se, na nova geração, a tendência para estudar indiferentemente todos os povos da terra, sem olhar ao grau de evolução social, ou cultural. A etnografia estuda não só os povos primitivos, como os civilizados; é uma única ciência, com o mesmo método.

Em Portugal, foi Leite de Vasconcelos a preconizar tal orientação, que compartilhamos, e que encontra cada vez mais adeptos. A escola de antropologia cultural americana chega a ponto de estudar agrupamentos urbanos importantes.

(1) O *Folklore* (Storia — oggetto — metodo — bibliografia) que foi editado pela 3.^a vez em 1946, vai ser novamente reeditado no ano corrente.

Raffaele Corso mantém-se na linha de tradição ainda bastante viva na Europa, e que tantos frutos produziu.

O interesse que soube partilhar pela etnografia colonial ou geral e pelo folclore, fizeram dele uma personalidade com amplas perspectivas e com uma excelente capacidade para tratar dos problemas gerais destas ciências. As suas obras são, além disso, enriquecidas pela abundante bibliografia e vasta erudição.

Para os estudiosos portugueses a Etnografia de Raffaele Corso pode ser um excelente auxiliar, tendo ademais a vantagem de estar escrita num idioma que qualquer português culto lê com facilidade.

Por estas mesmas razões, o seu manual *Folklore*, cuja quarta edição aparecerá este ano, devia ser um guia de todos os folcloristas portugueses.

J. D.

CHARLES WAGLEY EDUARDO GALVÃO — *The Tenetehara Indians of Brazil, a culture in transition* — New York, 1949.

Charles Wagley, Professor de Antropologia na Universidade de Colúmbia, de Nova Iorque, que tem dedicado grande parte da actividade científica aos estudos das comunidades tribais e rurais da América equatorial, sobretudo do Brasil, apresenta aqui, de parceria com Eduardo Galvão, uma excelente monografia dos índios Tenetehara. Muitas das populações indígenas da América caminham para a extinção pela dificuldade de adaptação aos tipos culturais dos dominadores brancos e sobretudo pelas novas doenças adquiridas pelo contacto com aqueles.

Os autores estudam aqui os Tenetehara do Maranhão, que representam um caso curioso de adaptação às novas circunstâncias, embora conservem muito dos seus padrões de cultura tradicional.

Todos os aspectos da vida privada e social foram minuciosamente estudados, desde o nascimento à morte, sem omitir os problemas sexuais através de todas as fases da vida. É, por exemplo, interessante notar que, enquanto certas necessidades fisiológicas são acompanhadas de grande sentimento de pudor e levadas a cabo com o maior recato, as relações sexuais são encaradas com grande naturalidade, não as ocultando mesmo dos próprios filhos.

As relações sociais, as crenças religiosas, os tabus alimentares, o papel do feiticeiro xamanista, os ritos da puberdade e

outras cerimónias religiosas são descritos com grande minúcia e viveza. O capítulo sobre mitologia e folclore fornece curiosos elementos relativos à concepção do mundo dos indígenas e reflecte influências culturais estranhas. Alguns contos confirmam a influência negra, anterior ao contacto dos portugueses com os índios do interior, exercida por escravos fugidos das plantações para as florestas distantes.

O último capítulo estuda a adaptação dos Tenetehara aos padrões de cultura brasileira-portuguesa. Embora conservando muitos elementos culturais próprios, como os alimentares, que assentam na caça e pesca, é enorme a transformação que se tem dado noutros sectores da vida social. Agora homens e mulheres costumam usar roupas e muitos utensílios fornecidos pela indústria. Os antigos arcos quase que só são usados pelos rapazes, os homens caçam com espingardas. Para obter dinheiro, os índios começaram a cultivar mais do que o necessário para a alimentação, e isso levou-os à criação de campos individuais e cultivados pelo homem. Isto é, o homem substituiu a mulher no trabalho agrícola, quando este passou a ter fins comerciais. Contudo, a falta de tradição comercial e a pouca vocação para negociar faz com que sejam facilmente enganados pelos traficantes.

Vários séculos de influência cristã contribuíram para transformar ligeiramente as suas concepções religiosas. Pode-se considerar cristã a ideia de «bom» e «mau» e a de que as pessoas boas têm uma vida ideal depois de mortas. Mas, de resto, a crença em forças sobrenaturais, no espírito dos mortos e dos animais mantém-se muito viva e torna indispensável as práticas mágicas e o auxílio de feiticeiros poderosos.

Mas na vida social, nas atitudes consideradas como próprias a infundir respeito encontra-se muita influência brasileira-portuguesa. Também é corrente entre eles a adopção de compadrio, tão importante no Brasil.

Em todo o livro verifica-se uma cuidadosa e clara exposição dos factos e a preocupação de não fugir à realidade.

Além da preocupação científica de se não deixarem arrastar pela fantasia dos informadores, nota-se em toda a obra uma enorme compreensão e calor humano — que são o cunho do verdadeiro etnógrafo ou antropólogo social. Para compreender os homens e os seus problemas, assim como para lhes despertar confiança e obter informações é necessário um fundo de simpatia humana, como os autores revelam.

J. D.

CHARLES WAGLEY — **Xamanismo Tapirapé** — «Boletim do Museu Nacional» (nova série) Antropologia, n.º 3, Rio de Janeiro, 15 de Setembro de 1943.

Charles Wagley faz um estudo minucioso do xamanismo entre os Tapirapé do Brasil Central, entre os quais viveu cerca de doze meses repartidos em dois períodos.

O trabalho foi publicado em inglês e em português (1) e representa uma excelente contribuição para o conhecimento do xamanismo e da mentalidade dos povos por ele estudados.

Primeiro estuda a fonte do pudor xamanístico, depois a feitiçaria, as obrigações do feiticeiro (Pajé) a sua posição social, o caminho para o Xamanismo, a cerimónia do Trovão.

No último capítulo, Wagley diz que os pajés exerceram forte contróle religioso e social sobre o seu povo, antes dos europeus lhes imporem chefes temporais, e reconhece que há grandes afinidades com outros povos Tupi-Guarani.

J. D.

F. BOUZA BREY — **El lagarto en el folklore gallego-portugués**, in «Braga — Boletim do Arquivo Municipal», vol. 1, fasc. 13, Dezembro, 1949, págs. 380-396.

Como o A. salienta de entrada, há muitas analogias folclóricas entre a Galiza e o norte de Portugal, dadas as circunstâncias que aponta de serem as mesmas, as condições naturais, a terra, o clima e as culturas. Daí a similitude de usos e costumes assente, além disso, em estreitas afinidades de raça.

Sendo assim, a vivacidade do lagarto ou sardão, a vistosidade da sua pele, o modo como vive e se comporta em presença do homem, possivelmente sugestões freudianas, impressionavam a alma do povo do recanto noroeste peninsular dando origem a lendas, crenças e facécias semelhantes aquém e além Minho.

Sistematizando o seu estudo, Bouza Brey começa por aludir às «espécies e nomes do lagarto» referindo o que se sabe da classificação zoológica destes répteis, dando os seus binomes específicos e as respectivas designações populares.

No capítulo «a caça do lagarto», que costuma fazer-se a anzol iscado com grilo ou saltão, dá uma série de lenga-lengas ou fórmulas de carácter mágico que, recitadas em cadência mais ou menos cantante, levam o réptil a sair do esconderijo.

(1) Tradução de Eduardo Galvão, do Museu Nacional.

«Lenda sexual do lagarto» é outro capítulo em que regista a credence do lagarto amigo dos homens e inimigo das mulheres, que aparece em modalidades várias, das quais a mais frequente é o lagarto acordar um homem dormindo a sesta debaixo duma árvore e prestes a ser atacado por uma cobra.

Como é bem sabido, é crença popular de que se apanha uma pessoa a dormir a cobra lhe entra pela boca, sendo necessário para que saia meter-lhe a cauda numa vasilha com leite.

Os capítulos finais são: «outras crenças relativas ao lagarto» e «o lagarto na medicina popular», nos quais refere o grande prestígio que goza na tradição popular o lagarto com dois rabos, ou seja de cauda bífida, consequência como se sabe da regeneração anómala da mesma. A cauda dos sáurios, quer lagartos quer lagartixas, é bastante frágil. Um pequeno traumatismo a parte. Preso por ela, o animal agita-se e, ao fim de pouco, autotomiza-a. Assim é frequente encontrar lagartos e lagartixas rabotos com a cauda em via de regeneração. Em determinadas circunstâncias esta regeneração faz-se, não segundo um eixo, mas em 2 direcções, em forquilha ou Y de ramos mais ou menos divergentes, e assim teremos o lagarto de 2 rabos.

Em muitas regiões da Galiza e do norte de Portugal estes lagartos de cauda bífida gozariam da singular virtude de adivinhar o número da sorte grande. Para isso, como conta Bouza Brey, coloca-se este lagarto anómalo sobre areia fina, terra mole ou ainda dentro duma arca em cujo fundo se polvilhou uma pouca de farinha. O animal com seus movimentos escreverá os algarismos que formarão o número da sorte grande da lotaria.

Como homenagem de especial simpatia pelo autor, distinto etnógrafo e pré-historiador galego que teve a gentileza de me dedicar o trabalho que vimos analisando, acrescentarei à série das lendas por ele registadas mais esta colhida no concelho de Resende, margem esquerda do rio Douro.

Na parede da igreja de Cárquere havia uma enorme pele de sardão cuja origem, segundo a tradição, teria sido esta: Um belo dia uma tecedeira de Mata dos Padres seguia de jornada, quando, de repente, lhe saiu ao caminho um sardão de proporções desconhecidas. A tecedeira cautelosa, cheia de medo, afastou-se apressadamente e foi-lhe atirando osovelos que o sardão engolia num pronto. A mulher, arteiramente, teve, porém, o cuidado de ficar com as pontas dos fios na mão. Quando estes eram já bastantes ela andou de roda duma árvore e prendeu o bicho. Vieram homens que o mataram.

S. J.

ADELAIDE DO CARMO FERNANDES — O problema da orientação profissional — Necessidade da sua expansão e generalização — Conferência realizada em 23 de Maio de 1947, publicação da «Liga Portuguesa de Profilaxia Social» — Porto, 1949, 56 págs.

A Liga Portuguesa de Profilaxia Social há anos que realiza tarefa altamente meritória, convidando os valores nacionais a prestarem o seu depoimento sobre um grande número de problemas sociais, alguns deles de indiscutível acuidade e grande importância para o País.

Os seis grossos volumes de conferências realizadas sob o auspício da Liga, e a importante série de separatas e opúsculos até agora publicada, atestam o valor da obra realizada, pelo que são bem merecidos louvores aos seus directores, os Drs. António Emílio de Magalhães e Cândido Henrique Gil da Costa.

A autora, médica e chefe dos Serviços de Psicologia Experimental e Orientação Profissional do Refúgio do Tribunal Central de Menores do Porto, no trabalho que analisamos, passa em revista, numa rápida e equilibrada síntese, a evolução por que têm passado nos últimos tempos os estudos psicotécnicos no mundo científico moderno.

São muito interessantes os resultados sobre os antecedentes de 290 rapazes e duma série de raparigas do Refúgio onde trabalha e a cujo exame psicotécnico procedeu. Esses resultados expressos em 2 quadros mostram, como a A. realça que entre os factores delinquenciais avulta o fundo ambiental péssimo da moralidade familiar (44,1 %), por dissociação familiar, famílias mal constituídas e cheias de aberrações morais.

A parte somática dos examinandos foi cuidada no que respeita aos diâmetros axilares e xifoideos, peso e altura. Resultados expressos em quadros.

São muitas e judiciosas as considerações feitas sobre os estudos de Psicotecnia.

A autora escreve: «Socialmente a importância da Orientação Profissional é enorme; estando cada um no seu lugar há tranquilidade de espírito, a profissão é exercida com interesse e a economia familiar tenderá para um nível de vida cada vez mais elevado, evita desgostos e a animosidade dos que não sentem o seu trabalho recompensado e até a raça beneficiará dessa harmonia, demonstrado, como está, que as condições económicas contribuem para o seu aperfeiçoamento ou, pelo contrário, para o seu definhamento».

Da organização perfeita dos serviços de Orientação Profissional, de molde a todos poderem ser sujeitos ao respectivo exame, que lhe indicará o rumo da sua actividade na vida, só haverá múltiplas vantagens. Os lucros colhidos serão enormes. Lucrarão os serviços, lucrará o patrão, lucrará o operário, e, como a A. realça, «finalmente lucrará a Nação, porque esta só pode ser grande e próspera, quando felizes e prósperas forem a vida, a riqueza e o bem-estar, moral, físico e económico dos empregados que a formam».

S. J.

ÍNDICE DO VOL. XII

	Págs.
CARLOS DE ARAÚJO JORGE — Morfologia do seio maxilar	5
J. CAMARATE FRANÇA — A estação pré-histórica do Alto das Perdizes.	16
G. ZBYSZEWSKI E A. VIANA — Grutas de Maceira (Vimeiro)	114
JORGE DIAS — O problema da reconstituição das casas redondas castrejas	126
JOAQUIM NORBERTO DOS SANTOS JÚNIOR — Impressões dermo-papi- lares de indígenas de Moçambique	209
IRENE DA CONCEIÇÃO GARCIA — Assimetria dos membros em Nhũn- güês e Antumbas	257
F. RUSSELL CORTEZ — Restos arqueológicos de Vila do Conde	270
ABEL VIANA — Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas	289
JORGE DIAS — O pio de piar os milhos	323

Vária :

Indústria paleolítica de Ficalho (Baixo Alentejo) (ABEL VIANA E GEORGES ZBYSZEWSKI)	169
Os terraços do Minho em Orense (CARLOS TEIXEIRA)	172
Um «metate» em Vilarelho da Raia (JORGE DIAS)	173
Achado arqueológico na Alemanha (JORGE DIAS)	178
Nota sobre a braquicefalia dum crânio de Muge (ALFREDO ATHAYDE)	345
Inscrição romana de S. João das Lampas (J. CAMARATE FRANÇA)	348
Abrigos pastoris na Serra do Soajo (JORGE DIAS)	350
Paremiologia jurídica galaico-portuguesa (SANTOS JÚNIOR)	354

Revista bibliográfica — Índice alfabético dos autores :

Adelaide Fernandes, 398; Adquisiones del Museo Arqueológico Nacional, 187; Almagro, 181; Almeida, 189; Asso, 204; Beals, Brainerd & W. Smith, 376; Blázquez y Bouza-Brey, 368; Bouza-Brey, 396; Bulletin de la Societé Suisse d'Anthropologie et d'Ethnologie, 193; Cardozo, 185; Caro Baroja, 200; Casas Torres y Garayoa, 204; Corso, 385, 393; Festschrift für Otto Tschumi, 192; Heizer, Lemert & Pregarza, 376; Hoyos Sáinz, 191; Jalhay, 183, 184; Koppers, 179, 201; Krapee, 390; Lautensach, 189; Lindblom, 392; Maget, 194; Maluquer de Motes, 374; McCown, 376; Mendes Corrêa, 389; Munilla, 380; Oliveira Vianna, 193; Paço, 183; Pales, 190; Pallottino, 381, 384; Pelegrin, 192; Pericot Garcia, 180; Pires de Lima, 208; Publicações Culturais do Museu do Dundo, 370; Rau, 182; Rodrigues, 191; Riet Lowe, 187, 377; Rosell, 186; Salellas, 383; Schlaginhaufen, 379; Schulten, 382; Sousa, 188; Veiga Ferreira, 380; Viana, 186; Viana, Formosinho & Ferreira, 186; Viana, Veiga Ferreira & Formosinho, 375; Violant y Simorra, 205; Wagley, 203, 390, 396; Wagley & Galvão, 394; Weiss, 206; Willems, 202, 385, 386.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

(Antigos «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia»)

VOL. XII — FASC. 3-4

SUMÁRIO:

JOAQUIM NORBERTO DOS SANTOS JÚNIOR:

Impressões dermo-papilares de indígenas de Moçambique
(pág. 209).

IRENE DA CONCEIÇÃO GARCIA:

Assimetria dos membros em Nhúngüês e Antumbas (pág. 257).

F. RUSSELL CORTEZ:

Restos arqueológicos de Vila do Conde (pág. 270).

ABEL VIANA:

Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas
(pág. 289).

JORGE DIAS:

O pio de piar os milhos (pág. 323).

Vária: — Nota sobre a braquicefalia dum crânio de Muge (ALFREDO ATHAYDE); Inscricção romana de S. João das Lampas (J. CAMARATE FRANÇA); Abrigos pastoris na Serra do Soajo (JORGE DIAS); Paremiologia jurídica galaico-portuguesa (SANTOS JÚNIOR) (pág. 345).

Revista bibliográfica: — ADELAIDE FERNANDES (398); BEALS, BRAINERD & W. SMITH (376); BLÁZUEZ Y BOUZA-BREY (368); BOUZA-BREY (396); CORSO (385, 393); HEIZER, LEMERT & PREGANZA (376); KRAPEE (390); LINDBLOM (392); LOWE (377); MALQUER DE MOTES (374); McCOWN (376); MENDES CORRÊA (389); MUNILLA (380); PALLOTTINO (381, 384); PUBLICAÇÕES CULTURAIS DO MUSEU DO DUNDO (370); SALELLAS (383); SCHLAGINHAUFEN (379); SCHULTEN (382); VEIGA FERREIRA (381); VIANA, VEIGA FERREIRA & FORMOSINHO (375); WAGLEY (390, 396); WAGLEY & GALVÃO (394); WILLEMS (385, 386).